

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
INSTITUTO DE LETRAS
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

FABIANA DOS ANJOS PINTO

**PARA QUE UM SUJEITO APRENDE UM OBJETO?
UMA ABORDAGEM SINTÁTICO-TEXTUAL DOS COMPLEMENTOS VERBAIS
PREPOSICIONADOS**

Rio de Janeiro

2007

FABIANA DOS ANJOS PINTO

**PARA QUE UM SUJEITO APRENDE UM OBJETO?
UMA ABORDAGEM SINTÁTICO-TEXTUAL DOS COMPLEMENTOS VERBAIS
PREPOSICIONADOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras (área de concentração Língua Portuguesa) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação do professor Dr. Gustavo Adolfo Pinheiro da Silva e co-orientação do professor Dr. André Crim Valente, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

P659 Pinto, Fabiana dos Anjos.
Para que um sujeito aprende um objeto? uma abordagem gramático-textual dos complementos verbais / objetos indiretos / Fabiana dos Anjos Pinto . – 2007.
228 f. : il.

Orientador : Gustavo Adolfo Pinheiro da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa - Sintaxe – Teses. 2. Língua portuguesa – Gramática. 3. Análise do discurso – Teses. I. Silva, Gustavo Adolfo Pinheiro da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-56

EXAME DE DISSERTAÇÃO

PINTO, Fabiana dos Anjos. *Para que um sujeito aprende um objeto? Uma abordagem gramático-textual dos complementos verbais/ objetos indiretos*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. Rio de Janeiro: 1º Semestre de 2007. 219 p.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Pinheiro da Silva (orientador – UERJ)

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo (UERJ)

Prof. Dr. Mário Eduardo Toscano Martelotta (UFRJ)

SUPLENTE:

Pr. Dr. Antônio Carlos Siqueira de Andrade (UERJ)

Pr. Dr. Rogel Samuel de Souza (UFRJ)

Aprovada em ____/____/____

À minha família, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS:

A Deus, por permitir a confecção desta dissertação;

Aos meus pais, irmãos e familiares, pelo incentivo, pelos sábios conselhos e pela integral dedicação;

A André Valente, pela confiança e pela generosidade;

Aos professores José Carlos de Azeredo e Gustavo Adolfo, mais que mestres, cúmplices de minha caminhada nesta Universidade;

A Elizabeth Parole Duarte (*In Memoriam*), pela incondicional ajuda, pelos suportes, alicerces de nossa obra;

Aos meus verdadeiros amigos, pela compreensão e pelo apoio tão necessários;

Às minhas amigas de jornada acadêmica: Caroline Reis, Carolina Vieira, Danúbia Pimentel e Meichele Cândido, pelos laços de união, atados na graduação da UERJ e enleados por toda a vida;

A todos os meus alunos, principal motivação deste trabalho, a quem devo a minha carreira e minha realização profissional;

A todos aqueles a quem faltei, em muitos momentos, pela ocupação do exercício intelectual, tarefa desafiadora por ser, muitas vezes, solitária.

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
FERNANDO PESSOA

Sinopse

Historicidade da complementação verbal. A transitividade na gramática tradicional e na gramática de valências. A informatividade sob perspectiva funcionalista: o conceito de gramaticalização e os subprincípios de iconicidade. A informatividade na perspectiva da Linguística Textual: a coerência e a textualidade. A relação coesão-coerência para a investigação da complementação verbal no texto. Coesão referencial, casos de anáforas e nominalizações como recuperadores de complementos e adjuntos. Os tipos de discurso e os graus de previsibilidade da informação.

RESUMO

Esta dissertação expõe considerações sobre o comportamento sintático-semântico da complementação e da adjunção verbal, procurando verificar se existem distinções entre os tradicionais OIs e ADVs e se estas podem ou não contribuir para um melhor desempenho dos falantes no ato comunicativo. Apresenta-se segmentada em duas seções: o nível oracional e sintagmático e o nível TEXTUAL. A seção inicial expõe uma historicidade da complementação verbal. Nesse momento, buscamos resgatar, no berço da memória gramatical, se as diversas nomenclaturas dadas aos sintagmas preposicionados reclamados pela transitividade do verbo, de fato, representam funções sintáticas diferentes; se esta questão deve ser avaliada, inclusive, sob prisma discursivo. Ademais, mostramos, em seguida, as contribuições da Linguística estrutural, mais especificamente do Funcionalismo, enfocando a transitividade, para traçarmos uma comparação entre as orientações da gramática tradicional e a gramática de valências, expressando nossa própria conceituação de complemento. A seção posterior trata da expressão TEXTUAL dos complementos verbais. Objetivamos apresentar uma associação entre o Funcionalismo, com os subprincípios de iconicidade, e a Linguística TEXTUAL, com a relação coesão-coerência, como indissociáveis para a construção da informatividade de TEXTOS de discurso planejado. Seleccionamos comunicações como editoriais, artigos interpretativos e cartas dos leitores para observarmos em que circunstâncias comunicativas ocorrem: a) o aparecimento de complementos e adjuntos na forma sintagmática; b) a retomada desses termos por meio de anáforas. Com uma visão desses comportamentos TEXTUAIS, intencionamos formular uma hierarquia dos graus de informatividade, com base na previsibilidade de cada ocorrência, além de avaliarmos se os sintagmas preposicionados aparecem com as mesmas características e objetivos nos TEXTOS. Sendo assim, propomos que OIs e ADVs são, acima de tudo, recursos sintáticos que a língua nos oferece para expressarmos o que desejamos para o alcance de nossas intenções comunicativas.

Palavras-chaves: Sintaxe; Discurso; Complemento.

RESUMEN

Esta disertación expone consideraciones sobre el comportamiento sintáctico y semántico de la complementación y adjunción verbal, buscando verificar si existen distinciones entre los tradicionales OI y ADVs y si éstas pueden o no contribuir para un mejor desempeño de los hablantes en el acto comunicativo. Se presenta segmentada en dos secciones: el nivel oracional y sintagmático y el nivel TEXTUAL. La sección inicial expone una historicidad de la complementación verbal. En este momento, buscamos rescatar, en la cuna de la memoria gramatical, si las adversas nomenclaturas dadas a los sintagmas preposicionales reclamados por la transitividad del verbo, en facto, representan funciones sintácticas diferentes; si esta cuestión debe ser evaluada, incluso bajo el prisma discursivo. Además, mostramos, en seguida, las contribuciones de la Lingüística estructural, más específicamente del Funcionalismo, enfocando la transitividad, para trazar una comparación entre las orientaciones de la gramática tradicional y la gramática de valencia, expresando nuestro propio concepto de complemento. La sección posterior trata de la expresión TEXTUAL de los complementos verbales. Objetivamos presentar una asociación entre el Funcionalismo, con los subprincipios de los iconos, y la Lingüística Textual, con la relación cohesión-coherencia, como indisociables para la construcción del carácter informativo de texto de discurso planeado. Seleccionamos comunicaciones como editoriales, artículos interpretativos y cartas de los lectores para observar en que circunstancias comunicativas ocurren: a) el surgimiento de complementos y adjuntos en la forma sintagmática; b) la retomada de esos términos por medio de anáforas. Con una visión de esos comportamientos TEXTUALES, intencionamos formular una jerarquía de los grados de información, con base en la previsibilidad de cada ocurrencia, además de evaluar si los sintagmas preposicionados surgen con las mismas características y objetivos en el TEXTO. Así, proponemos que OIs y ADVs son, encima, recursos sintácticos que la lengua nos ofrece para expresar lo que deseamos en el alcance de nuestras intenciones comunicativas.

Palabras clave: Sintaxis; Discurso; Complemento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
--------------------	----

CAPÍTULO I:

2. UM PASSEIO PELA HISTORICIDADE DA COMPLEMENTAÇÃO VERBAL: “CV VERSUS ADV” – É PRECISO LUTAR?.....	22
2.1 Primeira época: a modernidade e o estudo da complementação verbal.....	24
2.1.1 Autores de vertente libertária.....	27
2.1.2 Autores de vertente purista.....	31
2.2. Segunda época: chegando à NGB e às recentes contribuições lingüísticas.....	36
2.2.1. Parada única: passando e ficando pela N.G.B?.....	37
2.2.2. Parada dupla: as contribuições da Lingüística Estrutural e Textual nas descrições gramaticais do português.....	46
2.3. Quadro-esquema da historicidade dos complementos nos séculos XIX e XX.....	58

CAPÍTULO II:

3. NOS GUARDADOS DA GRAMÁTICA E DA LINGÜÍSTICA: A COMPLEMENTAÇÃO E A ADJUNÇÃO VERBAL NA GRAMÁTICA TRADICIONAL E NA GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS.....	64
3.1. O verbo como centro da oração: a visão da gramática tradicional.....	67
3.2. O verbo como centro da frase: a visão da gramática de valências.....	70
3.2.1. A valência semântica e a associação ao conceito de transitividade na visão da Lingüística Funcionalista.....	83

3.3. Sintagmas preposicionados complementos e adjuntos: nossa conceituação.....	95
---	----

CAPÍTULO III:

4. DO texto ao TEXTO: O FUNCIONAMENTO TEXTUAL DOS ACTANTES VERBAIS.....	102
4.1. Funcionalismo: a mola de alcance ao TEXTO.....	104
4.1.1. Mudança lingüística: gramaticalização e iconicidade.....	107
4.2. Lingüística Textual: penetrando nas teias do TEXTO.....	115
4.2.1. A relação coesão-coerência e as principais considerações para o entendimento TEXTUAL da complementação e adjunção verbal.....	119
4.3. A construção da informação: tema-dado? Rema-novo?.....	132
4.3.1. A construção da informação no TEXTO - informatividade e continuidade.....	137

CAPÍTULO IV:

5. ANÁLISE DE TEXTOS.....	143
5.1. Justificativa do <i>corpus</i>	143
5.2. A textualidade, o TEXTO e o discurso: justificativa do tipo de discurso.....	148
5.3. Exemplário do grupo I: editorial e artigos interpretativos.....	151
5.4. Exemplário do grupo II: cartas dos leitores/ respostas aos leitores.....	172
5.5. Tabela I: actantes exclusivamente explícitos. TEXTO: Grito de carnaval.....	189
5.5.1. Tabela I: actantes exclusivamente explícitos. TEXTO: difícil solução.....	191
5.6. Tabela II: actantes retomados – Cartas dos leitores.....	193
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
7. CONCLUSÃO.....	206

8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207
9. ANEXOS	213
ANEXO I, ANEXO II.....	214
ANEXO III.....	215
ANEXO IV.....	216
ANEXO V, ANEXO VI.....	216
ANEXO VII.....	217
ANEXO VIII.....	218
ANEXO XIX.....	219
ANEXO X.....	220
ANEXO XI.....	221
ANEXO XII, ANEXO XIII.....	222
ANEXO XIV.....	223
ANEXO XV.....	224
ANEXO XVI, ANEXO XVII.....	225
ANEXO XVIII.....	226
ANEXO XIX, ANEXO XX.....	227
ANEXO XXI, ANEXO XXII.....	228

1. INTRODUÇÃO

Desenrolo como uma meada multicolor, ou faço
comigo figuras de cordel. Viver é fazer meia com a intenção
dos outros.

Fernando Pessoa

Antes de reservarmos as próximas linhas deste capítulo à descrição sumária da dissertação, começamos a falar sobre o título fragmentado deste trabalho, a fim de apresentar, com maior precisão, as motivações que serviram de impulso à adoção deste tema.

Valemo-nos, inicialmente, da parte que contém o questionamento “Para que um sujeito aprende um objeto?” e retornamos a um episódio verídico, ocorrido em uma sala de aula, onde se ministrava a disciplina Língua Portuguesa, mais precisamente a assustadora análise sintática, com seus sujeitos, complementos e afins. Diziam os alunos não saberem ou não entenderem os reais propósitos de se estudarem tais conceitos, já que não precisavam “conhecê-los para se comunicarem”. Era preciso, naquele momento, salientar que a tarefa da comunicação se estabelece por língua / linguagens – a expressão de nossos desejos, idéias e emoções se realifica apenas com a materialidade na língua / linguagem. O caráter ambíguo desta, porém, tanto individual como social, leva-nos a um constante duplo-movimento, para nos manifestarmos de acordo com as nossas aspirações: a seleção e a combinação. O uso da língua/ linguagem – seja ela verbal ou não verbal – é um permanente jogo de escolhas e rearranjos num vai e vem contínuo de afetações. Assim como o jogador de futebol seleciona e combina passos que podem afetar o gol de forma mais eficaz (e quem sabe artística!), fazem-no também todos os falantes de uma língua na tentativa de amenizar as divergências entre comunicação e expressão para também afetarem o interlocutor. A porção inicial da pergunta-título de nosso trabalho nos permite inferir parcialmente que, para concretizar a comunicação de forma eficiente e eficaz, necessitamos conhecer os procedimentos de seleção e combinação de elementos lingüísticos.

Tais procedimentos, de disposição de termos lingüísticos, que possibilitam elaborar e entender frases aptas à comunicação, são sintáticos. Ocorre, no entanto, que os falantes de

uma língua escolhem e combinam termos com propósitos que ultrapassam as barreiras da frase e da oração e alcançam outros domínios. É a partir daí que resolvemos estender o título de nosso trabalho com a segunda segmentação, intitulada “uma abordagem gramático-textual dos complementos verbais”. Pensamos em construir uma abordagem sintática que se destinasse a costurar os tecidos da comunicação *stricto sensu* (nível da frase) com os da *lato sensu* (nível do texto). Essa costura se faz necessária porque, ao pensarmos na linguagem como meio de comunicação, muitas vezes não nos damos conta de que o ato de comunicar não se restringe apenas à tarefa de transmitir informações. Quando realizamos esse ato, estamos o tempo todo buscando a adesão do outro ao nosso mundo, às nossas crenças e valores – falamos sempre para o outro porque desejamos vencê-lo, ou melhor, (COM) vencê-lo de que nossas postulações são, no mínimo, discutíveis, propensas a reflexões pertinentes: desejamos, de fato, alimentar o outro de nós mesmos, persuadi-lo e ganhá-lo para o nosso terreno. Nesse sentido, entendemos aqui a comunicação em seu sentido *lato*, de interação “homem a homem”, na qual sujeitos operam para empregar a linguagem de forma mais adequada aos seus propósitos comunicativos. No viés desse raciocínio, ao atuarmos como componentes de uma batalha entre falantes, em que se espera o vencedor, ou melhor, o “(COM) vencedor”, percebemos que o vitorioso é aquele que consegue tecer argumentos coerentes e “prender” o seu inimigo na teia que foi construída. A partir daí, podemos criar uma ilustração. Apreendido, o interlocutor, enleado na “teia” apenas destina-se ao seu cruel desfecho – ser sugado, como uma aranha faz com a sua presa já vencida.

Já que falamos de escolhas e combinações, inclusive para a formação de nosso título, percebemos que elas se enlaçam continuamente na elaboração dos discursos-textos de quem fala. E, desse caminho tecido, o que nos interessa propriamente são marcas sintáticas que ficaram nos “discursos-teias” produzidos em atos de comunicação. São elas que nos revelam as pretensões alheias no jogo interacional e nos mostram que, como nos ensinam os versos de nossa epígrafe, vivemos na e pela língua/ linguagem e nela nos descobrimos um corpo enredado de intenções urdidas pelos mecanismos de construção textual. As marcas reveladoras de intenções, nesta dissertação, consistem em vestígios sintáticos referentes aos termos que a tradição gramatical nomeia complementos verbais e adjuntos adverbiais. Faz-se importante ressaltar que este tema foi eleito como foco de nosso estudo

porque entendemos que a questão da complementação verbal ultrapassa as barreiras da gramática e alcança a organização do discurso, centralizando o falante-ouvinte no processo de criatividade lingüística como “dono” dos usos que melhor atendam aos interesses da “expressão-comunicação”.

A sala de aula e seus questionamentos fervilhantes possibilitaram o nascimento deste tema, devido ao dilema vivenciado pelos professores de Língua Portuguesa, paulatinamente divididos entre a manutenção de um ensino embasado na tradição gramatical; ou uma prática diferenciada, com contribuições das recentes correntes lingüísticas. Embora a origem desta pesquisa tenha sido pedagógica, o destino se mostra diferente: oferecer contribuições para se atingir a uma dimensão mais holística da sintaxe do português, relativamente à complementação verbal, de forma que a Lingüística e a Gramática possam caminhar juntas, sem exclusão de uma ou de outra, sem preferências essencialmente puristas ou libertárias.

Tal “casamento” é defensável, pois sabemos que a complementação verbal não constitui um item pacífico nas exposições de gramáticas e manuais de ensino; entre os alunos, é encarada, muitas vezes, como a parte mais temível do programa disciplinar, obrigatória, apenas, para se cumprirem as avaliações. Esse temor está vinculado à insistente distinção que a gramática promove entre “objetos indiretos” e “adjuntos adverbiais”, a qual contribui para uma minimalização da questão, limitando o aluno a classificações pautadas no nível do sintagma e da oração. Segundo as gramáticas mais antigas, verificamos que o conflito entre adjuntos e complementos do verbo se estabeleceu por meio das diversas acepções de transitividade e complemento e das conseqüentes interpretações de professores sobre cada uma delas. O resultado foi a criação de muitas obras que expunham uma extensa sugestão de nomes para os termos ligados ao verbo: ora agrupados sob o título de adjuntos; ora intitulados complementos; ora nomeados termos “integrantes” e “acessórios”, pautados pelo critério semântico da necessidade *versus* desnecessidade para complementar o sentido do verbo. O exame dessa problemática nos conduziu à percepção de que a oposição entre complementos e adjuntos não se constitui como um aspecto imprescindível da análise, já que precisa envolver questões semânticas, sintáticas, pragmáticas, as quais devem ser observadas nas práticas discursivo-textuais, segundo as condições de informatividade e aceitabilidade do codificador e do decodificador.

Temos como objetivos apresentar um histórico e uma análise crítica da complementação verbal, expondo as contribuições gramaticais anteriores e posteriores à N.G.B; mostrar a visão da complementação em alguns recentes manuais de ensino; destacar a associação entre a Lingüística do enunciado (Funcionalismo) e a Lingüística do texto, buscando constatar se, com o respaldo desses campos da Lingüística, podemos falar realmente em duas categorias sintáticas distintas em âmbito discursivo-textual referentes ao verbo: os adjuntos e os complementos.

No afã de alcançarmos tais propósitos, procuraremos encaminhar a pesquisa mediante a formulação das seguintes impressões que tomamos como hipóteses:

I- Para que tenhamos uma abordagem da complementação verbal sob âmbito textual, mais próxima da realidade da língua em exercício, podemos avaliar as ocorrências de preenchimento, não preenchimento (elipse) e anáfora dos termos ligados ao verbo, como recursos de que dispõem os falantes para construir seus textos mediante suas intenções?

II- As condições de uso *versus* não uso ou retomada de termos referentes ao verbo podem estar associadas aos conceitos de informação conhecida *versus* informação nova, o que nos possibilita unir as teorias da gramaticalização (Funcionalismo) e da coerência e coesão textual (Lingüística Textual)? Nesses termos, pretendemos ir um pouco mais além, com o intuito de investigar se o termos anafóricos, que retomam os CVs e ADVs, assumem comportamentos textuais semelhantes para o alcance da informatividade.

III- Há condições de apresentar uma releitura dos subprincípios de iconicidade, constituintes das etapas de gramaticalização, para reestruturá-los no nível do texto, investigando se eles contribuiriam para um esquema textual da complementação verbal?

Com o propósito de obtermos as prováveis respostas às nossas perguntas-hipótese, selecionamos como material de nosso *corpus* textos de caráter argumentativo, uma vez que intencionamos examinar os empregos ou não empregos sintáticos, por parte de quem os manipula, com intenções exclusivamente persuasivas ou convincentes, usando a linguagem para a formação de opinião, para a ação social entre os falantes. Selecionamos como material para análise, portanto, os artigos interpretativos, editoriais e as cartas dos leitores da seção “Opinião”, dos jornais *O Globo* e *O Dia*, coletados durante o período de dezembro de 2005 a setembro de 2006. A escolha desses textos foi impulsionada pela teoria discursiva de Patrick Charaudeau (1996), já que prevê a construção de sentidos como um

ato de sujeitos, em que um se dirige ao outro por trocas linguageiras propícias ao sucesso de tal ato. A seleção de recursos da língua, em prol dos propósitos dos sujeitos, já constitui uma estratégia – mesmo que despercebida – de argumentação. Empregamos tais comunicações como base para nossa investigação porque se constituem de usos lingüísticos predominantes em registro semiformal da língua portuguesa contemporânea, o que nos possibilita examinar a presença, retomada e/ ou omissão de CVs (complementos verbais) e ADVs (Adjuntos do verbo) em construções permitidas na modalidade culta e presentes na comunicação informal. Além disso, a presença do relato, total ou parcial, nos artigos, nos editoriais e nas cartas permite-nos investigar as escolhas sintático-semânticas dos verbos, orientando-nos em relação à transitividade, à percepção dos agentes, pacientes, lugares, tempos e modos, relativamente ao processo verbal. Seleccionamos vinte e dois textos argumentativos, observando como e em que circunstâncias apareciam (ou não) os CVs e ADVs. O trabalho com o exame dos dados encontrados nos conduziu à tarefa de verificar que tipo de ocorrência de complementos e adjuntos (explícitos, retomados ou substituídos por zero) predomina nos textos examinados e se esses empregos específicos podem influenciar nos graus de previsibilidade e informatividade dessas comunicações. Sendo assim, pretendemos mostrar que a opção por determinados usos, e não outros, está estritamente associada aos objetivos comunicativos e ao teor de informação nova que se deseja tornar exterior a um dado interlocutor.

Para atender às nossas pretensões, julgamos necessário organizar o presente estudo em quatro capítulos.

No **primeiro capítulo**, intitulado “**Um passeio pela historicidade da complementação verbal: CV versus ADV – é preciso lutar?**”, pretendemos explicitar as variadas interpretações e análises para o fenômeno da complementação verbal e da transitividade. Para tal, seguiremos de perto os ensinamentos da periodização de Eduardo Guimarães (2004), decidindo segmentar este capítulo em duas épocas.

A primeira expressa a evolução do trabalho da complementação pelos gramáticos anteriores à N.G.B, a partir da segunda metade do século XIX, período em que a incursão de teorias das correntes inglesa, francesa e alemã começou a ser freqüente na descrição das gramáticas do português do Brasil. Expomos o estudo dos complementos e adjuntos verbais por duas perspectivas: a dos autores de tendência libertária, com Júlio Ribeiro (1881), João

Ribeiro (1897) e Maximino Maciel (1894); e a dos de tendência purista, formada por Jerônimo Soares Barbosa (1881), Eduardo Carlos Pereira (1907). Discutiremos como as teorias européias nortearam o estudo da complementação, se já havia uma distinção entre CVs e ADVs, ou se os autores consideravam apenas um desses termos para fins de análise.

A segunda época destina-se, inicialmente, na “primeira parada” de nosso passeio, aos gramáticos anteriores a N.G.B, como Bueno (1944) e Rocha Lima (1957), além de trabalhos posteriores, até a década de 70, como Bechara (1961) e Cunha (1970). Nossa intenção, com essa seleção, consiste em avaliar como foi o impacto da nomenclatura nos estudos dos complementos, as críticas, os acréscimos e o que “ficou” nas avaliações dos autores aqui destacados. A parte posterior à segunda época, intitulada “parada dupla”, compreende inícios da década de 70 até os dias de hoje. Coletamos informações em obras que demonstram influência da Lingüística Estrutural: Macambira (1989) e Perini (1996), merecendo relevo também os trabalhos de Azeredo (2000, 2004), que incluem as orientações da Lingüística Textual, da Pragmática, além de capítulos que associam sintaxe e discurso. Com o exame da complementação verbal a partir da revisão dos trabalhos posteriores à década de 70, objetivamos verificar as modificações que essa questão sofreu com o prestígio, *a priori*, da Lingüística do enunciado e, *a posteriori*, da Lingüística do texto.

O capítulo de número dois, “Nos guardados da gramática e da lingüística: a complementação e a adjunção verbal na gramática tradicional e na gramática de valências”, permitiu-nos apurar como os conceitos de transitividade e valência, à luz das teorias lingüísticas, podem nos auxiliar na interpretação de sintagmas preposicionados, já que o confronto entre CVs x ADVs se realiza justamente quando os termos ao verbo associados são encabeçados por preposições. O alvo pretendido alude à observação dos elementos que caracterizam sintaticamente o verbo, os quais mudam, dependendo da ótica da tradição e da gramática de valências. É nesta seção que apresentamos as distinções entre essas duas propostas, para expormos as nossas próprias considerações acerca do que entendemos como “sintagmas preposicionados complementos” e “sintagmas preposicionados adjuntos”, procurando discutir se, em nível frásico e sintagmático, podemos falar em uma ausência ou presença de distinção entre as funções examinadas. Para avaliarmos até que ponto complementos e adjuntos constituem fatores determinantes (ou não) da transitividade de um

verbo, embasamo-nos em Vilela (1991) e Busse e Vilela (1986), no que concerne ao conceito de valência sintática e semântica; em Neves (1999, 2002), a respeito das considerações funcionalistas sobre a sintaxe, mediante relação gramática/ discurso; finalizando nossas postulações com Halliday (1976), acerca da concepção de transitividade, com base nas funções que a língua/ linguagem pode assumir nas produções interativas.

O terceiro capítulo, “Do texto ao TEXTO: o funcionamento textual dos actantes verbais” abrange os principais aspectos da Lingüística Funcionalista e da Lingüística Textual, propondo uma associação entre forma e conteúdo para a expressão da informatividade. Consideramos que não há comunicação bem sucedida se os usos da FORMA não forem compatíveis aos propósitos do CONTEÚDO.

Sendo assim, nos itens iniciais, mostramos que é a intencionalidade o fator que medeia a relação ESTRUTURA-SIGNIFICADO, havendo a necessidade de expormos o trabalho inicial que o Funcionalismo apresenta sobre essa questão: focalizamos os subprincípios da iconicidade, tendo como referência Givón (1995) e Martellotta (1996, 2003), além da teoria da frase funcional de Halliday (1976). Buscamos, de forma primordial, associar a previsibilidade e a imprevisibilidade, nos moldes dos critérios da gramaticalização, ao conceito de tema (informação dada) e rema (informação nova), com base em Halliday. Articulando os trabalhos do Funcionalismo, estabelecemos a nossa própria consideração do que seja “dado” e “novo”, para posteriormente aplicarmos no nível do texto, em associação aos conceitos de informatividade e continuidade tópica.

Nos itens finais deste capítulo, abordamos a relação FORMA-CONTEÚDO por meio da associação entre coerência e coesão textual, para enfocarmos, especificamente, como a informatividade, aceitabilidade e situacionalidade são trançadas nas tramas comunicativas, com os mecanismos sintáticos de remissão e substituição de complementos e adjuntos do verbo. A coesão referencial, portanto, auxiliar-nos-á a interpretar as ocorrências (ou não) desses elementos tanto na forma sintagmática quanto na forma de retomada, pelos diversos tipos de anáforas. Para tal, torna-se pertinente consultar trabalhos como os de Koch & Travaglia (1997), Koch (1998) e Costa Val (1991). Buscando avaliar a continuação de sentido e a progressão textual com os empregos explícitos, implícitos ou por retomada da adjunção e complementação, empregamos, inclusive, o conceito de continuidade tópica, com base em Azeredo (2000) e Givón (1995). É neste capítulo que elaboramos um

esquema da complementação verbal em nível textual, cuja construção se alicerça por meio dos exemplos dos textos que compõem o nosso *corpus*. Faz-se imprescindível verificar os empregos (ou não) de complementos e ou adjuntos do verbo como resultados de manipulações de um EU para afetar um TU, em situação real de comunicação, buscando investigar como esses termos sintáticos se comportam no tecimento do discurso-texto daqueles que se comunicam.

No último capítulo, intitulado “Análise de TEXTOS” trabalhamos a aplicação de nosso esquema textual em oito textos-exemplos do referido *corpus*, utilizando-nos de contribuições de Azeredo (1999-2000) e Koch (1996) e da nossa própria determinação sobre o conceito de complemento e de informatividade, de forma a melhor embasar o esquema da complementação verbal. É nesta última apresentação que também expomos o quadro dos verbos coletados nos quatro textos mencionados. Nesse empreendimento, contamos com as orientações dos dicionários e manuais de regência de Francisco Fernandes (1942), Carlos Góis (1938).

Acreditamos que nossa pesquisa apresente contribuições aos estudos gramaticais e lingüísticos porque realiza uma exposição sobre a historicidade da complementação verbal nas gramáticas brasileiras, podendo ser útil a trabalhos gramaticais posteriores, com intenção pedagógica e descritiva. Ademais, cremos somar a pesquisas na área da História das idéias Lingüísticas, em virtude de uma exposição do processo de constituição da idéia da complementação verbal, explicitada por meio de uma seqüência memorialística – embora as nossas intenções se valham desse processo de constituição dessa idéia apenas para alcançar e estudar o produto dele resultante.

Apresentamos contribuições, inclusive, com uma releitura dos subprincípios funcionalistas da iconicidade, mostrando que essa teoria não se aplica somente a textos da modalidade oral da língua, sendo igualmente propícia a textos de discurso planejado, formal ou semiformal na expressão da língua portuguesa. Além disso, essa reestrutura possibilita uma aplicação desses subprincípios não só ao nível do sintagma e da oração, mas, sobretudo, nas ambiências discursivo-textuais.

Também podemos dar relevo às nossas orientações no sentido de considerar que as possibilidades discursivas se externalizam consoante a interpretação de sintagmas e suas referências coesivas, relativas ao posicionamento, preenchimento e não-preenchimento de

estruturas gramaticais no texto. Apontamos, entretanto, que este trabalho constitui uma elaboração embrionária da expressão textual da complementação verbal.

Na medida que os elementos da gramática são empregados com sucesso para minimizar a distância entre expressão (Eu) e comunicação (sociedade), cremos que a batalha entre os comunicadores cessa. Retornando àquela aula de Língua Portuguesa, mencionada no início desta seção, pensamos que, a partir do momento no qual os usuários da gramática se preocupam menos em encará-la como um depositário de regras, usando-a para satisfazer seus ideais comunicativos, não há mais razão em tentar responder à pergunta “Para que um sujeito aprende um objeto?” – isso já foi entendido, porque se sabe que foi alcançado o primado supremo da linguagem: comunicar, entender e ser entendido. E isso só é possível à luz do uso proficiente dos indispensáveis recursos gramaticais.

2. UM PASSEIO PELA HISTORICIDADE DA COMPLEMENTAÇÃO VERBAL : “CV VERSUS ADV – É PRECISO LUTAR”?

A memória é a gaveta dos guardados, repito para sublinhar. Também é interrogação.
 (...) A memória pertence ao passado. É um registro. sempre que a evocamos, se faz presente, mas permanece intocável, como um sonho
 Iberê Camargo¹.

Quando pensamos na palavra memória, logo nos surgem eventos vinculados à idéia de lembrança: um episódio marcante de infância, o primeiro dia na escola, ou um pedido de casamento. Fatos que permeiam nossas mentes, as “gavetas dos guardados”, e que nos trazem em seu bojo o resgate da história de nossas vidas. Ao repetirmos o mesmo exercício – só que desta vez não escolhendo um evento, mas uma só palavra que podemos associar à “memória” – obviamente, pelo menos em um primeiro momento, pronunciaríamos termos como “lembrança”, “recordação”, “passado” e muitos outros que carreguem um sentido parecido com os das palavras-exemplo. No entanto, é pouco provável que o termo “esquecimento” desponte em nossa mente como similar à idéia de memória. Ao contrário, o esquecimento nos parece justamente o oposto de memória.

Essa aparente brincadeira de associar eventos e palavras ao conceito mais usual de memória – faculdade de conservar e reproduzir as idéias, imagens ou conhecimentos anteriormente adquiridos –, serve-nos de âncora para a seguinte discussão: é o esquecimento, no caso de nosso estudo, que produz efeitos de sentido, que serão o ponto de partida para construirmos a nossa memória, preencher nossas gavetas. Memória, então, deve ser entendida aqui não no sentido como geralmente os falantes a concebem, mas sim como a materialidade discursiva de acontecimentos diversos, a qual pode ser ressignificada, reconstruída, apagada e, sobretudo:

(...) estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PECHÉUX, 1999: 52)

¹ CAMARGO, Iberê (2001). In: NESTROVSKI, Arthur (Org.). *Figuras do Brasil: 80 autores em 80 anos de Folha*. São Paulo: Publifolha.

Os implícitos que desejamos resgatar dizem respeito às diversas paráfrases e contra-discursos suscitados acerca do conflito entre complementos e adjuntos, que foram apagados devido à opacidade que se instaurou após o advento da N.G.B. O simples fato de encontrarmos, atualmente, nas gramáticas e manuais de ensino “objetos indiretos” e “adjuntos adverbiais” descritos como termos integrantes e acessórios, respectivamente, mascara uma situação, como se sempre os estudos gramaticais tratassem dessa forma os termos referentes ao verbo. Excetuando a ambiência acadêmica, muitos alunos (e até professores!) se esquecem de que, nos bastidores das produções gramaticais do Brasil, há uma história que vem justificar as origens da complementação e da adjunção verbal e o berço de suas intermináveis análises comparativas.

O esquecimento da origem dessa questão nos motivou a embarcar nos trilhos da gramatização brasileira, nos termos de Guimarães (1994 e 2004), para investigarmos quais conceitos da sintaxe motivam as diversas formulações da concepção de complemento. Segundo esse autor, citando Auroux²:

Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares do nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário. Este é o momento em que as gramáticas e dicionários se fazem tendo em vista a questão da língua no Brasil. (Sylvain Auroux – *apud* Eduardo Guimarães, 1994: 16)

Sendo assim, são as gramáticas, registros da nossa historicidade lingüística, que embasam a estruturação de uma provável memória da complementação verbal, para a revisão dos conceitos de complemento e da investigação da batalha entre estes e os adjuntos. Cabe ressaltar que a nossa breve incursão na produção gramatical brasileira elege o século XIX, mais precisamente a segunda metade, por ser essa a época em que o processo de gramatização é remodelado, caracterizando-se, de um lado, pela busca da autonomia lingüística do Brasil em relação a Portugal, com a influência de idéias científicas de outros países europeus (sem a exclusividade da antiga Metrópole); e, por outro lado, pela instituição escolar brasileira, com a fundação do Colégio Pedro II.

Partiremos ao encontro da primeira época visitada: a segunda metade do século XIX até a terceira década do século XX. Cumpre esclarecer que nossa sumária historização dos

² GUIMARÃES, E. (1994). *Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: a Gramatização Brasileira. Língua e Cidadania*. Campinas, Pontes.

complementos verbais não coincide com a exata segmentação dos séculos, mas sim dos acontecimentos de variadas ordens que motivam produções gramaticais, que vão apresentando acréscimos, novidades (ou não), ao nosso objeto de estudo.

Sigamos adiante, em viagem pelas produções brasileiras de então.

2.1. Primeira época: a modernidade e o estudo da complementação verbal.

Suponhamos atuar como professores, ou melhor, como discentes, em pleno século XIX e inícios do próximo século. Nossa principal tarefa seria identificar a função sintática que o termo preposicionado sublinhado desempenha na oração. Chegaríamos à conclusão de que essa função poderia receber vários nomes, dependendo da gramática que usássemos como referência. Uma simples oração como *A professora precisa de recursos*, renderia uma infinidade de nomes:

- 1) Adjunto adverbial.
- 2) Objeto indireto em função adverbial.
- 3) Complemento terminativo de relação.
- 4) Complemento terminativo
- 5) Objeto direto (Oiticica)³
- 6) Atributivo do objeto direto. (Oiticica)
- 7) Complemento indireto.
- 8) Complemento objetivo indireto.
- 9) Complemento relativo.
- 10) Complemento preposicionado do verbo.

Já que falamos em memórias, anteriormente, observamos o quão torturante seria a um aluno, ou pesquisador do português, guardar todos esses nomes. Daí, a aversão que muitos têm pela antiga “análise lógica” e a criação do mito de que ela “somente serve para decorar”, mas não têm fins aplicativos no cotidiano. Essa enxurrada de nomenclaturas se

³ Sobre essa classificação, José Oiticica em seu *Manual de análise* (1919), adverte que o objeto indireto merece um estudo mais acurado, já que esse termo não é uma nova função. Ou é parte do acusativo latino (OD) ou corresponde ao próprio acusativo: “Em frases como *preciso de luvas; careço de dinheiro*, etc. tais objetos são, em tudo, diretos, resto de um complemento terminativo preso a um substantivo correspondente: tenho precisão de livros. O *de* é mero vestígio do complemento terminativo necessário à relação entre substantivos, mas dispensável com o verbo. (...) Daí resulta que hoje os complementos precedidos de *de* ou são atributivos ou adverbiais, ou, como no caso em questão, objetos diretos de verbos.” (OTICICA, 1955: 210).

deve às confusões que se estabelecem entre as distintas conceituações de transitividade e o conceito de regência verbal. Transitividade e regência, portanto, seriam os pilares da formação do sentido de complemento, que varia de gramática para gramática. Antes de expormos, entretanto, o tripé da complementação (duplo conceito de transitividade e o de regência), retomemos a nossa viagem pelo século XIX, mostrando os principais acontecimentos políticos e institucionais, que nortearam os estudos de língua/ linguagem no Brasil, traçando a nossa breve historicidade da complementação verbal.

Tanto na periodização de Guimarães (2004), quanto na de Nascentes (1939), a *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro (1881), é mencionada como marco dos estudos da língua / linguagem do Brasil. Essa obra assinala em seu prefácio a influência das doutrinas modernas e do método histórico-comparativo, como novo norteador para as idéias lingüísticas. Desse modo, o idioma do Brasil passa a ser tratado não só como a língua dos brasileiros, mas também como objeto científico, propício ao exame e à investigação. O caos em que se instaura a modernidade, caracterizada tanto pela evolução científica, quanto pela manutenção de certos valores passadistas, também é reconhecido na constituição histórica do Português brasileiro – de um lado, encontramos estudiosos adeptos às novidades européias francesas, inglesas e alemãs, pela necessidade de se montar materiais lingüísticos que registrassem e descrevessem as idiossincrasias de nosso idioma; de outro, verificamos um fato decisivo no processo de gramatização brasileira: a criação, em 1887, do programa de português para os exames preparatórios e concursos públicos, organizados por Fausto Barreto, segundo o diretor geral da Instituição Pública, Emídio Vitorio. A partir de então, muitas gramáticas passam a seguir as determinações do programa, o qual se apresenta bastante flexível no que diz respeito à inclusão de novas diretrizes, rompendo com a tradição portuguesa das gramáticas filosóficas. Júlio Ribeiro, adepto ao novo pensamento europeu, em sua já citada gramática, informa-nos:

As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições do uso da língua. Para afastar-me da trilha batida para expor com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernáculo, não me poupei a trabalhos. (...) O sistema de syntaxe é o sistema germânico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por Mason e adoptado por Whtiney, por Bain, por Holmes, por todas as summidades da grammaticografia saxônica. (RIBEIRO, 1881: 2).

Ressalte-se que acontecimentos como a fundação da ABL, em 1897, e as produções de estudiosos da língua/ linguagem, na imprensa, sobre “o que se não deve dizer” instauram a mítica do “bom uso” da língua que se fala no Brasil. Seguindo-se a estes fatos, posteriormente, deparamo-nos com os polêmicos debates, entre brasileiros e portugueses, sobre luta do “certo x errado” no emprego do idioma. Destaque para o debate entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, a respeito da redação do código civil, em 1902. Esses episódios reincorporam as posturas puristas em torno das questões sobre a língua/ linguagem e as retomadas das gramáticas filosóficas, de base na tradição gramatical, como as obras de Jerônimo Soares Barbosa (1884) e Eduardo Carlos Pereira (1907). Paralelo a esse resgate do conservadorismo, surgem estudos de preocupações dialetais, com destaques aos elaborados por Amadeu Amaral (1920), Souza da Silveira (1923), Nascentes (1930)⁴ e Mário Marroquim (1934)⁵.

Essa breve viagem nos permite verificar que podemos orientar os estudos gramaticais, segmentados entre os “libertários” e os “puristas”. O processo de gramatização no Brasil consiste em uma forma de independência lingüística em relação a Portugal, mas está associado a fatores extralingüísticos, como a política e eventos institucionais. O que nos interessa, propriamente, é reconhecer se as vertentes de ênfase purista e libertária já trabalhavam o confronto entre adjuntos e complementos e como as diversas diretrizes dessas ordens compõem a historicidade do conceito de complementação. Apesar de a gramatização envolver as noções de história, nação e sujeito, o aprofundamento dessas questões não corresponde a uma das linhas de raciocínio de nosso trabalho. Apenas desejamos saber como o conflito “certo contra errado” e os conceitos de transitividade e regência se mostram guardados nas gavetas de nossa memória gramatical. De viajantes a arquitetos, moldemos as nossas considerações.

⁴ Referimo-nos, respectivamente, às seguintes obras: *Dialeto Caipira, Lições de Português e Estudos Filológicos*.

⁵ MARROQUIM, Mário (1934). *A língua do Nordeste*. 3. ed. Curitiba: HD Livros.

2.1.1. Autores de vertente libertária.

• Júlio Ribeiro.

Na *Grammatica Portugueza* (1881), Júlio Ribeiro emprega o que chamamos “primeiro conceito de transitividade” para estruturar as noções de objeto e adjunto. Para alguns gramáticos, a transitividade diz respeito a um processo em que um verbo é capaz de “transitar” da voz ativa para a voz passiva. Apesar da defesa das doutrinas de então nos estudos de língua/ linguagem, Ribeiro opera com um conceito das antigas gramáticas latinas e apresenta uma contribuição no sentido de reformular didaticamente essa orientação enriquecida pelas lições européias. Afirma que a sintaxe se faz com base no verbo e com as relações entre as palavras de uma oração as quais podem ser subjetivas, predicativas, atributivas, objetivas e adverbiais, interessando-nos as duas últimas:

A relação objectiva é a relação em que está para com um verbo de acção transitiva o objecto a que se dirige, ou sobre que se exerce essa acção nesta sentença: *o cão levantou a cabeça*. O substantivo está em relação objectiva para com o verbo levantou. a palavra que está em relação objectiva para com verbo chama-se objecto ou paciente desse verbo. A relação objectiva não é indicada pela preposição *a*: *Enéias veio a turno*. (RIBEIRO, 1881: 226)

Constatamos que a relação objectiva somente diz respeito ao que hoje conhecemos por objeto direto. Os demais termos, preposicionados e circunstanciais não preposicionados, ligados ao verbo, incluem-se na relação adverbial. Por essa exposição de relações mediante o primeiro conceito de transitividade, percebemos que os atuais objetos indiretos e adjuntos adverbiais já se apresentavam como termos equivalentes segundo o aspecto formal, por estarem acoplados a verbos intransitivos, ou não apassiváveis, na oração. Mas a proximidade entre ambos os termos também foi caracterizada pelo autor semanticamente, estabelecendo a total similaridade entre eles:

Relação adverbial é a relação em que está para com um adjectivo, verbo ou advérbio, a palavra phrase ou clausula **que qualifique esse adjectivo, verbo, advérbio, ou clausula** [grifo nosso]. A relação é expressa:

- 1) Por advérbio: Ele combateu esforçadamente.

2) Por substantivo precedido de preposição: Paulo gosta de fructas; Pedro escreve com gosto; César foi louvado por Cícero.” (Idem, ibidem).

Os elementos que, após a N.G.B, foram consagrados como OI⁶ e ADV são qualificadores do verbo, noção semântica que se contrapõe à de “termos integrantes” x “termos acessórios”, conforme os ensinamentos atuais. Teríamos a classe das relações adverbiais demarcadas, então, por critérios formais e semânticos de não passividade e qualificação, respectivamente, segundo o esquema abaixo que reproduzimos, com foco na complementação e adjunção verbal, em acordo com os apontamentos de Júlio Ribeiro:

Transitividade 1 → **complemento:** termo que está associado ao verbo transitável para a voz passiva – **APENAS OBJETO DIRETO.**
 → **adjunto:** termo associado aos verbos intransitivos – **OI e ADV.**

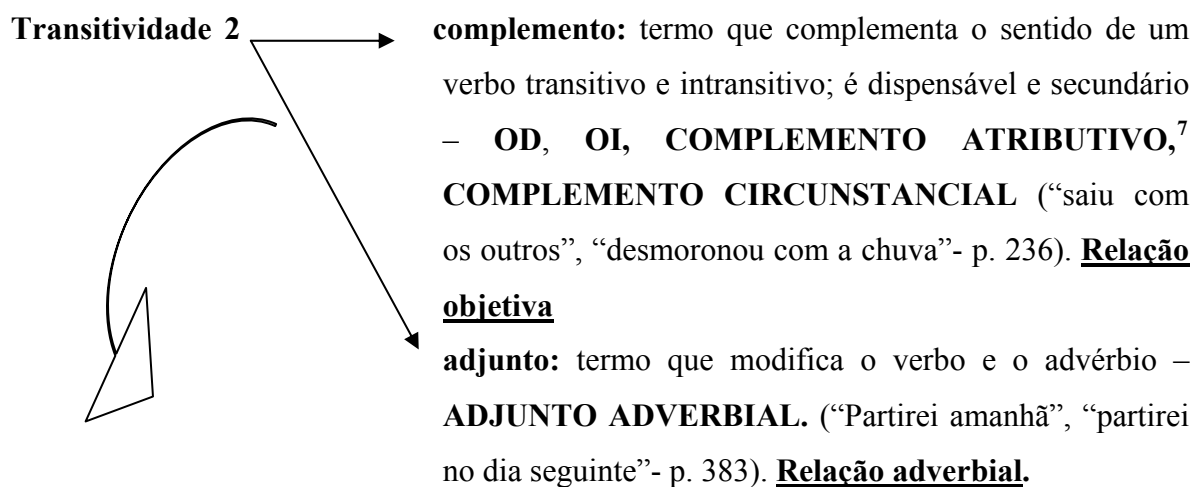
- **João Ribeiro.**

Em sua *Grammatica Portugueza, curso superior* (1887), João Ribeiro declara que os verbos transitivos e intransitivos constituem as bases da relação predicativa, aquela que se estabelece entre sujeito e predicado, mas que podem compor predicados de significação completa ou incompleta. Notamos, então, que ele se vale do “segundo conceito de transitividade”, sendo considerado verbo transitivo aquele que tem “complemento no qual se emprega diretamente a ação predicativa” (RIBEIRO, 1887: 96), tornando plena a semântica verbal, e intransitivo o verbo que exprime “predicação por si só completa ou com complemento indirecto: durmo; vou a Roma.” (idem, ibidem). Muitas confusões terminológicas, entretanto, insistem em permanecer, a começar pela segmentação dos complementos:

Complementos → direto
 → indirecto – pessoa ou coisa em vista da qual a ação se realiza.
 → circunstancial – indicativo de tempo, modo, lugar, etc.

⁶ Ao nos determos no conflito ADV (adjunto do verbo) x CV (complemento do verbo), consideramos como CVs apenas o que nomenclatura sistematiza sob o rótulo de OI (objeto indirecto), que incluem: OI propriamente dito e complemento relativo, nos termos de Rocha Lima. São esses elementos dos quais nos ocuparemos em comparação aos tradicionais adjuntos adverbiais.

Se o OI representa semanticamente o beneficiado ou prejudicado pela ação verbal, a expressão “a Roma”, exposta anteriormente, não caberia como exemplificação do conceito de “complemento indireto” e sim “circunstancial”. Ademais, sendo os adjuntos adverbiais, no capítulo “Syntaxe” (p. 236), descritos como termos que modificam o verbo e o adjetivo, quais seriam os reais limites em considerar o sintagma grifado por nós em “caminhou **duas léguas**” um ADV, se o termo preposicionado de “passei pela ilha” igualmente estende a significação verbal, alterando o seu valor semântico-lexical? Ou ainda, seria de fato pertinente a um leitor dessa gramática diferenciar os complementos de circunstâncias dos adjuntos do verbo; ou os demais objetos dos ADVs, dado que todos são exímios modificadores verbais? As confusões se atenuam nas declarações de que os complementos constituem “elementos secundários, dispensáveis e que nem sempre ocorrem no período.” (p. 233), e no reconhecimento de que eles integram a relação adverbial, na qual está incluso “um caso especial, digno de nota, a relação objetiva, que também modifica o verbo” (p. 382). Se os complementos possuem valor semântico similar aos adjuntos, inclusive sendo caracterizados pela mesma relação (adverbial), não há motivos para empregar nomes distintos. O que presenciamos são roupagens distintas que vestem as mesmas naturezas; matérias diversas para caracterizar as mesmas essências. A exposição de João Ribeiro, ao que parece, oferece-nos mais obscuridades do que esclarecimentos. Em suma, podemos esquematizá-la da seguinte forma:



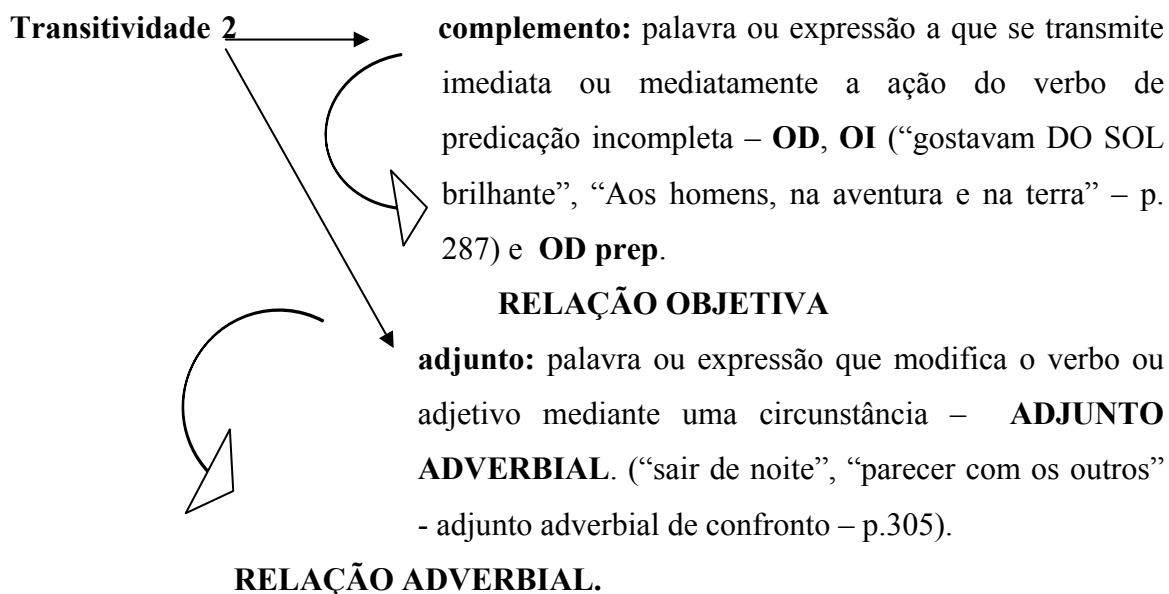
RELAÇÃO ADVERBIAL

⁷ Atual predicativo do objeto.

Ao operar o conceito de “transitividade 2”, vemos uma tentativa de separação de funções, embora elas se confluam, posteriormente, na mesma relação (adverbial), assim como dois rios desembocam suas águas um no outro e, depois, do encontro das águas, não se reconhecem mais naturezas díspares.

- **Maximino Maciel**

Em 1894, por meio da *Grammatica Descriptiva*⁸, Maximino Maciel parece reordenar algumas contribuições de João Ribeiro, com determinados acréscimos, conforme as orientações da época, por julgar que “lhes falte o espírito de syntese, clareza e coordenação sistemática: são mais trabalhos de inimitável paciência.” (MACIEL: 1894, 506). Maciel discrimina que a função objetiva compreende o OD, OI, OD preposicionado e, referente ao nome, o objeto nominal; já a função adverbial abarca os adjuntos atributivos e adverbiais. Apesar da clara sistematização, o autor ainda considera ambas as funções acessórias “pois aparecem apenas para modificar e desenvolver ora o sujeito, ora o predicado.” (Idem, 276). Assim, sintetizamos:



⁸ Antes, publicada como *Grammatica Analytica*, em 1887.

Apesar de tentar ordenar a sintaxe dos complementos, Maciel ainda apresenta certas circunstâncias adverbiais, como a de “confronto”, que apenas alargam as listas de classificações, mas não esclarecem. Tais incongruências, na normatização e descrição dos termos ligados ao verbo, conduzem-nos à certeza de que, entre complementos e adjuntos, encontramos mais similaridades do que as divergências, que os autores insistem em preservar.





Por meio da investigação dos autores de tendência libertária, percebemos que a distinção entre complementos e adjuntos se iniciou com a adesão às doutrinas européias, na maioria excetuando as portuguesas, para constituição de uma gramática do português do Brasil. O termo adjunto, nomenclatura da corrente inglesa, discriminava a mesma função que a corrente francesa nomeava complemento; o resultado foi uma miscelânea entre critérios formais e semânticos; relações objetivas e adverbiais. Daí, verificamos que sempre houve uma tendência de se estabelecer uma distinção, seja somente entre o complemento paciente (OD) e os demais termos (sob rótulo de adjunto), com o conceito de “transitividade 1”; seja com as diferenças semânticas de “preenchimento” do verbo ou de “modificador” do verbo, com o conceito de “transitividade 2”. Nesse emaranhado de nomes e funções, a única certeza que prevalece é de que, na maioria das exposições, o que conhecemos como OI e ADV têm seus sentidos e funções igualadas, em geral, assim como dois rios que se cruzam passam a constituir-se da mesma água.


2.1.2. Autores de vertente purista.

- **Jerônimo Soares Barbosa.**

Na obra de Barbosa, a *Grammatica Philosophica da Língua Portueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem* (1881), destacamos o capítulo III, destinado à sintaxe, ou coordenação de palavras, segundo o autor. Tal capítulo se inicia com algumas explicações sobre a “syntaxe de regência”, em que esclarece: “reger quer dizer *determinar* e demandar alguma coisa (...). Onde há regência necessariamente há de haver partes regentes e partes regidas.” (BARBOSA, 1881: 275). A partir de então, encontramos o trabalho com a terceira base do conceito de complemento – a concepção de regência. O que muda, ao embasar as considerações da complementação por este alicerce, é

atribuir à preposição um valor importante na junção de palavras. Quando se operava com a “transitividade 2”, consideravam os autores esta uma propriedade dos verbos exigirem complementos com ou sem preposição. Ao considerar a regência, o que passamos a ter é o verbo que “pede” ou não uma preposição. Embora já em Maciel (1894) notemos uma menção à presença ou ausência de preposição, em relação à ligação entre complemento e verbo, em Barbosa esta não é considerada apenas um instrumento de ligação: constitui um fator determinante na identificação da função sintática examinada. Diz o autor que “a preposição também de sua natureza relativa, pede não só um termo conseqüente que complete sua relação, mas também um antecedente, a quem ela mesma com seu conseqüente sirva de complemento.” (Idem, 275). Assim, Barbosa vai além ao trabalhar com regência, ao declarar que a ligação importante é a que se faz entre a preposição e o termo-núcleo ao qual se liga e não ao próprio verbo. A respeito da independência das preposições, o autor ainda lembra que as línguas grega e latina mostravam as diferentes relações sintáticas por meio do sistema de casos: “o que elles faziam pelas terminações acrescentadas nos fins do nome, fazemos nós pelas preposições.” (Idem, 276). A natureza do elemento preposicional passa a ser um fator determinante na distinção e no reconhecimento dos complementos verbais, assemelhando-se ao sistema de casos da análise clássica. Segue abaixo o esquema da complementação de Barbosa, reorganizado por nós:

- **Regência co-relativa**  complemento objetivo: acusativo latino - sem preposição
- **Termos principais**  complemento terminativo: dativo - com preposição.
- **Regência relativa**  complementos circunstanciais: ablativo - com preposição.
- **Termos acessórios**  complemento restritivo: genitivo - com/ sem preposição.

 apoio do conceito de “transitividade 2”

Chamamos atenção para o fato de que não há a menção à nomenclatura “adjunto”; ademais, salientemos que o complemento terminativo compreende somente as palavras associadas às preposições *a, para, por, de, com, contra*, segundo o autor, e que o circunstancial abrange “qualquer palavra ou oração precedida de preposição, qualquer que

esta seja, e junta a qualquer verbo ou adjetivo sem ser pedida pela sua significação.” (Idem, *ibidem*). Cumpro ressaltar que Barbosa, além de empregar valorativamente a noção de regência para propor uma unificação do conceito de complemento, conceitua essa função sob influência da segunda noção de transitividade, como termo que é exigido ou não pela significação verbal.

• **Eduardo Carlos Pereira.**

O autor, por meio de sua *Gramática Expositiva: curso superior* (1907), toma como alicerce de seu estudo os ensinamentos de Barbosa e continua a propor a presença da nomenclatura única “complementos”. Podemos destacar que Pereira, apesar da tendência purista, tenta inserir e reordenar algumas influências relevantes das doutrinas da época e do método histórico-comparativo, sendo por esse motivo o gramático mais consultado após a elaboração do programa para o exame do português, já que revitaliza certas orientações da tradição sem recusar certas informações de então. Percebemos um detalhamento muito extenso em relação aos tipos de complementos, fator que contribui para o aspecto impreciso da complementação verbal nesta gramática. Apesar de pequenas diferenças entre os dois autores, verificamos que a segmentação entre complementos, sob viés semântico, insiste em prevalecer. Resgatando Barbosa, por exemplo, verificamos que o autor faz a distinção dos grupos de complementos em terminativo/ objetivo e restritivo/ circunstancial:

Os dois complementos, objetivo e terminativo, de que acabamos de falar, são os únicos regidos e determinados pelas partes regentes, e como tais os únicos também necessários e indispensáveis para completar a significação das mesmas, a qual sem elas ficaria por completar e suspensa.

Os dois seguintes, porém, que são complemento restritivo e circunstancial não são determinados nem regidos por parte alguma da oração, mas adicionados a elas por quem fala ou escreve, para lhes modificar e mudar a significação, já restringindo-a, já explicando-a e ampliando-a.

(BARBOSA, 1975: 280).

Jerônimo Barbosa, portanto, apresenta apenas uma delimitação nos grupos dos complementos, segundo o quesito semântico de “opcional” e “não-opcional”. Eduardo Carlos Pereira já oferece uma sistematização mais acurada desse ensinamento, expondo

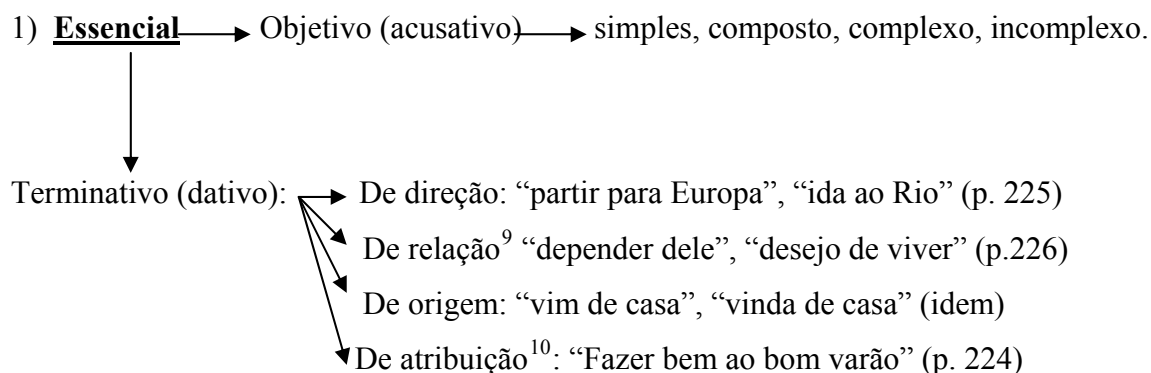
mais tipos de complementos. Embora considere que as distintas nomenclaturas “complemento”, “completivo” e “adjunto” nomeiam a mesma função sintática, explica Pereira que os dois últimos nomes já foram empregados para descrições diferenciadas:

O termo adjunto é de moderna importação, porém vai-se generalizando o seu uso; vem do particípio irregular do verbo adjungir = jungir a. Traz a idéia de palavra que se prende a outra, como os adjetivos e advérbios para modificar-lhes o sentido. É mais aplicado às funções atributivas e adverbiais. Complemento ou regime são expressões mais antigas e aplicam-se comumente ao objeto e às expressões ligadas por preposições. (PEREIRA, 1940: 219)

As lições dos autores de influência purista nos permitem considerar que estes fazem prevalecer o conceito de regência na formulação da complementação e que as diferenças semânticas, porém, prevalecem, só que agora de complemento para complemento, por influência da noção de “transitividade 2”.

A categoria de OI ora é assemelhada ao OD, devido ao critério semântico da “necessidade” para complementação do verbo, ora aos ADVs como termos secundários, qualificadores ou limitadores do léxico verbal. Com base no conceito de regência e no sistema de casos latino, Pereira nos apresenta a seguinte visão dos atuais OI e ADVs, que se segmentam e sub-segmentam nas seguintes funções sintáticas:

Complemento: termo que inteira, limita ou determina a significação da palavra a que se junta. Base no conceito de regência e de “transitividade 2”. Os complementos segmentam-se em:



⁹ Complemento “relativo” para alguns gramáticos; em Pereira, destina-se a verbos e a nomes.

2.2 Segunda época: chegando à N.G.B e às recentes contribuições lingüísticas.

Avançando a viagem pelo tempo, desembarcamos nos anos 30 do século XX com parada obrigatória, posteriormente, nas proximidades dos anos 70, tempo em que já começam a ser visíveis influências de diversas correntes lingüísticas em nossas gramáticas. Retomamos a viagem a partir dos anos 70 e é na atualidade que aterrizamos, trazendo dessa última parada considerações sobre obras de cunho estruturalista e de larga influência da Lingüística Textual, com ressalva às conseqüentes mudanças na teoria da complementação.

Esta época foi delimitada sob auxílio da periodização de Eduardo Guimarães (GUIMARÃES, 2004: 30), por considerarmos os anos iniciais e finais deste período decisivos para a historicidade da complementação verbal. Em 1934 e 39 são implantados os primeiros cursos de Letras na USP e na Universidade do Brasil, respectivamente, estimulando uma nova visão sobre os estudos de língua/ linguagem, já que esta passa a ser alvo de pesquisas, não sendo reconhecida essencialmente como a língua de uma nação. As gramáticas passam a mostrar uma certa preocupação em sistematizar as descrições e normas do português. Dentre elas citamos a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, publicada pelo professor Rocha Lima em 1957, tomada como inspiração para o estabelecimento da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, em 1959. Esta época nos permite colher informações referentes às novas funções reconhecidas dentre a categoria dos objetos indiretos, presentes nas obras anteriores à nomenclatura; além do impacto que essa radical sistematização causa nos estudos posteriores. Outro acontecimento decisivo na formação das idéias da complementação verbal é a publicação, em 1941, da primeira edição de *Princípios de Lingüística Geral*, do professor Mattoso Câmara, a qual constitui um marco dos estudos de Lingüística no Brasil, mais precisamente do Estruturalismo. Até os anos 60, percebemos uma grande quantidade de estudos dialetais e dicionários dos falares brasileiros, mas apesar da consciência da variedade, prevalece o reconhecimento de uma unidade na língua. Sigamos adiante no exame das gramáticas observadas em nossa “parada única”.

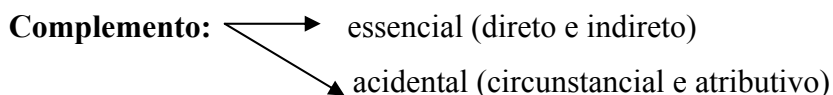
2.2.1. Parada única: passando e ficando pela N.G.B?

• Francisco da Silveira Bueno e Carlos Henrique da Rocha Lima: as gramáticas normativas.

A *Gramática Normativa* de Silveira Bueno (1944) mostra-nos como um dos objetivos específicos “apenas esclarecer, simplificar, modernizar este ensino, tornando-o fácil ao tempo” (BUENO, 1944: XV), manifestando-se contra as nomenclaturas excessivas que corroem o aprendizado e ensinam os alunos “a língua que eles nunca falarão.” (Idem, ibidem). No capítulo “Palavras necessárias”, Bueno afirma ser Júlio Ribeiro o “desbravador” dos estudos científicos e Maciel o “orientador”, mas reconhece que é Eduardo Carlos Pereira o responsável por organizar os estudos no campo ginásial, falhando apenas por expor infinitas terminologias. Com essas informações, Bueno corrobora o teor reducionista de sua obra, sobretudo em relação à sintaxe dos complementos, que se mostra em nomenclaturas suficientes. E ainda alfineta os que se ocupam de tornar a sintaxe um estudo partitivo em nomes múltiplos:

Costumam os amantes das terminologias e das subdivisões apresentar várias espécies de complementos indiretos, tais como: de atribuição, de direção, de origem, de relação, etc. (Eduardo C. Pereira, 224) – que servem apenas para dificultar o estudo da língua. Consideramos todo e qualquer complemento indireto como terminativo ou simplesmente indireto. (BUENO, 1944: 234).

O complemento seria, então, o termo que integra, limitando e precisando a significação de outro elemento da oração:



Não se faz necessário nos alongarmos sobre as considerações de Bueno, já que ele apresenta uma formulação muito próxima às de autores já referidos. Interessa-nos somente o fato de que essa gramática antecedeu a de Rocha Lima, da qual se apresenta completamente distinta. Lima afirma a distinção entre ADV e OI e ainda preserva, sob reordenação diferenciada da de Eduardo Pereira, as segmentações dos termos

preposicionados em complementos circunstanciais (antigos complementos indiretos de direção e origem); complementos relativos (antigos complementos de relação, só que sob essa nova versão, destina-se exclusivamente aos verbos); e objeto indireto (antigo complemento de atribuição). Cumpre lembrar que, apesar das distinções entre as produções normativas da época, somente foi a Gramática de Lima que serviu de base à elaboração do anteprojeto da N.G.B, por apresentar um reestudo dos fatos gramaticais de forma sistematizada e substancial, atendendo a todos os níveis de ensino.

Rocha Lima, para fundamentar as necessárias segmentações dos termos verbais preposicionados, elenca alguns traços de reconhecimentos dessas funções, expondo que elas podem ser tanto semânticas quanto formais. São elas:

1) O objeto indireto: nome referente ao termo que representa a “pessoa ou coisa a que se destina ação ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza” (LIMA, 1957: 219), mencionando ser o objeto indireto:

- “a) O ser encabeçado pela preposição A. (às vezes PARA);
- b) O correspondente, na terceira pessoa, às formas pronominais átonas *lhe/ lhes*;
- c) O não admitir, salvo raríssimas exceções, passagem para a voz passiva.”
(Idem, *ibidem*).

2) Complemento relativo: termo que “ora configura no ablativo, ora no dativo”, daí a aproximação dele com o objeto direto e não com o indireto. É reconhecido por:

- a) Ser encabeçado apenas pelas preposições *a, com, de, em*, integrando com valor de objeto direto a predicação de um verbo de significação incompleta.
- b) Ser comutável pelos pronomes tônicos *ele, ela* e variantes (“assistir a um baile – assistir a ele”; “depende de despacho – depende dele.” – p. 222).

3) Complemento circunstancial: “É um complemento de natureza circunstancial, tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais.” (Idem, *ibidem*). Aqui, Lima menciona o forte caráter da preposição que, se integrante de um mero adjunto, faz parte do sintagma ao qual integra; se encabeça um complemento circunstancial, está estritamente ligada ao verbo. Menciona “**Irei a Roma**” e “**Jantarei em Roma.**” (Grifo nosso).

Tais complementos, referidos anteriormente, apresentam-se diferenciados semanticamente no grupo dos “termos integrantes”, sendo contrapostos aos “termos acessórios”, de acordo com a seguinte reordenação do estudo da complementação, a partir dos exemplos do próprio autor:

1) Termos integrantes _____ → **complemento**: termo indispensável ao verbo para sua integridade semântica.

- **objeto direto (preposicionado e interno)**
- **objeto indireto**- “Iracema, depois que ofereceu *aos chefes* o licor de tupã, saiu do bosque.” (p.219)
- **complemento relativo** – “reparar nos outros”. (p. 221)
- **complemento circunstancial**¹² :
 - a) de lugar: acusativo de direção – “ir a Roma”.
 - b) de espaço: acusativo de espaço – “recuar três léguas” (p.223)
 - c) de preço: acusativo de preço – “custar dois cruzeiros”. (idem)
 - d) de peso – acusativo de peso – “pesar dois quilos”. (idem)
 - e) de tempo: acusativo de tempo – “viver muitos anos”. (idem)

2) Termos acessórios _____ → **adjunto** : elemento que modifica o verbo, explicando as particularidades que o cercam.

- **adjunto adverbial**: “partiremos de madrugada”, “morreu de sede”, “vive do trabalho”. (p.228)
- **adjunto adnominal**
- **aposto**

As postulações de Lima têm suscitado uma série de interpretações, ora apontando-lhes falhas, ora elogios. Diante de aspectos positivos e negativos dessa segmentação, temos a certeza de que ela constitui um divisor de águas para o estudo da complementação, já que apresentou uma reorientação dos ensinamentos das Gramáticas de influência filosófica, como a de Eduardo Carlos Pereira, de forma aceitável dentro e fora dos meios acadêmicos, sem desconsiderar certas contribuições modernas. O trabalho de Lima apresenta, para o estudo da complementação e da adjunção verbal as seguintes contribuições:

¹² Rocha Lima considera componentes do grupo dos “complementos circunstanciais” sintagmas preposicionados e não preposicionados.

1. Estabelece igualdade entre o OD e o complemento relativo.
2. Estabelece segmentações semânticas entre as categorias circunstanciais, que ora podem ser complementos, ora adjuntos.
3. Reafirma o poder das preposições na determinação da predicação verbal, apoiando-se no conceito de transitividade 2 e no de regência para compor a noção de complemento.
4. Determina a função dos complementos relativos apenas a verbos.

- **A Nomenclatura Gramatical Brasileira.**

Tornada oficial através de uma portaria ministerial de 28 de janeiro de 1959, a N.G.B teria a missão de solucionar o caos gerado em torno de “dar muitos nomes para a mesma coisa”. Elaborada por uma comissão composta por renomados professores, como Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima, Celso Cunha e Clóvis Monteiro, além dos assessores José Chediack, Serafim da Silva Neto e Silvio Elia, a nomenclatura orienta as produções gramaticais até os dias de hoje. Mas a verdade é que muitos professores dificilmente têm acesso aos textos do anteprojeto ou à própria N.G.B, e os alunos praticamente a desconhecem. Se sairmos às ruas e perguntamos às pessoas o que é a N.G.B, a que diz respeito e para que serve, ouviríamos as mais curiosas respostas, mas raramente algo como “nomenclatura gramatical brasileira”. Esse esquecimento ocorre porque as gramáticas de nível médio incorporaram tão integralmente a N.G.B. que elas passaram praticamente a ser a N.G.B. Lembremos o início deste capítulo de passeios, viagens e recordações, quando dissemos que o esquecimento produz efeitos de sentido na produção gramatical brasileira e, é claro, na reformulação do estudo dos complementos. O esquecimento estimula os vários sentidos que se criam e recriam, nas produções de professores e pesquisadores preocupados com as diretrizes dos estudos da Língua Portuguesa. Em outras palavras: o não lembrado, justamente por sua característica fantasmagórica, suscita metatextos, que ora reclamam a necessidade de uma nova nomenclatura, ora interpretam a vigente, ora a criticam, ora a comentam. Se no nível médio há o quase-total apagamento da questão, em meios acadêmicos a N.G.B. nunca fora tão lembrada. Eni Orlandi¹³, por esse motivo, menciona ser a nomenclatura mais que o produto

¹³ “Crônicas e controvérsias” . In: *Revista Língua e instrumentos Lingüísticos* (1998). Campinas, Pontes, nº 1.

resultante da tentativa de uma unificação, ou depositário de nomes: constitui-se um discurso-fundador:

A N.G.B passa ser a “Gramática” e não o projeto de uma comissão seguidamente interpretado. O apagamento das referências a N.G.B nas gramáticas mais distantes a 59 evidenciam esse processo, pelo qual um objeto histórico, se torna a-histórico. (ORLANDI, 1998: 103)

Nosso estudo não se envereda pelo caminho da análise do discurso, mas apenas destacamos essa referência para salientar que o esquecimento, de um lado, conduz o público de nível médio a um conhecimento simplista da questão, talvez, no que diz respeito ao OI, apenas aos “macetes” para distingui-los dos ADVs; por outro lado, vários textos sobre a N.G.B nos informam que ela atende às antigas heranças da “análise lógica”, mas precisa acompanhar os estudos atuais, em que se verificam uma larga evolução da Pragmática, da teoria do texto e da própria Análise do Discurso. Reconhecemos que, para efeitos pedagógicos, a N.G.B teve a sua importância, como menciona Bechara, citando Hugo Schuchardit: “a nomenclatura estava para o cientista, assim como o farol para o marinheiro: aplaina-lhe a estrada e o conduz ao bom porto.” (BECHARA, 2001: 34)¹⁴. Todavia, há necessidades de mudanças, para que a norma ande nos mesmos trilhos da evolução dos estudos lingüísticos. Já que este capítulo se faz de esquecimentos, viagens e passeios, voltemos à nossa análise hipotética, proposta na página 3 deste trabalho – reconsideremos: *A professora precisa de recursos*.

Um exame realizado em épocas distintas revelaria os seguintes resultados:

a) No século XIX: 1) Adjunto adverbial; 2) Objeto indireto em função adverbial; 3) Complemento terminativo de relação; 4) Complemento terminativo; 5) Objeto direto (Oitica); 6) Atributivo do objeto direto. (Oitica); 8) Complemento indireto; 9) Complemento objetivo indireto; 10) Complemento relativo; 11) Complemento preposicionado do verbo.

¹⁴ “Nomenclatura Gramatical Brasileira: um necessário passo à frente”. In: *Caderno de Língua Portuguesa, Especial 40 anos de nomenclatura Gramatical Brasileira* (2001). Rio de Janeiro, UERJ – Instituto de Letras.

b) No século XXI, com base na nomenclatura vigente:

“I- Da oração.

1. Termos integrantes da oração: a) complemento nominal; b) complemento verbal: objeto (direto e indireto); c) agente da passiva.

2. Termos acessórios da oração: a) adjunto adnominal; b) adjunto adverbial; c) aposto.

3. Vocativo.”¹⁵

Nos dias de hoje, encontraríamos apenas como resposta “objeto indireto” ou então não encontraríamos resposta alguma, já que os exames atuais, concursos públicos e vestibulares tratam dessa questão em nível textual, dificilmente exigindo nomes como resposta ao candidato. De todos os trabalhos referentes às prováveis lacunas da N.G.B e de seu anteprojeto, como as *132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*, elaborado por Cândido Jucá (filho), não encontramos menções aos problemas que a unificação trouxe à classe “adjunto adverbial”. A respeito de complementos e adjuntos do nome, falam professores e estudiosos e até o anteprojeto expõe a relação entre nomes que “pedem” o complemento nominal e certos verbos. Em relação aos objetos indiretos e adjuntos do verbo? Um abismo de dúvidas, incertezas, esquecimentos. Por essas incongruências, que a minimalização provoca, excluindo os chamados “contra-exemplos” das gramáticas, é que defendemos a união entre o que há de melhor no estudo da estrutura e as contribuições das teorias textuais, para que possamos caminhar no sentido de fechar abismos, acabar com os esquecimentos e produzir memórias sobre essa questão.

• **Evanildo Bechara.**

A *Moderna Gramática Portuguesa* (1961), com sua preocupação de uma “científica descrição sincrônica”, aliada à “visão sadia da Gramática Normativa”, oferece-nos a inclusão de idéias da Lingüística contemporânea, sobretudo a da norte-americana. Apesar de Evanildo Bechara ter sido o primeiro crítico direto da N.G.B, a primeira edição de sua

¹⁵ “Nomenclatura Gramatical Brasileira: a Portaria de 1959”. In *Caderno de Língua Portuguesa, Especial 40 anos de nomenclatura Gramatical Brasileira* (2001). p. 81. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Letras.

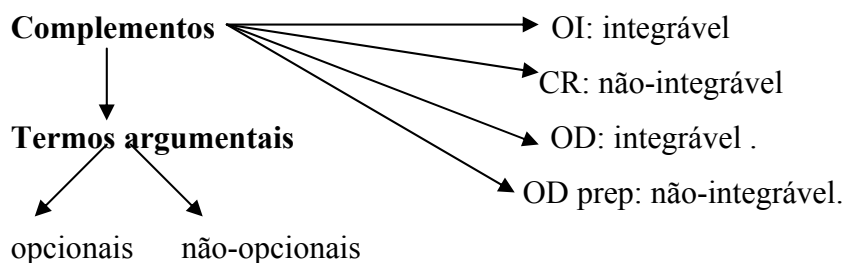
gramática ainda segue rigorosamente a nomenclatura. Por esse motivo, consideramos aqui as orientações da edição da M.G.P de 1999, na qual o autor explora efetivamente as contribuições da Lingüística para reformular o pensamento gramatical que defende. Não criamos um espaço para cada edição desta gramática, porque consideramos a obra dos anos 90 como o resultado de uma trajetória dos trabalhos do autor, desde o advento da N.G.B; preferimos, portanto, incluir os dois momentos da produção de Evanildo Bechara nesta seção.

Na produção de 1999, destacamos a releitura que dá o autor aos chamados termos integrantes e termos acessórios da oração, que passam, com algumas reformulações, aos grupos “termos argumentais” e “não argumentais”: “argumental e não-argumental distinguem as mesmas características sintáticas e semânticas que a gramática tradicional utiliza para separar os complementos, ou termos regidos, ou ainda integrantes dos adjuntos ou termos acessórios.” (BECHARA, 1999: 412). Conforme tais orientações, os termos argumentais estão regidos pelo significado lexical do verbo, ao contrário do termo não-argumental, que não se subordina às condições sintático-semânticas do verbo, sendo caracterizado pelos seguintes caracteres:

Além da capacidade de ser eliminado da oração, o termo não-argumental, pela sua coesão fraca e independência sintático-semântica em relação à oração, goza de maior liberdade de colocação na oração marcado pela pausa adequada, assinalado quase sempre por sinais de pontuação.”(BECHARA, 1999: 412)

O aspecto positivo deve-se ao fato de não se generalizar as características de argumentos exclusivamente a termos indispensáveis. Ademais, os termos circunstanciais podem atuar enquanto argumentais e não-argumentais, de acordo com ligação destes com o verbo: não é levado em consideração exclusivamente o conteúdo semântico da circunstância que eles designam, como por exemplo, em “Ele mora no Brasil” e “Ele trabalha no Brasil”, em que ambos os termos preposicionados possuem comportamentos sintáticos distintos. Bechara menciona ainda que fatores como o conhecimento de mundo dos falantes e a significação lexical de certos verbos distanciam a classificação argumentais e não-argumentais de uma “camisa de força”, pois tanto um quanto outro podem ser opcional e não-opcional, podem estar explícitos ou não na oração.

Destacamos também a dupla de termos “integráveis” e “não-integráveis”, que podem ser substituídos por pronomes átonos clíticos, ao contrário de outros, como os complementos relativos, citados por Lima, os quais somente admitem permuta com os pronomes oblíquos tônicos *ele*, *ela* e variações. Assim, nos termos de Bechara, os complementos podem-se apresentar da seguinte maneira:



Essa nova esquematização, além das novidades já apontadas, aborda a inclusão dos termos circunstanciais argumentais no grupo dos complementos relativos, uma vez que, admitem as permutas com os advérbios pronominais: “Iremos a Petrópolis/ Iremos aí” (BECHARA, 1999: 421). Em se tratando do OI, além das provas de identificação se apresentarem semelhantes às de Lima, destacamos o flutuante caráter semântico do elemento por ser “adicional da intenção comunicativa que fica entre os verdadeiros complementos: o direto e o relativo.” (Idem, *ibidem*).

Os ensinamentos de Bechara expõem avanços em relação às idéias de termos argumentais e não-argumentais, remodelam a orientação da N.G.B, tornando-as mais flexíveis. Porém, insiste no confronto entre CVs e ADVs, pautando-se em procedimentos de provas, como clivagem, comutação e apagamento, empregando-os em exemplos hipotéticos, restritos ao enunciado, ficando ainda lacunas para ocorrências de motivação extralingüística, de empregos pragmáticos que fogem aos domínios do sintagma e da oração. Observemos exemplos muito comuns e rotineiros e seus respectivos sintagmas preposicionados em destaque:

- (I) Colocou a comida **no prato**.
- (II) Pendurou o cordão **no pai**.
- (III) Depositou o dinheiro **na caixa**.

Parecem-nos tão indispensáveis à constituição semântica do verbo, sendo, nos termos de Bechara, os argumentos “complementos relativos”. Todavia, Caso aplicássemos uma das provas para o reconhecimento destes termos como “complementos relativos”, teríamos alguma dificuldade no que diz respeito a total identidade que esses argumentos possuem em relação ao OD. Como nos ensina o autor, o complemento relativo está muito mais próximo do OD do que do OI, basta retirarmos a preposição, para constatarmos que não há distinções semânticas, como nas falsas oposições entre “esperar você” ou “esperar por você”. Testemos com nossos hipotéticos exemplos:

- (I) Colocou o prato/ colocou no prato.
- (II) Pendurou o pai/ pendurou no pai.
- (III) Depositou na caixa/ depositou a caixa.

Nem mesmo a técnica do “apagamento” permitir-nos-ia considerar os sintagmas preposicionados “adjuntos”, pois, semanticamente, nos parecem realmente inapagáveis. Esses exemplos apenas reafirmam que as gramáticas insistem nesse conflito, justificando-o ora por critérios formais, ora semânticos, mas que, no fim das contas, resulta sempre num *round*, no qual o vencedor é aquele que tem menos nocautes. As obras deste período, inclusive, já começam a mencionar a necessidade de se estudar questões gramaticais em nível textual, a exemplo do próprio Bechara, no capítulo sobre adjuntos adverbiais. Parece que essa urgência tem motivado inclusive os títulos das próprias produções como *Moderna Gramática portuguesa* e *Gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha, que encerra esta nossa “primeira parada”. Inovações há, no tocante ao seguimento da nova nomenclatura e de acréscimos a ela com contribuições da Lingüística, mas ainda sem maiores aprofundamentos.

Não julgamos necessário abrimos um tópico para descrevermos o tratamento que a Gramática de Celso Cunha (1970) oferece ao estudo dos complementos - quase que rigidamente seguindo a N.G.B, apenas nos resta expor alguns comentários e exemplos do autor referentes a essa questão. Menciona Cunha : “enquanto a preposição que encabeça um adjunto adverbial possui claro valor significativo, a que introduz um objeto indireto apresenta acentuado esvaziamento semântico.” (CUNHA, 1970: 141)¹⁶. Porém, como nos

¹⁶ Na Edição consultada (2ª), já encontramos a co-autoria de Lindley Cintra.

informa Azeredo em *Iniciação à sintaxe do português* (2000: 80), Celso Cunha estipula a indicação de adjuntos a termos que Rocha Lima nomeia integrantes, conforme o exemplo: “estive com Pedro”; adjunto para Cunha e complemento circunstancial para Lima.

A sistematização da N.G.B contribui para o estabelecimento do conflito entre adjuntos e complementos, de confusões semânticas e formais do tipo “esperar por alguém”, “esperar alguém”, “ajudar alguém” “ajudar a alguém”. Em um tempo em que as novas tendências da modernidade predominavam na formação do pensamento lingüístico do Brasil, estava cada vez mais difícil reconhecer a real utilidade desses termos para a constituição da produtividade lingüística.

2.2.2. Parada dupla: as contribuições da Lingüística Estrutural e Textual nas descrições gramaticais do português.

A segunda parada de nosso passeio se faz em inícios dos anos 70 e, por aqui, desembarcamos de vez até os dias atuais. Esse período caracteriza-se por uma evolução dos estudos lingüísticos no Brasil, motivada por dois fatores: de um lado, o desenvolvimento do estruturalismo e das correntes dele oriundas, a partir das décadas de 50 e 60; de outro a implantação dos cursos de pós-graduação em Lingüística na USP (com foco na semiologia), na Unicamp (tendo como base os estudos enunciativos) e na UFRJ (com trabalhos na área da sociolingüística e do gerativismo). Com esse cenário tomado pelas correntes lingüísticas em inícios da década de 70, as gramáticas passam a incluir muitas teorias para explicar os campos do português, sobretudo a sintaxe. Fazem parte desse período obras de caráter não-normativista, que são trilhadas pelas diretrizes do estruturalismo, gerativismo e funcionalismo. Desde os ensinamentos de Saussure, os estudos em Lingüística passam a procriar herdeiros da dicotomia *langue versus parole* – numa perspectiva da *langue*, por exemplo, situamos o funcionalismo, cuja orientação focal considera a estrutura das línguas, em grande parte, determinada pelas suas funções características. Já as influências da *parole* podem ser reconhecidas nos trabalhos enunciativos, discursivos e textuais, em que se reconhece um sujeito como produtor, que transmite sua subjetividade a um interlocutor, numa interminável troca de papéis. Em contrapartida a essas ramificações do estruturalismo, evolui ainda mais nesta época o gerativismo de Chomsky e sua gramática gerativo-transformacional, a qual fortifica a idéia

da linguagem enquanto objeto da ciência, já que o conhecimento de suas regras é inerente aos aspectos biológicos do homem.

Em meio a esse cenário de miscelânea lingüística, vemos muitos trabalhos que procuram esclarecer as teorias gramaticais por meio dos ensinamentos das variadas correntes. E a questão da complementação, é claro, sofre significativas mudanças. Examinamos obras importantes ao nosso estudo, como a de Macambira e Mário Perini¹⁷, que se alicerçam no estruturalismo, e os trabalhos de José Carlos de Azeredo, no final do século XX e predominante nos dias de hoje, por nos oferecer matéria bastante para repensarmos a sintaxe em nível discursivo, operando com as teorias da Lingüística Textual e da Pragmática.

• **José Rebouças Macambira.**

A *Estrutura morfo-sintática do Português* (1987) apresenta uma nova diretriz, marcante em todas as obras do período de 70 a início dos anos 90: a preocupação em se descrever os campos gramaticais exclusivamente pelo caráter semântico; além da confusão que se estabelece entre classe gramaticais e função sintática:

A conclusão que se tira é que uns autores incluem, outros excluem o critério semântico na descrição das categorias gramaticais. A orientação que adotamos é conciliatória e representa o pensamento de vários lingüistas: a significação deve ser usada somente para fazer oposição igual/ diferente e não para conceituar esta ou aquela palavra (...). É excepcionalmente e, com muita cautela, é que ousamos socorreremos do critério semântico como elemento classificatório. (MACAMBIRA, 1987: 21)

Tornara-se muito freqüente, portanto, uma abordagem morfossintática do português, com capítulos independentes sobre forma e função, em que se destacara, principalmente, uma reordenação das orações em torno dos componentes sintagmáticos. Apesar de Macambira afirmar se “socorrer do critério semântico excepcionalmente” e para fins classificatórios, percebemos ainda uma certa confusão de aspectos formais e semânticos na estruturação de análises. Sendo assim, o autor nos propõe um corpo de exame das orações,

¹⁷ Referimo-nos aqui à *Gramática descritiva*, já que nosso estudo não usa como suporte teórico as teorias gerativistas.

para o qual devemos considerar cinco sistemas de manifestação das funções sintáticas, que se caracterizam:

- a) Pela ordem ou posição: sistema posicional./ b) Pela flexão casual: sistema casual/
- c) Pela entoação (sistema tonal)/ d) Pelas preposições: sistema preposicional./ e) Pelo sentido.

Para Macambira, no ato do exame oracional, não há um sistema com exclusão total dos outros, mas adverte que toda ligação de palavras estabelece termos subordinados e subordinantes, mediados ou não pelo elo preposicional. O relevo do aspecto formal determina uma primeira e grande relação de subordinação na oração: a do predicado em relação ao sujeito. As demais partes, intituladas “integrantes” e “acessórias” pela N.G.B, seriam todas subordinadas ao predicado, ligadas a ele por meio ou não da preposição. Esse traço formal destaca o papel do sujeito como exclusivo elemento regente da oração, mas não se sustenta em si só, necessitando do apoio semântico para descrever as funções subordinadas ao núcleo do predicado, sobretudo os objetos indiretos e adjuntos adverbiais, cujas descrições se baseiam no valor do significado das preposições, o que acaba resultando no célebre conflito entre OIs e ADVs. O autor lança mão de três critérios para observação das preposições “a/de/em/para/com/por”, as quais podem atuar enquanto introdutoras de objetos ou adjuntos, de acordo com os seguintes critérios:

- b) Critério da sinonímia: “Teu colega trabalha de noite”¹⁸ para “Teu colega trabalha durante a noite.”
- c) Critério da antonímia: “Eu torci por você” para “eu torci contra você”
- d) Critério da pergunta: “Eu moro no Bairro de Fátima” para “Eu moro onde?”.

Essa orientação acaba recaindo na releitura de obras anteriores, valorizando mais o critério semântico, apesar da intenção de uma descrição formal. O objeto indireto, por exemplo, é o substantivo que se une ao verbo mediante uma preposição vazia de conteúdo semântico. De forma diferente não ocorre com o adjunto adverbial, cujo “critério formal” permite-nos assim identificá-lo:

¹⁸ Página 245-46.

- a) Por meio de resposta às perguntas: “onde”, “como”, “quando”, denotadoras de valores circunstanciais.
- b) Por meio de preposição com valor semântico.
- c) Pela presença de conjunção subordinativa carregada de sentido.

Tais procedimentos de reconhecimento alternam aspectos da forma e do significado; isso porque certas funções sintáticas podem, junto com os demais constituintes da oração, integrar um certo valor semântico ao conjunto, mas não devemos tentar avaliar estas funções e seus valores significativos de forma independente. Em orações como “o centro fica a duas horas”, teríamos muita dificuldade em reconhecer se há realmente advérbios e se esses expressam as circunstâncias de lugar ou tempo, mediante o procedimento da pergunta (“Onde” ou “Quando” ?). Na verdade, não faríamos nenhum dos dois questionamentos, se considerássemos as condições pragmáticas de produção do enunciado. Além disso, no capítulo sobre predicação verbal, menciona o autor ser um verbo transitivo aquele “cujo processo transita ou se transporta do sujeito para o objeto” (MACAMBIRA, 1987: 21), cuja classificação depende estritamente da “regra das 7” ou “das 9 palavras” – “Quem ama ama alguém ou alguma coisa”/ “Quem depende depende de alguém ou de alguma coisa.” –, que nos auxiliaria na identificação do objeto direto e indireto, respectivamente. As alternâncias de critérios na análise e identificação de termos ainda nos rendem denominações como “complemento de lugar” e “objeto indireto adverbial”, respectivamente, a termos circunstanciais locativos (que podem acompanhar verbos intransitivos: “fui à praia) e a outros que “ficam à margem do objeto indireto e adjunto adverbial, como “estava com o pai. por exemplo”.

Confusões à parte, percebe-se uma tendência do autor a não separar OIs e ADVs. Tais elementos podem manter traços distintivos, mas possuem uma característica fundamental em comum, que permite enquadrá-los de forma equivalente: ambos são elementos ligados ao verbo, sendo nomeados por isso “termos primários”; aqueles que estão conectados aos nomes fazem parte dos “termos secundários”:

- **Termos primários (Elementos ligados aos verbos)** —→ **OD, OI** (integram a significação do verbo mediante preposição), **AGP, ADV** (restringem o conteúdo do verbo).

• **Termos secundários (Elementos ligados ao nome) —→ Adunto adnominal, aposto, complemento nominal, vocativo.**

Destacamos como aspectos positivos na obra de Macambira:

a) A necessidade de se não apoiar a análise exclusivamente sobre o critério semântico;

b) A formação dos grupos primário e secundário com base na estrutura dos sintagmas verbais e nominais e a conseqüente aproximação entre OI e ADV;

c) O reconhecimento de que advérbios são termos que realmente apontam para fatores extralingüísticos, mas não podem ser caracterizados somente pelo valor circunstancial, pois a circunstância pode ser expressa por outras funções: “A viagem de avião”; “viajei de avião”.

Essa “quase-similaridade” entre OI e ADV nos remete a uma obra anterior, a *Gramática da Língua Portuguesa* (1977), de Walmírio Macedo, que não foi incluída em nossa periodização, mas merece destaque ao legado que deixou aos estudos posteriores, inclusive à obra de Macambira. Destacamos o trecho de Macedo, sobre os adjuntos adverbiais:

O advérbio é igualmente um complemento do verbo. Indica uma circunstância que se acrescenta à ação verbal, ao processo (...). Isso demonstra que o advérbio está menos preso ao processo verbal que o objeto e o agente da passiva. O advérbio, como diz muito bem o professor francês Galichet, cerca o processo mas não há essências profundas entre ele e o verbo. apesar disso, não devemos nem podemos dizer que a circunstância expressa pelo adjunto adverbial seja sempre uma noção acessória, pois, muitas vezes, sua situação é tão relevante que se aproxima do objeto: morro de fome, vou à Bahia.” (MACEDO, 1991¹⁹: 274)

Isso justifica a inclusão do ADV como termo primário, mas não cobre as falhas já apontadas sobre as distinções semânticas, pelo valor das preposições, entre estes e os OIs. Macambira deixa a Perini suas contribuições e a necessidade de se colocar nos trilhos os próximos estudos, seguindo a proposta inicial sem possíveis desvios.

¹⁹ Edição consultada. 1ª ed: 1976.

• **Mário Perini.**

A *Gramática Descritiva do Português* (1996) é caracterizada, segundo o próprio Perini, como uma obra de “objetivos muito pouco modestos”, por apresentar um trabalho intenso com a Lingüística, aplicada de forma coerente, tornando a descrição do português mais atualizada. Em relação à sintaxe, o autor declara a necessidade de se separar o critério semântico do formal, para oferecer uma exposição mais adequada à evolução dos estudos lingüísticos. Para tal, apresenta a teoria dos constituintes oracionais e suboracionais, cujas funções são determinadas por propriedades que cada um possui. Os constituintes do nível oracional, de interesse a este trabalho, são sintagmas nominais e adverbiais, agrupadas em classes de sintagmas, que podem, de acordo com os traços distintivos de suas propriedades, assumir os seguintes papéis na oração:

Tabela 1:

[CV]: A propriedade de estar em relação de concordância com o Ndp²⁰.

[Ant]: a propriedade de poder aparecer no início da oração em uma frase correspondente.

[Q]: A propriedade de poder ser retomado pelos elementos que, o que ou quem.

[CN]: A propriedade de estar em relação de concordância (nominal) com outro termo da oração.

[CL]: A propriedade de poder ocorrer como foco de uma frase clivada correspondente.

[PA]: A propriedade de poder ocorrer na posição de auxiliar (entre o sujeito e o Ndp).

[pNdp]: A propriedade de só poder ocorrer imediatamente antes do Ndp. (PERINI, 1996: 90.)

Cada traço distintivo ocorre positiva ou negativamente, conforme a função presente ou não a propriedade relativa ao traço distintivo. Perini, por meio de sua “tabela 1”, expõe a relação de funções com as seguintes propriedades e traços distintivos:

Tabela 02: Funções de nível oracional.

Sujeito: que se define como [+CV].

Objeto direto: [-CV, +Ant, +Q, -CN, +CL, _PA]

Complemento do predicado: [-CV, +Ant, +Q, +CN, +CL, -PA]

Predicativo: [-CV, -Ant, +Q, +CN, +CL, -PA]

Atributo: [-CV,+Ant,+Q,+CN,+CL,+PA]

²⁰ Núcleo do predicado.

Negação verbal: [pNdp].

Adjunto adverbial: [-CV,-Ant,-Q,-CN,+CL,-Pa]

Adjunto oracional: [-CV,+Ant,-Q,-CN,-CL,+PA]

Adjunto circunstancial: [-CV,+Ant,-Q,-CN,+CN,+CL,-PA].

Núcleo do predicado: (postulado).

(Idem, ibidem).

Aplicando essa orientação aos exemplos fornecidos pelo próprio autor, teríamos:

(78) Jeremias reclama freqüentemente: [-CV]; [-Q]; [+Ant.]; [+CN], [-CL].²¹

(105) Miguel decorou o apartamento completamente: [-CV]; [-Q]; [-Ant]; [-CN]; [-Ndp].

(113) Juracy bebe muito: [-CV]; [+Ant]; [-Q]; [-Q]; [+CL]; [-CN]; [-pndp], {-PA}.

Perini afirma que um grande problema da descrição tradicional consiste em incluir nos grupos dos “adjuntos adverbiais” uma série de funções distintas. Segundo os exemplos destacados, constatamos que “freqüentemente” pode assumir uma posição de anteposição ao sujeito; não se torna resposta a perguntas introduzidas por “que” ou “quem”; não possui concordância com o verbo da oração; não é núcleo do predicado e não pode ser clivado. Essa função, marcada principalmente pelos traços distintivos [+CN] e [-CL] é a de atributo. Curioso que o autor propõe uma comparação à oração “Jeremias reclama injustiçado” e pela semelhança sintática entre “freqüentemente” e “injustiçado”, ambos passam a ser especificadores do termo ao qual se referem. Já em (105), a posição fixa de componente oracional, marcada pelo traço [-Ant], o caracteriza enquanto adjunto adverbial. Em (113), é a propriedade da clivagem e da mediação ao auxiliar que o caracteriza enquanto adjunto oracional. De fato, considerando que as obras de Macambira e de Perini possuíam os mesmos objetivos, percebemos que é com essa última que a Linguística se mostra realmente aplicada aos estudos gramaticais do português. No que diz respeito ao OI, Mário Perini²², o inclui na categoria dos “objetos diretos” e apresenta sua justificativa pela incompatibilidade semântica na conceituação dessa função, a partir dos exemplos “gosto de música” e “aprecio música”, em que afirma: “Se essas são categorias definidas em termos do significado, deveria ser óbvio que um objeto indireto nunca poderia ter o mesmo significado que um objeto direto (pois isso faria desse objeto indireto, automaticamente um objeto direto).” (PERINI, 1989:129). Para o autor, não há a menor utilidade em distinguir

²¹ Exemplos retirados do capítulo “Funções sintáticas”, item referente aos “adjuntos oracionais, adjuntos circunstanciais, adjuntos adverbiais” (p.86-87).

²² PERINI, Mário (1989). *Sintaxe portuguesa. Metodologia e funções*. São Paulo, Ática.

“termos acessórios” de “integrantes”, conseqüentemente não se deve ocupar a análise do confronto: “Cv x ADV”:

Como o leitor pode notar, não incorporei a oposição entre “adjuntos” e “complementos” na nomenclatura adotada. Assim, como acabo de apontar, o adjunto circunstancial seria um complemento; no entanto, não me pareceu necessário manter essa denominação. (...) Em resumo, as denominações “termo essencial”, “integrante” e “acessório” não são utilizadas na presente análise; e os termos utilizados aqui, não se distinguem em termos de sua relevância para a formulação das transitividades. (PERINI, Mário, 1996: 90.)

Perini apresenta contribuições, mas se restringe ao nível formal, que não privilegia as condições de produções dos enunciados, porém, para os objetivos a que se propôs, a obra cumpriu o dever de usar a lingüística na descrição dos fatos do português.

- **José Carlos de Azeredo.**

Iniciação à sintaxe do português (2000) e *Fundamentos de gramática do português* (2004) são duas obras que procuram retratar a língua culta contemporânea por meio de uma descrição mais próxima da realidade do falante do português do Brasil. Para isso, operam com conceitos como “coesão e coerência”, “continuidade tópica”, “anáfora”, “elipse”, “progressão”, “focalização”, e outros, empregando a Lingüística Textual como norteadora dos empregos gramaticais, de forma que o usuário da língua possa, de fato, compreender o seu funcionamento e reconhecer que o domínio da sintaxe é fundamental para a atividade comunicativa.

Em *Iniciação à sintaxe do português*, Azeredo aponta dois problemas na oposição entre verbos transitivos e intransitivos: o primeiro, diz respeito ao critério semântico, da oposição entre “sentido completo” *versus* “sentido incompleto”, o qual enrijece a análise, pois não atende aos “contra-exemplos” nos quais um verbo transitivo pode ser empregado intransitivamente. O segundo está vinculado ao critério formal, à presença ou não do complemento na oração; caso este ocorra, o verbo será transitivo, caso contrário, intransitivo. Sobre esses conflitos que suscitam a oposição entre CVs e ADVs, adverte Azeredo:

A afirmação de que a predicação do verbo depende da frase implica negar que ela faça parte do sistema da língua, que ela integre o conhecimento que cada um tem de sua língua e que o torna capaz de saber se “deve” ou simplesmente “pode” anexar um objeto ao verbo que empregou (...). Muitos verbos entre os quais se incluem “escrever” e “beber” estão categorizados na língua como transitivos e intransitivos, e se esse fato só se torna evidente na frase é porque está latente no conhecimento de mundo de cada usuário. (AZEREDO, 2000: 76-7)

Segundo o autor, o conhecimento de mundo dos falantes não pode ser descartado na interpretação de um fato gramatical relativamente à transitividade, mas também não deve ser considerado exclusivo para fins de análise – deve-se atentar para o fato de que a transitividade também faz parte do conteúdo lexical dos verbos e, portanto, ela implica diversas possibilidades de usos, impulsionadas ora pelo conhecimento do falante, ora pelo léxico verbal. Assim como os tempos verbais e as formas nominais podem designar outros valores, como ordem, no caso do infinitivo, por exemplo, a transitividade se apresenta flutuante, de tal forma que os compêndios gramaticais podem oferecer um recorte dessas possibilidades, mas, obviamente, haverá limites.

As possibilidades de usos e não usos de complementos dizem respeito às posições estruturais que os tipos de sintagmas podem ocupar em relação ao verbo, núcleo da oração. *Escolher*, por exemplo, admite alguns empregos sintagmáticos, como em (a) *O professor escolheu o conteúdo da prova* e (b) *O aluno não escolheu*, em que o núcleo do predicado possui dois sintagmas nominais posicionados para a composição de (a), um com função de sujeito e outro com função de objeto direto; mas para a constituição de b), há somente um sintagma nominal em função de sujeito. Azeredo considera as possibilidades de posições de sintagmas relativamente aos verbos para o exame do comportamento sintático de complementos e adjuntos em uma determinada estrutura oracional. Tais possibilidades recebem o nome de valência, conceito que será detalhado no próximo capítulo de nossa pesquisa. Os elementos que apresentam colocações em relação a verbos (e também a certos nomes) são os argumentos ou complementos, já os adjuntos são “termos sintaticamente periféricos, o que não quer dizer que sejam supérfluos ou irrelevantes para a atividade discursiva” (AZEREDO, 2004: 172). Além de núcleos verbais, o predicado pode conter núcleos nominais, associados ao que tradicionalmente conhecemos por “verbos intransitivos” ou “de ligação”, como em (c) *A defesa será em 2007* e (d) *Ana está doente*,

respectivamente. A esses elementos nucleares, o autor nomeia *predicador*. Em (a) e (b), *escolher* é o predicador oracional, já em (c) e (d), os termos *em 2007* e *doente* cumprem esse mesmo papel. O conceito de predicador também se torna importante para entendermos certos tipos de complementos que integram os ensinamentos de Azeredo:

O único constituinte indispensável à existência de uma oração é o predicado, em cuja estrutura se combinam um componente lexical e um componente gramatical, que, podendo reunir as categorias de tempo, modo, aspecto, número e pessoa, realiza a função predicativa. O componente lexical do predicado é o predicador. Reserva-se então o nome de verbo predicador àquele que reúne na mesma forma concreta os componentes lexical e gramatical. Os verbos predicadores podem transitivos e intransitivos.

(AZEREDRO, 2000: 46)

Nas construções c) e d), percebemos que o nome-núcleo da estrutura oracional pode se combinar semanticamente com o sujeito, sem a presença obrigatória do verbo para mediar a compreensão da mensagem: “a defesa em 2007” e “Ana doente”. Nesses casos, é a compatibilidade semântica entre esses sintagmas nominais e o sujeito que os torna predicadores, já o verbo que os une são denominados *transpositores*. São eles os verbos *ter*, *haver* e *ser* quando servem de mediador para que um termo não verbal atue como núcleo de uma oração. Observemos:

- **Complemento** – termo que ocupa posições relativamente a um verbo predicador ou transpositor: objeto direto, complemento relativo, complemento predicativo.

- **Adjunto** – elemento periférico, mas nem por isso “dispensável” à formação do predicado. Um sintagma adverbial pode desempenhar cinco subfunções, de acordo com a finalidade do emprego e com a estrutura da qual faz parte. Observemos os exemplos²³:

a) **Adjunto verbal**: constituinte do sintagma verbal adjacente ao verbo - “a garrafa de cachaça circulava de mão em mão” (p.205);

b) **Adjunto oracional**: constituinte do período ou do enunciado, referente à oração - “Como você pode ver, não desisti de viajar” (idem);

c) **Adjunto conjuntivo**: estabelece uma relação lógica entre partes do enunciado - “Eles trabalhavam na escola e conheciam, portanto, a diretora” (p.206);

²³ Extraídos de *Iniciação à sintaxe do português*

d) **Adjunto secundário**: intensificadores nominais – “Ela estava surpreendentemente calma” (p.205)

c) **Adjunto livre**: adjacente a qualquer sintagma; possui finalidades argumentativas e enfáticas – “Pelo menos uma parte do dinheiro foi recuperada” (p. 206)

Interessante é que o autor, além de estabelecer as subfunções para os sintagmas adverbiais, distribui os termos circunstanciais, relativos ao sintagma verbal, nos grupos “adjuntos verbais” e “complementos predicativos”. No primeiro grupo, encontramos, junto aos termos de circunstâncias, o que estudiosos como Lima nomeiam “objeto indireto”, termo comutável pelos oblíquos *lhe* e *lhes* e introduzido pelas preposições A e PARA. Com essa nova classificação, as oposições “necessário” *versus* “desnecessário”, da descrição gramatical, são apagadas, prevalecendo as possibilidades de presença ou ausência desses elementos em decorrência da semântica do verbo, do conhecimento prévio do falante sobre sua língua e das construções textuais. Observemos a justificativa do autor para desconsideração da nomenclatura “objeto indireto”:

Os termos sem grifos em a) e d)²⁴, referentes a seres humanos, são tradicionalmente chamados de objeto indireto, classificação habitualmente justificada com a possibilidade de substituí-los pelo pronome pessoal átono *lhe*. Por três razões preferimos abandonar o rótulo “objeto indireto”, optando pela atribuição às unidades deste tipo a função de adjunto verbal:

- Os autênticos complementos regidos por preposição são identificados em nossa análise como complementos relativos, designação que os distingue do complemento não preposicionado – o objeto direto;
- (...) Os pronomes átonos a que tradicionalmente se atribui a função de objeto indireto – *me, te, lhe, nos, se, lhes* – referem-se necessariamente a seres humanos. Desse modo, somos obrigados a atribuir diferentes funções aos termos sublinhados em a) e b)²⁵, o que nos parece incoerente;
- A possibilidade de se agregar a maioria desses pronomes a qualquer verbo, independentemente da predicação deles – haja vista a ocorrência de construções como *Sou-lhe grato, A sorte há-de me sorrir, Cortaram-lhe as asas* (...) – indica que eles não são selecionados pelo verbo, a exemplo do que acontece com os complementos.

(AZEREDO, 2004: 181)

²⁴ a) Antônio vendeu a bicicleta a um amigo.

d) A vítima queixou-se do policial ao delegado.

²⁵ a) Idem; b) Pedro levou o carro a uma oficina.

O grupo dos “complementos predicativos” é constituído não só pelos termos de circunstâncias, mas também pelos chamados “predicativos do sujeito”. De acordo com José Carlos, encontramos os seguintes complementos predicativos:

- De “**situação**”. Esse último nos interessa, pois compreendem “os complementos predicativos que denotam situação, no tempo ou no espaço, do objeto ou evento designado pelo sujeito da frase: a recepção será no clube/ a recepção será no sábado” (AZEREDO, 2004: 182)
- De “**atributo**”, com funções qualificadoras (“As águas estão turvas”²⁶);
- De “**identidade**”, com função referenciadora (“Meu vizinho é o síndico do prédio”)

Presenciamos, em Azeredo, contribuições em relação à consideração do conceito de valência para descrever o comportamento sintático de verbos e de sintagmas a eles referentes; o reconhecimento da importância de fatores extralingüísticos para análise de constituintes dos sintagmas verbais; a indicação de subfunções dos sintagmas adverbiais, de acordo com seus propósitos semântico-formais; a isenção do conflito “CVs” *versus* “ADVs” pelo critério “dispensável” *versus* “indispensável”. A distinção é mantida por certos posicionamentos estruturais e finalidades discursivas específicas que cada termo preposicionado pode alcançar na organização de orações, enunciados, e períodos.

Após viajarmos pelas gramáticas do português e investigarmos o trabalho com a complementação, vamos ressaltar os pontos primordiais de nosso passeio, através do quadro da evolução da HIC (historicidade da complementação) e do tratamento ao conflito CV e ADV. Após nosso quadro-síntese, exporemos algumas considerações a respeito de um conceito parcial de complemento.

²⁶ Os exemplos sobre os complementos predicativos são extraídos da mesma obra (*Fundamentos de gramática do português*) e da mesma página, 182.

2.3. QUADRO-ESQUEMA DA HISTORICIDADE DOS COMPLEMENTOS NOS SÉCULOS XIX E XX.²⁷

Período. Datas ²⁸	Fato políticos e institucionais	Produções gramaticais	Evolução do conceito de complemento.		Conflito ADV x CV (OI)
1881		<i>Grammatica Portuguesa</i> , de Júlio Ribeiro. <i>Grammatica Philosophica</i> , de Jerônimo Soares Barbosa.	<ul style="list-style-type: none"> Inicialmente: complemento era o termo paciente, OD. (Júlio Ribeiro). Todas as outras funções recebem o nome de “adjunto.” 	Vertente²⁹ Libertária: 1) Júlio ribeiro 2) João Ribeiro 3) Maximino Maciel.	Existe, em decorrência da influência de obras francesas, inglesas, e alemãs nas produções brasileiras, pela necessidade de construir gramáticas de descrição e ou normatização do português do Brasil.
1887	Determinação do programa de português para os exames preparatórios organizados por Fausto Barreto.	<i>Grammatica Portuguesa</i> , de João Ribeiro. <i>Grammatica Analítica</i> , de Maximino Maciel.	<ul style="list-style-type: none"> Posteriormente: considerado elemento secundário, acessório, qualificativo. A nomenclatura “adjunto adverbial” passa a marcar as chamadas “relações adverbiais”, próprias de termos circunstanciais. Porém, tantos complementos quanto adjuntos são semanticamente iguais, devido ao reconhecimento do caráter modificador de ambos, relativamente ao verbo da oração. 		
1894		Reedição da Gramática de Maciel, sob título <i>Grammatica Descritiva do Português</i>			
1902	Início do debate purista entre Ruy Barbosa e o professor Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a redação do código civil.		<ul style="list-style-type: none"> Por retorno às influências de tradição clássica, há uma releitura do sistema de casos latinos; o conceito de regência passa a ser destacado no estabelecimento dos tipos de complementos. Não há mais a nomenclatura “adjuntos”, mas os complementos continuam a ser separados semanticamente em “essenciais” e “acidentais” ou “atributivos”. 	Vertente purista: 1) Jerônimo soares Barbosa. 2) Eduardo Carlos Pereira.	Não existe, embora os complementos passem a ser subdivididos segundo os critérios semânticos.
1907	Proposta de reforma ortográfica de Medeiros e Albuquerque, da ABL, que toma por base a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, em Portugal.	Publicação da <i>Gramática Expositiva</i> , curso superior, de Eduardo Carlos Pereira.			
1919		Publicação de <i>Manual de Análise</i> , José Oiticica. ³⁰			
1931	Acordo ortográfico entre a ABL e a academia de ciências de Lisboa.				

²⁷ Estamos considerando apenas as produções gramaticais aqui selecionadas.

²⁸ As colorações identificam as épocas: coral – primeira época; azul: segunda época (primeira parada); azul claro: segunda época (segunda parada).

²⁹ A segmentação entre vertentes é baseada nas influências que essas obras sofreram. Não são motivadas por uma ordenação cronológica.

³⁰ Destacamos as orientações de Oiticica no início do capítulo, a respeito da provável inexistência dos “OIs”.

Período. Datas	Fato políticos e institucionais	Produções gramaticais	Evolução do conceito de complemento.		Conflito ADV x CV (OI)
1934	Implantação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.		<ul style="list-style-type: none"> • Termo exigido para completar o sentido do verbo. Devido ao estabelecimento de funções distintas no grupo dos “complementos”, como OD, OD prep, CR e C.circunstancial, houve a necessidade de sistematizá-los para fins didáticos em termos “integrantes”. 	Primeira “parada” (parte)	<p>Existe, devido aos reconhecimentos de funções sintáticas distintas desempenhadas por termos preposicionados (OI, CR, ADV) e circunstanciais (ADV e C. circunstanciais).</p> <p>Com a sistematização da N.G.B, a distinção ficou ainda mais problemática, excluindo os “contra-exmplos” e reduzindo, nos manuais de ensino, o estudo dos complementos às listas de macetes entre Adv e CV- confusão acirrada entre critérios semânticos e formais na descrição das funções sintáticas.</p>
1939	Criação da Faculdade de Filosofia (com os primeiros cursos de letras) na Universidade do Brasil.				
1941		Publicação ³¹ de <i>Princípios de Lingüística Geral</i> , de Matoso câmara Jr.	<p>Já os adjuntos passam a compor o elenco dos “acessórios”, por poderem ser “dispensados” do aglomerado oracional.</p> <p>Há o reconhecimento de funções circunstanciais “integrantes” e “acessórias”</p>		
1943	Decreto que estabelece a ortografia do português, com certas distinções em relação à Lusitana.				
1944		Publicação da <i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i> , de Silveira Bueno.			
1946	Estabelecimento do nome da língua falada no Brasil como “Língua Portuguesa”, segundo uma comissão estabelecida pela Constituição de 46.				
1957		Publicação da <i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i> , de Carlos Henrique da Rocha Lima.	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização oficial dos complementos em OD e OI e dos adjuntos ligados ao verbo de “adjuntos adverbiais” pela N.G.B. As nomenclaturas CR e C.circunstancial não foram consideradas. Nova incoerência se instala devido à consideração dos complementos de circunstâncias como necessários ao verbo. 		
1959	Estabelecimento da N.G.B, pela portaria do Ministério de Educação e Cultura.				
1961		<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara.	<ul style="list-style-type: none"> • Novos trabalhos que apresentam releituras da Nomenclatura Gramatical. Complemento visto como “termo argumental”, mas “opcional”. Mostra da necessidade da nomenclatura “CR”, já que esta identifica o termo preposicionado cuja função se assemelha ao objeto direto. 		
1962	Determinação da Lingüística como disciplina dos cursos de Letras pelo conselho Federal de Educação.				

³¹ Esta obra assinalada em “produções gramaticais” por representar um marco inicial dos estudos lingüísticos no Brasil.

1963	Criação do curso de pós-graduação em Lingüística na UNB.			Primeira “parada” (parte)	
1966	Curso de pós-graduação em Lingüística na USP.				
1970		Publicação da <i>Gramática do Português Contemporâneo</i> , de Celso Cunha.			
Período. Datas	Fato políticos e institucionais	Produções gramaticais	Evolução do conceito de complemento.		Conflito ADV x CV (OI)
1971	Início do curso de pós em Graduação em Lingüística na Unicamp.		<p>Termo determinado por traços formais, distintivos de algumas propriedades como: concordância verbal; nominal; clivagem; anteposição; inclusão entre sujeito e verbo; resposta às perguntas feitas por “Que” e “Quem”.</p> <p>Tendência em não favorecer o conflito CVs x ADVs, porém os adjuntos são segmentados, devido ao reconhecimento da existência de várias funções desempenhadas por termos circunstanciais.</p>	Segunda “parada” (parte)	Existe uma tentativa de se diferenciar as funções que os “complementos” e os “adjuntos” desempenham. Esse exercício conduz à semelhança entre os termos. Inicialmente: OI=OD; posteriormente, OI=ADV.
1977		Publicação da <i>Gramática Portuguesa</i> , de Walmírio Macedo.			
1984	Criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Lingüística em Letras e Lingüística.				
1985		Reedição da antiga Gramática de Cunha, com co-autoria de Lindley Cintra, sob título de <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> .			
1987		Publicação de <i>A estrutura Morfo-sintática do Português</i> , de Macambira.			
1996 ³²		Publicação da <i>Gramática Descritiva</i> , de Mário Perini.			

1990		Publicação de <i>Iniciação à Sintaxe do Português</i> , de José Carlos de Azeredo.	Termo que pode ou não ser selecionado pelo verbo. Existem somente o objeto direto, o complemento relativo e o complemento predicativo. O grupo “Adjunto verbal”, em que se incluem algumas funções circunstanciais do período simples, do composto e o “OI”, são assemelhados por não corresponderem à uma ligação com o verbo. Inclusão de conceitos da Linguística textual como anáfora, elipse, focalização, coesão e coerência para embasar a descrição do funcionamento sintático da língua.	
2002		Publicação de <i>Fundamentos da Gramática do Português</i> , de José Carlos de Azeredo.		

Algumas considerações:

Ao traçarmos a nossa viagem gramatical, percorrendo caminhos sobre reformulações, desdobramentos e apagamentos do conceito de complementação, construímos uma memória sobre essa noção, há tempos tão diminuída, quase esquecida e limitada ao conflito ADVs x CVs. Mencionamos algumas considerações parciais:

1) O conflito entre ADVs e CVs teve início com uma confusão de influências aos estudos do português: francesas, inglesas, alemãs e até portuguesas, para aqueles libertários que não desprezavam nem as melhores contribuições dos mestres lusitanos. O resultado foi uma miscelânea de nomes, funções e descrições. O conflito apenas foi uma consequência histórica da passagem da gramática do português para a gramática do português do Brasil.

2) A reformulação do programa de português para os exames e concursos públicos exigia uma unificação, de forma a acabar com os múltiplos nomes para descrever as mesmas funções. A volta à tradição gramatical, em decorrência de uma formação da língua da elite do Brasil, possibilitou a volta à tradição clássica e às gramáticas portuguesas.

³² Estamos expondo as contribuições de Mário Perini anteriormente às de Azeredo, embora o ano de publicação seja posterior, por compreendermos que a influência das diversas correntes da Linguística, nas gramáticas brasileiras, ocorreu basicamente no mesmo período, com a incursão dos cursos de pós-graduação em Letras e Linguística, na década de 80. Apresentamos a *Gramática descritiva do Português* em seqüência à obra de Macambira, por consideramos o teor estruturalista em Perini e não propriamente o ano em que seu estudo foi publicado.

Unificou-se, por essa influência, o conceito: todos os termos ligados aos verbos foram chamados “complementos”.

3) O reconhecimento de várias funções no grupo de complementos e adjuntos levou alguns autores de preocupação normativista a separar os CVs e ADVs. Rocha Lima os segmentou em integrantes e acessórios, predominado o critério semântico. Reformulam-se e reaparecem nomes distintos como complemento relativo e complemento circunstancial. Outras gramáticas mostram uma preocupação em reformular a oposição “termos integrantes” e acessórios”, expondo que os complementos podem ou não ocorrer na oração.

4) Após a década de 70, apresenta-se uma diretriz formal ao estudo dos complementos e a segmentação de funções distintas no grupo circunstancial. Discute-se a semelhança do OI com o OD, em um primeiro momento, e com o ADV, em obras posteriores: novas nomenclaturas, novas reformulações, inclusão de elementos do texto na descrição de funções sintáticas atestam a volta da unificação das funções e da inutilidade da “luta” CV x ADV.

5) Dos conceitos aqui expostos, formularemos posteriormente a nossa própria conceituação de complemento, para ser aplicada em consideração às situações discursivas, às quais são materializadas pelos textos. Para tal, recorreremos às contribuições de Bechara (1961), sobre as noções de “termos argumentais” e “termos opcionais”. Azeredo também servir-nos-á de auxílio, em sua proposta de unificação em “adjunto verbal” e na consideração de transitividade como processo em que se reconhecem os fatores discursivos, além do léxico verbal. Por enquanto, essa breve viagem nos possibilita guardar em nossas gavetas que, nos termos de Azeredo (2000):

O complemento é um termo que pode ser admitido, colocado, porém não exigido pelo léxico verbal, mas que são as condições pragmáticas e textuais que motivam ou não a ocorrência destes.

Nossos próximos passos consistirão em buscar subsídios na lingüística funcional e textual para constatar que, no texto, a luta ADV x CV pode não existir, buscando mecanismos do texto que podem corroborar essa hipótese. Seguiremos os nossos trilhos com a seguinte pergunta: deverá haver, de fato, uma sistematização ou uma separação

desses sintagmas? Como esses elementos podem ser interpretados, de forma a servirem de subsídios aos falantes da língua, para atingirem seus propósitos comunicativos?

Por fim, retomamos as palavras do escritor com quem introduzimos o capítulo, para reafirmar a necessidade de se buscar a história do saber lingüístico, mostrar que os novos caminhos se constroem com os guardados do passado, que possam somar à evolução de saberes futuros:

Mas como os instantes se sucedem feito os tique-
taques do relógio, eles vão se transformando em passado,
em memória, e isso é tão inaferrável como um instante nos
confins do tempo. (CAMARGO, Iberê: 2001).

3- NOS GUARDADOS DA GRAMÁTICA E DA LINGÜÍSTICA: A COMPLEMENTAÇÃO E A ADJUNÇÃO VERBAL NA GRAMÁTICA TRADICIONAL E NA GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS.

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por meio dele.

João, 1:1-3

No capítulo anterior, com o exame das gramáticas do português, verificamos que o complemento pode ser registrado como:

a) O termo paciente, sobre o qual recai a ação de um verbo transitivo. E, nesse caso, referimo-nos exclusivamente ao objeto direto.

b) O termo que pode completar o sentido de um verbo transitivo, imediatamente, “sem preposição necessária”, ou mediatamente, “com preposição obrigatória”.

Tanto uma quanto outra noção de complemento são obtidas em relação aos conceitos distintos de transitividade: conceito 1, em que transitivo é o verbo que “transita” o objeto para o sujeito na voz passiva; conceito 2, em que transitivo é o verbo que “necessita” de complemento. Tais memórias do primeiro capítulo apontam a importância singular do verbo no processo da complementação: não existe o termo que “completa” ou que “transita” se não houver um verbo para mediar esses processos, nos quais subentendem-se aspectos semânticos e sintáticos. A partir do momento em que o verbo se associa a determinados tipos de complementos, esses elementos vão moldando suas características sintáticas, fazendo dele um “elemento nuclear” na estrutura de uma mensagem.

A epígrafe que integra o nosso segundo capítulo traz justamente o verbo como o início de tudo: de onde tudo nasce, para onde tudo converge. O trecho bíblico nos remete a uma figuração em que “verbo” pode assumir duplo sentido: inicialmente, interpretado como sinônimo de “palavra”, o *verbum* latino e, nesse caso, compreendemos que o ato de proferir

a palavra determinou o começo do mundo, o nascimento do caos primitivo, que até hoje habitamos. Posteriormente, ao entendermos o verbo enquanto “classe de palavra relativa, dentre outras muitas características, à expressão de ações, estados e processos”, percebemos que por ele se inauguram sentenças, que, combinadas, formam grandiosos textos e suas intermináveis redes de intenções comunicativas. O princípio da comunicação por ele nasce, cresce e se reproduz, vira tecido de texto, tal como a nossa pele nos faz tecido de gente.

Selecionando aqui a leitura de verbo como “classe de palavra”, verificamos que os traços sintáticos desse grupo gramatical estão relacionados ao tipo de complemento que os acompanha. Nesse processo, é a noção de transitividade que nos permite caracterizar os complementos e, a partir daí, determinar a tipologia verbal no interior da classe dos verbos.

Sendo assim, observamos o verbo retratado sintaticamente de forma diferente, segundo cada conceituação de transitividade e, sobretudo, conforme a natureza de cada complemento. Vejamos:

Esquema 01:

“Transitividade 01”:

Verbo transitivo (apassivável)-----OD.

Verbo intransitivo (não apassivável)-----OI/ ADV.

Esquema 02:

“Transitividade 02”:

Verbo transitivo-----direto: “sem preposição”.

Verbo transitivo-----indireto: “com preposição”.

Verbo intransitivo-----sem complemento integrante, mas pode estar ligado a um “termo acessório” (Adjunto adverbial)

No esquema acima, além de reconhecermos o verbo como elemento central para a formação de sentenças e construção de mensagens, fica claro também que a diferença do que se considera “transitivo” é estabelecida pela marca da preposição. No “esquema 01”, além de a preposição obrigatória não corresponder a um traço de identificação formal do

objeto direto, a distinção entre complementos diretos e indiretos é baseada também pelo traço semântico de “receber a ação verbal” ou, “passar” para a voz passiva, característica do OD. Assim, elementos preposicionados não podem ser considerados “objetos diretos”; a categoria dos termos preposicionados integra o grupo dos “adjuntos” (OI = ADV).

Por outro lado, o “esquema 02” nos revela que a preposição não só constitui o traço formal que distingue os complementos, mas também provoca uma série de conflitos na descrição sintática do português, pois um grande problema se cria: expressões preposicionadas não podem ser OD, mas podem configurar como OI, determinando os “verbos transitivos indiretos”, ou ainda como ADV, já que alguns dos “termos acessórios” também são encabeçados por preposições. As preposições, portanto, permitiriam “distinguir” um verbo “transitivo direto” de um “transitivo indireto”, mas não seria um fator decisivo na distinção entre o último tipo de verbo e o intransitivo, uma vez que ambos ligam-se a elementos preposicionados. Além disso, a fronteira semântica entre o que seja “objeto indireto” não suprimível e “adjunto adverbial”, dispensável, não é um problema de clara resolução na descrição do português, em virtude de fatores discursivo-pragmáticos, que muitas vezes, para fins de análise, na maioria de manuais de ensino, não são explorados de forma suficiente.

Considerando que são os elementos preposicionados os atenuantes do conflito entre complementos e adjuntos, sobretudo pela preposição não funcionar como elemento distintivo entre o verbo transitivo indireto e o intransitivo, **deixamos claro que o nosso objeto de análise não será o conflito entre adjuntos adverbiais e qualquer complemento verbal, mas entre aqueles e o que a N.G.B nomeia “objeto indireto”**. Além disso, não trataremos de quaisquer adjuntos adverbiais, mas daqueles que também influenciam, semântica e sintaticamente no reconhecimento do verbo como “elemento nuclear” da sentença. Dito de outro modo, **ocupar-nos-emos dos adjuntos do período simples, mais precisamente dos locativos, dos temporais e dos modais**, por reconhecermos que eles, em muitas situações, podem ser interpretados enquanto “termos não-dispensáveis” pela semântica verbal.

De qualquer forma, abordamos aqui o tema da importância do verbo no estudo da complementação e da adjunção, para verificarmos que essa questão se mostra diferente na orientação da tradição gramatical e nas obras descritivas de influência da Lingüística. O

verbo é singular para a formação de sentenças em ambas as propostas, no entanto, constituem instruções bastante diferenciadas e isso repercute na determinação da noção de complemento. Estamos expondo as considerações de uma e outra gramática, para que, ao final deste capítulo, possamos criar as condições de interpretação do que, para nós, será considerado uma “expressão preposicionada complemento” e uma “expressão preposicionada adjunto”, se podemos de fato determinar essa distinção e qual o papel da preposição nessa determinação, se ela, de fato, existir.

Seguem abaixo, portanto, alguns breves esclarecimentos sobre o trabalho que a gramática tradicional e a gramática de valências realizaram em relação ao verbo e às determinações dos complementos para a classificação de tipos verbais.

3.1. O verbo como centro da oração: a visão da gramática tradicional.

A gramática tradicional nasceu em Alexandria, tendo como um dos personagens principais Dionísio Trácio, e sustentava como propósito descrever o uso da língua nos textos da literatura grega homérica. Tal modelo de descrição lingüística, absorvido pelos latinos, também orientou (e orienta até os dias hoje!) o pensamento gramatical do Ocidente. No Brasil da segunda metade do século XIX, especificamente, verificamos que os autores de tendência purista usavam como objeto de exame e caracterização dos fatos da língua textos literários dos mestres portugueses; já os gramáticos de postura mais libertária incluíam, além dos escritos lusitanos, textos da literatura brasileira. Mais conservadores ou não, os gramáticos mantinham os textos literários como *corpus* para retratação, normatização e ensino do “bom uso” da língua. Nos dias de hoje, as gramáticas, embora apresentem textos midiáticos, de diferentes naturezas, como objeto de exame, ainda trazem de forma predominante o legado das produções literárias canônicas como padrão de orientação do uso mais formal da língua. José Carlos de Azeredo (2000), ao citar Maria Helena de Moura Neves, informa-nos que o esforço em descrever a língua desses textos também correspondia a uma maneira de torná-los inteligíveis, de preservar e divulgar a literatura helênica e, assim, formava-se o que entendemos por gramática:

Era para facilitar a leitura dos primeiros poetas gregos que os gramáticos publicavam comentários e tratados de gramática, que cumpriam duas tarefas: estabelecer e explicar a língua desses autores (pesquisa) e proteger da corrupção dessa língua “pura” e “correta” (docência), já que a língua quotidianamente falada nos centros do helenismo era considerada corrompida. E, servindo à interpretação e à crítica, realiza-se o estudo metódico dos elementos da língua e compõe-se o que tradicionalmente seria qualificado propriamente como gramática. (Maria Helena de M. Neves – *apud* José Carlos de Azeredo, 2000: 17)

A gramática grega, para ordenar a exposição dos traços e fatos lingüísticos, elegeu a palavra como entidade de grande destaque. Os alexandrinos incorporaram essa orientação e a ela acrescentaram a arrumação das inúmeras palavras em classes gramaticais. A preocupação com os tipos de palavras e com as combinações destas para formar sentenças lógicas, compreensíveis, nos remete ao enfoque de dois campos gramaticais: a morfologia, cujo centro é a palavra; e a sintaxe, que se ocupa da combinação e da ligação lógica entre elas. Assim, o conhecimento das propriedades gramaticais de cada grupo de palavras conduzia à informação sobre a posição que cada termo poderia ocupar na sentença e que havia, portanto, regras estruturais para o estabelecimento de um pensamento coerente. O pensamento lógico advinha dessa ordenação interna de estruturas, formando o *logos* ou a proposição lógica, a expressão do juízo.

Segundo Platão e Aristóteles, o *logos* é uma entidade maior em que se encontram dois elementos: o sujeito (*hypokeímon*, “o que serve de suporte”, tema) e o predicado (*rhêma*, “o que se diz”, comentário), que se manifestam por duas classes, a saber: a dos nomes e a dos verbos, respectivamente. O *logos*, proposição maior dotada de coerência, somente será estruturada se o *ônema* (nome) e o *rhêma* (predicado) forem combinados por meio do raciocínio, de forma a expressar conceitos válidos. O predicado “diz algo” (afirmativo ou negativo) relacionado a conceitos (ação, estado, lugar, por exemplo) sobre o sujeito (substâncias, particularizadas ou universalizadas) com estabelecimento de juízo (união entre ambas as partes) até chegar a um raciocínio (conclusões tomadas por meio das associações entre ambas as partes, sob forma de premissas). Percebemos, portanto, que a origem do pensamento gramatical nos atesta a proposição como uma estrutura que tem o predicado (verbo) como base, constituindo a idéia de que a oração é o elemento composto por duas partes, o sujeito e o predicado, termos “essenciais” que se constituem ainda de

outros que os integram ou que a eles se acoplam de forma “acessória”. Lembremos ainda os capítulos de “análise lógica”, que encontrávamos em muitas gramáticas do português, influência do pensamento grego. Após o advento da N.G.B, conforme atestamos no *Caderno de língua portuguesa: 40 anos da N.G.B*, passamos a encontrar, como proposta de sistematização:

- B - Análise sintática
- I - Da oração.
- 1. Termos essenciais da oração: sujeito e predicado.
 - a) Sujeito: simples, composto, indeterminado, oração sem sujeito.
 - b) Predicado: nominal, verbal, verbo-nominal.
 - c) Predicativo: do sujeito; do objeto.
 - d) Predicação verbal: a) verbo de ligação; b) verbo transitivo: direto, indireto; c) verbo intransitivo.
- 2. Termos integrantes da oração: a) complemento nominal; b) complemento verbal: objeto (direto, indireto); c) agente da passiva.
- 3. Termos acessórios da oração: a) adjunto adnominal; b) adjunto adverbial; c) aposto.
- 4. Vocativo.

(HENRIQUES, 2000: 54)

Neste “enquadramento” a estrutura segmentada é a oração, identificada, em geral, como frase – ou membro da frase – que se biparte, normalmente, em sujeito e predicado e que “serve de modelo a frase declarativa, manifestação de um juízo, sem qualquer traço dominante de natureza emotiva, capaz de perturbar-lhe a organização gramatical.”(LIMA, 1957: 205).

Em relação aos componentes integrantes e acessórios do predicado, notamos que eles determinam as classes sintáticas de verbos, segmentados em transitivos e intransitivos. Mas a divisão entre “essenciais”, “integrantes” e “acessórios” se mostra inadequada por uma série de razões. Uma delas diz respeito ao próprio princípio sintático do verbo como elemento que confere presença à oração. Se ela somente se forma pela existência do verbo, porque não deveria ser esse também um “termo essencial”? Ademais, esse triângulo dá um grau de importância maior aos termos essenciais, como se eles fossem determinantes para a estruturação da oração e de seu núcleo, quando na verdade não é bem assim.

Analisando a relação dos verbos com cada grupo estipulado pela N.G.B, verificamos que os mais decisivos na determinação sintática do verbo é o grupo dos complementos ou

dos “termos integrantes”, pois são eles que marcam, pela presença ou ausência do nexos prepositivo, o tipo de verbo, como já observamos. Até mesmo o sujeito, definido, normalmente, como o “ser sobre o qual o predicado afirma algo”, só contribui para a classificação sintática verbal, por semanticamente configurar enquanto noção “contrária” à de “objeto direto”, sendo este paciente e aquele agente do processo verbal. Deveria ser, então, o grupo dos integrantes o mais importante, por que apenas eles modelam o verbo sintaticamente. De forma semelhante acontece com os adjuntos do verbo, componentes dos termos acessórios. Podemos reconhecê-los também como elementos que, em muitas situações, não podem “ser retirados” da oração sem prejuízo de sentido. Deveriam, portanto passar de acessórios a integrantes, ou melhor, a essenciais, considerando essenciais os termos que essencialmente estabelecem o perfil do verbo na oração: os complementos.

Tais confusões permanecem porque, segundo a visão tradicional, não se dá o tratamento equivalente às funções sintáticas relativamente ao verbo: não se considera o sujeito, os complementos e os adjuntos em igual importância para revelar a sintaxe verbal.

Parece-nos que falta uma associação conjunta entre verbo, sujeito, complementos e adjuntos, em que se investiguem os comportamentos sintáticos e semânticos desses termos para, de forma mais abrangente, traçar o perfil sintático do núcleo oracional. Para tal, há necessidade de se pensar em uma estrutura sem bipartição, sem graus maiores de importância. Essa é a proposta da gramática de valências.

Seguem abaixo alguns esclarecimentos sobre a gramática de valências, a partir dos exemplos de muitos sintagmas preposicionados, que habitam um texto de nosso *corpus-exemplo*.

3.2. O verbo como centro da frase: a visão da gramática de valências.

Na gramática tradicional, os complementos constituíam os elementos integrantes no interior da oração, mais precisamente no predicado, uma vez que ela se constitui de duas porções: o sujeito e o predicado.

Na gramática de valências, cujos ensinamentos passaram a influenciar a descrição dos fatos gramaticais do português, a partir do avanço da Linguística nos cursos superiores, a noção que embasa os estudos de sintaxe não é a de oração, mas a de frase. José Carlos de

Azeredo nos apresenta a frase como o “menor texto possível”, “a menor enunciação verbal suficiente para a expressão de um ato comunicativo, seja ela uma interjeição (alô, ui), seja um período (O título desta seção contém três termos muito familiares a professores e estudantes)” (AZEREDO, 2004: 38). Segundo o autor, em um extremo a frase é constituída pela interjeição, em outro pela oração, centrada no verbo. O simples fato de se considerar a frase como menor texto possível já é importante para entendermos que os elementos que a integram, de forma a estabelecer uma estrutura sintática coerente, são considerados de igual para igual no processo de comunicação.

A gramática de valências, de forma semelhante, confere igualdade entre todos os constituintes da frase, pois todos eles dependem igualmente do verbo. Toda frase é ainda constituída de unidades menores, de núcleo nominal, adjetivo ou adverbial — são os sintagmas, que desempenham funções sintáticas de dependência em relação ao verbo da frase. Nesta proposta, o *verbum* é apontado como elemento central da frase, aquele que rege todos os outros sintagmas e deixa a estrutura pronta para o ato comunicativo.

Observemos o texto abaixo, extraído do Jornal *O Globo*:

Obras de Garotinho

Uma das piores situações que acontecem **no Rio** é a existência política de Garotinho e Rosinha. O caos é geral: segurança, saúde, transportes, estradas, investimentos públicos. A bandalheira corre **livre em anúncios de obras e feitos fantasmas** ou **inacabados e malfeitos**, conforme tão bem noticiou O Globo. Eu pessoalmente corro risco permanente de vida pela não entrega de medicamentos especiais que são pagos pela federação e deveriam ser distribuídos pelo estado. A verba foi cruelmente desviada **para a Farmácia Popular**. Não os recebo **desde outubro**. Sobrevivo **por obra divina**. (grifos nossos)
(O Globo, por e-mail, 21/3), Rio

DERMEVAL DE OLIVEIRA.

Sem pretensão de realizar uma análise pragmático-textual profunda do depoimento acima, empregamo-lo como espaço de investigação de sintagmas preposicionados relativos ao verbo para, a partir de uma situação contextualizada, analisarmos a relação desses termos com o próprio verbo e com seu respectivo sujeito. Essa carta do leitor ajudar-nos-á a entender melhor a proposta da gramática de valências e as diferenças entre essa e a análise proposta na tradição gramatical. O pequeno Box abaixo, nos mostra os Spreps (sintagmas preposicionados) que tradicionalmente poderiam ocorrer como complementos e adjuntos, além de seus verbos correspondentes:

Spreps	Verbos	Trecho do texto selecionado.	Visão da tradição gramatical, pós-N.G.B.
1) no rio	Acontecem	Uma das piores situações que acontecem no Rio é a existência política de Garotinho e Rosinha.	Adjunto adverbial (lugar).
2) a) em anúncios de obras. b) (em) feitos fantasmas.	Corre	A bandalheira corre livre em anúncios de obras e feitos fantasmas ou inacabados e malfeitos , conforme tão bem noticiou O Globo.	a) Adjunto adverbial (lugar). b) Adjunto adverbial (lugar).
3) desde outubro.	Recebo	Não os recebo desde outubro .	Adjunto adverbial (tempo).
4) a) para a Farmácia Popular.	Foi desviada	A verba foi cruelmente desviada para a Farmácia Popular	Adjunto adverbial (lugar/ destino).
5) por obra divina.	Sobrevivo	(...) Sobrevivo por obra divina	Adjunto adverbial de causa.

Segundo as orientações da tradição gramatical, tomando a noção de oração para realizar uma hipotética análise, julgaríamos o sintagma “no rio” um termo acessório, pois poderia ser facilmente retirado da oração, sem prejuízo de sentido. Outra característica semântica que reforçaria essa interpretação de ordem tradicional seria a noção de “circunstância de lugar”, que o vocábulo expressa, somando sentidos ao processo verbal mas “não sendo exigido por ele”. Segundo uma perspectiva morfossemântica, a instrução de alguns autores apontaria para o fato de que a preposição “em” carrega um certo sentido e não se caracteriza como extensão do léxico verbal. Tal propriedade do sintagma contribuiria para uma flexibilidade maior dele na oração, não dependente da semântica lexical do verbo. Esse termo seria classificado, portanto, como adjunto. E assim se sucederia com todos os sintagmas aqui destacados.

A gramática de valências surgiu em 1959, com o lingüista francês Lucién Tesnière, e depois foi desenvolvida por germanistas. Mário Vilela e Winfried Busse (1986), em Portugal, além de Francisco da Silva Borba (1994)³³, no Brasil, tentam aplicar essas contribuições às descrições sintáticas do português. Inicialmente o termo valência era compreendido quase como sinônimo de regime do verbo, de um adjetivo ou substantivo, sendo tarefa apenas da chamada “gramática de dependências” descrever e explicar as ligações de dependência (ou não) entre os elementos constituintes de uma sentença. Entretanto, com o propósito de ampliar o trabalho de Tesnière, outros lingüistas como Engel e Helbig, por exemplo, salientaram a importância de se desenvolver um estudo com base na relação forma-conteúdo, observando não só os aspectos sintáticos, mas também os semânticos que estão presentes na relação de dependência entre os membros da frase. Atualmente o termo “gramática de valências” abarca não só a consideração de verbo como portador de regime, mas também como elemento regente do qual dependem sintática e semanticamente todos os sintagmas do corpo frásico.

O que distingue, *a priori*, a visão da gramática tradicional da gramática de valências é a base que se toma para a análise. Vimos que o pensamento gramatical se orientou da tradição grega, a qual determinou que a proposição, ou seja, a oração seria constituída de sujeito (“o que se diz”, tema) e de predicado (“como se diz”, rhêma). A análise é realizada a partir dessa forma bipartida, da oração. Segundo Tesnière, não é mais a oração, mas sim a frase, a base para a análise: ela constitui a materialização do enunciado, que é o resultado de uma comunicação efetiva, sendo o seu principal elemento o verbo (de onde tudo começa, para onde tudo converge). Essas diferenças singulares nos apontam a eliminação da dupla “sujeito-predicado”, além de não mais considerar somente os complementos verbais na determinação da transitividade do verbo. Desse modo, se temos um determinado tipo de verbo, essa categorização se estabelece pela presença do sujeito, dos complementos e dos adjuntos:

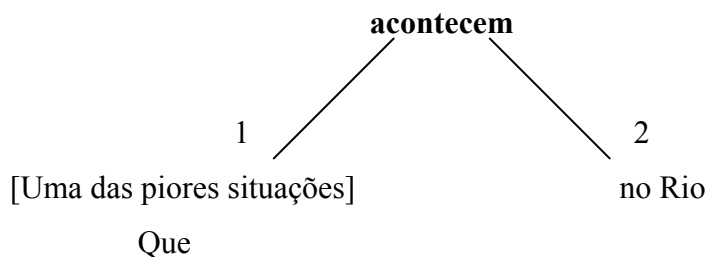
³³ BORBA, Francisco da Silva (1994). *Gramática de Valências*. São Paulo: Ática.

(...) na teoria de valências, o sujeito é considerado como um complemento da mesma natureza que os restantes, considerados como valores relacionais do verbo – não são designados lexicalmente no próprio verbo, fora do seu uso na frase: são apenas apresentados como lugares vazios a ser preenchidos lexicalmente na frase. (BUSSE & VILELA, 1986: 13)

Retomando o texto “Obras de Garotinho”, verificamos, então, que existem os atores do processo (actantes) e as circunstâncias em que ele ocorre (circunstantes). Observemos:

“Uma das piores situações que acontecem **no Rio** é a existência política de Garotinho e Rosinha”.

Verificamos um depoimento carregado de revolta, em que permanece a valorização da realidade indesejável sob forma de protesto. Longe de todo o conteúdo da subjetividade que essa declaração pode conter, considerando fatores externos como nível de revolta, resultados diretos que o governo Rosinha provocou na vida dessa pessoa e outros fatores mais, notamos que a frase acima destacada materializa, por meio das escolhas lexicais centradas nos verbos, o conteúdo que se deseja tornar conhecido. O sintagma “no Rio” não é “acessório”, ao contrário: é perfeitamente pertinente que esteja explícito, pois se trata de um morador do Rio de Janeiro, que deseja reforçar o local onde esses governantes atuam, reafirmando os possíveis males que ocasionaram diretamente a quem habita este local. De igual para igual a este sintagma, temos o outro “Uma das piores situações”, retomado pelo relativo *que*, em função de sujeito. Os dois sintagmas acompanhantes do verbo são equivalentes, sendo este o nó central da frase. Nessa estrutura há os atores, os participantes, representados por aqueles termos que atuam ocupando os lugares lexicais vazios que o verbo precisa preencher:



Os lugares 1 e 2 foram preenchidos por “uma das piores situações” e “no Rio”, respectivamente. A esse processo de ocupação de lugares vazios, exprimindo um estado de coisas, chamamos valência:

Designaremos o termo contido na estrutura de outro termo por lugar vazio ou por argumento (por analogia com a linguagem lógica). Chamamos valência ao número de lugares vazios previstos e implicado pelo (significado do) lexema. São precisamente os verbos que apresentam de modo mais evidente estruturas relacionais de tipo valencial. (Idem, ibidem).

Os elementos que preenchem os lugares vazios, previstos de ocupação pela extensão léxico-verbal na frase de ocorrência, são os actantes. Aqueles que não são previstos são denominados circunstantes. Actantes e circunstantes não equivalem à distinção entre complementos e adjuntos: o que temos **é que complementos e adjuntos são distinções da oração e actantes e circunstantes são distinções da frase**. Mário Vilela nos lembra que a análise tradicional lança mão de alguns procedimentos morfossintáticos para o reconhecimento de complementos e adjuntos do verbo, dentre os quais citamos dois:

- a) Pronominalização: substituição de complementos por pronomes oblíquos e de adjuntos por determinados advérbios pronominais.
- b) Interrogação: sentenças iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos que buscam complementos e adjuntos como respostas às perguntas realizadas.

Aplicando esses procedimentos em “Uma das piores situações que acontecem no Rio”, teríamos:

- a) Uma das piores situações que acontecem aqui.
- b) Onde (é que) as situações acontecem?

Todavia, não estamos ficcionalizando esse enunciado: sabemos da importância que o sintagma “no Rio” alcança para a compreensão global comunicativa da frase. Para tentar abranger esses aspectos, apesar da conscientização de que há problemas também na teoria de valências, Vilela propõe o critério do pro-verbo, no qual acrescenta-se o verbo “fazer” conectado a um pronome anafórico, ou a um advérbio, ou ainda, pronomes pessoais e demonstrativos relacionados a verbos como “verificar-se”, “ocorrer”, “constatar”, por

exemplo. Se a substituição acontecer de forma que a frase não se torne agramatical, teremos actantes, caso contrário, circunstantes. Exemplificam Busse e Vilela, com a pronominalização e o critério do pro-verbo, respectivamente (p.27):

(7-a) Ele convidou-me para a festa----Ele convidou-me para isso-----Ele convidou-me e fê-lo para a festa.

(9-a) A sessão durou toda a tarde----A sessão durou-a----A sessão durou e fê-lo toda a tarde.

Em (9-a), percebemos que “toda a tarde” constitui um actante, pois não permite uma expansão com o pro-verbo, além de ter sido substituído pelo pronome “a”, freqüentemente, substituto de objetos diretos. Mais adiante, em nosso capítulo destinado ao texto, investigaremos as substituições de actantes por pronomes. Será que somente alguns pronomes podem realizar a substituição de certas funções sintáticas? Essa é uma pergunta cujas possíveis respostas serão investigadas nos próximos capítulos.

Porém não devemos esquecer que essa técnica pode auxiliar no reconhecimento de actantes e circunstantes, mas não é uma imposição. Nas próximas seções de nosso trabalho, veremos que os actantes previstos encontram-se relacionados em uma tabela de valência sintática. Observemos:

Uma das piores situações [que] acontecem no Rio.

Uma das piores situações acontecem e isso ocorre no Rio.

Podemos, então, encontrar os tradicionais “complementos” enquanto actantes ou circunstantes, ou os “adjuntos” como actantes e circunstantes, dependendo dos lugares vazios previstos pelo léxico verbal, que tais termos podem ou não preencher. O termo “no Rio”, por exemplo, seria um adjunto adverbial pela leitura da gramática tradicional posterior a N.G.B, já na gramática de valências, o mesmo elemento seria um actante, por preencher, de acordo com essa comunicação, o lugar vazio do verbo. A essa relação entre actantes e verbos, em que aqueles, pela quantidade e pela natureza, determinam os tipos de verbo, chamamos valência sintática. De acordo com o número de valências - ou lugares preenchidos - os verbos podem ser:

- 1) Avalentes - sem actantes.
- 2) Monovalentes – 1 actante.
- 3) Bivalentes – 2 actantes.
- 4) Trivalentes – 3 actantes.

Conforme essa tipologia de verbos, obtida pela quantidade e pela natureza de actantes, expomos a tabela abaixo, formulada por Vilela e cedida à Fátima Silva,³⁴ acrescentando, na última coluna, os exemplos já destacados no texto de nosso *corpus*-exemplo:

Actantes	Posição	Marca morfológica	Pronominalização	Interrogações	Exemplos ³⁵
A1	Antes de v.	zero	Eu, tu, ele... Este	(que)m A1+ verbo	
A2	Depois de v.	Zero (por vezes, prep. A)	O, a, me, te, se.	(o) que/ quem (é que) + A1 + V.	
A3	Depois de v.	Prep. A	Me, te, nos, vos, lhe, a. Isso.	A quem (é que) + A1 + v?	
A4	Depois de v.	Prep. de, a, em	Prep + nome (forma oblíquo) de/a/em, mim, ti, si, ele, ela.	De /a/ em que/ quem (é que) + A1 + v?	
A5	Depois de v.	Prep. em, dentro, de...	Aí, lá, nesse, lugar.	Onde (é que) + A1 + v?	No Rio. Em anúncio de obras; (em) feitos fantasmas ou inacabados e malfeitos.
A6	Depois de v.	Prep. para, a, de.	Prep. + aí, ali, lá, a esse lugar	Prep + onde (é que) + A1 + v?	Para a farmácia.

³⁴ SILVA, Fátima. “Entre a gramática tradicional e gramática de valências”. In: FONSECA, Irene Fernanda, DUARTE, Isabel Margarida & FIGUEIREDO, Olívia. *A Linguística na formação do professor de português*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2000.

³⁵ Inclusão nossa.

A7	Depois de v.	Para, de, desde.	Para então, para essa hora.	Para que data, hora/ desde quando, que data, hora (é que) + A1 + v.	Desde outubro.
A8³⁶	Depois de v.	Zero	Isso, tanto, pouco, muito.	Quanto + SN (preço, tempo medida) + (é que) + A1 + v.	
A9³⁷	Depois de v.	Adv.modos ou de + maneira.	Assim, deste modo.	Como (é que) + A1 + v?	Por obra divina.
A10	Depois de v.	Predicativo Como		Como (é que) + A1 + v + A2?	

De acordo com o quadro acima, compreendemos que são os critérios sintáticos os empregados para a identificação de actantes e determinação de uma tipologia de verbos, de forma que encontramos como avalentes verbos de actante A1; bivalentes os de actantes A1 + v + A2 (A1 v A2) ou A1 + v + (A3, A4, A5, A6, A7 e A8), sucessivamente; e trivalentes os verbos com A1 + v + A2 + (A3, A4, A5, A6, A10 e A9). A pronominalização e a presença de preposição constituem fatores primordiais para estabelecer a natureza sintática dos actantes que irão preencher certos lugares vazios dos verbos que acompanham. Esses critérios nos permitem reunir um grupo de estruturas frásicas mais ocorrentes no Português.

Todavia, essa tabela não informa sobre uma possível facultatividade dos actantes, os quais podem ou não ocorrer explicitamente, dependendo do contexto e de condições extraverbais, de motivação pragmático-discursivas, as quais nos permitem recuperá-los sob forma de anaforização, por exemplo, ou pela inserção de palavras lexicais. Mário Vilela menciona alguns casos de elisão de actantes, já previstos pela natureza valencial do verbo, inclusive as “elisões lexicalizadas de actantes obrigatórios”, como em “Ele celebra todas (as missas)” (1986:84-5), característica de um contexto religioso, em que podemos

³⁶ Fazem parte do grupo dos “actantes 8” os termos que expressam medidas e preços. Por essa razão, certos sintagmas temporais, quando empregados em contextos avaliativos do tipo *levo três horas para chegar à escola*, são incluído nessa categoria.

³⁷ Segundo a N.G.B., adjunto adverbial de causa e modo.

depreender o elemento “missas” como actante que o nosso conhecimento de mundo possibilita preencher cognitivamente.

Outra observação que não deve passar despercebida diz respeito aos circunstantes, notadamente interpretados como estruturas ligadas ao verbo, mas não nucleares em relação à determinação do estado de coisas, expressa pela semântica do lexema verbal. Os circunstantes têm a função de atualizar a circunstância do processo verbal, mas não estão previstos como uma das possibilidades de preenchimento de lugares vazios. São preferencialmente realizados por elementos adverbiais temporais, locais e modais, além de orações subordinadas adverbiais. Mas esses dados não tornam exclusivamente circunstantes os elementos adverbiais com esses valores semânticos, já que podemos encontrar muitos actantes com valor adverbial temporal, modal e locativo. Voltemos ao exemplo de nosso *corpus*. O sintagma “no Rio”, de acordo com o quadro de valências, classifica-se como “actante 5”, marcado por certas preposições, como “em”, reafirmado pela pronominalização e por interrogações iniciadas por “onde”. Mas em um conteúdo hipotético como “Os governantes fizeram protestos no Rio”, o mesmo sintagma seria interpretado como circunstante, por atualizar o processo, mas não preencher lugares vazios do verbo. Já na análise tradicional, o mesmo termo, configurando nas situações distintas, seria identificado como “adjunto adverbial”.

O que ocorre é que os actantes e circunstantes atendem mais adequadamente a uma distinção entre termos nucleares e secundários, além de serem avaliados em relação à consideração de todos os elementos da frase, inclusive o sujeito. Se tomássemos um esquema-comparação entre as análises de ambas as gramáticas, para os elementos destacados no texto-exemplo do jornal *O Globo*, teríamos uma relação, que aponta diferenças, mas também conserva algumas semelhanças entre as duas propostas de investigação de termos relacionados ao verbo:

Exemplos.	Gramática de valências.	Gramática tradicional.
1) no rio	A5	Adjunto adverbial
2) a) em anúncios de obras. b) (em) feitos fantasmas ou inacabados e malfeitos.	A5 A5	Adjunto adverbial Adjunto adverbial
3) desde outubro.	A7	Adjunto adverbial
4) a) para a Farmácia Popular.	A6	Adjunto adverbial.
5) por obra divina.	A9.	Adjunto adverbial.

A leitura do texto nos indica a “necessidade” de os termos preposicionados estarem explícitos para co-ocorrerem junto ao verbo e integrarem as frases na construção do sentido geral da comunicação. Os sintagmas “em anúncios de obras” e “em feitos fantasmas” são decisivos para expressar que esses são os meios de divulgação de “falsas contribuições do governo Rosinha-Garotinho”, por isso não devem faltar ou não devem, pelo menos nesse momento do texto, ficarem implícitos. O termo “para a Farmácia Popular” tornou-se tão indispensável porque soa mais como uma denúncia do que propriamente como uma indignação, já que, segundo o emissor, se os remédios não tivessem sido desviados para a farmácia popular (projeto de Rosinha) ele teria sobrevivido. “Desde outubro” e “por obra divina” são importantes na medida em que atenuam a informação sobre o descaso do

governo do estado do Rio de Janeiro, sobretudo com a saúde. Vemos, portanto, em maioria, “termos acessórios” atuando como imprescindíveis para a construção textual. A teoria de valências, em seu desdobramento sintático, além de nos mostrar as diferenças existentes entre os termos aqui selecionados, também nos conduz a uma correspondência entre as classificações encontradas na gramática tradicional e na gramática de valências:

Gramática tradicional	Gramática de valências
Sujeito	A1
Complemento direto	A2
Complemento indireto	A3, A4.
Adjunto adverbial de lugar	A5 e A6
Adjunto adverbial de tempo	A7
Adjunto adverbial de medida e preço	A8
Adjunto adverbial de modo e causa	A9
Predicativo	A10.

A co-relação entre uma e outra proposta expõe, como mais uma diferença, que os tradicionais “complementos” e “adjuntos” do chamado “período simples” são categorizados como actantes. Porém, as distinções já levantadas aqui não excluem que essas duas orientações também mantêm certas similaridades. Apontamos duas:

1) A primeira diz respeito à distinção dos actantes por dois procedimentos morfossintáticos: a pronominalização e a presença de (tipos) preposições. As propostas das duas gramáticas se aproximam em relação a esses procedimentos porque, para a tradição gramatical, a substituição por pronomes e presença de preposições são cruciais na distinção entre “objetos diretos” e “objetos indiretos”, além da segmentação entre “objetos indiretos” e “adjuntos adverbiais”; já em relação às orientações da gramática de valências, esses mesmos procedimentos identificam o tipo de actante do verbo em relação à ocupação de lugar (es) vazio (s) que ele realiza.

2) Em relação à classificação dos verbos, percebemos certa semelhança entre o que a gramática tradicional chama de “verbos impessoais” e os verbos monovalentes (apenas com A1); “verbos transitivos diretos ou indiretos” e verbos de dois lugares, preenchidos com

A1, A2 e A1 , A3/ A4, respectivamente; além de “verbos transitivos diretos e indiretos” e verbos de três lugares, com actantes A1, A2 e A3/ A4. Percebemos que os demais actantes, de A5 a A10, podem ocorrer ainda em esquemas de verbos bivalentes e trivalentes, com um dos actantes já mencionados. Assim, os tradicionais verbos intransitivos, “acompanhados de adjuntos adverbiais”, não seriam monovalentes, já que os termos de circunstância preenchem lugares vazios presentes, normalmente, “depois do verbo”.

As comparações aqui expostas não pretendem misturar orientações e conceitos. Desejamos ressaltar que o verbo, seja ele elemento principal de uma proposição do tipo “sujeito-predicado”, seja ele o elemento central da frase, é identificado na categorização dos elementos que o acompanham. A idéia de se atribuir ao verbo tal importância perpassa por conceitos sintáticos sim, mas também se ancora em critérios semânticos. Acreditamos que a gramática de valências seja a proposta mais adequada para estabelecermos as condições de interpretação dos sintagmas preposicionados em nível frásico por considerar:

- a) O sujeito um argumento de igual relevância em relação aos complementos;
- b) Tradicionais complementos e adjuntos como termos de preenchimento do léxico verbal, podendo ser facultativos cada um dos empregos, dependendo também da situação de comunicação em que o verbo se insere;
- c) Inúmeros casos de elipse de actantes como previstos pelo lexema verbal e as diversas formas de retomada, como anáforas e lexicalizações;
- d) A classe dos adjuntos composta de actantes (preenchedores lexicais) e circunstantes (atualizadores do processo verbal);
- e) A frase como unidade-base de investigação, em que se encontram estruturas sintáticas resultantes de uma produção efetiva de comunicação, reveladora das intenções de interações, escolhas e combinações de elementos para o sucesso da comunicação.

Por enquanto podemos determinar que **os sintagmas preposicionados selecionados para a nossa investigação serão os actantes compreendidos entre A3 e A7** (objetos indiretos e adjuntos de lugar e tempo) **além de A9** (adjuntos preposicionados de modo).

Porém, ainda precisamos examinar o domínio da semântica que a gramática de valência nos reserva, já que a própria formulação sintática dos actantes aponta para a consideração da semântica lexical do verbo. Essa parte denominada “valência semântica” ser-nos-á útil, portanto, para investigarmos a relação das preposições com os sentidos

previstos e não-previstos pelo léxico do verbo, se esses variados significados influenciam ainda numa subcategorização dos actantes já tomados aqui como objetos de investigação. Para tal, lembremos que o conceito de valência corresponde ao de transitividade (2) na gramática tradicional, já que a idéia de “completar” o sentido se assemelha, mesmo considerando as diferenças de ambas as propostas, ao de “preencher” os lugares vazios dos verbos. E preencher ou completar são noções em que se depreendem os componentes semânticos das estruturas relativamente ao verbo. Assim, muitos autores desenvolveram o desdobramento semântico do conceito de valência, verificando os grupos de sentido que podem ser associados a certos verbos. Conforme houve um modelo sintático da frase, também foi elaborado, sob diversas perspectivas, um modelo dos papéis semânticos dos actantes para a determinação dos verbos que o acompanham.

Vejamos, a seguir, a valência e a transitividade, sob ótica da lingüística, para evoluirmos a interpretação dos sintagmas preposicionados, os prováveis papéis de sentido que desenvolvem e a relação da preposição nesse processo.

3.2.1. A valência semântica e a associação ao conceito de transitividade na visão da Lingüística funcionalista.

- **A noção de valência semântica.**

O entendimento de valência semântica está estritamente vinculado à noção de restrição de seleção. Essa noção compreende os traços semânticos que enquadram os lexemas em uma dada classe de sentidos. Assim, quando vai o homem desenvolver alguma atividade comunicativa, procura selecionar palavras em grupos de sentidos e ordená-las de forma a atender plenamente a seus objetivos.

Muito se discutiu sobre a relação forma-conteúdo dos signos de uma língua. Desde Saussure, no início da modernidade, com a instauração da dicotomia “langue” x “parole”, a discussão sobre a arbitrariedade lingüística vem apoiar reflexões sobre a relação entre expressão e comunicação, representação do pensamento pela linguagem e a transposição da esfera cognitiva para o conhecimento social. De forma diferente não se comportou a teoria gramatical. No século XIX, as calorosas opiniões em torno do “certo” e do “errado”, em relação às formas pelas quais os conteúdos poderiam ser representados, constituindo os

debates entre “gramática” e “estilística”, já preparavam o surgimento de uma série de desdobramentos na fonética/fonologia, na morfologia e na sintaxe. No âmbito da sintaxe, essa relação entre forma e conteúdo tomou os cenários dos debates gerativistas, com as distinções entre estrutura profunda e estrutura de superfície. Procurou-se justamente avaliar se o componente sintático tinha um correspondente semântico e como seria a representação lingüística tomando o verbo como marco inicial.

O verbo, portanto, escolhido pelo participante da comunicação, também elenca uma série de possibilidades de sentidos previstos pelo valor de seu próprio lexema. Ao verbo “precisar”, por exemplo, não poderíamos conectar o vocábulo “morte”, já que o próprio conteúdo do verbo já impõe limites para seleção do termo subsequente, a não ser que o contexto favorecesse a morte de alguém, por motivos de doença incurável. Assim, os verbos determinam os sentidos dos termos que a eles se associam. A valência semântica diz respeito à forma actancial a que se chega pela seleção do lexema verbal:

A valência semântica compreende não só as chamadas restrições de seleção, mas também as funções semânticas dos actantes. (...) As funções semânticas são os valores semântico-relacionais assumidos pelos actantes relativamente ao verbo. O significado inerente (ou semas) é o conteúdo próprio do verbo que faz com que dar se distinga de emprestar: verbos que coincidem entre si mais ou menos nos níveis da valência, à exceção do conteúdo inerente do verbo. (VILELA & BUSSE, 1986: 88).

O conteúdo inerente dos verbos também possui uma relação com o significado contextual no qual estão inseridos. Observemos os sintagmas destacados a seguir, também integrantes de outro texto, componente de nosso *corpus*-exemplo:

Os governantes precisam tomar consciência de que a única saída para o Brasil é investir maciçamente **na educação**, levando as crianças **para a escola**, investindo principalmente **no ensino básico e no ensino profissionalizante, no esporte e nas aptidões de cada um**. Não adianta Bolsa isso, Bolsa aquilo, que este país não precisa de esmola. A política não deve nem pode ser imediatista, porque a solução leva tempo, muito trabalho e muita vontade. (grifos nossos)

(via Globo Online, 23/3), Rio

DENISE CALIXTO MANDARO.

Os verbos sublinhados estão associados ao campo semântico das ações que o governo precisa realizar. O emissor expõe uma série de conselhos, como se ele orientasse a ação daqueles que não trabalharam adequadamente. “Levar” e “investir” vão selecionar, por meio de seus lexemas, sintagmas com valor semântico de lugar, com as restrições de movimento e de destino, respectivamente. Já “precisar” elenca como termo de preenchimento sintagmas associados ao campo semântico das necessidades, nesse caso, em relação às urgências de que precisa a cidade do Rio de Janeiro, podendo selecionar expressões ou palavras que compõem temas específicos em relação à área “necessidades”: educação, transporte, alimentação, saúde e outros. Os núcleos verbais configuram determinadas classes de estados de coisas, as quais são ainda constituídas por papéis semânticos formadores de áreas temáticas.

Segundo Vilela (1986: 102-3), com base nas lições do lingüista alemão Peter Koch (1981), existem três classes de estados de coisas:

a) **Classes das atividades** – aí se incluem os verbos do mesmo campo semântico de “fazer”. No texto em questão, destacamos “levar” e “investir”.

b) **Classe dos processos** – agrupa verbos correspondentes a “acontecer” e “passar-se”. Inclui-se, nesse grupo, o verbo “precisar”, no texto escrito pela leitora do jornal *O Globo*.

c) **Classe dos estados** – engloba os verbos que se não se encontram nas duas classes anteriores.

Atenta ainda o autor para o detalhe de que tanto a classe dos processos quanto a das atividades dividem-se em subclasses com e sem mudanças de estado. A classe das atividades possui, ainda, duas outras subclasses: uma correspondente a um “fazer intencional”, designada por “ações”; e outra correspondente à designação geral das atividades, em que não há intenção de praticar ação. Teríamos, portanto, sob essas instruções, as classes de estados de coisas que formam os traços semânticos dos verbos:

Classe de estado de coisas	Subclasse de estados de coisas			
	[+mud]	[-mud.]	[-intenção]	[+intenção]
Estado		X		
Processo: “Precisar”	X	X		
Atividade/ Ação: “Levar” e “investir”	X	X	X	
	X	X		X

A partir desse esquema, não fica difícil concluir que as funções semânticas dos actantes são dependentes dos tipos de predicados e das possíveis classes que estes compõem. Por isso, para determinar essas funções actanciais, Vilela orienta usar o método da “interrogação”, através do qual se detectam os actantes 1, 2, 3 e 4, ou seja, sujeito e complementos. Em uma frase como *A criança rasgou o livro*, o sujeito pode ser identificado com a pergunta *o que fez a criança?*, assim como o objeto direto pode ser identificado pelo questionamento *O que a criança fez com o livro? (ragou-o)*, atestando-nos o papel semântico de portador de ação para o sujeito e o de objeto ou domínio da ação para o complemento direto. De acordo com essa orientação, o autor reforça a idéia de que um mesmo modelo frásico sintático pode corresponder a variados modelos semânticos frasais, de maneira que não há uma isomorfia entre eles. O modelo de valência sintática A1 + v + A2, que caracteriza o exemplo criado *a criança rasgou o livro*, também se aplica a demais exemplos como *O aluno está preocupado* e *Ela escutou toda a verdade*, cujos verbos se incluem na caracterização semântica, ou estados de coisas, de estado e processos, respectivamente. Assim, cada um dos termos actanciais, obtidos em perguntas com as palavras-chave “fazer”, “acontecer” e “estar” desempenharia certos papéis semânticos relativamente às classes dos estados de coisas “atividades”, “processos” e “estado”:

a) **Actante 1 (sujeito):** Portador de estado (com a classe dos estados)/ portador de processos (com a classe de processos)/ portador de atividade (com a classe de atividades) e agente ou causador (com as ações).

b) **Actantes 2, 3, 4 e 10 (complementos e predicativo):** Domínio de estado (com a classe dos estados)/ domínio de processos (com a classe dos processos)/ domínio das atividades (com a classe das atividades)/ domínio de ações ou co-agente de uma ação.

Os estudos de valência semântica foram importantes na medida em que reforçaram a necessidade de se realizar a análise de uma frase tanto sob prisma sintático quanto semântico, apesar de não haver uma correspondência direta entre eles. Nenhum dos campos deveria ser valorizado ou excluído na investigação dos constituintes das estruturas frásicas de uma língua. Essas instruções propostas por Mário Vilela ainda nos permitem verificar que os actantes podem ter suas funções semânticas determinadas não só pelo estado de coisas que o verbo expressa, mas também pelas áreas temáticas, ou pelos conceitos abstratos que cada verbo conserva. A classificação semântica dos actantes por áreas temáticas mostra um exame mais apropriado dos significados desses termos relativamente aos verbos, já que um mesmo verbo pode abarcar mais de uma área temática e, por conseguinte, o actante possuirá funções semânticas distintas. Um exemplo que podemos citar é o verbo “dar”, que no sentido de oferecer, agrupa verbos como “emprestar”, “oferecer”, “doar” e outros; porém o mesmo verbo significando “bater” já reconhece como componentes de mesma área temática “surrar” e “estapear”, por exemplo. Certamente, os actantes de ambas as ocorrências de “dar” seriam distintos muito mais do que pelo estado de coisas: seria a área de tema que nos possibilitaria reconhecer, em um exemplo como *A mãe deu na filha ontem à noite*, o actante “na filha” com função semântica [+ animado], por se referir à pessoa e [-beneficiário], por se favorecer menos do resultado de uma ação, dentre outros traços mais específicos que poderíamos listar dentro da classe de estados das ações.

O reconhecimento das chamadas “áreas temáticas” suscitou uma série de teorias lingüísticas que procuravam mostrar que as funções e os caracteres sintáticos dos membros frásicos eram percebidos na estrutura superficial, enquanto os traços semânticos eram obtidos na estrutura profunda. Dentre as propostas mais conhecidas, de gerativistas, estruturalistas e funcionalistas encontramos “(...) os caso profundos de Fillmore, as relações verbo-substantivo de Chafe, as relações lógicas de Brekle, as funções actanciais de Heger, as funções de participante de Halliday e os significados sintáticos de Danes.” (VILELA & BUSSE, 1986: 94). Os autores destacam também que, embora haja diferenças em cada

abordagem, todos os estudos possuem como objetivo geral demonstrar que não há correspondência entre a estrutura sintática e as representações semânticas.

Podemos destacar uma obra crucial no tratamento semântico dos actantes e de suas áreas temáticas: *The case for case*, de Fillmore, que segue a linha gerativista e apresenta uma contribuição ao estudo universal sintático-semântico, por meio de uma tentativa de construir uma gramática de casos universais, comum a todas as línguas. Caso, portanto, seria uma relação semântica entre o verbo e o portador de caso. Os trabalhos de Fillmore tiveram grande destaque no meio acadêmico, sendo estruturados em duas versões, 1968 e 1971, com inúmeras contribuições acerca das distinções entre os componentes sintático e semântico de uma língua. Todavia, nesta pesquisa, não seguiremos pelos rumos do sistema de casos para abordar a questão da complementação e da adjunção verbal, pois pretendemos embasar a nossa própria conceituação de complementos e adjuntos, tendo em vista os comportamentos textuais desses termos e as motivações discursivo-contextuais para cada emprego. Mais adiante, apresentaremos também uma breve incursão à teoria da gramática sistêmico funcional hallidayana, a qual se faz necessária para, inicialmente, mostrarmos como a gramática funcional trabalhou a questão da transitividade, apontando mais um olhar diferenciado sobre essa questão e, posteriormente, para enriquecermos a abordagem semântica da transitividade, a partir da teoria multifuncional da linguagem.

Faz-se importante frisar que as três vertentes aqui expostas (gramática tradicional, gramática de valências e gramática funcional) estão sendo comparadas para que formemos o nosso próprio quadro teórico para a análise de nosso *corpus*, mais adequado aos nossos propósitos de investigação: observar o fenômeno da complementação e da adjunção verbal no texto, mas sem desconsiderar os traços sintáticos e léxicos de cada verbo examinado. A seguir, para finalizarmos, verificaremos as correspondências entre a visão funcionalista da transitividade e a proposta da valência semântica.

- **Breve comentário sobre a noção de transitividade na gramática funcional.**

A noção de transitividade, na tradição gramatical, equivale à de valência. Porém outras visões sobre a transitividade também passaram a constituir o legado da lingüística na descrição gramatical do português: uma exposição da transitividade ligada aos sentidos e aos processos de um verbo, em consideração à situação comunicativa. Essa é a visão da

Linguística funcionalista, apresentada na gramática funcional e introduzida pelos lingüistas da escola de Praga.

Em linhas bem gerais, mesmo com todas as diferenças que os termos “função” e “funcionalismo” podem assumir, todas as diretrizes trabalham com a orientação elementar da gramática funcional, de que a forma gramatical depende do uso que se faz da língua, de maneira que a estrutura dependa de uma situação comunicativa. Em outras palavras: depreende-se que discurso e gramática são indissociáveis para a compreensão e para o uso da língua; que aquele motiva e atualiza as determinações desta. Nos termos de Maria Helena de Moura Neves (1997), situamos a gramática funcional como uma teoria que defende as estruturas como uma variável dependente, pois os usos da língua, com o passar do tempo, dão existência ao sistema. Gramática se faz com e por interação:

Quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, diz-se exatamente que o que ela considera é a capacidade de que os indivíduos têm não apenas de codificar e interpretar essas expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória. (NEVES, 1997: 15)

Neves também adverte para o fato de serem os lingüistas da escola de Praga, atuantes nas proximidades dos anos 30, ou os adeptos dela, como Thompson, Halliday e Van Dick, a apontarem para a eliminação da dicotomia chomskyniana de “competência” X “desempenho”, já que entendem como “multifuncionais” os itens que compõem um enunciado. Componentes fonológicos, sintáticos, morfológicos e lexicais, tendo a semântica como topo das organizações mentais, co-atuam na formação de enunciados que estabelecem uma ligação entre as situações de interação e o próprio texto lingüístico. No texto, portanto, elementos da gramática “dariam pistas” das intenções, das emoções e da relação dos falantes entre si, além de indicar a forma como eles, os participantes, vêem o mundo do qual fazem parte. Assim, tudo no corpo textual possui uma função, um propósito, os meios e os fins da comunicação para que, também o texto, enquanto unidade comunicativa, possa exercer uma função maior na vida dos seres vivos. Muitos funcionalistas, como Bülher e Danes, passaram a trabalhar a linguagem enquanto um corpo de funções, estabelecendo a teoria das funções da linguagem, posteriormente reformulada por Jakobson, Rifaterre e outros.

Halliday, por exemplo, considera que a multiplicidade funcional é característica inerente da língua e organiza uma proposta de funções da linguagem, que corresponde às três dimensões semânticas da oração:

- a) **Ideacional** – aponta a linguagem como expressão do conteúdo (incluindo a experiências de mundo e da própria trajetória do emissor). Subsume a função “representativa” de Bühler.
- b) **Interpessoal** – aponta que o falante faz uso da linguagem como meio de julgar e se expressar em relação ao ouvinte. Subsume as funções “emotiva” e “apelativa” de Bühler.
- a) **Textual** – diz respeito à linguagem como construção dela mesma e dos diversos tipos de texto que ela compõe. Refere-se às organizações sintáticas das frases e seus significados enquanto mensagem.

Esse esquema de funções está intimamente ligado à noção de transitividade que Halliday estabelece. Elas estão condicionadas aos diversos fatores comunicativos: nenhuma comunicação se faz sem função, sendo a transitividade considerada uma “expressão de processos”, ocorrida durante a construção de um tipo de texto, o de função “ideacional”, pois os falantes, ao se expressarem por processos verbais, especificam os papéis dos elementos estruturais, codificando a experiência de mundo. Mais adiante, veremos inclusive, que essas funções não são excludentes nem únicas, mas sim co-ocorrentes na expressão de processos verbais e no emprego de complementos e adjuntos do verbo. O uso de certa estrutura, pelo falante envolve escolhas, motivadas por determinadas intenções, segundo as quais os termos referentes ao verbo podem assumir variados papéis na expressão de processos:

Consideremos a expressão de processos: de ações, acontecimentos, estados e relações, e das pessoas, dos objetos e abstrações que se associam aos processos. (...) O modelo mais conhecido e mais simples é o que agrupa todos os processos em duas categorias: a da “transitividade” e a da “intransitividade”. Um pequeno número de funções, “ou regras”, associam-se a cada tipo de processo, sendo que cada uma delas representa os papéis que várias pessoas, objetos ou outras classes de fenômenos podem desempenhar no processo em causa. Por exemplo, em (...) [Sir Christopher construiu este mirante] temos uma oração “transitiva” que contém três papéis: “um ator” [Sir Christopher], “um processo” [construir] e “um objetivo” [este mirante].”

(HALLIDAY, 1976: 139)

Para Halliday, os falantes de uma língua podem optar entre a dupla “transitiva” X “intransitiva” para construir seus textos e, a partir de um dos usos, a expressão dos processos verbais determinaria os papéis semânticos desempenhados pelos respectivos complementos e adjuntos. A noção de oração, bipartida em sujeito e predicado, assemelha-se à da gramática tradicional e a de papéis semânticos, por ser equivalente às restrições de significado, em relação aos termos que co-ocorrem com verbo, liga-se à proposta da gramática de valências, em seu desdobramento semântico. Os elementos envolvidos nas seleções de processos representam a realidade dos participantes da comunicação, por isso constituem a função ideacional. Os elementos, portanto, cumprem funções semânticas que indicam a participação dos constituintes oracionais relativamente ao processo verbal:

- 1) As funções de participação, desempenhadas por pessoas e objetos;
- 2) As funções de circunstâncias, como extensão dos processos.

Chamamos atenção, entretanto, para certas contribuições de Halliday que não encontrávamos nem na gramática tradicional, nem na gramática de valências: as dimensões da cláusula associadas a dados sistemas. As funções ideacional, interpessoal, e textual se manifestam concomitantemente na oração, constituindo como:

- A) **Representação**-----função ideacional-----sistema de transitividade. (transitividade e ergatividade)
- B) **Intercâmbio**-----função interpessoal-----sistema de modo (modalização, avaliação, modo)
- C) **Mensagem**-----função textual-----sistema temático (estrutura temática-tema/rema)

- **A função ideacional da linguagem.**

Halliday nos ensina que, no interior da função ideacional, ainda encontramos duas subfunções: a experiencial, relativa à construção de vivências, expressão de ações e eventos praticados e/ ou recebidos pelos participantes do processo verbal; e a lógica, estrutura de argumentação e defesa com a qual as línguas naturais podem contar para representar a experiência - a parataxe e a hipotaxe. Enquanto a primeira está estritamente vinculada à concepção de transitividade segundo a Linguística Sistemico-funcional, a segunda diz respeito aos mecanismos de coesão textual, para a promoção da coerência e da textualidade.

A porção experiencial é ordenada sintático-semanticamente por variados processos verbais, cuja tipologia vai influenciar diferentes caracterizações dos elementos participativos, além de nomenclaturas diversificadas. Segundo os ensinamentos hallidayanos, presentes na obra *Manual de Lingüística Sistemico Funcional – el enfoque de M.A.K Halliday y R. Hansan: aplicaciones a la lengua española*³⁸, encontramos seis processos verbais, exemplificados com situações hipotéticas:

I) Processo material: é o do fazer, em que alguma entidade realiza algo. Expressa as ações que se realizam no mundo físico. Expresso por verbos equivalentes semanticamente a “agir” e “fazer”. Em alguns casos, porém, esses processos também servem de modelo para orações que expressam conteúdos abstratos, como no exemplo *suas atitudes acabaram com sua família*, o qual constitui um típico caso de esconder o ator e criar uma atitude, uma metáfora gramatical. Este processo possui os seguintes participantes, grifados nas situações criadas:

- a) **Ator:** participante inerente ao processo verbal; pode ser animado e inanimado – Os candidatos ao governo protestaram contra as mudanças no processo eleitoral.
- b) **Meta:** corresponde ao produto da ação – Precisa-se investir em educação.
- c) **Beneficiário:** trata-se daquele que se favorece de uma ação; não são participantes inerente do processo, não são essenciais a ele – Entregamos a chave ao menino.
- d) **Alcance:** diz respeito ao participante que especifica o alcance de uma ação, mas que não é afetado por ela – subimos na árvore.
- e) **Circunstância:** corresponde ao participante não obrigatório do processo; expressam as seguintes circunstâncias a esses processos: tempo, lugar, modo, finalidade, companhia, aspecto, assunto e outros – estudamos ontem para o nosso sucesso.

II) Processo mental: é o processo do sentir, representado pelos verbos “pensar”, “sentir”, “saber”. Envolve processos de consciências, que incluem afetividade e cognição, sendo necessário, nesse tipo de cláusula, que o participante seja humano ou não humano com atributos mentais. Possui os seguintes participantes:

³⁸ GHIO, Elisa (2005). *Manual de Lingüística Sistemico Funcional: el enfoque de M.A.K Halliday Y. R. Hasan: aplicaciones a la lengua espanica*. 1ª ed. Santa Fé, Universidade Nacional Del Litoral.

a) **Experienciador:** participante dotado de experiência – os mestres amam seus alunos; o computador não está gostando desse comando.

b) **Fenômeno:** participante correspondente à entidade criada ou percebida pela consciência do experienciador. Pode ser um objeto, uma instituição, uma abstração ou um ato, por isso uma grande quantidade de entidades léxicas pode funcionar como fenômeno – os professores amam seu trabalho

III) Processo relacional: refere-se ao ser, estabelece uma relação entre duas entidades. Manifesta o atributo e o identificador por meio de verbos como “ter” e “ser”. Há três tipos de processos relacionais:

- a) Intensivo: diz respeito a um processo do tipo “X é Y” – *Fernando é um bom soldado.*
- b) Possessivo: marca relações do tipo: “X tem Y” – *As crianças têm dois pirulitos.*
- c) Circunstancial: representa a relação “X está em Y” – *Os alunos estão no pátio.*

Esses processos podem ainda se subdividir em atributivo e identificativo:

o Atributivo: refere-se a um processo do tipo “X é atributo de Y” – *A escola é toda amarela.*

o Identificativo: refere-se a um processo em um elemento corresponde à identidade de outro: “X é a identidade de Y” – *ele é um íntegro atleta.* Possui os seguintes participantes:

- a) **Portador:** presente em cláusulas atributivas;
- b) **Identificado:** Presente em cláusulas identificativas;
- c) **Possuidor:** Encontrado em orações possessivas.

IV) Processo verbal: é o do dizer no sentido de solicitar, pedir: *Peço seu apoio para reivindicar projetos que gerem emprego, assistência à saúde e educação.* Representado pelos verbos de campo semântico equivalente a “dizer” e “significar”. Apresenta como participantes:

a) **Dizente:** aquele que diz, pergunta ou ordena – *Aquela senhor falou horrores à sua esposa.*

b) **Verbiagem:** aquele em que se reconhece por meio da fala de outro; aquele sobre o qual se informa indiretamente – *Lula disse que ia vencer.*

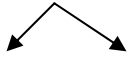
V) Processo comportamental: relacionado ao comportamento como o próprio nome diz. Constitui a manifestação dos processos de consciência e dos estados fisiológicos, como “rir”, “olhar”. Participante:

- **Comportante:** aquele que expressa ações comportamentais – *o pai vê o crescimento da filha.*

VI) Processo existencial: corresponde ao tipo de processo relacionado às formas de existência, aos fenômenos do tipo “haver” e “existir”. Participante:

- **Existente/ circunstante:** referem-se a coisa ou pessoa a quem se confere existência e aos locais a elas relacionados – *Há uma mosca na minha sopa.*

Podemos sintetizar a teoria da transitividade hallidayana da seguinte forma:

Tipo de processo	Participantes principais
Material (fazer, agir)	Ator, meta, beneficiário, alcance.
Relacional (ter, ser) Intensivo, possessivo, circunstancial  Atributivo, identificador	Portador Identificado Possuidor
Comportamental (rir, olhar)	Comportante
Verbal (dizer, falar)	Dizente; verbiagem (Receptor, alvo)
Existencial (haver, existir)	Existente, circunstante
Mental (pensar, sentir e saber)	Experienciador Fenômeno

Pela categoria de transitividade, relacionada ao componente ideacional da gramática hallidayana, podemos identificar que ações e atividades humanas são representadas no discurso e que a realidade está sendo retratada, por meio dos três componentes básicos

apresentados: participante do discurso (agentes ou pacientes), os processos (os tipos de verbos) e as circunstâncias (locuções adjetivas ou adverbiais). Trata-se da análise de quem faz o quê, a quem e em quais circunstâncias. Sendo assim, a Gramática Sistêmico-funcional considera a oração a materialidade discursiva de nossas experiências, apresentando uma abordagem com ênfase na semântica discursiva. Como nossa intenção é expor que a transitividade se realiza tanto pelos aspectos da léxico-gramática quanto pelos semântico-discursivos julgamos que a orientação da gramática de valências mais se aproxima dos propósitos desse trabalho, já que para nós, a transitividade é uma propriedade inerente do verbo, que deve ser usada e reatualizada em função também das intenções comunicativas dos falantes.

De acordo com o que já empregamos em relação às noções de valência e de transitividade, em nosso último item deste capítulo, mostraremos a nossa própria conceituação de “sintagmas preposicionados complementos” e “sintagmas preposicionados adjuntos”.

3.3. Sintagmas preposicionados complementos e adjuntos: nossa conceituação.

O conflito entre complementos e adjuntos do verbo tem permanecido nas gramáticas de nível médio por meio de uma série de fatores semânticos e sintáticos que “facilitam” o reconhecimento desses termos. O que ocorre, então, é que inúmeros usuários da língua absorvem essas indicações apenas como listas de macetes para aprovação em avaliações e concursos. Essa dicotomia, porém, colabora para a uma análise reduzida da questão, pois o aluno não reconhece a exploração de recursos sintáticos como fator de entendimento das diversas produções textuais. No capítulo 1, vimos como vários autores procuraram discutir o binômio “complemento” e “adjunto” e, dentre propostas e alternativas variadas, podemos afirmar que os ensinamentos deles se pautaram em alguns critérios semânticos e sintáticos. No afã de contribuir com o estudo da complementação e adjunção verbal, esses autores priorizavam ou o critério semântico ou o sintático, ou ainda combatiam um deles, ou se valiam da morfossintaxe, sobretudo, após a incursão direta da Lingüística na descrição gramatical do Português.

Selecionamos alguns fatores que têm sido ora seguidos, ora condenados, ora relidos no estudo da adjunção e da complementação, para que, em conjunto com o que foi apresentado neste capítulo, possamos expor nossa própria conceituação.

1) Objeto indireto “necessário”; adjunto, “dispensável”. Preposição de OI esvaziada de sentido; de ADV, carregada de sentido.

Já mencionamos, no capítulo 1, o conceito de complemento, nos termos de Azeredo (2004). Lembremos que esse conceito não era restrito ao que o autor considerava apenas como complemento. Constitui a nossa concordância em relação ao processo de “completar” e o complemento, o termo que realiza essa “tarefa”:

O complemento é um termo que pode ser admitido, porém não exigido pelo léxico verbal; são as condições pragmáticas e textuais que motivam ou não a ocorrência deles.

Bechara (1999) apresenta a noção de termos “argumentais” X “não-argumentais” de forma similar a essa orientação, assemelhando os “argumentais” aos complementos e os “não-argumentais” aos adjuntos. Os argumentos, no entanto, podem ou não compor o predicado e o que dita essa presença ou ausência são fatores textuais como conhecimento de mundo, menções anteriores e retomadas. Assim, podem os complementos ser admitidos ou não, dependendo de fatores discursivo-pragmáticos.

Mas essa questão nos remete também à teoria da gramática de valências, em seu desdobramento sintático. O fato de se admitir argumentos está diretamente associado ao preenchimento de lugares vazios e à determinação da natureza sintática de actantes e dos tipos de verbos. Sendo assim, por julgar mais adequada, em virtude do reconhecimento de fatores comunicativos nesta análise, tomamos a teoria da gramática de valências, em que consideraremos os elementos “actantes” e “circunstantes” para a determinação do que é para nós complementos e ou adjunto.

Consideramos aqui o verbo como elemento central da construção de frases e essa como elemento de base para a produção de textos. Como os elementos das frases não se formam desordenadamente, verificamos que a unidade menor que a constitui é o sintagma, constituinte binário, formado de núcleo e dos variados tipos de determinantes. Na análise de complementos e adjuntos, como já afirmamos, é uma natureza específica de sintagma- o preposicionado- que “anula” a distinção entre verbos transitivos indiretos e intransitivos, já

que a marca preposicional deixa de ser um indicativo de diferenças (não há mais a questão da “ausência” *versus* “presença” para indicar se é objeto indireto ou adjunto adverbial). Como, nos casos dos Spreps, a distinção passa a ser meramente semântica (e os livros trabalham muitas vezes sem adequada exploração dos textos, misturando critérios para tratar da distinção pela distinção) agrava-se o reconhecimento desses termos e das funções que eles desempenham.

Assim, não consideraremos mais esses sintagmas “acessórios” ou “integrantes”, “necessários” ou “dispensáveis” mas sim,

actantes:

- Os elementos previstos de ocorrência apenas pelo léxico verbal;
- Os elementos previstos de ocorrência pelo léxico verbal e pelas indicações do texto;

circunstantes:

- Elementos não previstos pelo léxico, mas admitidos pelo texto, que adicionam informações ao conteúdo geral da comunicação.

Os actantes co-ocorrem para que, junto ao verbo, possam formar o sentido da frase em coerência com tema textual, enquanto que os circunstantes atuam diretamente em frases e não se associam à semântica do verbo, apenas atualizam o conteúdo geral da frase. Os tradicionais complementos e adjuntos, sob forma preposicionada, não devem ser funções separadas, atendem como actantes. Consideramo-los juntos, sob essa nomenclatura, tendo em vista que:

a) A formação de um modelo frásico no qual os actantes determinam os grupos de verbos considera os aspectos semânticos referentes não só ao léxico verbal, mas também às condições de uso. Nesse sentido, incorporamos aqui a importância de se tomar os ensinamentos funcionalistas, a respeito de que a estrutura da língua depende do uso que se faz dela. Assim, em uma situação como “Colocou a comida **no prato**”, já mencionada no capítulo I, em que a tradição, pelo indicativo da circunstância de lugar, indicaria a presença de “adjunto adverbial”, para nós, estamos diante de um actante, por estar completamente previsto em relação à noção léxico-contexto, como um sintagma possível de preenchimento de um lugar do verbo.

b) A necessidade de se analisar o sujeito como um componente de igual importância na construção da frase, já que os actantes preenchem os locais mediante uma

relação entre os significados que esses recebem do sujeito na realização do processo verbal. Assim, não há só o sentido do complemento ou do adjunto em relação ao verbo, mas o sentido ou os sentidos, desses actantes por influência do sujeito, como construção do processo verbal.

c) A distinção entre actantes e circunstantes não é feita apenas pelos conteúdos semânticos deles. Devemos, inclusive, saber que a noção de valência é sintática e semântica, apresentando aprofundamento de ambas as orientações. Valorizamos os critérios sintáticos de posição, da marca (preposição ou não), da pronominalização e da interrogação. Lembremos que, sobretudo os autores de influência estruturalista, referidos em nosso primeiro capítulo, como Perini e Macambira, já apontavam para a importância desses critérios, mas reconhecemos somente esses selecionados (e não todos os apontados por Perini) por dois motivos:

- Por julgarmos os pronomes, a posição e a substituição pronominal mecanismos que podem nos ser úteis em nível textual, no que diz respeito aos processos de coesão referencial e de progressão textual, bem como a informatividade e aceitabilidade no processo comunicativo eficiente.
- Porque os critérios referidos nos permitem fazer uma ligação entre aspectos semântico-lexicais e pragmáticos, de forma que possamos, para fins de análise, igualar os aspectos semânticos e formais ao mesmo patamar de importância. Voltaremos a essa questão após a apresentação dos recursos gramaticais de coesão textual (retomada, antecipação e substituição).

Sendo assim, consideraremos uma classe, a de actantes, em que serão iguais as funções de objeto indireto e de adjunto adverbial. **Porém essa classe apresentará duas segmentações:**

- I) Actantes preposicionados previsíveis pelo léxico. (APL)
- II) Actantes preposicionados previsíveis pela relação “léxico-contexto”. (APLC)

Em I, o que temos é uma preposição que faz parte do núcleo verbal que atua, portanto, como extensão do seu léxico. Mas há casos em que a preposição não é selecionada pelo verbo, mas sim pelo núcleo nominal posterior a ela. Concordamos com Azeredo, em relação à determinação dessa preposição como transpositor, já que ela forma um sintagma,

o sintagma preposicionado, de funções gramaticais distintas, quando acrescenta sentidos ao núcleo nominal ao qual se liga:

Tanto quanto as demais espécies de conectivos, as preposições contribuem de forma mais ou menos relevante para o significado das construções de que participam. Essa maior ou menor relevância está relacionada aos graus de liberdade do enunciador na seleção da preposição. Em muitos casos, a preposição não é escolhida pelo que significa, mas imposta ao usuário da língua pelo contexto sintático; isto é, ela é selecionada pela palavra que a precede, seja um verbo, um substantivo, um adjetivo ou um advérbio. (Dependo de você, concordo com você, refiro-me a você, confiante em mais uma vitória, derrotado por um adversário). Diversa é a situação da preposição em *Viajou sem destino, viajou com a família, viajou para o nordeste, viajou pelo litoral, viajou entre os meses de abril e junho, morava na roça (...)*

No primeiro conjunto, a preposição enfraquecida ou mesmo esvaziada de sentido próprio, faz parte do núcleo verbal, e o sintagma que se segue funciona como complemento (relativo [o chamado objeto indireto] e o nominal) desse núcleo; no segundo, ela forma com a unidade seguinte um sintagma preposicional de função adverbial ou adjetiva, além de se destacar, por ser uma escolha entre outras, pelo significado que acrescenta à construção.”

(AZEREDO, 2000: 144)

Em II, a preposição forma um conjunto com o núcleo nominal ao qual se liga, logo ela é dotada de sentido. Por isso, em II, formamos um sintagma preposicionado, cuja preposição pode assumir variados valores semânticos. Em I, consideramos como “preposições” extensoras do léxico: “a, para, de, com, em”.

2) **Objetos indiretos beneficiários/ adjuntos adverbiais, termos de “circunstâncias”?**

Muitos manuais didáticos, de nível médio, apontam a noção de “circunstância” como fator de distinção entre complementos e adjuntos. Porém, Macambira a esse respeito já se pronunciava:

Mas o que será circunstância? É um termo extralingüístico que se acha como qualquer outro consignado no dicionário: “particularidade que acompanha um fato ou uma situação”, descreve Larousse (48). (...) Em *eu viajei de avião* há circunstância por tratar-se de advérbio; mas em *viagem de avião* não há circunstância de nada, por tratar-se de adjunto adnominal. É que a palavra circunstância só pode entender-se com relação ao verbo.

Semanticamente o advérbio é apenas um termo restritivo, como o predicado, que restringe o sujeito, como os termos integrantes, que restringem o predicado, como os termos secundários que restringem os termos primários. Apenas o sujeito, apenas ele não restringe nunca, pois o seu destino há de ser exatamente o contrário: ser restringido pelos outros.

(MACAMBIRA, 1987: 313-14)

Com essa definição de circunstância como “termo extralingüístico” caracterizado como “particularidade que acompanha um fato ou uma situação”, percebemos que o termo destacado no exemplo *O homem honroso investe na escola*, na gramática tradicional, receberia a classificação de “adjunto adverbial” de lugar. Na gramática de valências, teríamos um corpo frásico composto por um verbo bivalente, do tipo A1 + v + A5 (termo locativo). Bechara (1999) consideraria tal termo um “complemento relativo”, já que inclui nesse grupo os argumentos preposicionados “semelhantes ao objeto direto”, do tipo “preciso de ajuda”, além dos argumentos de valor locativo, substituídos por certos advérbios pronominais. Azeredo (2000) analisaria como “adjunto verbal”, em decorrência de que eles não são escolhidos pelo verbo, ou seja, apontam para fatores extralingüísticos. Mas até que ponto estão os limites do termo “na escola” como o local onde se realiza a ação de “investir” ou o ser inanimado que representa a instituição beneficiada pelo agente do processo verbal?

Sendo assim, para o nosso trabalho, em acordo com os ensinamentos de Azeredo e Bechara, embora haja diferenças conteúdisticas em cada proposta, percebemos que o que eles mantêm em comum é a consideração de se equivalerem tradicionais adjuntos e complementos, tendo como parâmetro o valor semântico. Todos, principalmente Macambira, reconhecem o papel de restritor em relação ao verbo. Diríamos que não há circunstância para os diferenciarem semanticamente, mas “o que vale” são os papéis semânticos que cada um deles desempenha em relação aos lexemas verbais, motivados também pelo contexto de comunicação. Esses papéis semânticos devem ser considerados juntamente com os aspectos sintáticos para melhor chegarmos a interpretações textuais mais adequadas dos APL e os APLC.

Para o nosso trabalho selecionamos os seguintes tipos de verbos, cujos actantes desempenham os seguintes papéis semânticos:

Verbos – esquema de valências:**A1 + v + A2 + A3/ A4/ A5/ A6/ A7/ A9.****A1 + v + A3/ A4/ A5/ A6/ A7/ A9.****Actantes:****A3: beneficiário****A4: recebedor da ação.****A5/A6: lugar.****A7: tempo.****A9: modo**

No plano textual, buscaremos verificar se esses actantes, no que diz respeito à previsibilidade, podem assumir os mesmos papéis textuais.

A partir de então, para nós, **em nível frásico:**

OIS e ADVs são actantes de dois tipos: APL e APLC, que podem desempenhar diferentes papéis semânticos, compondo várias áreas temáticas. **Em nível frásico eles são equivalentes.** Partiremos em busca de respostas para a nova pergunta: serão esses actantes também equivalentes em nível textual?

Seguiremos adiante, retomemos a epígrafe deste capítulo e sua rica ambigüidade. O verbo como início de tudo, associado a muitas palavras, forma discursos, textos. E o que acontece quando de verbo nascem textos maiores, cujas frases precisam ser ligadas por mecanismos coesivos? Como se rearranjam os componentes frásicos e sintagmáticos quando o verbo habita entre nós por meio de textos, nas entranhas das intenções, da informatividade e da aceitabilidade? Por enquanto apenas sabemos que dos verbos dependem sintagmas, que formam frases, as quais se enlaçam, cobrem e descobrem as marcas dos participantes, fazem tecidos até formar um corpo de texto, até que ele habite entre nós e se direcione ao outro, até que forme um corpo de vozes, um corpo de gente:

E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade.

João, 1: 1-4

4. DO texto AO TEXTO: O FUNCIONAMENTO TEXTUAL DOS ACTANTES VERBAIS.

Tenho mais sensações do que tinha quando me sentia eu.
Sou um espalhamento de cacos sobre um capacho por sacudir.

Fernando Pessoa³⁹



A imagem acima representa um dos maiores mitos do pensamento oriental e ocidental: o uroboro de Escher, ou a serpente-dragão escandinava, conhecido pela sua interminável missão de tentar engolir a própria cauda. Culturas diversas têm oferecido inúmeras interpretações para esse mito: para o povo escandinavo, por exemplo, a serpente em forma de dragão representa o homem e seu trajeto religioso, o de precisar caminhar em espiral pelo reino dos mortos – inicialmente, pela “parte solar” e, depois, avançando para a “porção lunar”, espaço de grande sofrimento, como nos informa Langer, em sua tese de doutorado (LANGER, 2003: 42)⁴⁰. A atitude humana em busca da redenção é incessante e toma corpo através do movimento da serpente.

Já para os antigos greco-romanos, o dragão simboliza o esforço do homem, de se autoconhecer; o animal tenta unir os dois eixos de sua existência: o início e o fim, para possibilitar a descoberta de si mesmo. Apesar de o animal temeroso estar associado à idéia de redenção, em uma cultura, e de conhecimento, em outra, verificamos que a figura expressa uma relação entre dois elementos de um enigma humano: a necessidade e a

³⁹ PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

⁴⁰ LANGER, Jonni (2003). *O mito do dragão na Escandinávia: período Viking*. Disponível em: http://www.brathair.com/Revista/N5/mito_dragao.pdf.

impossibilidade. Até que ponto o esforço desmedido, movido pela necessidade de algo, tornará o objetivo possível de ser alcançado? Essa impossibilidade toma a forma de um 8 invertido, que para nós, revela a idéia de infinito. Por meio dessa forma de “serpente-dragão” o conteúdo é revelado: somente por meio da relação entre estrutura e significado é que conhecemos o conteúdo e o adaptamos a uma dada cultura. Não há idéia mais brilhante, sentimento mais verdadeiro, pensamento mais bem intencionado, o melhor bem ou o mal mais destrutivo que não se tornem públicos se não houver a materialização do pensamento. Nos versos da epígrafe, por exemplo, há um EU que se conhece pela forma que toma: um caco! No caso da imagem, a linguagem não verbal constituiu a forma para o conteúdo da seguinte equação: “necessidade + impossibilidade = infinito”. Ao olharmos para o dragão, não apenas decodificamos as estruturas de linguagens – a leitura dessas formas aciona, em nosso cérebro, além do conhecimento extralingüístico, mecanismos de ordem cognitiva, que nos relembrem o “8 de cabeça para baixo” enquanto sinônimo de infinito.

Nós, leitores e co-autores de nós mesmos e do mundo onde vivemos, também realizamos o processo de dar FORMA aos CONTEÚDOS que precisamos “pôr para fora” ou, simplesmente, entender as FORMAS que os outros dão ao que desejam expressar. E assim processamos a comunicação: saímos do âmbito exclusivo do **texto** ou frase (a menor unidade discursiva) e alcançamos as ambiências do **TEXTO**, o corpo enredado de frases, em que, além das intenções de um EU para ganhar um TU, permeiam elementos coesivos adequados para promoverem a progressão ideal ao conteúdo que se desenvolve, com níveis desejados de informatividade.

Dito de outro modo, nomearemos, nesta pesquisa **texto** e **TEXTO** como as formas que dão existência aos variados conteúdos. **O primeiro simboliza a frase (menor unidade de discurso), mais especificamente a frase verbal**, estudada em sua historicidade, no primeiro capítulo, e interpretada sob a teoria de valências, no segundo. Sabemos que as produções de textos, por menores que elas sejam, envolvem fatores *sine qua non* ao evento comunicativo, como a INTENCIONALIDADE e a ACEITABILIDADE. Por outro lado, consideramos o texto insuficiente para dar conta de fatores como a INFORMATIVIDADE, a PROGRESSÃO e a relação que se pode estabelecer entre COESÃO e CORÊNCIA no desenvolvimento de produções mais elaboradas, como as de discursos planejados, que

compõem o *corpus* deste trabalho, na investigação do fenômeno TEXTUAL da complementação e da adjunção verbal. Sendo assim, será o **TEXTO a materialidade da expressão constituída de TEXTUALIDADE**, na qual observaremos os fatores de continuação da informação, o dado e o novo, a coesão e a coerência, influenciando nos usos dos actantes, que são objetos de nosso estudo.

A figuração do uroboro torna-se importante para lançarmos a seguinte “reflexão-mola” deste capítulo, em outras palavras, aquela que nos serve de impulso: a relação entre forma e conteúdo está a serviço da intenção de um EU e da aceitação de um TU, de tornar conhecido o que antes era interior e individual. Por isso consideramos não-arbitrária, em grande parte, a dupla estrutura-significado. Estamos aqui em defesa da postulação da Gramática Funcionalista, segundo a qual a língua não deve ser avaliada e examinada de forma autônoma. Não devemos operar com “frases-criações” (que não chegam a ser **textos!**) para, de fato, interpretar os mecanismos de funcionamento da língua. Somente a compreendemos em consideração a fatores que possibilitam a interação, sendo este corpo de forma, portanto, uma estrutura maleável e elástica, servindo como um mediador entre a gramática e o discurso.

Não constitui, entretanto, alvo de nossas preocupações mergulharmos nas questões que envolvem a dicotomia FORMA-CONTEÚDO, ESTRUTURA-SIGNIFICADO. Apenas as escolhemos como impulsos para tratar de questões sintáticas, referentes aos complementos e adjuntos, segundo as considerações do **Funcionalismo Lingüístico**, o qual também é mola que nos permite saltar do texto ao TEXTO, isto é, às orientações do TEXTO na **Lingüística Textual**.

4.1. Funcionalismo, a mola de alcance ao TEXTO.

Os funcionalistas, ao considerarem a língua como meio de promover o êxito comunicativo entre os seres, abrem dois rumos a respeito da questão da arbitrariedade: o funcionalismo “radical”, cuja proposta se embasa na consideração da “gramática como um processo das categorias discursivas e semânticas, de que resultam as estruturas sintáticas”; e o “moderado”, que defende a gramática como “uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um

desenvolvimento satisfatório dentro da interação verbal” (NEVES, 1997: 25). Segundo os “moderados”, fatores estruturais e discursivos devem atuar em confluência; por isso, cremos em uma motivação entre esses aspectos, de modo que a gramática não deve ser reconhecida simplesmente como um depósito de formas lingüísticas frente à força esmagadora do discurso. Não há, na comunicação, a compreensão do interlocutor, em acordo com as intenções do emissor, se os elementos estruturais não forem bem selecionados e combinados. A trajetória dos “moderados” abarca estudiosos como Givón, Dubois, Hopper & Sandra Tompson, além de Dik e Halliday. Em nosso trabalho, especificamente, **utilizaremos Givón**, com sua contribuição a respeito do princípio de iconicidade, presente em uma das fases do processo de gramaticalização; e **Halliday**, com seu estudo acerca da interpretação funcional da linguagem e a conseqüente interpretação funcional da frase. As contribuições de Halliday, no entanto, serão tratadas mais de perto na seção destinada às orientações da Lingüística Textual, no momento em que abordarmos os desdobramentos do conceito de informatividade, para estabelecermos o que para nós será considerado “novo” ou “velho” na progressão do TEXTO.

Em relação às orientações givonianas, gramática e discurso constituem uma simbiose: aquela se faz com motivação deste e este promove a renovação daquela. Para expormos os ensinamentos do funcionalismo “moderado”, os quais são pertinentes ao desenvolvimento de nosso *corpus*, consideramos as premissas determinadas por Givón, do que, para ele, compõe uma visão funcionalista da linguagem:

- Language is a social-culture activity
- Structure serve cognitive or communicative function
- Structure is non-arbitrary, motivated, iconic.
- Change and variation are ever-present.
- Meaning is context-dependent and non-atomic.
- Categories are less-than-discrete.
- Structure is malleable, not rigid.
- Grammars are emergent.
- Rules of grammar allow some leakage⁴¹. (GIVÓN, 1995: 9)

⁴¹ Seguem os respectivos tópicos seqüenciados por Givón, com tradução nossa:

- A linguagem é uma atividade sociocultural.
- A estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas.
- A estrutura é não-arbitrária, motivada e icônica.
- Mudança e variação estão sempre presentes.
- As categorias são menos do que discretas.

Sendo assim, podemos inferir que o fenômeno sintático ocorre por motivação da situação comunicativa e pelos procedimentos cognitivos que organizam a informação a ser transmitida. No exame da sintaxe, devemos reconhecer, principalmente, a materialidade resultante de determinados contextos discursivos – devemos trabalhar a linguagem em interação. Transportando a reflexão de Givón para esta pesquisa, para uma análise de complementos e adjuntos do verbo, consideramos:

a) Os componentes sintáticos, semântico-cognitivos e discursivo-pragmáticos, na medida que a construção do conteúdo se faz por meio de fatores relativos às experiências de mundo dos falantes e aos modos como eles as externalizam. É somente a estrutura que torna possível a mostra do pensamento comunicativo e, conseqüentemente, esta se molda às maneiras como o falante pretende se comunicar.

b) O conceito de informatividade, inicialmente, abordado na perspectiva funcionalista e, posteriormente, retomado pela Lingüística Textual. Desse modo, entendemos que a questão da transitividade deve ser ampliada, ligando-se à informatividade e a outros fatores de textualidade. Para tratarmos os actantes verbais no TEXTO, necessitamos de um estudo que reúna a transitividade e a textualidade.

c) A premissa givoniana “A estrutura é não–arbitrária, motivada e icônica”, pode ser justificada com Halliday, segundo o qual há três propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos de língua/ linguagem, gerando a interpretação funcional da linguagem:

I) Entender o ambiente (função ideacional).

II) Influir sobre os outros (função interpessoal).

III) Considerar os propósitos anteriores na construção da mensagem (função textual).

-
- O sentido é contextualmente dependente e não –atômico.
 - A estrutura é maleável e não-rígida.
 - As gramáticas são emergentes
 - As regras da gramática permitem algum escapamento.

d) O usuário como o indivíduo de “face dupla.”, pois se prevê que haja simplesmente, segundo Neves (NEVES, 2002: 164), uma “codificação-----transmissão-----decodificação”. Concebe-se, no processo de interação:

<p>Interpretação de mundo do falante (CONTEÚDO1).</p> <p>FORMA do falante-----formulação da intenção do falante. (FORMA 01)</p> <p>CONSTRUCTO (do destinatário)----reconstrução da intenção do falante. (FORMA 2)</p> <p>Interpretação de mundo do destinatário (CONTEÚDO2).</p>
--

Vejamos um aspecto do Funcionalismo relevante ao estudo da complementação e da adjunção verbal: a iconicidade.

4.1.1. Mudança lingüística: gramaticalização, iconicidade e discursivização.

A iconicidade nos faz lembrar do termo “ícone” que guarda como definição uma correspondência entre o código lingüístico e o seu conteúdo. Segundo essa perspectiva, a comunicação somente assume determinado corpo estrutural por motivação da significação pretendida como aquela que deve chegar ao interlocutor. Martelotta & Áreas (2003) nos ensinam que as discussões acerca da dupla forma-conteúdo são alvos de especulações desde a Antigüidade clássica, com a polêmica filosófica entre convencionalistas, para quem a língua é apenas resultado de hábitos culturais e tradição; e os naturalistas, que defendiam as palavras como apropriadas, por natureza, a tudo que elas significavam. A estrutura espelhava o sentido.

No século XX, tempo em que a Lingüística se desenvolve como ciência autônoma, Saussure retoma esse embate alinhando-se com o posicionamento dos convencionalistas, de forma a defender a arbitrariedade da língua, uma não-motivação entre significado e significante. Anos mais tarde, na década de 40, Pierce reabre a discussão, discordando da idéia da arbitrariedade total e se posicionando favorável aos antigos naturalistas. Para ele, na sintaxe, “princípios icônicos (cognitivamente motivados) integram com princípios mais simbólicos (cognitivamente arbitrários), que respondem pelas regras convencionais”

(MARTELOTTA & AREAS, 2003: 31). FORMA e CONTEÚDO, portanto, são relações presentes no processo de materializar e regularizar o discurso.

É bem verdade que algumas considerações sobre a gramática, antes das contribuições da Lingüística, já mencionavam a necessidade de se atentar para a relação “gramática-discurso”, conforme acentua Eduardo Carlos Pereira, em sua obra *Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*:

Assim entendida é a gramática de uma língua a determinação das leis naturais, que a regem em sua evolução histórica. A gramática pode ser considerada como arte. Dêste modo, a encararam os gregos e os latinos, e a Idade-Média, e assim a encaram os gramáticos modernos que não se prendem à escola histórica. Da antiga Roma nos veio esta definição: a gramática é a arte de escrever e falar corretamente. Existe uma boa tradição: a gramática tem o dever de a tornar conhecida e defendê-la contra qualquer alteração. É ensinando o bom uso que ela não se contenta em ser ciência, e torna-se arte. (PEREIRA, 1942: 19).

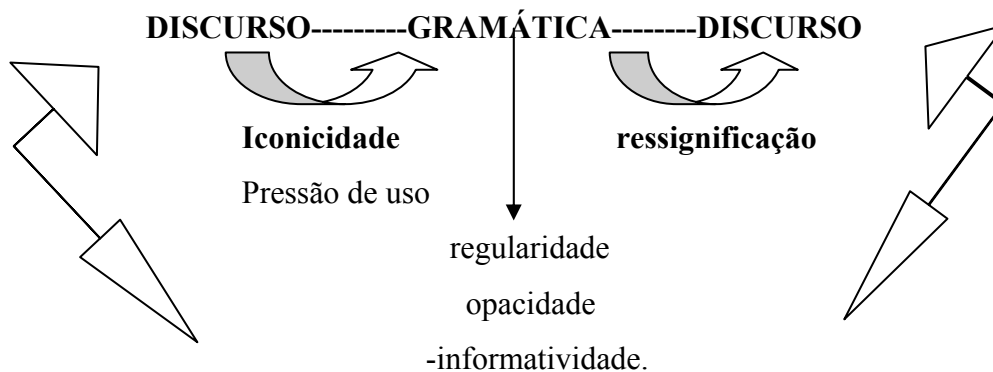
Da tradição, permaneceram duas orientações fulcrais: a de que a gramática constitui um sistema rígido de normas e regras, as quais conduzem à manifestação lingüística dos falantes, o que tradicionalmente se chama gramática normativa; ou a conceituação de gramática como um conjunto de informações que explicam o funcionamento de sons, palavras e orações, além da combinação dessas unidades, características essas próprias da chamada gramática descritiva.

Somente após o advento da N.G.B, no entanto, com as contribuições do Funcionalismo, é que passamos a encontrar novas diretrizes acerca da acepção da gramática. Em Azeredo (2000), observamos, por exemplo, a característica “mutável” da gramática, descrita como um sistema que admite certas flexibilidades apesar da rígida roupagem:

Qualquer que seja a acepção em que se empregue o termo gramática, duas noções interligadas sempre estarão presentes: a de sistema e a de sincronia. A gramática de uma língua é necessariamente um sistema de unidades e de regras que as combinam em construções de extensão variável. E para que essas unidades se associem na gramática da língua é indispensável que elas coexistem no tempo, isto é, que pertençam à mesma sincronia. (AZEREDO, 2000: 21).

As contribuições de estudos gramaticais, após 1959, já admitem a gramática como sistema propenso a modificações em decorrência de usos que predominam por influência do tempo. Tais idéias nos remetem às postulações funcionalistas, as quais partem da concepção de que a gramática de uma língua natural nunca é estática e acabada: tomada sincronicamente, esta exhibe padrões regulares, mas fluidos. Desse modo, a gramática seria um “sistema adaptativo”, parcialmente autônomo, e, ao mesmo tempo, flexível, na medida que incorpora certos termos usuais, respondendo às “pressões do discurso”. Estamos apenas considerando que gramática e discurso estão unidos na medida que as pressões estão vinculadas às necessidades pragmático-discursivas e que, se termos passam a ser empregados freqüentemente, necessitam de descrição e normatização, sofrendo um processo de gramaticalização para serem expostos como mais opções de que os falantes dispõem. Caso pudéssemos propor uma análise morfêmica da palavra gramaticalização, o desmonte de sua estrutura revelar-nos-ia uma informação semântica do tipo: *processo de gramaticalizar, de tornar mais gramatical*. E, de fato, a Linguística Funcionalista nos ensina que a gramaticalização é um processo de criação lingüística que consiste na evolução de um item lexical para um gramatical ou na passagem de uma construção gramatical para uma forma ainda mais gramatical.

Em outras palavras, a gramaticalização constitui um processo de fixação de determinadas classes de sintagmas em determinadas posições sintáticas de modo a sintatizar o discurso. Esse processo expõe formas de ocorrências mais esperadas e mais habituais dos falantes. Entendemos, portanto, as formas mais gramaticalizadas como as mais sólidas e as menos flexíveis, mais integradas a outras formas, por imposição de conteúdo. A iconicidade seria, então, um dos processos pelo qual passa uma palavra ao se gramaticalizar, constitui um estágio anterior à rigidez das formas gramaticais, em que formas ou funções espelham mais diretamente o significado. Quanto mais opaco e desgastado vai ficando o significado, após incorporação na gramática, mais vazia de sentido aquela forma se encontrará. Assim, o falante, usuário criativo da língua, ressignifica aquela forma, atribuindo outros sentidos ou funções a ela. Quando isso ocorre, dizemos que há a discursivização, que completa o ciclo da gramaticalização. Observe:



Em nossa pesquisa, vamos mostrar que os actantes apresentam diferentes graus de informatividade e, conseqüentemente, de iconicidade, conforme ocorrência explícita, implícita ou por retomada nos TEXTOS examinados. A nossa necessidade (mas que não será uma impossibilidade!) reside, justamente, no fato de inspecionar se os “actantes-complementos” e “actantes-adjuntos” apresentam os mesmos graus de iconicidade e informatividade, se apresentam o mesmo comportamento TEXTUAL.

Observemos esse TEXTO, extraído do jornal *O Globo*:

O medo da vaia

15/03/2006 - (13h12)

Parece que o momento de maior constrangimento vivido pelo general Francisco Albuquerque, o tal que exigiu embarcar com a mulher⁴² no avião que já estava na pista se preparando para decolar, foi quando os dois entraram no aparelho e foram recebidos pelos passageiros com uma estrepitosa vaia. O comandante do Exército se irritou, tentou discursar, mas acabou impotente diante de uma arma contra a qual nada podia fazer. Se “todas as vaias são boas, inclusive as más”, como dizia Nelson Rodrigues, imagine as boas. E essa foi excelente, porque cívica. Talvez o país esteja descobrindo que mesmo aqueles políticos que não temem o ridículo, que não estão nem aí para a má reputação, que não se importam em manchar a biografia, tremem diante da iminência de um apupo. É possível que Severino Cavalcanti tivesse começado a cair quando recebeu aquela monumental vaia no comício de comemoração do Dia do Trabalho do ano passado. Lula evitou comparecer a algumas solenidades com medo de ser vaiado. No último fim de semana, muitos parlamentares embarcaram em Brasília sem o broche de deputado e usando carteira comum de identidade, conforme registrou Jorge

⁴² Grifos nossos.

Bastos Moreno, que comentou: “Deve ser duro sentir vergonha da própria atividade”. No seu discurso antes de ser absolvido pelo plenário — depois que o Conselho de Ética da Câmara recomendou sua cassação por ter recebido R\$ 102 mil da Usiminas, não declarados e repassados pela empresa de Marcos Valério — o deputado Roberto Brandt conclamou os companheiros a se rebelarem contra a opinião pública que cobra punições dos acusados. Afirmou que o Congresso não poderia se curvar: “Os parlamentares têm que enfrentar a opinião pública, pois ela não é o povo; é muito menor do que ele”. Terminou o discurso aplaudido de pé, foi absolvido e saiu para comemorar com parentes e amigos (o professor Luizinho fez o mesmo, mas de maneira mais discreta). A celebração da vitória de Brandt com direito a champanhe e foto foi o seu jeito de “enfrentar a opinião pública”, e afrontá-la. Resta saber como esta responderá. Mais precavido, pois sabe que a reação indignada pode atingir até os inocentes, o presidente da CPI dos Correios, deputado Delcídio Amaral, advertiu seus colegas para o risco de “não poderem mais sair às ruas” em consequência da grande pizzaria em que se transformou o Congresso. Já que não conseguia sensibilizá-los pelo apelo moral, recorreu ao fantasma que ameaça perseguir cada um deles: o perigo de ir a um restaurante, a um cinema, ao estádio de futebol, tomar um avião, circular por um shopping ou uma calçada, levar um filho à escola. O medo da vaia.

(VENTURA, Zuenir. O Medo da vaia. Disponível em: [http://: www.globo.com/jornal](http://www.globo.com/jornal))

O TEXTO de Zuenir Ventura aborda a vaia como o único fator que ainda consegue ameaçar a todos os políticos, principalmente aqueles que “já perderam o medo do ridículo”. Em relação à estrutura que dá corpo à mensagem, percebemos que ela é moldada conforme a exposição de informações desconhecidas ao público. Ainda não trabalhamos aqui alguns fatores da Lingüística Textual, que nos possibilitariam uma análise mais profunda, visto que, por ora, este exemplo de nosso *corpus* nos serve de embasamento à demonstração dos subprincípios de iconicidade, nos termos de Givón.

Podemos fazer uma segmentação desse texto em temas, para avaliarmos como estrutura e conteúdo se constroem.

O tema é exposto no primeiro parágrafo: o constrangimento por que passa o general Francisco Albuquerque ao ser surpreendido, juntamente com a mulher, por calorosas vaias. A apresentação desse fato requer uma quantidade de informações de razoável para grande, em virtude da exposição da mensagem, das pessoas envolvidas, das ações realizadas e da divulgação da vaia, evento mais importante nesse parágrafo. Percebemos uma quantidade

significativa de actantes preposicionados, tão equiparáveis à complexidade de informação. Os sintagmas “com a mulher”, “no avião” e “na pista” são absolutamente indispensáveis nesse momento de introdução temática. Verificamos que, segundo uma leitura tradicional, essas formas sintáticas seriam os chamados “termos acessórios”, características que, no TEXTO, não ocupam. O mesmo se dá com “no aparelho” e “com uma estrepitosa vaia”: sintagmas absolutamente explícitos, extensos, já que carregam grande carga de informatividade, com maior concentração de informação nova ao leitor.

Com o primeiro parágrafo, podemos mencionar dois subprincípios da iconicidade, o da quantidade e o da integração, segundo os quais a carga de informação desconhecida determina o número de forma TEXTUAL e a o posicionamento dela na seqüência comunicativa. Nos termos de Givón:

Subprincípios da iconicidade:

(I) Subprincípio da quantidade:

(II) Quanto maior a quantidade de informação ou quanto maior for a complexidade dessa informação, maior será a quantidade de forma, de maneira que a estrutura gramatical e sintática está na mesma proporção do conteúdo que se deseja expressar. Desse modo, informações imprevisíveis (absolutamente novas) apresentarão maior quantidade formal.

(III) Subprincípio da adjacência: os conteúdos mais integrados no plano cognitivo apresentam maior integração morfossintática. O que está “mentalmente junto” coloca-se sintaticamente junto. No texto de Ventura, por exemplo, os actantes “com a mulher” e “no avião” se apresentam na ordem de seqüenciação da importância do que se vai dizer, pois ao “exigir embarcar com a mulher”, podemos inferir que o general estava em companhia de sua esposa, isso poderia impedir algo contra ele, porém não aconteceu. O que é mais importante ser dito “vem em primeiro lugar”.

O segundo parágrafo concentra informações novas, de alta relevância e, por isso, necessita de estruturas que atendam a essas exigências. Isso porque há o início do trabalho com argumentação e formulação de hipóteses. Há, nesse momento, uma predominância da função interpessoal, já que aí reside o ataque direto ao interlocutor. Os sintagmas “em manchar a biografia”, “a alguns solenes” e “com medo de ser vaiados” apresentam-se

extensos devido às informações imprevisíveis, expostas segundo as hipóteses de que “os políticos não perderam o medo da vaia” e isso implica atitudes risíveis, como “deputados andando sem o crachá de identificação”, Lula, evitar comparecer a solenidades a que, por razões óbvias, não poderia faltar.

O último parágrafo, a “conclusão” desenvolve a idéia de que, de fato, os políticos não podem mais sair às ruas, por menção do próprio presidente da CPI dos correios. A enumeração de tudo aquilo que os homens da política não podem mais fazer é expressa por meio de muitos actantes preposicionados, referentes à idéia de lugar, mais especificamente em alusão aos locais que eles não podem mais frequentar. Percebemos que a alta informatividade, quase predominante em todo o texto, ocasiona o trabalho produtivo com sintagmas preposicionados, explícitos e “chaves” em toda a construção da informação.

O último subprincípio de iconicidade diz respeito à ordenação linear:

(IV) Subprincípio da ordenação linear: a informação referencial tende a introduzir a fala, constituindo um tópico. Observemos uma das cartas dos leitores, de *O Globo*, publicada no dia quinze de março de 2006:

Voto às claras

DAVI NETO

O Brasil precisa conhecer quais são os deputados corruptos, prostituídos, desleais, infiéis, hipócritas e de que forma representam os seus eleitores. Ou seja: o voto aberto torna-se necessário e fundamental para que as máscaras dos bonzinhos caiam rapidamente. É uma exigência inegociável.

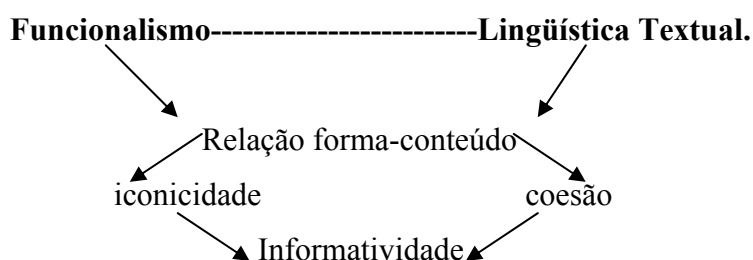
(13/03, São Paulo, SP)

A primeira informação é expressa de forma a alterar a ordem sintática mais previsível. Podíamos esperar uma construção como: precisamos conhecer, no Brasil, quais são os deputados corruptos, prostituídos (...). A estratégia de retirar a preposição do actante e empregá-lo de forma personificada na posição de sujeito possibilita incluir o falante dentre aquelas pessoas que constituem o Brasil, sem se comprometer diretamente. Desse modo, toda a atenção do leitor se volta para o Brasil, quando na verdade, são os brasileiros que precisam conhecer esses políticos. A necessidade de mascarar o Brasil como “agente” do processo verbal motiva o deslocamento de um tradicional adjunto locativo para a esquerda do verbo - o que tradicionalmente seria denominado adjunto, atua, pela força do discurso,

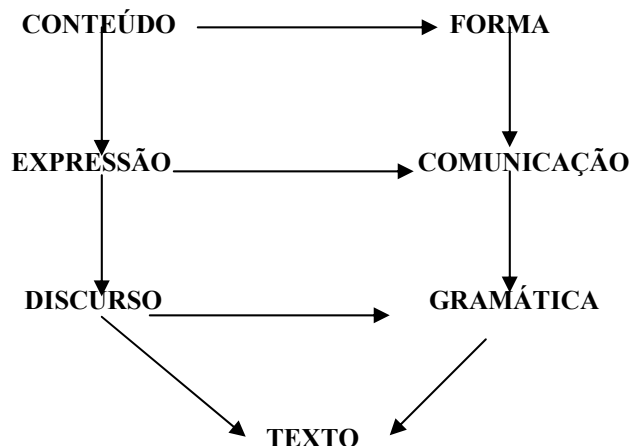
como sujeito, ocupando a posição inicial, funcionando como tópico da discussão. A **ORDENAÇÃO LINEAR** sofre alterações para atender às intenções de quem escreve.

Os subprincípios da iconicidade ser-nos-ão útil na confecção de nossa tabela, no capítulo da análise, para avaliarmos as ocorrências explícitas dos actantes, suas ocorrências em relação ao significado verbal, o grau de informatividade que eles expressam, e se esse grau pode ser reconhecido tanto nos tradicionais complementos indiretos (OIS propriamente ditos e complementos relativos), quanto nos adjuntos locativos, temporais e modais.

Além do trabalho com a iconicidade, também desenvolveremos o trabalho com a coesão. A iconicidade e a coesão textual serão examinadas devido a dois aspectos em comum- a consideração da forma na externalização do sentido e a promoção da informatividade:



Com esse elo entre as duas vertentes da Linguística, construiremos alguns caminhos para a análise, que serão expostos no final de nossa exposição. Por ora, basta-nos apenas concluir que a relação forma-conteúdo, na produção do falante, está para a relação entre comunicação e expressão, assim como o discurso está para a gramática:



Do texto chegamos ao TEXTO. Cabe-nos apresentar os conceitos da tessitura TEXTUAL mais relevantes às nossas pretensões, para examinarmos o funcionamento da adjunção e da complementação verbal, mediante as tramas da comunicação e da expressão.

4.2. Lingüística Textual: penetrando nas teias do TEXTO.

Muitos são os conceitos que a palavra TEXTO pode assumir, conforme a perspectiva ou linha teórica que se adote. De forma diferente não acontece no interior da própria Lingüística Textual. No início da década de 70, muitos estudos ainda seguiam a linha do estruturalismo lingüístico, sobretudo a da gramática gerativo-transformacional, o que provocou um desenvolvimento de teorias que dessem conta de uma “gramática do texto”, uma espécie de corpo de instruções sobre como interpretar a constituição de uma unidade lingüística semanticamente definida. De acordo com Koch (KOCH, 1995: 19), o TEXTO já foi reconhecido como: (1) unidade de sistema superior à frase; (2) sucessão ou combinação de frases; (3) cadeia de isotopias; (4) complexo de proposições semânticas. Atualmente, tem-se concebido a teia TEXTUAL como uma seqüência de atos de fala, de ordenação de uma interação, intermediada por processos mentais, conhecimentos socioculturais e regras sociais: há uma construção COM, na qual produtor com o receptor, impulsionados por fatores de ordem comunicativa, vão tecendo os próprios argumentos, suas próprias identidades e os rumos da cadeia lingüística, que se faz, sobretudo, com regras sociais e permanente FÓRMUL (ação). Para nós, portanto, pensando com Koch, o TEXTO “deixa de ser entendido como uma estrutura acabada, passando a ser abordado no próprio processo de seu planejamento, verbalização e construção”:

Desta perspectiva, então, podemos dizer, numa primeira aproximação, que textos são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, em conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza. (...) Portanto, à concepção de texto aqui apresentada subjaz o postulado básico de que *o sentido não está no texto, mas se contrói a partir dele*, no curso de uma interação. (KOCH, idem: 24-5)

Temos ouvido, com frequência, pessoas falando a todo instante que não “entendem o que o TEXTO diz”, ou não conseguem “interpretar o sentido do TEXTO”. A partir dessas afirmações, verificamos que:

- a) Há o reconhecimento de que um organismo de língua/ linguagens é percebido enquanto TEXTO quando “interpretável”, ou quando tem o sentido compreendido.
- b) O que se nomeia SENTIDO, na realidade, abarca outras categorias de SENTIDO, que transgredida (s), afeta (m) a FORMUL (ação) de normas do jogo social, alterando a compreensão do que poderia ser “interpretável”.

No que concerne à nossa “letra a”, notamos que o elemento principal que dá vida ao TEXTO é o “sentido entendido” ou a expressão coerente do significado. A coerência é reconhecida, entre os falantes, como o fator principal para conferir textualidade ao organismo de língua/ linguagens, para identificá-lo como TEXTO. A coerência dá origem à textualidade. Beugrande & Dressler (Beugrande & Dressler - *apud* Costa Val, 1999: 5), consideram a existência de sete fatores responsáveis pela textualidade:

- 1) Coerência.
- 2) Coesão
- 3) Intencionalidade.
- 4) Aceitabilidade.
- 5) Situacionalidade.
- 6) Informatividade.
- 7) Intertextualidade.

O desmembramento da textualidade em sete fatores nos remete à nossa “letra b”, exposta na pergunta anterior: as diferentes categorias de SENTIDO que um TEXTO produz em sua permanente construção. A coerência e a coesão, por exemplo, seriam identificados, como a categoria de sentidos “coerência semântica e estilística” e “coerência sintática”, respectivamente, nos termos de Van Dijk & Kintsch; enquanto os outros fatores acima listados integrariam o grupo “coerência pragmática”, de Dijk. Para Costa Val, o corpo de língua/ linguagem, na produção e recebimento de TEXTOS, precisa ser percebido como um todo significativo, que compreende três aspectos:

- O pragmático (atuação/ informação/ comunicação)
- O semântico-conceitual (coerência).

◦ O formal (coesão).

Observemos essa seqüência, presente em nosso *corpus*-exemplo:

Leis idiotas servem para não serem respeitadas, e essa é mais uma!

RAFAEL BARBOSA VIANA

(Via Globo On-line, 25/4), Rio.

Ao lermos essa carta, entendemo-la porque há mecanismos predispostos em nosso cérebro que ativam os nossos modelos cognitivos, os quais nos possibilitam reunir dados a respeito do que seja lei e o que seria uma “lei idiota”, nas proximidades do dia 25 de abril de 2006. Acionamos o chamado **conhecimento de mundo**, ativado pela identificação do **conhecimento partilhado** – o autor do TEXTO escreveu ao jornal *O Globo* a respeito de uma informação de conhecimento global dele, da organização jornalística e dos moradores da cidade do Rio de Janeiro: a criação e execução da lei do “vagão exclusivos para mulheres”. Ademais, os **fatores de contextualização** nos situam em relação à época, o local e às pessoas envolvidas, nos determina a **situacionalidade** da mensagem, até que ponto a situação extralingüística interfere na produção do TEXTO e até que ponto este é recriado pelo produtor. O leitor-autor de *O Globo* também nos fornece uma parcela de **informatividade**, já que nos ataca com a informação imprevisível de aconselhar a não se respeitar essa lei. Reconhecemos, nessa pequena produção, também a **intertextualidade**, já que Rafael recria o seu TEXTO a partir da inversão da opinião daqueles que são favoráveis ao vagão, ou mantém o sentido-base do discurso dos outros, que são desfavoráveis a essa mais nova regra social. Com a **intencionalidade** expressa, essa só se valida quando a informação é tomada como relevante, havendo a **aceitabilidade**, pelo destinatário, na medida em que balanceia os dados conhecidos e os novos, em relação ao que está sendo proferido. O processo de fazer a intenção aceita, levou o emissor a usar um **ato de fala** para melhor persuadir os interlocutores: criar uma frase, ou melhor, uma declaração, para expor sua opinião.

Todos esses elementos em negrito constituem o que Costa Val nomeia “aspecto pragmático” do TEXTO, ou o “semântico-pragmático” de Dijk. Koch elenca esses conceitos no grupo do “conhecimento enciclopédico” que todos nós temos. Fazemos uma

ressalva para o **ato de fala**, que Ingedore chama “conhecimento interacional”. Independente das nomenclaturas, não podemos deixar de reconhecer que fatores relativos ao conhecimento de mundo e ao conhecimento de normas sociais são importantíssimos para criação e interpretação de comunicações.

São os conhecimentos semânticos, entretanto, que dão a textualidade ao TEXTO; é a coerência reconhecida como “princípio de interpretabilidade”, pois expõe redes de significados, inicialmente captados na superfície do TEXTO e, posteriormente, desenvolvidos pelo reconhecimento dos fatores pragmáticos já citados. Faz-se importante destacar que, quanto maior o equilíbrio entre o conhecimento partilhado e a informação nova, maior a capacidade do receptor de (re) construir os sentidos. Nesse processo de formação contínua da textualidade, não podemos deixar de lembrar que toda comunicação envolve atos de cooperação, para que ela seja realizada, já que ninguém fala a outrem para não ser entendido. Emissor e receptor co-atuam o tempo inteiro, cooperando para o sucesso da informação, conforme nos ensina Grice, com seu **princípio cooperativo** (Grice – *apud* Costa Val, 1999: 11)

A coerência, em muitas situações comunicativas, tem sido associada à coesão como “indispensáveis” à elaboração TEXTUAL. Sabemos que coerência e coesão contribuem para a maior eficiência comunicativa, mas uma não é condição para que a outra aconteça. Tanto em TEXTOS de discurso oral quanto escrito, percebemos que há ocasiões em que a coerência dá textualidade ao TEXTO sem a marca dos elementos lingüísticos, a saber: os elementos gramaticais e lexicais. Listas de compras, “scraps” no *orkut* ou um diário de classe com o nome dos alunos são exemplos de comunicação escrita em que, freqüentemente, a coesão é dispensável, mas nem por isso o TEXTO deixe de ter textualidade. Por outro lado, em comunicações orais, como uma aula ou audiência jurídica, a coesão se faz mais do que necessária para produzir êxito comunicativo. Por esse motivo, não podemos relacionar TEXTOS escritos a TEXTOS complexos e os orais a simples comunicações.

Sendo assim, para o nosso trabalho, cujo *corpus* é formado de TEXTOS dissertativo-argumentativos, compondo a modalidade de discurso escrito planejado, reconhecemos a igual importância da coesão (FORMA) e da coerência (CONTEÚDO) no processo de textualidade. Ambas constituem o plano primeiro de acesso aos emaranhados do TEXTO. E

é no exame coerência-coesão, que os actantes verbais entram como recursos que estão a serviço da informatividade e da continuação de sentidos do TEXTO, ou seja, de sua progressão. A seguir, exporemos algumas considerações sobre dois aspectos importantes ao desenvolvimento de nossa pesquisa, ou melhor, deter-nos-emos em alguns elementos da textualidade: a relação coesão-coerência e a informatividade.

4.2.1. A relação coesão-coerência e as principais considerações para o entendimento TEXTUAL da complementação e adjunção verbal.

A coesão não se faz enquanto quesito para a obtenção da coerência, como vimos na seção anterior, contudo em TEXTOS de discurso planejado, o material lingüístico constitui uma das ferramentas mais adequadas para alcançar todos os objetivos comunicativos. A coesão constitui as pistas para que o TU reconheça os propósitos conversacionais do EU. Vejamos mais um componente de nosso *corpus*, extraído do jornal *O Dia*:

ESTRADA DE SEPETIDA EM PÉSSIMO ESTADO
ANA CLÁUDIA BRAGA

Quero reclamar das péssimas condições na Estrada de Sepetiba, entre o largo do Aarão e a praça Santa Cruz. A secretatia de Habilitação está fazendo obras, mas apenas em parte dela, que está tomada por mato e buracos. Solicitamos providências urgentes!

15/05/2006

Como vemos, um TEXTO não é uma mera soma de textos (frases). Observando os materiais lingüísticos que garantem materialidade ao conteúdo, reconhecemos dois tipos de recursos: aqueles em que o elemento gramatical garante a manutenção de uma rede de sentidos, como os elementos grifados em “Quero reclamar das péssimas condições na Estrada de Sepetiba, entre o largo do Aarão e a praça santa Cruz”, que expressam respectivamente valor semântico de localidade e de adição. Esses mecanismos operam na **seqüenciação** de sentidos do TEXTO, constituem, portanto, exemplos do que Koch denomina **COESÃO SEQÜENCIAL** – aquela que estabelece “relações semânticas e/ou pragmáticas a medida em que o texto progride” (KOCH, 2002: 53). São procedimentos de ligação entre as partes interdependentes para promover a compreensão de todas as partes

existentes no corpo TEXTUAL. Mas existem também os elementos que fazem remissão “para frente” ou “para trás” no TEXTO, garantindo a evolução da informatividade, balanceando informações partilhadas e desconhecidas. Aos elementos do léxico e da gramática que realizam a anáfora e a catáfora, retomando ou antecipando informações, respectivamente, denominamos **referenciação** ou **COESÃO REFERENCIAL**. A referenciação nos permite retomar ou antecipar informações postas ou explícitas por meio de sintagmas nominais, pronomes, sintagmas verbais, orações e elipses. As relações de remissão ou referência capturam e antecipam não os elementos da forma do TEXTO, mas também os próprios conteúdos que envolvem o termo retomado e o elemento retomador. Koch (idem, 34) nomeia aquele que retoma de “forma referencial” e o que está sendo retomado “elemento de referência” ou “referente textual”. Interessa-nos, especificamente, a coesão referencial, já que estamos examinando como e em que condições de informatividade os complementos e adjuntos do verbo estão sendo referenciados; se existe uma aproximação na referenciação de ambos. Segundo os ensinamentos de Ingedore, a coesão referencial pode ser promovida pelos seguintes mecanismos lingüísticos:

COESÃO REFERENCIAL

I) Formas remissivas gramaticais presas: determinantes e modificadores, como artigos definidos, indefinidos e pronomes adjetivos.

II) Formas remissivas gramaticais livres: pronomes pessoais de 3ª pessoa (ele, ela e variantes); pronomes substantivos (este, esse, aquele e variantes; o e mesmo); advérbios pronominais; elipses; numerais; proformas e expressões adverbiais do tipo: acima, abaixo, a seguir, desse modo.

III) Formas remissivas lexicais: expressões ou grupos nominais definidos (determinante demonstrativo ou artigo + núcleo substantivo), nominalizações, expressões sinônimas e hiperônimos.

Ao nosso trabalho, interessam mais de perto:

a) As formas remissivas gramaticais livres do tipo:

- Pronomes pessoais de terceira pessoa;

- pronomes substantivos.
- advérbios pronominais.
- elipses.

b) As formas remissivas gramaticais presas que determinam o núcleo do Sintagma nominal (SN): artigos e pronomes adjetivos.

c) Formas remissivas lexicais: nominalizações do tipo: SN de núcleo deverbal; SN de núcleo substantivo não-deverbal.

Ainda investigaremos ocorrências anafóricas **nomeadas aqui** “pronominalizações”, em que pronomes pessoais oblíquos e pronomes relativos se referem a adjuntos e complementos. Acreditamos na referenciação como um mecanismo que nos permita avaliar o comportamento TEXTUAL de actantes. Retomemos o TEXTO do jornal *O Dia*:

“Quero reclamar das péssimas condições na Estrada de Sepetiba (...). A secretaria de Habilitação está fazendo obras, mas apenas em parte dela.”

Segundo as considerações tradicionais, os sintagmas que se referem ao verbo “reclamar” seriam identificados como “objeto indireto” e “adjunto adverbial de lugar”, para nós, actantes, preenchedores de espaços léxico-verbais. Segundo as mesmas orientações gramaticais e, inclusive, as da gramática de valências, existem certos pronomes que se referem especificamente a OIs e ADVs. Cremos que, nas ambiências do TEXTO, não são apenas os “advérbios pronominais”, por exemplo, que recuperam os ADVs- no TEXTO **ousamos em falar na “neutralização pronominal”**: pronomes e advérbios podem capturar tanto complementos quanto adjuntos. Na carta da moradora de Sepetiba, o actante, “adjunto de lugar”, é retomado pela contração DELA, constituída por pronome pessoal reto, que funciona como um determinante do sintagma “em parte dela” (constituindo um caso de SN de núcleo não-deverbal, forma remissiva gramatical livre). Sendo assim, pretendemos, com cada caso de referenciação, construir DOIS CAMINHOS DE ANÁLISE:

I) Actantes explícitos:

Em nosso trabalho, empregaremos as seguintes nomenclaturas referentes aos actantes verbais explícitos, no que diz respeito aos seus empregos TEXTUAIS:

- a) Na forma actancial;
- b) Como anáfora nominal & pronominal,
- c) Como pronominalização.

a) NA FORMA SINTAGMÁTICA ACTANCIAL:

Procuraremos verificar se os complementos e adjuntos ocorrem explicitamente, em maior quantidade, como actantes ou como formas anafóricas. Pretendemos avaliar se tanto actantes “complementos” quanto “adjuntos” aparecem em maior ou menor número como preenchedores de léxico verbal ou retomados por um termo anafórico.

b) COMO ANÁFORA NOMINAL & ANÁFORA PRONOMINAL:

Buscaremos responder aos seguintes questionamentos – os tradicionais complementos e adjuntos podem ser retomados por sintagmas de núcleo substantivo deverbal, não-deverbal, núcleo pronominal e adverbial, que podem desempenhar as mesmas funções sintáticas e TEXTUAIS?

Precisamos, contudo, esclarecer essas nomenclaturas, o que elas significam nesta pesquisa e como vamos empregá-las para a interpretação de complementos e adjuntos do verbo. Segundo as determinações desta pesquisa, constitui a anáfora nominal um recurso coesivo que se manifesta de duas formas:

► Anáfora nominal 1 – SN de núcleo deverbal (forma remissiva lexical).

Ao primeiro tipo de anáfora nominal, chamaremos os casos de nominalização, uma das formas remissivas que KOCH (idem, 48) nomeia “lexical”. Esse recurso de encadeamento consiste em uma das formas de retomada de actantes verbais, mas não é a única – e ainda estamos verificando se ela é a mais ou menos freqüente. Esse processo diz respeito à retomada de predicador e argumentos (actantes) da oração anterior por

substantivos deverbais e deadjetivais (no nosso caso, deverbais). A nominalização é um dos objetos de análise da complementação e da adjunção verbal por caracterizar-se enquanto mecanismo de condensação da predicação, já que retoma a oração anterior por meio de um sintagma nominal, cujas partes são devidamente escolhidas pelo emissor. Dessa maneira, relembrando M.A.K Halliday, avançamos do sistema de transitividade da frase verbal (função ideacional) para alcançarmos o interior das mensagens, na reestruturação coesiva das significações pretendidas, fazendo prevalecer a função TEXTUAL da mensagem. O produtor do TEXTO, então, transforma, com a nominalização, uma unidade discursiva (frase verbal, ou oração) em uma sintática (o sintagma) – uma oração inteira é minimalizada a um substantivo nuclear que, geralmente, não se acompanha mais do argumento na “nova reestruturação” - o que ocorre é que, na maioria das vezes, o antigo argumento não é mantido, não se converte em complemento nominal: é reconhecido por meio de um dos determinantes, como artigos, pronomes adjetivos, por exemplo:

DELAÇÃO PREMIADA

José Carlos Tórtima

(...) Se o delator, por exemplo, revela a existência e localização de concretos elementos para a produção da prova, como o local do corpo da vítima executada, ou dos documentos que possam incriminar outros envolvidos, pode-se admitir que a delação premiada **foi utilizada em favor da sociedade**. O uso das informações do acusado colaborador se torna bastante temerário quando se resumem às acusações que ele lança contra seus companheiros de processo.

(O DIA, 2 de maio de 2006)

Percebemos que a locução verbal “foi utilizada” tem a expressão preposicionada “em favor da sociedade”, que mostra o posicionamento favorável do emissor a respeito da delação premiada, forma de repressão ao crime organizado, introduzida à nossa Legislação Penal, pela lei 9.034/ 95, inspirada no modelo do direito Italiano. Na progressão do TEXTO, para persuadir os leitores em relação à produtiva contribuição que um delator poderia oferecer à sociedade, o emissor nominaliza o núcleo verbal da locução e emprega determinantes que constroem uma realidade consensual, que se faz constatada, que não pode ser negada ou reafirmada. A redução da predicação anterior em SN confere ao autor a “hegemonia opinativa”, de forma que se pronunciasse “o acusado usa informações colaboradoras”, deixaria “no ar” a possibilidade de um rebatedor, como “o acusado não usa informações colaboradoras”, o que, no mínimo, poderia render mais “cartas dos leitores” do

que o esperado na seção “Opinião”, em discordância ao posicionamento dos redatores da voz do jornal. Nesse caso, não se atribui uma opinião favorável à “ajuda do delator”, mas já se considera essa ajuda positiva, ou até mesmo, indispensável.

Em termos sintáticos, notamos que a informação positiva se fez, na predicação, com a manifestação do actante “em favor da sociedade” e, na construção sintagmática posterior, essa mesma idéia é recuperada pelos determinantes “das informações do acusado colaborador”, tão essenciais quanto o próprio núcleo. Não aprofundaremos aqui os requintes da discussão entre COMPLEMENTOS e ADJUNTOS do nome, quando passarmos a analisar os termos acompanhantes do núcleo da nominalização. Precisamos avaliar a opção discursiva do uso ou não uso desses “acompanhantes”, verificando que:

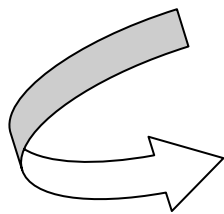
- Os actantes são recuperados e mantidos no processo de evolução do sentido do TEXTO, para a formação de opiniões e avaliações do emissor. E os “acompanhantes” do núcleo nominal (artigos e pronomes adjetivos) desempenham a **função TEXTUAL de “retomar”** complementos e adjuntos, indicando o valor temático desses elementos. Podemos avaliar se o tipo de resgate promovido contribui para uma alta, mediana, ou baixa informatividade no discurso. Se o processo de resgatar a idéia presente nos antigos argumentos consiste em uma forma de considerar os argumentos “informações dadas”

- Tais determinantes, formas remissivas gramaticais presas que retomam actantes, podem exercer **função sintática de adjunto do núcleo nominal**, constituindo parte da expressão nominalizada do TEXTO.

Azeredo (AZEREDO, 1999: 248-9), citando Pierson, a respeito da nominalização, nos informa que elas podem ser:

TIPOS DE NOMINALIZAÇÕES:

a) **Referentes ao enunciado:** retomam o conteúdo do trecho anterior.



Conceitualmente motivadas: estabelecem uma relação semântica com os trechos a que se referem.

Morfologicamente motivadas: relação ao mesmo tempo semântica e formal – o substantivo é derivado do verbo da oração anterior.

Na carta do leitor de *O Globo*, sobre a delação premiada, verificamos que o substantivo “uso” condensa a oração “foi utilizada em favor da sociedade”, mantendo a coesão por meio do recurso da sinonímia. Caso propuséssemos a reescritura dessa mesma carta, de forma a trocarmos a substantivo “uso”, do TEXTO original, por outros, como os destacados nas comunicações hipotéticas a seguir, encontraríamos:

Trecho hipotético – reescritura 01:

Pode-se admitir que a delação premiada foi utilizada em favor da sociedade. A utilização das informações do acusado colaborador se torna bastante temerária quando se resumem às acusações que ele lança contra seus companheiro de processo.

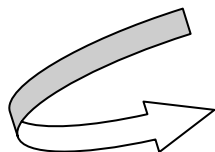
Trecho hipotético – reescritura 02:

Pode-se admitir que a delação premiada foi utilizada em favor da sociedade. O benefício se torna bastante temerário quando se resumem às acusações que ele lança contra seus companheiro de processo.

No trecho 01, o substantivo “utilização” sintetiza a predicação anterior por meio da permanência do mesmo radical que o verbo “utilizar”, de forma a estabelecer uma conexão morfológica e semântica entre os períodos. Trata-se de uma nominalização morfolologicamente motivada.

Já substantivo “benefício” funciona como uma nomeação do evento exposto no conteúdo anterior. Ao utilizarmos essa palavra, estamos afirmando que o fato de a delação ser utilizada em favor da sociedade constitui um ponto positivo no trabalho de combate ao crime organizado. Nesse caso, o teor argumentativo da nominalização é muito mais forte, servindo esse recurso não apenas às estratégias de coesão TEXTUAL, mas, sobretudo, ao trabalho da textualidade, já que a seleção de uma “palavra-conceito” reforça a opinião do emissor como uma informação “pronta”, “feita”, da qual é difícil discordar. Além de maior força opinativa, esse tipo de nominalização, conceitualmente motivada, também constitui um bom recurso para sintetizar orações e predicações inteiras, já que, na maioria das vezes, empregamos poucos determinantes e modificadores, em virtude do caráter de julgamento se concentrar no substantivo núcleo, não necessitando de muitas outras estruturas para fazê-lo.

b) **Referentes à enunciação:** expressam e justificam o ato verbal ou cognitivo referente ao ato de fala subjacente ao enunciado. Também pode ser motivada morfológica e conceitualmente.



Conceitualmente motivadas

Morfologicamente motivadas.

Se tivéssemos uma segunda reescritura da carta de *O Globo*, com esse tipo de nominalização, poderíamos empregar o substantivo sublinhado abaixo:

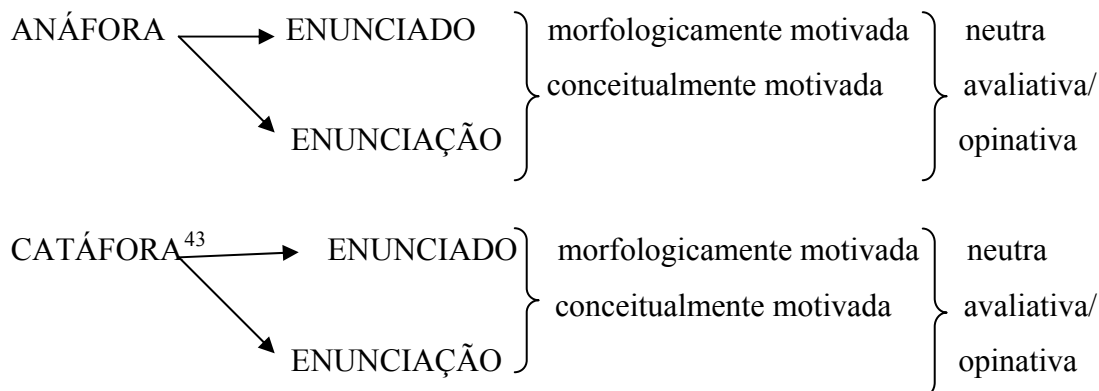
Trecho hipotético – reescritura 02:

Pode-se admitir que a delação premiada foi utilizada em favor da sociedade. A contribuição social se torna bastante temerário (a) quando se resumem às acusações que ele lança contra seus companheiro de processo.

A expressão “contribuição social” não retoma apenas o conteúdo anterior, vai além, uma vez que não só conceitua o conteúdo anteriormente explícito, mas também o inclui como uma das formas de colaboração, de prestação de serviço à sociedade. Essa nominalização, referente à enunciação relaciona, inclusive, o conteúdo do TEXTO às situações discursivas exteriores a ele, possui, por esse motivo, um teor ainda maior de julgamento e avaliação.

As nominalizações referentes ao enunciado e à enunciação ainda admitem subdivisões: podem ser do tipo “neutras”, quando imparciais, ou “avaliativas/ opinativas”, quando imprimem uma orientação argumentativa maior, de acordo com a opinião de seu produtor. O deverbal “uso” e a nominalização hipotética “o benefício social” representam exemplos de formas nominalizadas neutra e avaliativa, respectivamente, sendo a última classificada também como a nominalização “contribuição social”, presente em nossa “reescritura 02”. Observemos abaixo o esquema de tipologia de nominalizações, em acordo com as orientações de Azeredo, baseadas no estudo de Pierson:

NOMINALIZAÇÃO



Após essa explanação, podemos chegar a uma definição mais abrangente de nominalização. Vimos que a nominalização é um dispositivo basicamente anafórico e, em concordância com Azeredo, consideramos que ela é um recurso que:

Viabiliza a condensação de proposições e predicados por meio de substantivos para garantir a cadeia semântica do texto, ao mesmo tempo que serve para exprimir avaliações ou interpretações que o enunciador realiza a respeito das atividades ou “atos de fala” de outros indivíduo cujo discurso esteja comentando ou citando. (AZEREDO, 1999: 246).

► Anáfora nominal 2: SN de núcleo substantivo não deverbal (forma lexical)/anáfora pronominal:

No nosso trabalho também investigaremos o outro caso de anáfora, a **ANÁFORA NOMINAL, de núcleo não deverbal** e a **anáfora pronominal, cujos núcleos são os pronomes retos, os demonstrativos e os advérbios pronominais**. Nesses casos, estamos nos referindo especificamente a SNs que retomam não a predicação inteira, mas os actantes preposicionados. Nossa intenção aqui é verificar, além da informatividade que o SN de retomada pode atribuir ao TEXTO, a função sintática desse sintagma anafórico em um outro momento do TEXTO. Se o SN de retomada continua, de acordo com as impressões a respeito da nominalização, ocupando a **posição TEXTUAL de tópico**. Todavia, como não encontramos nessas ocorrências uma condensação da predicação, mas sim uma referência

⁴³ Em nosso trabalho, não encontramos nominalizações catafóricas, por essa razão, exporemos resultados com base nas ocorrências anafóricas.

ao actante, para promover a progressão TEXTUAL, continuaremos verificando se o núcleo de SN anafórico exerce função sintática semelhante, quando retomam tanto “objetos” quanto “adjuntos”. Aqui, o processo de constatação de função temática e sintática é a mesma: se tanto “OIS” quanto “ADVs” desempenham iguais funções TEXTUAIS e SINTÁTICAS.

Os sintagmas anafóricos que constituem a anáfora nominal 2 podem assumir as seguintes formas:

- a) Determinante + Núcleo não deverbais (nominalização)/ Núcleo não deverbais + determinante.
- b) Pronome – núcleo pronominal reto./ Pronome – núcleo pronominal demonstrativo.
- c) Advérbio pronominal – núcleo pronominal adverbial.

Observemos:

I) CADÊ O ALI BABÁ?

Wilson Diniz

Mas o troféu que mais deve se orgulhar a organização criminosa do PT e o governo Lula é o da quadrilha dos 40 bandidos, que foram denunciados no relatório do Ministério Público pela figura ilustre, simbólica, rigorosa, guardiã da ética do procurador geral da República. O Relatório elenca os crimes cometidos pelos atores criminosos do PT, que vai da lavagem de dinheiro à corrupção.

O DIA, 2 de maio de 2006.

II) PREJUÍZO PARA TODOS

EDITORIAL

Aprovada a novidade [inversão do custeio do vale transporte, entre empregadores e empregados], as empresas passariam a arcar com apenas 6% do valor das passagens-percussão que hoje cabe aos trabalhadores. Uma mudança ilógica. (...)

As atenções voltam-se agora para os deputados. Eles devem pensar não só na repercussão de sua decisão entre os eleitores, mas também que até as empresas serão prejudicadas se a mudança for aprovada.

O DIA, 2 de maio de 2006.

FFHH e Lula melhoram o Brasil

ELIO GASPARI.

(...) Buscaram explicações para a redução da desigualdade em aspectos que raramente entram no debate dos candidatos. Coisas como a diminuição das disparidades regionais e racionais.

O GLOBO, 26 de abril de 2006.

Verificamos que actantes preposicionados são retomados por SNs de núcleo substantivo “puro” ou seguido de formas remissivas presas. Nos exemplos que nos servem

de ilustração, notamos que os termos de retomada servem de tópico ao momento seguinte do TEXTO. Constituem a porção a que se quer dar destaque para promoção da progressão TEXTUAL. Os termos anafóricos, portanto, são tópicos, que desempenham a função TEXTUAL de remissão de sentidos para a promoção da progressão de informações, além de desempenharem uma função sintática nuclear, como a de sujeito, nos exemplos destacados acima. Embora as questões como TEMA, REMA, DADO, NOVO e as relações como TÓPICO e COMENTÁRIO estejam mais bem detalhadas na última seção de nosso capítulo, já podemos adiantar que concordamos com AZEREDO para quem na língua escrita:

(...) é ao tópico que se deve, muitas vezes a ponte entre dois períodos seqüencializados no texto. (...) Na medida em que serve de ponte entre enunciados de diferentes locutores ou entre períodos no interior do mesmo texto, o tópico é um conceito discursivo, e o processo que confere a um fragmento da frase o papel de tópico é um processo que faz avançar o texto, conferindo-lhe coesão.

(AZEREDO, 2000: 134)

Ainda necessitamos apresentar outra nomenclatura, que compõe o nosso primeiro caminho de análise dos actantes.

c) COMO PRONOMINALIZAÇÃO:

Chamamos pronominalização o recurso anafórico em que pronomes pessoais oblíquos (átonos e tônicos), pronomes retos em funções determinantes e pronomes relativos retomam sintagmas complementos e adjuntos. Sabemos que os pessoais oblíquos somente são indicados para capturar objetos – segundo as lições gramaticais, os pronomes oblíquos átonos *lhe (s)* substituem os OIs; os oblíquos tônicos podem atuar em lugar dos complementos relativos (nos termos de Rocha Lima). Vamos verificar se no TEXTO, de fato, devido ao poder dos interlocutores, a serviço da intenção e da aceitação, os complementos e adjuntos obedecem a essas retomadas fixas, indicadas pela tradição gramatical e, inclusive, pela gramática de valências, na determinação da tipologia de actantes. Pretendemos observar outras formas de neutralização pronominal, observando se:

a) Pronomes pessoais podem retomar adjuntos adverbiais (inclusive os pronomes que freqüentemente substituem objetos diretos e indiretos);

b) Pronomes relativos podem retomar tanto os tradicionais OIs e ADVs (com exceção do cujo, que recupera adjuntos adnominais), já que estamos avaliando a captura desses actantes no TEXTO, e os relativos constituem um produtivo recurso de coesão TEXTUAL.

Observemos:

APROVEITE, IPANEMA.
Zuenir Ventura

(...) Muitos cariocas estão querendo fugir para fora do lugar e outros para fora do tempo. Uns procuram cidades menos violentas, outros olham para trás como quem vê um paraíso perdido. Para ficar livre de um presente desagradável, refugiam-se numa das melhores saudades que existe, porque a idealizam: a do não vivido.

O GLOBO, 26 de abril de 2006.

SISTEMA CAÓTICO
Carta do leitor

Minha empregada sofreu uma crise renal. Depois de medicada precisou de tratamento. Aconselhei-a a ir ao Miguel Couto, que informou não ter como atendê-la. (...) foi encaminhada ao Fundão. Acabei levando-a ao meu médico particular. Pobre do nosso povo que não tem ninguém a quem recorrer.

José Câmara, por e-mail.
O DIA, 15 de março de 2006.

Notamos que esses trechos do jornal *O Globo* abordam temas referentes a locais: em Zuenir Ventura, menciona-se a nostalgia dos cariocas, que relembram sempre os passados gloriosos da Cidade Maravilhosa. Ipanema, por exemplo, é lembrada por ter dado origem à famosa garota de Tom Jobim e Vinícius de Moraes; nos dias de hoje, por outro lado, muitos moradores desejam se desfazer de seus apartamentos devido ao acúmulo de Kombis em frente à orla. Por esse motivo, muitos preferem se “refugiar” na saudade. O actante “numa das melhores saudades” é elemento fundamental para a progressão TEXTUAL, já que traz a Ipanema de outrora como o local de idílio dos cariocas. Na construção dessa informação, o oblíquo “a” recupera o núcleo do actante locativo, que tradicionalmente é reconhecido enquanto “adjunto adverbial de lugar”. Isto ocorre porque a idéia de se exilar está associada não ao local material “Ipanema”, mas a um estado de alma, que permite um contato com a Ipanema desejada. Um elemento como “saudade”, por conservar o traço [- localizável] em seu léxico, mas por permitir o traço [+ localizável] em decorrência do contexto, possibilita

o emprego do “a”, freqüentemente substituto de objetos diretos, na retomada de um “adjunto adverbial”.

Já no TEXTO do leitor, que se queixa de um local, mais propriamente de hospitais ou lugares que prestam serviço médico na Cidade Maravilhosa, o pronome relativo “que” faz remissão do sintagma “ao Miguel Couto” cujo traço semântico [+ localizável] é substituído por [+ agente], de forma que o relativo, sintaticamente, desempenha a função de sujeito, devido à semelhança do local (hospital) com o serviço que seus empregados realizam para a sociedade. O pronome “quem”, no final do TEXTO, refere-se ao à insatisfação do autor-leitor em relação ao médico e aos hospitais mencionados, atuando sintaticamente como um “objeto indireto” de recorrer.

Com esses exemplos, notamos que a neutralização pode ocorrer, mostrando-nos que as funções TEXTUAIS são de retomada e os papéis sintáticos argumentais, como sujeitos ou objetos.

II) Actantes implícitos:

Além dos casos de análise já apontados, trataremos das substituições por zero. Tentaremos avaliar se as anáforas-zero realmente ocorrem em lugar de OIs e ADVs, atestando menor informatividade. Analisaremos, inclusive, quais são as maiores ocorrências: de actantes explícitos ou implícitos e qual o diferencial para as funções TEXTUAIS desses elementos, no que diz respeito à continuidade de sentido.

Em suma, assinalamos dois caminhos para análises:

I) ACTANTES EXPLÍCITOS:

- Forma sintagmática actancial.-----Função TEXTUAL (?)/ papel sintático (?)
- Anáfora nominal e pronominal. } Função TEXTUAL de retomada/ papel sintático (?).
- Pronominalização }

II) ACTANTES IMPLÍCITOS.-----Função TEXTUAL de retomada por zero/ papel sintático (?)

Obviamente, esse esquema de dois caminhos, para atestar a equivalência TEXTUAL de complementos e adjuntos do verbo, será complementado após a formação do nosso

conceito de INFORMATIVIDADE. Depois de determinarmos o que para nós é DADO e NOVO, incorporaremos as também orientações dos subprincípios de iconicidade, referentes à informatividade, ao esquema delineado nesta seção.

4.3. A construção da informação: dado-tema? Rema-novo?

Vimos no item 3.1 que o funcionalismo é a “mola de alcance ao TEXTO”, pois nos permite o entendimento das linguagens como TEXTOS, considerando-as um espaço de atuações socioculturais. Por essa razão, orientações funcionalistas confluem com as da Lingüística Textual adotada nesta pesquisa, vertente que considera o TEXTO como uma produção languageira em constante construção de sentidos. A produção de língua/ linguagens é um constructo de mão-dupla, pois falante e ouvinte se esforçam para manter esse processo cíclico de saída e retorno de informações, de idas e vindas entre locutor e interlocutor. Nesse processo (podemos dizer, “semelhante ao uroboro”, pela busca infinita da compreensão EU-TU), está presente a aceitação da comunicação, o entendimento do que se fala/ escreve havendo o reconhecimento de sua TEXTUALIDADE. Sabemos que a coerência é o fator *sine qua non* para entender um TEXTO enquanto tal, mas em construções planejadas, a coesão se torna também indispensável, pois promove o jogo de informações novas e velhas, garantindo uma unidade de sentido, uma progressão dos constructos. Somente existe uma situação comunicativa porque os participantes, por meio do contato um com outro, informam-se continuamente. Não há produção languageira que não se efetive sem a função primordial de expor uma informação a outrem.

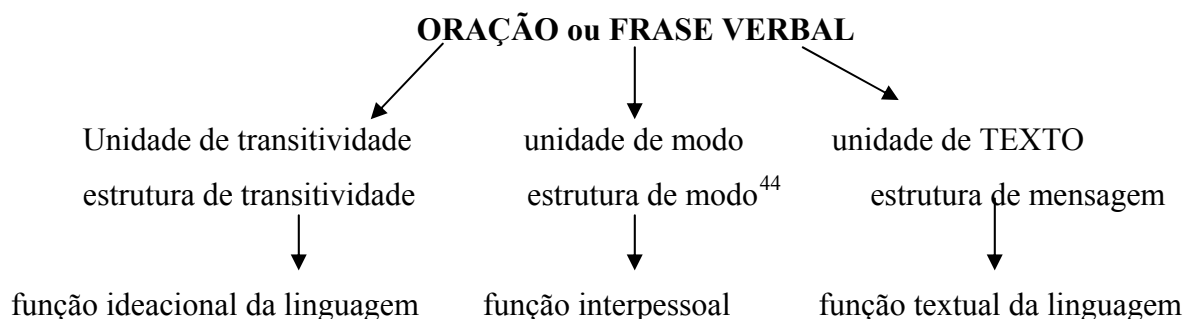
Entendendo a atividade comunicativa como ato de leituras de informações (reconhecimento do novo e identificação do velho), muitos estudos apontam também fatores cognitivos como essenciais ao processo; explicam que as construções e leituras de TEXTOS estão associadas a mecanismo mentais de processamento de informações, em que um dos componentes mentais, a “memória de trabalho”, as organiza em “unidades significativas”. Para que haja esse processo de ordenação, ou o que Ângela Kleiman (2000) chama de fatiamento, a memória de trabalho seria auxiliada por outra, a “intermediária”, a qual torna acessível a captura de conhecimentos mais profundos, relevantes à compreensão dos TEXTOS, buscando dados acerca de traços culturais, comportamentos de ordem social,

armazenamento de dados intelectuais e experiências de vida – conhecimentos esses que estariam disponíveis em uma outra memória, a “profunda” ou também nomeada “memória de longo prazo”.

Nosso trabalho não entrará nos requintes da discussão sobre o processamento mental da informação. O que nos interessa de perto, apenas para voltarmos a explicar o movimento de INFORMATIVIDADE do texto ao TEXTO, é o processo de fatiamento. Ao tentarmos entender as informações de um material comunicativo, selecionamos unidades que façam sentido gramaticalmente, como palavras ou fonemas, e que nos permitam atingir o sentido global do TEXTO. Qualquer unidade gramatical dotada de informação pode ser escolhida para ser “fatiada”, mas segundo a autora, os falantes-leitores críticos tendem a selecionar unidades sintáticas (como os sintagmas e orações) para operar o fatiamento, pois essas concentram maior número de informações:

O material [apreendido durante a leitura] vai sendo estocado na memória de trabalho, que permite a organização em unidades sintáticas, segundo as regras e princípios de nossa GRAMÁTICA IMPLÍCITA, isto é, o conhecimento que temos por sermos falantes da língua. (...) O processo de agrupamento e análise do conhecimento é conhecido como fatiamento. (KLEIMAN, 2000: 34)

Pensando na participação da cognição no processo de apreensão de informações, retomamos HALLYDAY (1976), para quem a frase verbal, ou oração, é a **unidade-base das produções comunicativas**. A oração é considerada a porção significativa da comunicação, porque organiza, em sua estrutura, as funções que a linguagem assume para alcançar o propósito da interação. Assim, a frase verbal compõe-se também de outras unidades representativas de vários campos do conhecimento lingüístico, que nos conduzem ao entendimento de TEXTOS:



Segundo Halliday, o que diferencia estruturalmente uma função de outra é que cada uma possui um sujeito específico. Não podemos considerar um único sujeito em uma oração, reconhecendo-o como o “ser sobre o qual se declara alguma coisa”. Na realidade, esta noção sintática, abrange três conceitos distintos, que a FORMA da oração é capaz de apresentar. O **sujeito lógico** corresponde ao ator, papel de transitividade; o **sujeito gramatical** se relaciona aos papéis assumidos pelo emissor e pelo receptor numa situação comunicativa; o **sujeito psicológico** pertence ao componente TEXTUAL, relacionando-se à organização interna da mensagem. Sendo assim, nos casos abaixo, exemplificados por Halliday, teríamos:

*These beads I was given by my mother*⁴⁵.

- a) Sujeito lógico: My mother
- b) Sujeito psicológico: These beads.
- c) Sujeito gramatical: I

Não vamos aprofundar essa tipologia de sujeitos. Apenas intencionamos expor que o “sujeito psicológico” corresponde à porção TEXTUAL da frase verbal: é ele quem inicia a oração, ordena, por isso, a mensagem e, em alguns casos, não corresponde à noção gramatical de sujeito, como “ser sobre o qual se declara alguma coisa”. Para Halliday, o sujeito psicológico é a FORMA que toma o CONTEÚDO de tema da frase, ou seja, aquilo que é o suporte da comunicação. Muitos estudiosos têm associado à idéia de tema à

⁴⁴ Diz respeito às maneiras pelas quais os falantes podem variar seu papel na comunicação: “fazendo asserções, formulando perguntas, dando ordens, expressando dúvidas, etc. As funções básicas da fala, de enunciado, pergunta, resposta, ordem e exclamação caem nessa categoria (embora não a esgotem), e são expressas gramaticalmente pelo sistema de modo.” (p.134).

⁴⁵ Estas contas me foram dadas por minha mãe (p. 153).

informação velha, rema à nova. Esses conceitos têm sido usados, frequentemente, como sinônimos de tópico e comentário, inclusive. Desse modo, a frase verbal, possui uma parte ou unidade que se caracteriza como uma “ponte” de acesso à estrutura de mensagem do TEXTO. Nos termos de Halliday:

O componente textual da linguagem é o conjunto de opções através das quais um falante ou escritor se habilita a criar textos – a usar a linguagem de um modo que seja pertinente ao contexto. A oração, nessa função, é organizada como uma mensagem; assim além de sua estrutura de transitividade e modo, ela também possui a estrutura como mensagem, o que se conhece como estrutura temática. (...) O tema é outro componente da complexa noção de sujeito, a saber “o sujeito psicológico”; é como se ele fosse o cabide ao qual se pendura a mensagem, sendo o tema o corpo da mensagem. Em Inglês, o tema da oração é o elemento colocado em primeira posição; em (28 i-v) o tema é o item fora dos parêntese e o rema é o que está dentro:

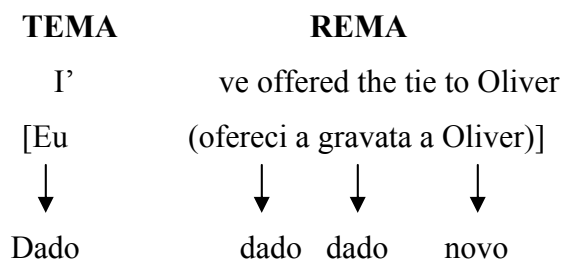
(28i) [Eu (não sei)]
 (28ii)[ontem (nós discutimos os arranjos financeiros)]
 (28 iii) [seu espírito (eles não o poderiam matar)]
 (28 iv) [repentinamente (a corda cedeu)]
 (28 v)[quem (tem telhado de vidro (não deveria atirar pedras)]

(HALLIDAY, 1976: 155-56).

A estrutura da mensagem também se vincula, em grande parte, à estrutura de informação, a qual abarca a parte relativa à transitividade. Para Halliday, uma estrutura informativa diz respeito à ordenação do texto nos componentes “dado” e “novo”, fundidos à noção tema-rema, em que o “tema estará associado com o dado e o rema com novo, embora haja uma boa razão para não sê-lo” (idem, 157), mas rejeita outra dupla correlação, a de “tópico-comentário”, por essa abranger uma “noção muito complexa”. Segundo o autor, “a unidade de informação consiste em algo novo obrigatório – é preciso haver algo novo, caso contrário não haveria informação – e um elemento dado opcional (idem, ibidem). Ainda em exemplos do autor, percebemos que a correlação tema-rema, dado-novo existe, mas não é uma regra obrigatória:



Por meio deste exemplo, notamos que há a correspondência entre o tema e o rema, mas que este não constitui uma informação inteiramente nova: compõe-se de porções conhecidas e porções desconhecidas, “dado” e o “novo”. Dado e novo, portanto, estariam mais diretamente relacionados à porção de transitividade da oração; tema e rema a estrutura da mensagem. Notamos o reconhecimento do “dado” e do “novo” por meio do sistema de transitividade, em decorrência da pergunta “o que você ofereceu a Oliver?” e de sua resposta “uma gravata”. De outro modo, se rearrumássemos a FORMA para o seguinte conteúdo:



Em relação à transitividade, verificamos que a preposição marca o elemento beneficiário que se torna responsável por uma nova estrutura informativa, percebida pela pergunta “Você ofereceu a gravata a quem?”, apresentando como resposta “a Oliver”.

Esses momentos de incursão ao ensinamento de Halliday se fazem necessários para começarmos a pensar em como reconheceremos a informação nova neste trabalho. O trabalho do autor se restringiu aos domínios do texto, mas de suas lições aproveitamos:

a) O fato de tema e rema serem elementos da mensagem, não corresponderem estritamente ao dado e ao novo, já que esses pertencem à estrutura de transitividade. Assim, como Halliday, entendemos que a **informação nova não se constitui apenas de elementos desconhecidos**.

b) Para avaliar a carga de informação, há a separação entre mensagem e informação. A primeira é a parte TEXTUAL e a segunda se faz pela transitividade, sendo, então o tema, “aqui está o título do que estou dizendo” e o dado “o ponto de contato com o que você sabe” (idem, 158). Sendo assim, **a informação dada, se constitui o ponto de contato, será, por nós, equivalente à informação compartilhada.**

c) Não usaremos a dupla tópico-comentário, associadas a tema-rema, por acreditarmos que tópico pode alcançar abrangências maiores, como estudos sintático-discursivos relativos à topicalização.

Para melhor continuarmos a desenvolver o nosso posicionamento a respeito desses conceitos, precisamos reestudá-los em nível TEXTUAL e expormos nosso conceito de INFORMATIVIDADE.

4.3.1. A construção da informação no TEXTO: informatividade e continuidade.

“E se a gente caísse na real e lançasse o Pedro Simon para presidente?”.

A frase acima é um trecho do TEXTO de Chico Caruso, extraído do jornal *O Globo*, de 23 de maio de 2006, na seção “Opinião”. Caso promovêssemos uma análise sem a leitura da outra porção, elementos como o actante “na real” e o nome de “Pedro Simon”, partidário do PMDB, remeter-nos-ia a situações que anunciam uma quebra de expectativa em relação ao que se conhece do cenário brasileiro: o descaso de outros políticos, também do PMDB, em relação à candidatura à candidato nas eleições presidenciais (informação recuperada no texto por “nós” e pelo nosso conhecimento de mundo em relação à briga de quem seria o candidato a candidato pelo partido: Itamar Franco ou Antony Garotinho).

O leitor mais atento, mesmo sem a outra porção do TEXTO, somente pelo conselho “vamos cair na real”, já recuperaria o possível ou os possíveis emissores da comunicação, já que Garotinho, no mês de maio, chegou a enfrentar uma semana de greve de fome, em protesto às denúncias que as organizações Globo e a revista *Veja* expuseram a respeito de corrupção, para promover sua campanha eleitoral. Em princípio, o leitor não imaginaria Garotinho ou até mesmo seu sucessor a candidato, Itamar Franco, desistindo da tão sonhada

candidatura à candidatura: isso seria imprevisível. Mas quando o chargista nos dá pistas dos acontecimentos, através da expressão “cair na real”, somos capazes de reconstruir sentidos pertinentes à leitura do TEXTO e passamos a aceitá-lo. Sendo assim, para considerarmos ACEITAS as intenções do outro, devemos balancear o imprevisível (que carrega a maior parte da intenção, da informação nova, de acordo com emissor) e o conhecido, aquilo de que já dispomos para operacionalizar a interpretação do TEXTO. Retomando a outra parte da comunicação de Caruso, aquilo que parecia muito imprevisível se esclarece - apesar da quebra de expectativa, há o entendimento e, por isso, o riso: porque na leitura usamos como “âncora”, nos termos de Koch (1997), a informação já conhecida, tanto do autor quanto do leitor, para captarmos a informação nova – aquela que traz o desconhecido: o desejo de “cair na real”, provavelmente para o “tombo” ser menor, já que os candidatos citados já não mais disputavam a preferência do público, mas viviam flutuando, sonhando, conforme nos atesta a segunda porção da composição de Caruso:



Ingedore nos ensina que a informatividade está vinculada à imprevisibilidade, de forma que quanto mais imprevisível for um texto, mais informativo será. Por outro lado, devemos saber balancear o previsível e o não-previsível para alcançarmos o êxito da comunicação, pois um TEXTO que não conte com informações já conhecidas, na realização de sua interpretação, pode provocar o não entendimento, dependendo do conhecimento do falante sobre o assunto. Costa Val (1991), oferece uma contribuição valiosa ao incorporar a intertextualidade ao conceito de informatividade. Segundo a autora, a informação conhecida e previsível foi tomada como “a voz do senso comum” (idem, 31). Val afirma que a intertextualidade passou a recobrir a suficiência de dados, pois a presença de elementos de senso comum (inferíveis ou explícitos) espelha os dados necessários à associação com elementos imprevisíveis. O que é informativo é também intertextual:

engloba os componentes-âncora e os elementos desconhecidos, os que são somados ao conhecimento do leitor. Somente assim o TEXTO será recebido como um todo coerente, dotado de sentido. Beaugrand e Dressler, citados por Costa Val, enumeram três ordens necessárias ao julgamento de uma comunicação dotada de informatividade:

- 1) Elevada previsibilidade/ baixa informatividade: clichês, frases feitas, estereótipos e informações sobre o óbvio.
- 2) Equilíbrio entre o original e o previsível: apresentam novidade sem provocar estranheza.
- 3) Elevada imprevisibilidade: provocam estranheza ao receptor.

A segunda ordem, obviamente, deveria ser o ideal no processamento de informações, já que o receptor pode repudiar a informação completamente desconhecida ou, em relação às repetições sobre o óbvio, à valorização do que já se conhece, pode o interlocutor avaliá-la como “não-texto”, como uma “produção de má qualidade”, “com a qual não vale a pena perder tempo” (Idem, 33). Para a autora, o que é de baixa informação ou de informação altamente desconhecida não produz uma comunicação bem sucedida, não havendo “eficiência pragmática”. Um TEXTO informativo deve, sobretudo, conter a suficiência de dados para que não atinja nem a primeira nem a terceira ordem de informatividade; um TEXTO suficiente em dados corresponderia a:

(...) elementos indispensáveis a uma interpretação que corresponda às intenções do produtor, sem se mostrar, por isso, redundante ou rebarbativo. Os dados cuja explicitação é necessária são aqueles que não podem ser tomados como de domínio prévio ao receptor, nem podem ser deduzidos a partir dos conhecimentos que o texto ativa. Avaliar a informatividade significa, para mim, medir o sucesso do texto em levar conhecimento ao receptor, configurando-se como um ato de comunicação efetivo. Esse sucesso depende, em grande parte, de acrescentar alguma coisa à experiência do receptor, no plano conceitual ou no plano da expressão.

(COSTA VAL, 1991: 32-33).

Sendo assim, pensando com Costa Val e Halliday, podemos, enfim, afirmar que para o nosso trabalho:

INFORMATIVIDADE = informação compartilhada (dado) + informação suficiente (novo sem provocar estranheza).

Deixamos claro que o conceito de tema e rema, dado e novo diferem do nível da frase para o do TEXTO. Isso ocorre porque, no TEXTO, precisamos manter o nível de informação a todo instante, promovendo continuação e evolução de sentidos. Essa evolução é garantida justamente pelo movimento de acesso ao que já foi dito, ou ao já conhecido, para que se acrescente a ela algo novo. A informatividade, portanto, é garantida com a continuidade de sentidos, que Givón nomeia continuidade tópica. Segundo Soraya Pereira, em sua dissertação de mestrado, o autor “analisa os correferentes textuais sob a visão de referente tópico no discurso, sua identificabilidade, continuidade e persistência, encarando esta entidade como um domínio funcional” (PEREIRA, 2000: 142). Soraya menciona que Givón constrói a noção de “parágrafo temático” para avaliar as remissões e continuidades no discurso, pois o ambiente da sentença não permite a realização de tal investigação. Segundo o estudo do linguísta funcionalista, o tópico é um elemento do discurso e, por isso, deve ser tratado em uma unidade capaz de representar a sua continuidade - o parágrafo, sendo esse identificado em três tipos de continuidade:

- A temática (do assunto).
- A de ação (verbos sobre a perspectiva de figura e fundo)
- A dos referentes tópicos.

Como estamos tratando da complementação e da adjunção verbal enquanto elementos retomados no TEXTO, ser-nos-á mais indicado o exame da continuidade temática, que se faz pelos referentes tópicos, em que estaremos considerando os elementos de remissão como anáfora nominal, anáfora pronominal e elipse, já discriminados anteriormente. Soraya nos informa ainda que, para Givón, há uma tabela de previsibilidade com base nas diversas relações coesivas que se estabelecem entre os referentes tópicos. Exporemos essa determinação para, em seguida, apresentarmos uma síntese do esquema de análise proposto para aplicação no nosso próximo capítulo, no qual associaremos principais aspectos da forma e do conteúdo e as diversas ocorrências segundo os graus de informatividade, com base na hierarquia de previsibilidades:

O GRAU MAIS ALTO DE PREVISIBILIDADE DA CONTINUIDADE⁴⁶

- A- Elipse: anáfora zero. (grau mais alto de previsibilidade).
- B- Pronomes não acentuados ou concordância gramatical.
- C- Pronomes independentes e acentuados.
- D- Deslocamento para a direita do SN definido.
- E- SN definido simples.
- F- Deslocamento à esquerda do SN definido.
- G- Topicalização contrastiva.
- H- Construções clivadas, com marca de foco (menor grau de previsibilidade).

Empregaremos a continuidade para examinar as ocorrências TEXTUAIS de actantes verbais, avaliando os graus de informatividade de cada ocorrência: como os actantes são retomados, quais os empregos mais usuais, quais são as formas mais frequentes (explícitas, por retomada ou implícitas), quais os níveis de informatividade de cada emprego.

Segue abaixo o nosso esquema-síntese para análise:

- 1) Exame dos actantes Explícitos:

Verbos relacionados	Sintagmas preposicionados	Interpretação tradicional	Interpretação da gramática de valências	Retomadas SIM/ NÃO. Grau de previsibilidade.
				Previsibilidade baixa/informatividade alta
				Previsibilidade alta/informatividade baixa

Os actantes retomados serão ainda examinados de acordo com o tipo de retomada e o grau de informatividade:

⁴⁶ PEREIRA, Soraya (idem, 144).

Exemplo	Sintagma	Função sintática	Forma de retomada INFORMATIVIDADE: Grau baixo Grau mediano Grau alto	Referente/ função sintática
EXEMPLOS DE TEXTOS				

Gostaríamos de lembrar que:

a) Estamos verificando se os actantes podem igualmente desempenhar as mesmas funções TEXTUAIS e as mesmas funções sintáticas no TEXTO, devido ao grau de informatividade que alcançarem: baixa, mediana ou alta.

b) Os subprincípios de iconicidade ser-nos-ão úteis na medida que nos auxiliarão a avaliar não só a informatividade, mas também as ocorrências pronominais de retomada dos actantes, cabendo-nos avaliar a seguinte questão: a neutralização pronominal corresponde a um fator diferente na gramaticalização desses mesmos actantes, devido à substituição deles por diversos pronomes, devido às diversas condições de produção TEXTUAL?

c) Os actantes ocorrem, em maior número, explícitos, na forma sintagmática, ou por retomada, com grau maior ou mediano de previsibilidade?

d) Podemos associar os actantes explícitos por sintagmas preposicionados a informações novas, por isso mais informativas, com baixo grau de previsibilidade?

e) A anáfora nominal de núcleo deverbal é mais empregada do que a outra, de núcleo não deverbal? Em que essas escolhas interferem no grau de informatividade?

f) Podemos encontrar alguma ocorrência catafórica dos actantes, como recursos para a promoção da progressão TEXTUAL?

Procuraremos responder a essas questões certos de que não constitui uma tarefa simples: exige um movimento em espiral, em que a necessidade e a inquietação tentam vencer a impossibilidade, tal como ocorre com o uroboro. Todavia, esse movimento de idas e vindas, expressa, tal como a serpente-dragão, a forma do “8” invertido, o infinito, já que vamos em busca dessas respostas e não temos a pretensão de esgotar o problema que se apresenta – estamos apenas mostrando uma possibilidade de leitura da questão da complementação verbal em nível TEXTUAL e desejamos que esta seja apenas uma de muitas outras possibilidades, nesse percurso infundável para tentar saber “para que um sujeito aprende um objeto?”

5. ANÁLISE DE TEXTOS.

Se a linguagem falasse à razão e constituísse, assim, uma ação sobre o entendimento dos homens, então ela seria apenas comunicação. Mas, ao mesmo tempo em que ela desprende o conjunto de relações necessárias da razão, ela também articula o conjunto de relações necessárias à existência. E, neste sentido, o seu traço fundamental é a argumentatividade, a retórica, porque é este traço que a apresenta, não como marca de diferença entre homem e natureza, mas como marca de diferença entre o eu e o outro, entre subjetividades cujo espaço de vida é a história.

C.A Vogt⁴⁷

Nosso caminho começou a se construir com lampejos de memória, em que rememoramos o percurso dos complementos e dos adjuntos em certas gramáticas brasileiras; em seguida, a trajetória nos apontava um único rumo, a igualdade sintática entre os elementos ligados ao verbo, ou actantes, nos termos da gramática de valências; por último, entramos pelo túnel do TEXTO, reconhecendo os fatores de **TEXTUALIDADE** como imprescindíveis à análise dos termos que, junto ao verbo, formam um todo dotado de sentidos, necessário para que se cumpra o **CONTRATO DE COMUNICAÇÃO**.

No fim de nossa rota, apresentaremos a aplicação dos conceitos tratados nos capítulos anteriores para a avaliação do comportamento TEXTUAL dos actantes verbais. Para cumprirmos essa missão, cabe justificarmos a seleção de nosso *corpus*-exemplo, iniciando pela explicação de dois termos presentes no parágrafo anterior: textualidade e contrato de comunicação. Começemos pelo segundo.

5.1. JUSTIFICATIVA DO *CORPUS*: O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E O TEXTO DISSERTATIVO.

A vida em sociedade impõe ao homem a necessidade de informar, emitir juízos de valores, ouvir, compreender e produzir linguagens variadas, que atendam quer à relação homem-homem, quer à relação homem-mundo. Não há expressão sem comunicação, como já afirmamos. A via entre uma e outra, entretanto, é governada por uma série de normas do

⁴⁷ Carlos Vogt *apud* Ingedore Koch, 2002.

“bom comportamento lingüístico”, que orientam as ações dos protagonistas sócio-interacionais. Essas normas que ditam como os atores da interação devem se portar, Patrick Charaudeau (1996)⁴⁸ nomeia contrato de comunicação. Todo processo languageiro se faz numa troca de máscaras em que a reversibilidade EU---TU nos permite considerar um EU que se alterna entre interpretante e comunicante, conforme suas intenções no uso das línguas/ linguagens. Tomando essa própria dissertação como evento comunicativo, por exemplo, seria absolutamente improvável que eu fizesse, enquanto “EU comunicante”, um questionamento direto aos membros da banca avaliadora, os “EUs interpretantes”, como “O que os senhores acham do que acabei de escrever?”, mesmo sabendo que escrevo para receber a avaliação dessas pessoas. O contrato de uma comunicação desse tipo, de TEXTO acadêmico, deixa circunscrito como uma das “leis” o fato de o avaliado não se reportar aos avaliadores.

Considerando que, no ato de comunicação, o EU, na posição de comunicante, apropria-se da linguagem, tornando-a “sua propriedade”, seu local de construção de si mesmo, do mundo e do outro, lembremos o conceito de discurso, uma vez que este consiste o próprio ato de “apropriação da linguagem” por um indivíduo, quando dotado de dada intenção e motivado por certos eventos históricos e sociais. A concepção de discurso nos remete à consideração de que, ao tomar a linguagem, o homem já está exercendo a sua intenção, de forma a influenciar o comportamento do outro, de levar esse outro a compartilhar de suas opiniões. O discurso é, por excelência, um ato de **argumentatividade**. Ao fazermos essa afirmação, reconhecemos que o homem é, a todo instante, em todas as práticas comunicativas, um argumentador e que, como afirma Koch (KOCH, 2002: 17): “A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da própria objetividade.”. Sendo assim, não cremos que um discurso argumentativo seja diferente de um dissertativo; que uma dissertação apenas exponha uma dada opinião e a “argumentação” se preste ao trabalho com provas, para obtenção da persuasão e do convencimento. Ao produzirmos discursos e convertê-los em TEXTOS, há uma seleção de estruturas, em relação a COMO serão representados pela linguagem, PARA QUE propósito, PARA QUEM e em que SITUAÇÃO. Desse modo,

⁴⁸ CHARAUDEAU, Patrick (1996). In: CARNEIRO, Augustinho Dias (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Série de investigações lingüísticas.

todo TEXTO, como resultado de uma atividade discursiva, pressupõe uma argumentatividade. Dito de outro modo, escolhemos como *corpus* de nossa pesquisa, **TEXTOS dissertativos**, nos quais a argumentatividade se faz predominante.

Conhecidas as razões da escolha do tipo de TEXTO, resta-nos expor por que motivo o jornal foi eleito como fonte de material.

A respeito dos TEXTOS midiáticos, Nilson Lage (LAGE, 1990: 35) nos ensina que o jornalismo “se propõe a processar informação em escala industrial e para consumo imediato”, sofrendo restrições relacionadas com:

- (1) Os registros de linguagem
- (2) Os processo de comunicação
- (3) Os compromissos ideológicos

No tocante ao registro, salienta o autor que os usos lingüísticos e as regras combinatórias de construção são verificadas na modalidade coloquial e permitidas na culta-padrão. De acordo com essa perspectiva, o nosso *corpus* apresenta um registro formal distenso, oriundo de práticas atuais e de usos verídicos de língua/ linguagens. Como nosso propósito consiste em examinar a aplicação e os comportamentos TEXTUAIS dos complementos e adjuntos do verbo em situações reais de comunicação, preferimos uma comunicação cuja linguagem nos permita avaliar de que forma os actantes são retomados nos TEXTOS, se são recuperados exclusivamente como orienta a norma gramatical do português. Pensamos que o registro de linguagem também deveria ser um fator importante para alcançarmos nossos propósitos de análise.

Em relação ao processo de comunicação, item 2, afirma Lage que ele é essencialmente “referencial”, pois fala de algo exterior aos EUs e à própria interlocução. Retomando Halliday (1976), ao materializarmos o discurso em TEXTOS, fazemos a linguagem assumir funções. Por essa perspectiva, o que Nilson Lage nomeia “referencial”, em Halliday, reconhecemos como “ideacional”, aquela função que expressa o mundo. Ao assumirmos o posicionamento de que todo discurso é argumentativo por excelência, entretanto, além da ideacional, percebemos, sobretudo, a função interpessoal, já que a própria seleção do que é “exterior” aos participantes da comunicação imprime um “quê” de subjetividade. Nesta pesquisa, reconhecemos que o TEXTO jornalístico se constitui predominantemente de argumentatividade e de referencialidade, pois, simultaneamente,

revela conteúdos referentes aos acontecimentos extra-lingüísticos, que são comuns aos interlocutores, impregnados de subjetividade, correspondendo à seleção e à valorização de certos aspectos da realidade dos atores comunicativos. Ao selecionar um ângulo da realidade e não outro, para realização de um artigo, por exemplo, o jornalista processa o intercâmbio “EU-MUNDO”, construindo um TEXTO em que haja a menor distância possível entre a intencionalidade (espaço da subjetividade) e a aceitabilidade (espaço da referência ao TU e ao mundo do qual faz parte). Entendemos que a seção do jornal na qual prevalece a função interpessoal é constituída por editoriais e reportagens interpretativas, já a outra, que abarca mais TEXTOS de relevância ideacional, são os informes ou as notícias simples. Tendo em vista o nosso propósito de avaliar se a intencionalidade e a aceitabilidade influenciam também no comportamento TEXTUAL dos actantes, seus usos no processo de progressão do TEXTO, selecionamos os editoriais e as reportagens interpretativas, por serem mais adequados ao exame dos actantes em processos de retomada (ou antecipação), presença ou ausência deles para a construção de sentidos conforme os propósitos comunicativos do escrevente.

Já o item sobre ideologia também nos auxilia na escolha do tipo de produção midiática a ser trabalhada. A ideologia se torna relevante, inclusive, porque não se admite o jornalismo “fora da sociedade e do tempo histórico”, nas considerações de Nilson Lage (idem, 42). Nosso alvo principal é a seção “Opinião” de dois jornais de grande circulação em nosso país: *O Dia* e *O Globo*. O primeiro inclui-se como uma das fontes de nossos TEXTOS para análise, por ser conhecido pelo público como jornal “mais acessível, mais rápido de ler”, mas que nem por isso deixa de cumprir o “papel do jornal de papel”, de informar em “doses certas”, segundo o *slogan* de sua reformulação no ano de 2006. Seria o jornal cujas produções medeiam entre o público e a intelectualidade. O segundo representa o discurso que mais forma opiniões em nossa sociedade, além de servir às pretensões da elite carioca. Além dos editoriais e das reportagens interpretativas, fazem parte de nosso exemplário as Cartas dos leitores de ambos os jornais. Sendo assim, concordamos com a idéia de que um jornal “com a cara do povo” e outro “com a cara da elite” constituem fontes adequadas para o recolhimento de material, já que teremos exemplos de usos languageiros, mediando do mais popular ao medianamente culto, em relação aos seguimentos das normas gramaticais. Desejamos avaliar se os resultados encontrados

podem ser diferentes conforme a linguagem representante de determinada ideologia, se os usos actanciais dos TEXTOS de um jornal podem ser diferentes ou exclusivos em comparação aos empregos sintáticos do outro. Deixaremos claras as seguintes posturas:

(1) O editorial e a reportagem interpretativa constroem a voz do jornal. Assim, estamos propondo que esses contêm mais informação NOVA (construída pelo meio de comunicação) do que velha (de conhecimento partilhado).

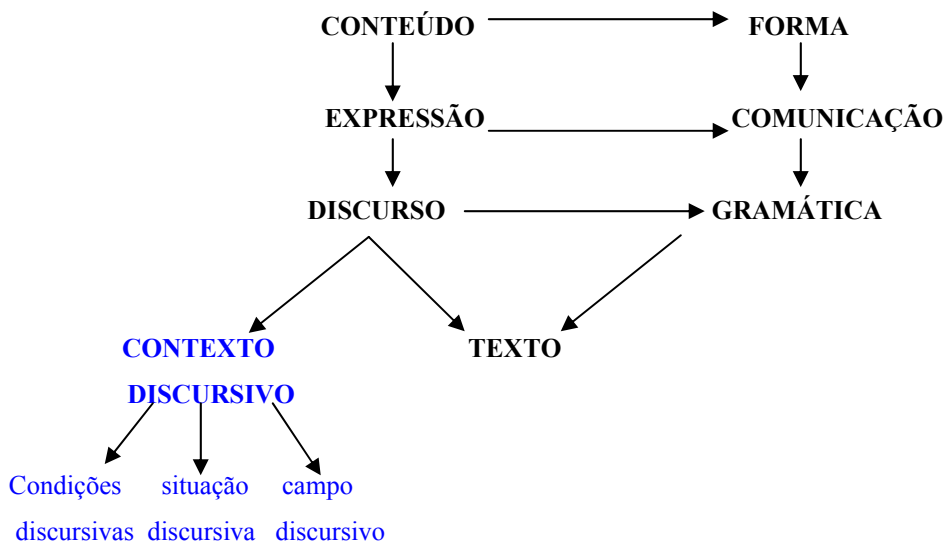
(2) As cartas dos leitores são produções monitoradas pela ideologia dos discursos jornalísticos, constituindo queixas ou reclamações sobre o que expõe a própria “voz do jornal”, formada em artigos e editoriais da seção “Opinião”. Sendo assim, estamos avaliando também se há, ainda entre as reportagens, um grau maior ou menor de informação nova, em comparação à “carta” de um leitor e como se dá o emprego dos actantes verbais de acordo com os graus de informatividade dessas produções.

(3) Como o enfoque aqui se destina ao exame dos actantes em relação aos mecanismos de coesão, servindo os tipos de TEXTO apenas como mais um fator de avaliação da informatividade, intencionalidade/ argumentatividade, não aprofundaremos a questão dos gêneros TEXTUAIS, entendendo que outro trabalho de densidade muito maior, poderia ser realizado como continuação dessa proposta, trabalhando questões específicas de teorias da Lingüística TEXTUAL, como a relação “autor-leitor”, a questão dos gêneros textuais e dos letramentos, por exemplo.

Justificados os motivos que nortearam a escolha de nosso *corpus*, ainda precisamos de mais algumas linhas para discorreremos sobre o tipo discurso a ser trabalhado. E, como este é materializado pelo TEXTO, voltemos ao parágrafo inicial de nosso capítulo, quando propomos explicar a seleção de nosso exemplário por dois elementos do parágrafo. Um deles já abordamos (o contrato de comunicação), o outro nos falta: a textualidade, que já se manifesta na representação linguageira do discurso.

5.2. A TEXTUALIDADE, O TEXTO E O DISCURSO: JUSTIFICATIVA DO TIPO DE DISCURSO.

Os TEXTOS que nos propomos a analisar são resultantes de um contrato de comunicação em que não existe uma relação “face-a-face” entre os interlocutores. Eles advêm de um discurso específico: o TEXTO escrito materializa um discurso no qual o EU comunicante faz uma organização interna, mais bem elaborada, mais acurada, já que não tem o EU interpretante diante de si no momento da interlocução. O emissor não dispõe de determinadas linguagens que são estritamente não-verbais, como por exemplo, o movimento corporal orientado, as cores, o olhar. Há grande necessidade da presença de elementos gramaticais e lexicais para tentarem, por meio de rearranjos sintáticos, expor o mesmo conteúdo comunicativo que uma linguagem corporal poderia revelar. José Carlos de Azeredo (2004), ao explicar como funciona o contrato de comunicação, explica que a atividade discursiva, ou discurso, possui duas faces complementares dos acontecimentos sócio-comunicativos – o TEXTO e contexto discursivo. O contexto compõe-se de três elementos: as condições discursivas, a situação discursiva e o campo discursivo. No capítulo anterior, apresentamos um esquema envolvendo a relação entre discurso e gramática, tendo o TEXTO como fator resultante. A esse esquema, acrescentamos as orientações de Azeredo (em azul), a respeito da releitura do contrato de comunicação de Charaudeau:



Segundo Azeredo, as condições discursivas regulam o “direito à palavra” no contrato de comunicação. Esse direito pode ser exercido de duas formas:

a) O discurso planejado, no qual o EU comunicante tem palavra e a usa da melhor forma, segundo seus propósitos comunicativos, “controlando o desenvolvimento segundo suas vontades.” (Idem, 35).

b) O discurso espontâneo, aquele assumido pelos interlocutores que estão “face-a-face” e se alternam na posição de comunicante.

O “direito à palavra” está relacionado, na maioria das vezes, segundo uma relação de poder e regula a relevância do que está sendo dito. Se a mensagem não possuir um tema relevante, para um dos interlocutores, é muito provável que eles comecem a falar simultaneamente, pois se não há mais pertinência, não se tem o poder, nem o direito à palavra.

A situação discursiva está vinculada ao “conjunto de fatores socioculturais representados nos papéis sócio-comunicativos assumidos pelos participantes de um evento comunicativo qualquer” (Idem, 36). A situação do discurso atribui ao EU comunicante a forma como ele gerencia a sua relação com o EU interpretante e vice-versa. O tom de afetividade, identificação, repulsa indicado pelas formas de tratamento, sobretudo, evidenciam o grau de formalidade ou intimidade entre os interlocutores.

O campo discursivo “refere-se a cada um dos domínios em que atividade discursiva acontece” (idem, ibidem). É por meio do campo que identificamos um discurso enquanto jornalístico, científico, filosófico, por exemplo.

É claro que, quando materializamos o discurso em TEXTO, esses três componentes do contexto discursivo são reconhecidos em alguns dos fatores de textualidade:

- As condições discursivas estão mais associadas à relação “coerência-coesão”. Sabemos que a coerência independe da coesão na expressão de um sentido compreensível a um dado TEXTO. Mas no caso de nosso *corpus*, especialmente, examinamos produções linguageiras com grande teor de informatividade e argumentatividade, que requerem maior planejamento dos empregos lingüísticos para que esses possam afetar o Eu interpretante, o qual, por não estar interagindo junto ao Eu comunicante, precisa ser mais convencido por meio das estratégias de combinação das estruturas lingüísticas. Dito de outro modo:

escolhemos um TEXTO de discurso planejado, pois não só a coerência é a base da TEXTUALIDADE, mas principalmente a coesão, para fazer progredir o TEXTO e promover a compreensão do leitor. É a coesão o mecanismo de trabalho com os actantes em nível TEXTUAL. Faz-se importante frisar que o discurso espontâneo não corresponde às comunicações de modalidade oral, assim como o discurso planejado, às de registro escrito: um bilhete de “porta de geladeira”, apesar de redigido, foi produzido em uma situação comunicativa descompromissada, por isso guarda traços da oralidade; o mesmo se diz de um julgamento, que precisa de certos empregos formais da linguagem para ser proferido e considerado como tal.

- No caso da situação discursiva, podemos relacioná-la à situacionalidade – dado que é esse componente da textualidade que regula as relações de afastamento e de aproximação entre os interlocutores. Os editoriais e as reportagens interpretativas possuem traços distintos, os quais alternam entre afastamento e aproximação de interlocutores. Nas cartas dos leitores, percebemos maior aproximação entre autor-cliente e seu interlocutor, sobretudo quando há uma grande carga irônica ou apelo. Escolhemos tais tipos de TEXTOS para verificar se o grau de informatividade também pode ser influenciado pela relação de afastamento/ aproximação entre o autores e interlocutores, influenciando na forma como os actantes são empregados diante desse quadro.

O campo discursivo está relacionado não só à intencionalidade como também à aceitabilidade, uma vez que uma produção jornalística apresenta certas características que já são esperadas pelos receptores e, se essas forem “quebradas”, não haverá cooperação para que ocorra o contrato de comunicação e ela tenderá a não ser aceita pelo EU interpretante. Selecionamos materiais jornalísticos como editoriais, artigos e cartas, pois neles são esperados empregos discursivos e gramaticais que realcem mais a argumentatividade. Os conteúdos trabalhados são ornamentados por procedimentos argumentativos e retóricos como autoridade do autor, inclusão de dados referenciais, autodefinições, comparações, relatos, ironias, além da presença de modalizadores, determinados tipos de verbos e pontuação. Buscamos examinar de que forma os actantes se comportam em decorrência dos tipos de estratégias argumentativo-gramaticais que predominam em cada TEXTO; se esse tipo de forma influencia no emprego dos elementos sintáticos alvos de nosso estudo.

Seguem, adiante, as nossas análises, segmentadas por grupos de TEXTOS. Cada um deles nos remete à predominância de um certo comportamento actancial. Analisaremos os TEXTOS em acordo com as noções de continuidade tópica de Givón, para avaliarmos os graus de informatividade e a relação desses com o aumento da intencionalidade e da argumentatividade. Ao final, tentaremos verificar se o tipo de TEXTO (interpretativo, editorial e carta), de fato, influencia no comportamento TEXTUAL específico de actantes verbais.

5.3. EXEMPLÁRIO DO GRUPO I – editorial/ artigos interpretativos.

GRITO DE CARNAVAL

Houve um tempo em que depois do domingo gordo, não havia carnaval nem micareta. Só o bloco da Chave de Ouro, rebelde, **desfilava**⁴⁹ no Engenho de Dentro, na Quarta-feira de cinzas, dia santo, sob repressão policial. Como era bom **correr da polícia!**

O resultado dos desfiles só **saía no sábado seguinte**. As vencedoras festejavam, mas a festa da vitória só **acontecia depois da quaresma, no Sábado de Aleluia**. Durante a Páscoa, todas as escolas faziam festa, independente da colocação alcançada, pois conseguir desfilar era considerado um triunfo. No inverno as baterias se calavam, e as diretorias se reuniam para **pensar no próximo desfile**. Na primavera, cada escola dava seu grito de carnaval, ponto de partida para começar os preparativos. Nos primeiros ensaios, parava-se para ouvir as novas criações dos compositores, o samba de terreiro, assim chamado porque as escolas **ensaiavam em terrenos de chão batido**. Os sambas que se destacavam eram cantados antes do desfile oficial. Os “de terreiro” passaram a ser identificados como “de quadra”, quando o samba **desceu para o asfalto**.

Com as mudanças, mal sai o resultado e já se **pensa no carnaval seguinte**. **Estamos ainda no início de junho**, e quase todas as escolas já escolheram o tema. Há carnavalescos que já estão trabalhando e os ensaios **começarão com a mostra de samba-enredo**.

O samba de quadra acabou, que pena! Na segunda-feira já vai ser sorteada a ordem dos desfiles do Grupo Especial, numa grande festa no Canecão. Eu estarei lá, **cantando meus enredos com a Velha Guarda Musical da Vila Isabel**. Será o grito de carnaval da LIESA.

Martininho da Vila.

Jornal *O Dia*.

O TEXTO “Grito de carnaval” é um artigo interpretativo que faz um recorte do tema proposto pelo editorial: ocupa-se do carnaval, dentro do universo da cultura popular, da necessidade de investimentos e de reconhecimentos. O editorial dessa coluna e as

⁴⁹ São nossos todos os grifos presentes nos TEXTOS do *corpus* examinado.

reportagens interpretativas expressam a importância das produções populares ou a necessidade de se tornarem acessíveis os bens culturais à grande massa desfavorecida sócio e economicamente.

O artigo de Martinho da Vila apresenta um trabalho temático baseado em um relato, porém consideramos que, justamente a escolha do relato pelo autor, marca a sua maior força argumentativa, já que expressa grandes momentos de subjetividade. Entendemos que as seleções sintáticas, que se fazem a partir da ordenação do discurso em relato e defesa, são muito significativas para procurarmos responder a algumas das hipóteses que expusemos no capítulo anterior. Consideramos esta reportagem, portanto:

a) Um TEXTO cuja predominância do relato constitui exatamente uma forma de argumentatividade. A substituição de defesas explícitas por momentos de narração, nos salienta a predominância da função TEXTUAL da linguagem, nos termos de Halliday, já que se realiza o trabalho mais valorativo com a mensagem, diz respeito à linguagem como construção dela mesma e dos diversos tipos de TEXTO que ela compõe. Refere-se às organizações sintáticas das frases e de seus significados enquanto mensagem, conforme salientamos no terceiro capítulo. É por meio do trabalho mais direto com a construção da estrutura da mensagem TEMA-REMA que se pretende alcançar a aceitabilidade do interlocutor.

b) Um TEXTO cuja seleção de elementos de língua/ linguagens favorece a organização da situação e do campo discursivo, conforme salienta Azeredo (2004). A eleição de verbos no tempo do pretérito imperfeito do modo indicativo, para caracterizar grande parte da “situação-relato”, está relacionada às estratégias de afastamento e ou distanciamento entre Eu comunicante e EU interpretante, interferindo no reconhecimento do leitor em relação ao tipo de TEXTO que se apresenta para ele: “contação de história”, “artigo interpretativo”, “editorial”. Deter-nos-emos em cada um dos itens, a e b, por julgarmos necessário à análise do TEXTO proposto.

a) Estruturação da mensagem

O título “grito de carnaval” nos remete ao tema do TEXTO: as inevitáveis mudanças que o carnaval sofreu ao longo do tempo, enfatizando, inclusive, as composições e os

gritos, que, nos tempos do “samba de terreiro”, tinham importância singular no desenvolvimento dessa festa popular. Embora se reconheça que o autor demonstra a preferência por um determinado tipo de grito ou de samba, verificamos que, na organização sintática da mensagem, esses elementos, na maioria das vezes, não ocupam a posição “dado” na mensagem. Quando elegemos um tema, é muito comum que as informações conhecidas sejam representadas por sintagmas que ocupem a posição da esquerda, formando o “tópico” discursivo; já as novas, representadas por termos que se posicionem à direita, na composição de TEXTOS. Se fôssemos “recortar” os textos (frases) presentes na comunicação de Martinho, teríamos:

(0) Houve um tempo em que depois do domingo gordo, não havia carnaval nem micareta.

(I) Nos primeiros ensaios⁵⁰, parava-se para ouvir as novas criações dos compositores.

(II) No inverno as baterias se calavam, e as diretorias se reuniam para **pensar** no próximo desfile.

(III) Na primavera, cada escola dava seu grito de carnaval, ponto de partida para começar os preparativos.

(IV) Nos primeiros ensaios, parava-se para ouvir as novas criações dos compositores, o samba de terreiro, assim chamado porque as escolas **ensaiavam** em terrenos de chão batido.

Percebemos que o texto (0) traz o verbo “haver” seguido de uma informação temporal valiosa, que vai nortear todo fio temático do TEXTO. Esse verbo, com o não preenchimento do actante “1” (sujeito), pode ser interpretado como uma estrutura que indica a noção semântica de tempo, ou seja, carrega “aquilo que serve de cabide ao texto”, ou melhor, “o título daquilo que eu estou dizendo”, conforme Halliday (HALLIDAY, 1976: 158). Já a porção restante, traz em si algo de “informação”, que “consiste de elemento novo obrigatório, caso contrário não haveria informação” (idem, ibidem). Sendo assim, o tema passa a ser reconhecido como um tempo, ou uma época que caracteriza uma espécie de

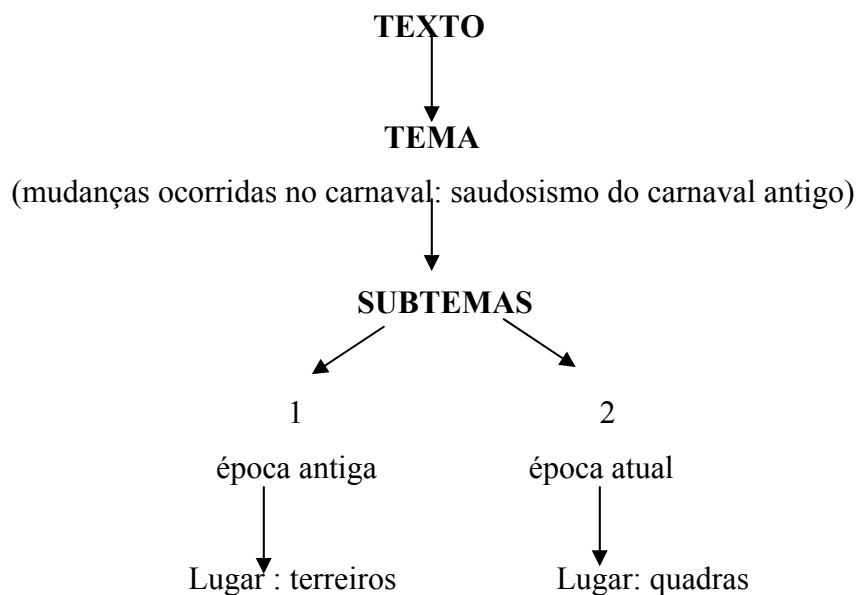
⁵⁰ Segundo as determinações da gramática de valências, o sintagma “Nos primeiros ensaios” exemplificaria um típico “circunstante”, por sua flexibilidade em relação aos demais termos frasais e por não ser subcategorizado pelo verbo. Deixamos claro que avaliamos esse termo preposicionado como um constituinte chave para construção da frase verbal e para a evolução dos sentidos que se constroem no TEXTO. Devido ao seu caráter sintático-TEXTUAL indispensável, o termo em questão será, para nós, actante e assim sucederá com todos os sintagmas preposicionados que apresentarem comportamento semelhante.

“grito” ou de “samba” de carnaval. Justamente os elementos que carregam em si a carga semântica relativa ao carnaval integram a porção “nova” das frases. Passamos a ter:

- Épocas “cabides”, responsáveis pela seguinte segmentação do TEXTO em parágrafos distintos, conforme as orientações de continuidade tópica de Givon (1993): quatro parágrafos formais e dois parágrafos temáticos, em que os dois temáticos iniciais se detêm no desenvolvimento de uma das épocas apontadas pelo autor, “a do samba de terreiro”. Já os dois parágrafos temáticos posteriores se ocupam do tempo “das mudanças”. A teoria de Halliday nos auxilia na compreensão dos elementos temporais como “cabides”, em que vão se apoiar as informações novas.

- Cada época abarca informações relativas aos locais em que os diferentes sambas eram praticados. Assim, cada período de tempo corresponde a um determinado lugar. O trabalho com a mensagem valoriza, portanto, aspectos temporais e locativos, remete-nos à predominância desses tipos de actantes.

Reparemos que os textos de (II) a (IV) têm grifados os elementos-cabides formadores do segundo parágrafo formal, como se eles marcassem espécies de subtemas presentes no interior do tema “época antiga, dos sambas de terreiro”. O mesmo ocorre com a “época atual”, que podemos marcar também como outro subtema:



Pensando em “informação nova” não mais de acordo com as determinações de Halliday, mas em acordo com o que propusemos no quarto capítulo, em que ela está contida no conceito de informatividade, consideramos que é a época antiga que concentra maior número de informações desconhecidas do grande público, já que diz respeito à caracterização do carnaval de “terra”, como uma festa que valorizava mais a produção popular. Será a narração desse período carregada de dados que merecem certo destaque, para que o leitor se afinize ao que o autor constrói como favorável, como o “verdadeiro carnaval”. Segue a abaixo um quadro-esquema com a estrutura da mensagem.

COMPONENTES DA MENSAGEM	PARÁGRAFOS FORMAIS	PARÁGRAFOS TEMÁTICOS	ÉPOCA	LUGAR	Informação
<p>Tema: Saudosismo em relação ao tempo “em que se corria da polícia” por desfilar com um bloco na quarta-feira de cinzas. Bom mesmo era o samba de terreiro.</p>	1º	1º/2º/4º	Época do “samba gordo”	Engenho de Dentro, terreiros.	Nova
<p>Subtema 1: “relatos-argumentos”: 1) As comemorações eram mais extensas e valorosas, estendiam-se além das festas religiosas da Páscoa.</p>	2º	2º	Páscoa e Quaresma.	Terreiros	Nova
<p>2)As baterias silenciavam em determinado momento para abrir um longo período de discussão sobre os desfiles.</p>	2º	2º	Invernos.	Terreiros das escolas de samba.	Nova

3) Cada escola dava o grito de carnaval para iniciar a festa e o faziam de forma consciente.	2º	2º	Nos primeiros ensaios.	Terreiros de “chão batido”.	Nova
4) Todos se preparavam para ouvir as criações dos compositores, para que as melhores e os melhores gritos fossem cantados antes do desfile oficial.	2º	2º	Nos primeiros ensaios.	Terreiros de “chão batido”.	Nova
Subtema 2/ “relatos-argumentos” 1) Mal é divulgado um resultado e já se pensa no carnaval seguinte.	3º	3º	Atual: Mudanças	Sambas de quadra.	Velha
2) Os ensaios já começam com a escolha do samba-enredo	3º	3º	Atual: Mudanças	Sambas de quadra.	velha
Conclusão: Embora o samba de terreiro tenha acabado, o autor ainda se dedica ao samba e participa dos eventos a ele associados.	4º	4º	Atual: Mudanças	Canecão	Velha/ nova.

Como o tema geral é o “saudosismo pelo samba de terreiro e a importância dele para a cultura brasileira”, essas idéias são encontradas em todos os parágrafos, mediante a continuidade de sentidos. Nosso intento seria observar os actantes verbais e suas retomadas,

porém essas não aparecem, por **fatores TEXTUAIS. O que temos são actantes encontrados exclusivamente sob a forma actancial explícita.**

No primeiro parágrafo formal, “desfilar no Engenho de Dentro”, por exemplo, corresponde igualmente a “desfilar na quarta-feira de cinzas”. Os elementos A5 e A7, das valências verbais, são absolutamente equivalentes, havendo total identidade semântica entre eles: o preenchimento dos léxicos verbais se alterna com termos que possuem o papel semântico [+localizável] mesclando, quase sempre, para o traço [+temporal]. Essa “pista” de que os actantes se neutralizam semanticamente contribui para a progressão tópica, já que cada época está para cada local, como já vimos.

Notamos, inclusive, que não há retomada dos actantes, o processo é inverso: curiosamente não vimos, nesse TEXTO, casos de retomadas actanciais para a promoção da progressão, mas sim percebemos que esses actantes antecipam o conteúdo semântico do próximo período. Sendo assim, se um período aborda como conteúdo “a festa das escolas campeãs”, isso somente foi possível porque um actante imediatamente anterior ao início desse mesmo período já trazia uma carga de sentido referente. Arriscamos a dizer, portanto, que, na forma explícita em predominância, são os actantes que servem de base aos tópicos subseqüentes, formando um movimento catafórico, no qual esse termo sintático antecipa o valor semântico do próximo tópico discursivo:

Evento posterior ao “sábado seguinte”

“actante-catáfora”

O resultado dos desfiles só **saía no sábado seguinte**. **As vencedoras festejavam, mas a festa da vitória só acontecia depois da quaresma, no Sábado de Aleluia**. Durante a Páscoa, todas as escolas faziam festa, independente da colocação alcançada, pois conseguir desfilar era considerado um triunfo. No inverno as baterias se calavam, e as diretorias se reuniam para **pensar no próximo desfile**. Na primavera, cada escola dava seu grito de carnaval, ponto de partida para começar os preparativos. Nos primeiros ensaios, parava-se para ouvir as novas criações dos compositores, o samba de terreiro, assim chamado porque as escolas **ensaiavam em terrenos de chão batido**. Os sambas que se destacavam eram cantados antes do desfile oficial. Os “de terreiro” passaram a ser identificados como “de quadra”, quando o samba **desceu para o asfalto**.

“Actantes-tópicos” (cabides): ordenam a progressão textual, marcando cada atividade do processo carnavalesco com uma seqüência temporal.

A característica de relato permite que os actantes guardem o sentido “anterior” à informação que será trabalhada posteriormente. Sendo assim, para marcar uma bonita tradição, de extensa comemoração do carnaval, independente de quem seja a escola campeã, o actante “na quarta-feira de cinzas”, presente no primeiro parágrafo formal, constitui a base para que, no parágrafo seguinte, seja anunciado que o resultado dos desfiles só saía no sábado posterior a essa quarta. Já o próximo período, constituinte do mesmo parágrafo formal, o segundo, ocupa-se da informação da “festa da vitória”, mencionada apenas porque a forma actancial “depois da quaresma” é o marco de que a comemoração acontece depois desse dia.

Verificamos, então, que o trabalho de antecipação, realizado pelos actantes, colabora para uma estrutura extensa a qual acompanha um conteúdo igualmente extenso em informações seqüenciais. Dito de outro modo, reafirmamos aqui o subprincípio icônico da quantidade, conforme expusemos em nosso quarto capítulo:

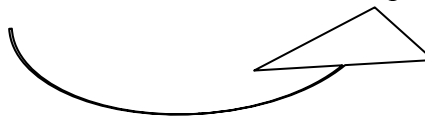
Quanto maior a quantidade de informação ou quanto maior for a complexidade dessa informação, maior será o número de forma, de maneira que a estrutura sintática está na mesma proporção do conteúdo que se deseja expressar. Desse modo, informações imprevisíveis (absolutamente novas) apresentarão maior quantidade de forma.

Como o TEXTO de Martinho da Vila apresenta uma grande inclinação ao “samba de terreiro”, em detrimento do “samba de quadra”, há um grande trabalho de informatividade em relação ao primeiro, já que há a necessidade de fornecer ao leitor dados sobre o samba que acontecia “com as pessoas batendo os pés no chão”. O fato de os actantes não sofrerem retomadas por nenhum tipo de anáfora nos alertam para dois aspectos importantes:

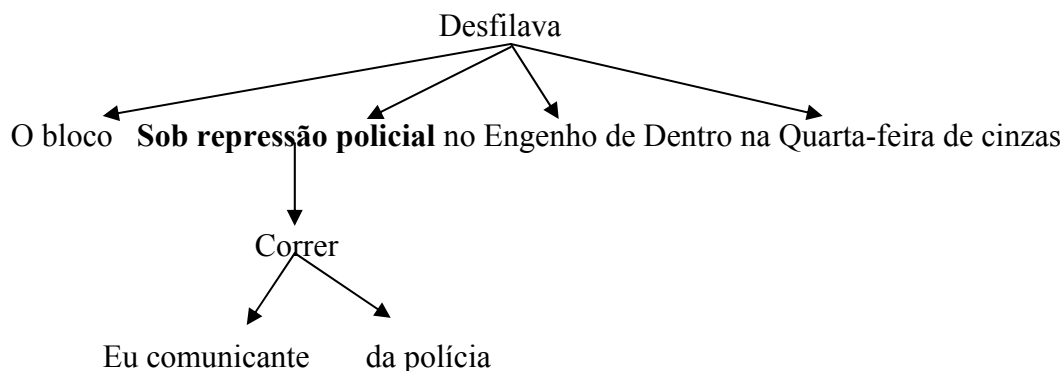
- Como há grande quantidade de dados novos, deve haver grande quantidade de estrutura formal, por isso os tradicionais complementos e adjuntos do verbo tendem a aparecer sob a forma actancial explícita. Não há interesse em realizar condensações de predicções, ao contrário, há uma propensão de se estender a predicação, dar cada vez mais forma para atender à complexidade de conteúdo. É o que acontece, curiosamente, no trecho abaixo:

Houve um tempo em que depois do domingo gordo, não havia carnaval nem micareta. Só o bloco da Chave de Ouro, rebelde, **desfilava no Engenho de Dentro, na Quarta-feira de cinzas, dia santo, sob repressão policial.** Como era bom **correr da polícia!**

“(...) sob repressão *policial*. Como era bom **correr** da polícia.”



O termo “sob repressão policial”, para nós um actante 9, tem parte de sua estrutura, o adjunto adnominal “policial”, recuperada não pela condensação, mas pela explanação de uma predicação, pois “policial” é retomado sob a forma de uma locução preposicionada. O aumento de forma é proporcional ao dado não compartilhado que se deseja tornar conhecido: corria da polícia apenas quem integrava ou torcia pelo Chave de Ouro, reforçando a rebeldia do bloco. Uma análise tradicional apresentaria o verbo “correr” como intransitivo, sem complementos “necessários”. Na construção desse parágrafo formal, porém, verificamos que o verbo opera uma restrição de seleção, motivada pelo contexto discursivo, sendo o termo “da polícia” o elemento que contribui para a expansão do dado desconhecido TEXTUALMENTE, além de desempenhar, nessa situação comunicativa, a função de preenchimento de “correr”, constituindo também um actante 9, que veicula a noção semântica de causa, modo. Percebemos que, dos actantes referentes ao verbo “desfilava”, os que desempenham papel semântico [+ locativo] e [+ temporal], atuam especificamente para delinear os movimentos do bloco ou do grupo que constitui o “Chave de Ouro”, ao passo que o elemento de valor semântico modal “sob repressão policial”, estendido semanticamente pela predicação “correr da polícia”, permite uma aproximação entre o Eu e o bloco, de forma a criar uma identidade:



Os próprios verbos selecionados pelo escrevente separam o que é característico do Chave de Ouro (desfilava) e o que é próprio do Eu (correr). No entanto, é justamente, o

actante 9, da valência de “desfilar” que possibilita o elo entre Eu e bloco, identificando os “que fogem da polícia”, no dia santo, como integrantes do Chave de Ouro; e o escrevente faz questão de expressar esse conteúdo com todos os sintagmas presentes, para compor o teor informativo da comunicação.

Todos esses termos encabeçados por preposições, tradicionalmente adjuntos adverbiais, segmentados em categorias de sentidos como “lugar”, “tempo” e “modo”, no TEXTO de Martinho da Vila, constituem elementos equivalentes sintaticamente, por preencherem os espaços vazios dos verbos em decorrência das restrições de seleção que são feitas, também, por ocasião do contexto. Sendo assim, não há como desconsiderar uma participação sintática-semântica e pragmática dos termos preposicionados; são, por esse motivo, actantes do tipo APLC. Arriscamos, inclusive, em falar de uma neutralização semântica, já que as distinções de significado, por força de elementos extralingüísticos como construção de subjetividade, saudosismos e desejos podem ser eximidas:

A5=A7 (bloco)/ A9= conjunto (A1) + v + A9 (bloco = escrevente)

Toda esse rearranjo de estruturas assume uma forma alargada, proporcional ao elevado teor de informação nova, a respeito da época dos “sambas de terreiro” e, sobretudo, do comportamento do escrevente como participante e amante do bloco Chave de Ouro.

■ Conforme já vimos, o relato consiste, nesse TEXTO, como um dos fatores de se trabalhar a subjetividade e, conseqüentemente, melhorar a argumentatividade. A forma TEXTUAL acompanha os movimentos e processamentos cognitivos do autor, de maneira que os sintagmas se posicionam tal como o emissor pensa em projetar a informação, ou melhor, os sintagmas se ordenam de acordo com a ordem dos conteúdos que se deseja expressar. É por isso que os termos sublinhados abaixo são extremamente importantes ao núcleo verbal, atuando tanto como preenchedores sintáticos desses, quanto como termos que servem de “cabides” ou tópicos das frases que constituem. Os termos “cabides” são exemplos do que consideramos APLC em nosso segundo capítulo: actantes previsíveis tanto pelo léxico do verbo, quanto pelo contexto que está sendo criado no interior do próprio TEXTO:

(I) Nos primeiros ensaios, **parava-se** para ouvir as novas criações dos compositores.

(II) No inverno as baterias se calavam, e as diretorias se reuniam para **pensar** no próximo desfile.

(III) Na primavera, cada escola **dava** seu grito de carnaval, ponto de partida para começar os preparativos.

A importância dos actantes tanto para a formação sintática quanto para a composição da progressão desse TEXTO acarreta, nas posições-tópico ou cabides, corroborando, assim, o que descrevemos anteriormente como o segundo subprincípio de iconicidade Givón, o da adjacência, segundo o qual:

“Os conteúdos mais integrados no plano cognitivo apresentam maior integração morfossintática. O que está “mentalmente junto” coloca-se sintaticamente junto.”

Dessa forma, já começamos a verificar a hipótese de que quanto maior a complexidade de informação, maior os mecanismos de progressão TEXTUAL, maior a necessidade de se usar os actantes explicitamente, menor o número de retomadas actanciais, **maior o grau de INFORMATIVIDADE**. Curiosamente, maior é a função dos actantes como catafóricos, nesse tipo de situação.

Precisamos ainda nos deter na observação dos tempos verbais, e de um dos casos de valência, para verificarmos o trabalho do emissor no que diz respeito à situação ao campo discursivo.

b) Os tempos e a valência semântica do verbo na formação do tipo de TEXTO.

A coesão TEXTUAL, além de se realizar por meio do emprego actancial na forma explícita, nesse caso, também se faz por escolha do verbo mediante os tempos e a transitividade. Não poderíamos deixar de expor que a eleição de verbos em que predominem um determinado estado de coisas, conforme nos ensinaram Vilela & Busse (1986) no capítulo 2, também diz respeito aos rearranjos para o alcance da intencionalidade. Da mesma forma, por que motivo prefere o autor empregar demasiadamente o pretérito imperfeito do modo indicativo? E o que isso tem a ver com os actantes verbais?

De acordo com as orientações do segundo capítulo, sabemos que a valência semântica está relacionada à noção de restrição de seleção que consiste “no fato de o verbo determinar a classe semântica a que os termos devem pertencer” (BUSSE & VILELA, 1986: 88). A determinação da classe semântica dos actantes se dá em relação à classe de estados de coisas que um verbo exprime. No TEXTO de Martinho da Vila, os verbos que prevalecem no subtema “época antiga” não possuem características semânticas aleatórias – para formar cada subtema, o autor selecionou determinados verbos que exprimissem diferentes classes de estados de coisas. Por isso, é na época antiga que há ênfase no pretérito imperfeito do indicativo e na época da mudança surgem tempos como o presente, o perfeito e futuro do presente.

O TEXTO é iniciado com verbo “haver”, o qual seleciona um actante com o valor semântico de tempo. Percebemos que o verbo “desfilar”, freqüentemente restritor do valor semântico de lugar, também por imposição do contexto que se constrói por “haver”, permite o preenchimento de seu lexema com um actante de valor também temporal “na quarta feira de cinzas”. Observemos que o pretérito perfeito é o tempo eleito como início da estruturação do TEXTO, mas por que motivo prevalece o pretérito imperfeito?

Ingedore Koch, citando Weinrich, afirma que a eleição de certos tempos verbais marca o teor de argumentatividade do discurso, estabelecendo a distinção entre “mundo narrado” e “mundo comentado”, sendo mundo “entendido como possível conteúdo de uma comunicação lingüística” (KOCH, 2002: 35).

Ao mundo narrado pertencem os mais variados tipos de relatos, sejam eles literários ou não. Esse mundo é marcado pela presença de verbos flexionados nos seguintes tempos: pretérito perfeito simples, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do pretérito, do modo indicativo. Do mundo comentado, fazem parte: presente do indicativo, pretérito perfeito composto (tenho cantado, por exemplo), futuro do presente, futuro do pretérito composto e locuções verbais nesses tempos, no modo indicativo.

“Grito de Carnaval” inicia-se com um tempo próprio do mundo comentado, como se ensaiasse o comentário ou a defesa de que o “samba de terreiro” deveria ser cultivado até hoje. O Eu comunicante, porém, mascara a situação comunicativa. Como se pretendesse expor um simples “bate-papo” entre o leitor e ele e apresenta a sua defesa em favor do samba antigo “disfarçada” de relato. No momento em que se ocupa da exposição do samba

de terreiro, então, simula contar uma história repleta de alegria, de saudosismo, ausentando-se de “compromissos” em se dirigir ao leitor. O Eu provoca um certo distanciamento proposital, para deixar à vontade o seu interlocutor; usa não só o pretérito imperfeito do indicativo para construir o seu mundo narrado, mas também verbos cujos lexemas expressam, em maioria, o estado de coisas dos processos, ou seja, emprega verbos cujas ações estão associadas ao campo semântico de “acontecer”, mas não de fazer. Essa restrição de seleção torna-se responsável por estruturas que mascaram a condição passiva do sujeito, actante A1, como se esses termos não agissem, não provocassem mudanças; elas vão acontecendo como se o tempo as ordenasse: “O resultado só saía no sábado seguinte.”; “a festa da vitória só acontecia depois da quaresma”; “as baterias se calavam”. Essas estruturas mostram como a seleção do tempo, do estado de coisas e dos actantes contribuem para o trabalho mais intenso na argumentatividade. Segundo Koch, os discursos do mundo narrado permitem aos locutores uma “atitude mais relaxada”, livrando-o de ter de reagir a um discurso tenso, de defesas e de concentrações – reagir ao discurso do “mundo comentado”. Verificamos que a estratégia de relaxar o leitor consiste em um afastamento proposital, como uma artimanha do escrevente para ganhar a atenção de seu leitor. Já no mundo comentado, os tempos são empregados no início do primeiro parágrafo e nos dois últimos parágrafos formais, quando há um certo detalhamento da informação “velha”, daquela que todos nós conhecemos muito bem nos dias de hoje – “o samba de quadra.”

Dentre os verbos da classe de processos, começam a aparecer os da classe das “atividades”, relacionados ao mesmo campo semântico de “fazer”, conforme informam Vilela & Busse (1986). A escolha por tais empregos mostra-se bastante pertinente, já que esses verbos também caracterizam semanticamente o tempo das mudanças, em que muito se têm feito para uma nova “cara” do carnaval carioca. Observemos os dois últimos parágrafos formais:

Verbos da classe das atividades (= fazer)

Com as mudanças, mal **sai** o resultado e já se (I) **pensa** no carnaval seguinte. **Estamos** ainda no início de junho, e quase todas as escolas já escolheram o tema. Há carnavalescos que já **estão trabalhando** e os ensaios **começarão** com a mostra de samba-enredo.

O samba de quadra **acabou**, que pena! Na segunda-feira já vai ser sorteada a ordem dos desfiles do Grupo Especial, numa grande festa no Canecão. Eu estarei lá, (II) **cantando** meus enredos com a Velha Guarda Musical da Vila Isabel. Será o grito de carnaval da LIESA.

Nesse fragmento, o mundo comentado já deixa transparecer diretamente certas opiniões como “mal sai o resultado já se pensa no carnaval do ano seguinte”, nas quais se percebe, com “mal” e “já”, a insatisfação pelo “pouco tempo” de comemoração, estudo e dedicação às composições das escolas de samba, no fim do processo de carnaval. É nesse período também que já não verificamos mais a predominância de actantes preposicionados temporais e locativos: preenchem esse parágrafo do TEXTO, também, termos que a gramática tradicional nomeia “adjunto adverbial de companhia” e “objeto indireto”, conforme reconhecemos nos números (I) e (II), acima.

Com esse breve comentário sobre o trabalho conjunto da restrição de seleção e dos tempos verbais para a ênfase na argumentatividade, podemos perceber que o uso do pretérito imperfeito na construção de um mundo narrado exime o Eu comunicante de compromisso com leitor, uma “máscara” de afastamento pode conseguir justamente a aproximação, em virtude de o interlocutor se interessar pelo conteúdo aparentemente “sem defesa”. Toda essa manobra também requer aumento de dados novos, o que “pede” mais estruturas de predicação extensa e, por esse motivo, mais actantes em sua forma ACTANCIAL EXPLÍCITA. TEXTOS de maior teor argumentativo-informativo tendem a progredir com esses elementos não em retomadas, mas em antecipações para a evolução da coerência. Ousamos em dizer que EDITORIAIS E ARTIGOS INTERPRETATIVOS FAZEM DE SUA INFORMAÇÃO NOVA, A INFORMAÇÃO DE QUE O JORNAL DISPÕE, PARA QUE, NAS PRODUÇÕES DOS LEITORES, ESSES USEM O DADO FORNECIDO PELO JORNAL COMO INFORMAÇÃO COMPARTILHADA.

Observemos um exemplo do editorial do jornal *O Globo*, em que se trabalha integralmente o mundo comentado:

Difícil Solução

Não admira que o presidente George W. Bush tenha perdido o rumo na questão da política de imigração. É o que acontece quando governantes procuram resolver problemas complexos pensando mais na própria sobrevivência do que nos interesses dos governados. Diante do Congresso dividido, sob o peso da opinião pública que exige severidade, e acuado por gigantescas manifestações de imigrantes que se sentem ameaçados, Bush tateia em busca de terreno comum. E em seu esforço para agradar a todos está desagradando a democratas, a correligionários e ao eleitorado de origem latino-americana.

De um lado, recomenda mais rigor no policiamento das fronteiras; de outro, propõe uma lei que ofereça aos estrangeiros em situação ilegal — calcula-se que sejam 12 milhões — a possibilidade de cidadania. E reage às críticas afirmando que as duas medidas são complementares e não excludentes: “Os Estados Unidos podem ser ao mesmo tempo uma sociedade sob o império da lei e uma sociedade de braços abertos.”

Outra solução que apresenta é a de conceder licença de três anos a quem queira ir aos EUA fazer o serviço que os americanos rejeitam. Esses trabalhadores temporários ficariam proibidos de requerer cidadania, e obrigados a voltar para seus países.

Projeto já aprovado pela Câmara dos Representantes prevê a construção de uma cerca high-tech na fronteira meridional, e transforma em crime a imigração ilegal. O Senado já concorda com a cerca, mas insiste em dar a imigrantes a possibilidade de cidadania.

Nem mesmo entre os governadores dos estados do Sul há consenso sobre a decisão presidencial de mandar seis mil soldados da Guarda Nacional para reforçar a segurança na fronteira com o México. Não fariam falta no Iraque?

No país inteiro, imigrantes em situação irregular se ressentem das propostas, que consideram preconceituosas, e milhões já saíram às ruas para protestar. Os líderes costumam sintetizar sua argumentação em duas perguntas. Por acaso foram os “ilegais” que jogaram aviões contra o World Trade Center? E a quem os americanos recorreriam para construir um novo?

Este editorial extraído de *O Globo*, dia 18 de maio de 2006, apresenta características distintas em relação ao artigo de Martinho da Vila, analisado anteriormente, porém os actantes verbais, em sua maioria explícitos, também desempenham funções TEXTUAIS semelhantes aos encontrados no artigo do jornal *O Dia*.

Salientemos que, no editorial, as opções lingüísticas e gramaticais são distintas: encontramos quase que integralmente como termos preposicionados os tradicionais “objetos indiretos”, com pouca presença de “adjuntos”. O contrário se sucedeu anteriormente, com a ênfase no emprego de adjuntos, embora não faltassem “objetos indiretos”. Além disso, constrói-se o discurso do mundo comentado, com opções gramaticais diferentes entre os tempos verbais e os estados de coisas que esses verbos

exprimem – predominam tempos do comentário, ou os chamados “tempos 0”, aqueles que não indicam seqüência temporal alguma, mas são usados para defender, definir, questionar, criticar, descrever. O presente do indicativo é quase integral em todo o TEXTO. Os semas verbais exprimem o estado de coisas das ações, dado que, nesse editorial, são enfocadas as ações do presidente Bush para ganhar o apoio da comunidade imigrante. Ressaltamos as seguintes características dessa comunicação:

- Um TEXTO de discurso comentado.
- Predominância de tradicionais OIs ou actantes A3/ A4.
- Escolha quase integral do presente do indicativo.
- Situação discursiva tensa – não há aproximação entre a “voz” do TEXTO e o leitor.

Já que levantamos as características formais e discursivas que diferenciam o editorial do artigo já analisado, vamos nos deter nos parágrafos de “Difícil solução”, para avaliar se os sintagmas preposicionados desempenham as mesmas funções TEXTUAIS que os termos presentes em “Grito de Carnaval”, pois esses tipos de TEXTOS possuem objetivos muito similares no que diz respeito à intencionalidade – costurar uma roupagem de discursos que “vistam” a opinião do jornal, contribuam para formar a opinião do leitor.

“Difícil solução” Apresenta como tema o fato de o presidente americano G.W. Bush encontrar-se dividido em relação à política de imigração. Tal tema será desenvolvido em cinco parágrafos formais e dois parágrafos temáticos, os quais vão procurar oferecer determinados argumentos para que se cumpra a defesa em favor da “falta de rumos” de Bush frente à problemática dos imigrantes.

► Primeiro parágrafo temático (dois primeiros parágrafos formais):

Não admira que o presidente George W. Bush tenha perdido o rumo na questão da política de imigração. É o que acontece quando governantes procuram resolver problemas complexos pensando mais na própria sobrevivência do que nos interesses dos governados. Diante do Congresso dividido, sob o peso **da opinião pública** que exige severidade, e acuado por gigantescas manifestações de imigrantes que se sentem ameaçados, Bush tateia em busca de terreno comum. E em **seu esforço** para agradar a todos está desagradando a democratas, a correligionários e ao eleitorado de origem latino-americana.

De um lado, recomenda mais rigor no policiamento das fronteiras; de outro, propõe uma lei que ofereça aos estrangeiros em situação ilegal — calcula-se que sejam 12 milhões — a possibilidade de cidadania. E reage às críticas afirmando que as duas medidas são

complementares e não excludentes: “Os Estados Unidos podem ser ao mesmo tempo uma sociedade sob o império da lei e uma sociedade de braços abertos.”

Encontramos muitos termos A3 e A4 explícitos nesses dois primeiros parágrafos formais. Eles aparecem, na verdade, para compor o argumento de que a atuação confusa do presidente americano está associada ao fato de os governantes pensarem na sobrevivência de interesses próprios e não nos dos cidadãos. “Na própria sobrevivência” e “nos interesses dos governados” são extremamente importantes ao fecho da argumentação porque vão servir como mola propulsora para que se prenda a eles o próximo tópico discursivo, que amplia e detalha a forma como Bush, dividido, tenta dar soluções ao problema.

Caso propuséssemos a retirada dos actantes 4, não seria possível promover a continuidade tópica: **“Não admira que o presidente George W. Bush tenha perdido o rumo na questão da política de imigração. É o que acontece quando governantes procuram resolver problemas complexos pensando (). Diante do Congresso dividido (...).”** O congresso está dividido pela pressão da massa popular, mas essa idéia “ganha corpo” ao se expor a predicação completa do verbo “pensar”: ao mostrar ao público que um governante pensa mais em questões próprias, o intensificador “mais” cria uma aura de certeza em relação à atitude de quem governa, preparando uma indisposição do leitor à figura que se constrói desse governante. É como se a voz do jornal, nesse primeiro período do TEXTO, fosse a voz do leitor, a voz da opinião pública: “Diante do congresso dividido, sob o peso da opinião pública” – Que opinião? A construída pelo jornal, de que governantes pensam mais em interesses particulares do que nos da população.

Fazemos uma observação sobre a presença de nominalizações não motivadas morfologicamente, mas sim conceitualmente, presentes nesse TEXTO, o que não encontramos no artigo de Martinho. Aqui, mesmo com a predominância de actantes explícitos, que servem de antecipadores do desenvolvimento do tópico anterior (catáforas), há o emprego de algumas nominalizações que procuram, de certa forma, expor um juízo de valor através de uma redução da predicação inteira (verbo + actante). Elas aparecem, então, poucas vezes, já que se deseja fornecer informações desconhecidas a respeito do comportamento de Bush, segundo a ótica do jornal. As nominalizações são elementos avaliativos, que resumem a estrutura “verbo + actante” para imprimir-lhe certo tom opinativo. A esse respeito, José Carlos de Azeredo adverte:

(...) ao falar/ escrever, o sujeito enuncia sua posição relativamente ao que diz/ escreve sobre o mundo (posição referencial), sem que o interlocutor seja implicado por essa tomada de posição. Desse fato resulta uma enunciação na qual a verdade da proposta enunciada é subjetivamente modalizada, revelando assim o ponto de vista interno do sujeito falante” (AZEREDO, 1999: 649)⁵¹

Sendo assim, as nominalizações constituem modalizações que imprimem subjetividade ao TEXTO do falante e/ ou escrevente. Elas revelam que a continuidade do conteúdo expressa pelos actantes será desenvolvida com lances da intencionalidade do produtor. É o que ocorre com os actante “em busca de terreno comum”, que antecipa o conteúdo do período posterior. Observemos que, nesse período seguinte, a idéia de “tatear em busca do terreno comum” é evoluída com dados referentes à ação de agradar a uns e desagradar a outros. Essas informações excedentes recebem um “quê” de avaliação quando operam com a nominalização “seu esforço”, um juízo de valor a respeito de Bush “tatear em busca de um terreno comum”. Os actantes preposicionados, presentes nesses parágrafos formais, são sempre elementos finais, que dão seqüência aos períodos, na intenção de expressar:

- 1) Que Bush se divide, praticando ações contraditórias para conquistar o eleitorado imigrante;
- 2) O comportamento contraditório se explica por governantes que, freqüentemente, pensam mais em si do que no povo.
- 3) Bush tenta agradar aos imigrantes, mas desagrada a todos os partidários e ao povo;
- 4) Bush apresenta uma solução ao problema: criação de uma lei que oferece aos estrangeiros ilegais a possibilidade de cidadania.

Nos próximos parágrafos temáticos, destacaremos os actantes, as nominalizações e modalizações, se existirem, e discorreremos sobre as progressões.

⁵¹ AZEREDO, José Carlos de (1999). IN: VALENTE, André Crim (org.). *Aula de Português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis, Vozes.

► Segundo parágrafo temático (três últimos parágrafos formais):

Outra solução que apresenta é a de conceder licença de três anos a quem queira ir aos EUA fazer o serviço que os americanos rejeitam. **Esses trabalhadores** temporários ficariam proibidos de requerer cidadania, e obrigados a voltar para seus países.

Projeto já aprovado pela Câmara dos Representantes prevê a construção de uma cerca high-tech na fronteira meridional, e transforma em crime a imigração ilegal. O Senado já concorda com a cerca, mas insiste em dar a imigrantes a possibilidade de cidadania.

Nem mesmo entre os governadores dos estados do Sul há consenso sobre a decisão presidencial de mandar seis mil soldados da Guarda Nacional para reforçar a segurança na fronteira com o México. Não fariam falta no Iraque?

No país inteiro, imigrantes em situação irregular se ressentem das propostas, que consideram preconceituosas, e milhões já saíram às ruas para protestar. Os líderes costumam sintetizar sua argumentação em duas perguntas. Por acaso foram os “ilegais” que jogaram aviões contra o World Trade Center? E a quem os americanos recorreriam para construir um novo?

→ Conteúdo temático: Bush apresenta outra solução para tentar resolver o problema de sua má aceitação frente ao governo e ao povo.

→ Solução: conceder licença de três anos a estrangeiras que queiram realizar trabalhos dispensáveis por americanos. Como o TEXTO aborda ações em que o presidente americano beneficia ou prejudica alguém para tentar resolver o seu problema, os termos preposicionados que desempenham o papel temático [+/- beneficiário] são muito freqüentes. Torna-se fundamental à continuidade de sentidos explicitar os beneficiados ou prejudicados e, principalmente, os lugares onde eles possam atuar. Reparemos que a nominalização “esses trabalhadores temporários” emite uma categorização do produtor sobre o tipo de trabalhador que Bush, provavelmente não beneficiaria, mas prejudicaria, pelo fato de eles desempenharem tarefas dispensadas por nativos. O actante A6, “para seus países”, locativo de destino, anuncia o que será trabalhado no próximo parágrafo formal: o lugar dos imigrantes: se ficam ou saem do seu país de origem, se são beneficiados ou prejudicados com a criação de uma cerca para impedir a volta ao país. Tanto os “OIs”, em maior número, quanto os ADVs, são empregados para progredir com a informação de que os imigrantes não estão satisfeitos e vão protestar. Mais uma vez, vemos a necessidade da ampliação estrutural (predicador + actante) para mostrar o fato novo.

→ Contestação sobre a atuação dos governantes do sul: enviar soldados ao Iraque. Nesse desfecho, torna-se interessante ressaltar que é ainda maior a quantidade de informações

desconhecidas do grande público, pois são expressas por verbos cujos lexemas selecionam actantes referentes às insatisfações da população e às próprias insatisfações do escrevente, devido à presença de perguntas retóricas e hipóteses. Nesse momento também encontramos termos preposicionados locativos, em decorrência dos conteúdos de protesto que abrangem todo o país.

Apesar de características distintas em relação a esse editorial e ao artigo interpretativo de Martinho, percebemos que neles:

- Os actantes são explícitos, em sua maioria, devido a grande carga de dados novos e ao caráter de formação de opinião que esses TEXTOS possuem.
- Os conteúdos semânticos de actantes são determinados pelos verbos e atuam na progressão TEXTUAL, já que antecipam os assuntos a serem trabalhados nos próximos períodos e preparam tópicos discursivos da próxima seqüência semântica.
- No caso da reportagem interpretativa, que também trabalha o relato, como foi mostrado, os actantes contribuem para imprimir uma seqüência de eventos aos relatos expostos, já no editorial eles, junto aos seus respectivos predicadores, servem de estratégias de persuasão, quando são condensados por nominalizações avaliativas.
- Tanto OIs quanto ADVs explícitos dão forma compatível à densidade da informação a ser transmitida. São recursos empregados para ampliar a informatividade. Possuem, portanto, as mesmas funções TEXTUAIS – contribuem para estabelecer alto grau de informações novas.
- Atuam enquanto preenchedores verbais, sendo imprescindíveis ao conteúdo dos verbos e à formação dos contextos discursivos do qual fazem parte. Sendo assim, são, todos os termos destacados, APLC - actantes previsíveis pelo léxico e pelo contexto. Desempenham, pois, as mesmas funções sintáticas.
- Atuam explicitamente, promovendo grande informatividade e argumentatividade, como recursos sintáticos a serviço da intencionalidade para construir a INFORMAÇÃO QUE O JORNAL DESEJA EXPOR COMO COMPARTILHADA A PARTIR DAS PRÓXIMAS SEÇÕES DA COLUNA: a carta dos leitores. Essa constatação nossa reforça a idéia de que, inclusive, há a intenção de se construir a informação compartilhada, que estará presente nas produções dos leitores. Eles, de certo modo, estarão escrevendo de forma a produzir discursos previsíveis pelo jornal.

- Segundo os graus de previsibilidade de Givón:

O GRAU MAIS ALTO DE PREVISIBILIDADE DA CONTINUIDADE⁵²

- a- Elipse: anáfora zero. (grau mais alto de previsibilidade).
- b- Pronomes não acentuados ou concordância gramatical.
- c- Pronomes independentes e acentuados.
- d- Deslocamento para a direita do SN definido.
- e- Sintagmas, SN definido simples.
- f- Deslocamento à esquerda dos sintagmas e dos SNs definido.
- g- Topicalização contrastiva.
- h- Construções clivadas, com marca de foco (menor grau de previsibilidade).

As palavras grifadas são inclusões nossas. No esquema de Givon, temos referência aos sintagmas nominais, mas entendemos que essa classificação também pode ser atribuída ao que Azeredo chama de “sintagmas derivados”, “formados por meio de uma transposição”, “visto que só podem ser formados pela adição de uma preposição a um outro sintagma” (AZEREDO, 2004: 152). Verificamos que os sintagmas explícitos são absolutamente imprevisíveis: alcançam o grau E e o F, quando deslocados à esquerda, conforme acontece em muitos exemplos de actantes 5 e 7, no TEXTO de Martinho da Vila. São os actantes, sob forma explícita, elementos com grau baixo de previsibilidade, expondo mais informações imprevisíveis e, por isso, desconhecidas. São icônicos, já que a quantidade e a posição de forma são determinadas pelos conteúdos semânticos e processos cognitivos: a estrutura acompanha o pensamento; a comunicação a expressão.

FORMA ACTANCIAL EXPLÍCITA = + icônica/ - previsível/ + informativa/ - retomada/ + antecipadora / + presentes em TEXTOS “formadores” de opinião.

⁵² PEREIRA, Soraya (idem, 144).

Sendo assim, será muito maior a possibilidade de se encontrarem actantes explícitos em textos que constroem a “voz” do jornal. De forma diferente, é provável que aconteça em outros TEXTOS do mundo comentado: as cartas dos leitores e de respostas aos leitores.

5.4. EXEMPLÁRIO do grupo II: cartas dos leitores/ respostas aos leitores.

Antes de nos determos ao exame das tranças TEXTUAIS das cartas selecionadas, deixamos claro que esse tipo de produção jornalística se difere da linha “editorial/ artigo interpretativo” em alguns aspectos. A seguir selecionamos dois deles:

1) Elas são o espaço de atuação do público leitor. É por meio delas que os autores-leitores interagem com o jornal, reagindo positiva ou negativamente aos editoriais e artigos. Nas cartas, portanto, encontramos freqüentes manifestações dos leitores, como críticas, queixas e denúncias da realidade. Esse traço, de usar a língua/ linguagem como forma de interação repercute nos empregos lingüísticos e na ordenação sintática dessas produções comunicativas. Verificamos maior propensão à parataxe, pela proximidade com a conversa direta, e aos usos próprios da função interpessoal da linguagem, como verbos mais apelativos, adjetivos abundantes, negações e interrogações retóricas, para atingir mais veementemente aqueles que se interessam pela comunicação. O fato de uma carta do leitor se aproximar do diálogo direto, entretanto, não a torna um exemplo de linguagem descompromissada – há uma preocupação com as formas de escrita por parte do autor-leitor, já que ele escreve para o próprio jornal ou para ser ouvido por autoridades competentes, as quais receberão críticas ou poderão solucionar os problemas apontados. Além disso, o editor intervém na publicação desses materiais, de forma a adequá-los aos padrões redacionais do próprio jornal, realizando paráfrases, substituições e reduções do conteúdo. Sendo assim, podemos afirmar que, nessas cartas, ainda contamos com um registro de linguagem aceito na informalidade e possível no padrão culto, o que nos permite prosseguir com o exame específico de elementos sintáticos adotados neste trabalho, que atuam nos processos coesivos dos TEXTOS: a relação dos actantes verbais, suas aparições explícitas e suas retomadas por elementos de referência.

2) As cartas são espaços em que o público leitor tem “o direito à palavra”, mas ela é regulada pelo editor. De posse do objeto da língua/ linguagem, o Eu comunicante

interpreta, comenta e avalia, além de expor lances de subjetividade em combate/ aprovação à “informação compartilhada” – tudo em um espaço pequeno, determinado pelo jornal. São, portanto, mais comuns empregos gramaticais que expressam simultaneamente esse “quê” de subjetividade e atendam aos quesitos de economia de linguagem. Nessa perspectiva, reforçamos a idéia de que as cartas são comunicações cuja intencionalidade se reserva a “falar sobre” ou “falar de” uma informação comum entre os leitores e o jornal, a qual foi construída pelos próprios editorialistas. Essa afirmação nos conduz à percepção de que a informação velha (compartilhada) pode ser equivalente ou até maior do que a informação nova (crítica, reclamação ou denúncia). Desse modo, dentre os recursos gramaticais empregados para as possíveis retomadas, arriscamos que alguns podem ocorrer em predominância em relação a outros, como as nominalizações e as anáforas pronominais, que resumem o significado preservando o reconhecimento da intencionalidade.

Com base nessas impressões que se externalizaram durante a seleção de nosso material, analisemos os TEXTOS para, de fato, construirmos as nossas reais conclusões.

Carta I:

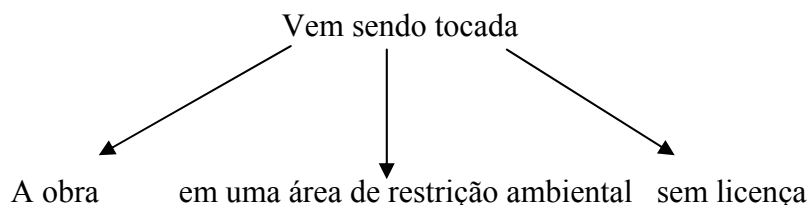
Indo à obra sem licença

Há três meses uma obra em área de restrição ambiental, em Niterói, vem sendo tocada sem licença. Fica no final da rua Clara Nunes, em São Francisco, e o executor lhe dá o número fictício de 45. Várias denúncias foram feitas na Ouvidoria e existe processo em andamento na Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, mas mesmo assim, a prefeitura não paralisa a construção. Funcionários da prefeitura já estiveram lá, constataram a irregularidade e a obra continua. É afronta às leis e aos contribuintes.

Sandra Helena Souza Sá.
(via Globo Online, 13/5), Niterói, Rj.

Na carta acima, a leitora apresenta uma queixa em relação ao descaso da prefeitura sobre uma obra realizada em Niterói, no fim da rua Clara Nunes. Observemos que o sintagma preposicionado “sem licença” é palavra-chave fundamental à manutenção da coerência interna do TEXTO, já que ele está presente no título, restringindo o tipo de obra que vai ser objeto de reclamação – aquela que se realiza sem aval. No corpo do TEXTO, o grupo verbal “vem sendo tocada” está, neste contexto, selecionando semanticamente dois sintagmas encadeadores da reclamação - “sem licença”, que reaparece agora como restritor

do verbo e não do nome, e “em áreas de restrição ambiental”, pois o modo como ela “é tocada” e onde essa obra ocorre são os fatores-alvo da comunicação:



O primeiro período do TEXTO e o início do segundo ainda se constituem de actantes em sua forma explícita, uma vez que há uma apresentação do problema: deve-se torná-lo conhecido para o grande público, necessitando-se de mais estrutura e de mais informação, acompanhando o subprincípio icônico da quantidade, conforme Givón. A partir da apresentação do problema, a leitora começa a fornecer dados que a coluna “Opinião” do jornal *O Globo* já havia exposto, seja pelos artigos interpretativos, pelos editoriais, ou por meio de outras cartas dos leitores: o descaso dos governantes em relação à preservação ambiental em vários pontos do estado do Rio de Janeiro. Para promover a continuidade de sentidos em seu TEXTO, unindo os dados novos aos compartilhados, verificamos a presença de formas referenciais, nos termos de Koch (2002), que são “formas remissivas”, ou aquelas que fazem remissão de outro (s) elemento (s) inferíveis ou presentes no interior do TEXTO. A partir do momento que a reclamação vai sendo apresentada é o próprio TEXTO que constrói os elementos importantes à comunicação pretendida, selecionando as formas gramaticais e lexicais adequadas à expressão da mensagem. Os actantes preposicionados, citados anteriormente, constituem, portanto “APLC”, uma vez que são previstos pelo léxico (que seleciona um preenchedor relativo ao campo semântico de “modo” e “lugar”) e pelo próprio contexto. As formas remissivas que promovem a continuação dos sentidos por eles expressos são as seguintes:

LHE: “(...) o executor lhe dá o número fictício de 45”

LÁ: “(...) os funcionários já estiveram lá”

A irregularidade: “(...) a irregularidade e a obra continuam”

O pronome oblíquo LHE retoma parte do conteúdo do título “indo a obra sem licença”, uma vez que faz um recorte apenas daquilo que interessa à evolução de sentidos – a palavra “obra”. O que ocorre é que a forma remissiva extrai do título o seu elemento de referência “repudiando o restante”, conforme afirma Koch, ao citar essa observação de Halliday e Hansan (KOCH, 2002: 32). Dessa forma, podemos afirmar que a identidade entre elemento de referência e a forma remissiva pode ser total ou parcial, dependendo das intenções de quem escreve/ fala. O oblíquo LHE recupera a palavra que aparece no TEXTO inicialmente sob forma de um tradicional adjunto adverbial de lugar, de acordo com a orientação posterior ao advento da N.G.B (complemento circunstancial para Lima, complemento relativo para Bechara e complemento predicativo de situação, para Azeredo). Conforme orientações da tradição gramatical, no estudo dos complementos e adjuntos do verbo, como já vimos, esse pronome somente substitui os objetos indiretos propriamente ditos, ou seja, aqueles que são iniciados pela preposição A, eventualmente PARA, na indicação de beneficiário ou prejudicado da ação. Essas recomendações, porém, não passam apenas de uma instrução específica ao nível oracional “hipotético”, não resultante de uma real situação de comunicação. Devemos entender que CVs e ADVs são elementos que a língua oferece aos falantes para que eles possam formar seus próprios TEXTOS. Nesse processo, o que “vale” é o uso de cada elemento para possibilitar o sentido e o alcance da intencionalidade. Notamos um pronome oblíquo, desempenhando a função sintática de “objeto indireto”, que retoma um “adjunto adverbial de lugar”. Nos termos de Vilela (1986), essas nomenclaturas todas se reduzem a uma só: actantes. Sendo assim, não há distinções entre “OIs e ADVs”: no plano TEXTUAL, um pode retomar o outro, em favor da continuação de sentidos; no plano sintático, ambos já se igualam porque assumem as funções de preenchedores lexicais dos verbos a que se referem. Preenchimento e retomada são movimentos que garantem a coerência e coesão da carta “Indo à obra sem licença”.

O advérbio pronominal LÁ, constituindo um caso de ANÁFORA PRONOMINAL para nós, refere-se também à “obra”, substituída por zero no trecho “Mesmo assim, a prefeitura não paralisa a construção [da obra]. Entendemos que, devido ao grande número de alusões a esse vocábulo, durante toda a carta, não havia a necessidade de o leitor

explicitar o sintagma “da obra”, contudo percebemos claramente o advérbio pronominal “Lá” recupera parte desse sintagma omitido anteriormente. A palavra “obra”, a qual assume a função sintática de advérbio, inicialmente, de sujeito e de complemento nominal omissos, ao final (construção [da obra]), serve de referência às formas remissivas LHE e LÁ que, sintaticamente, teriam funções distintas – as de substituição de complementos e adjuntos. Em se tratando de construção TEXTUAL, não podemos fazer essa rígida separação. Referentes gramaticais distintos podem recuperar o mesmo elemento de referência. Esse mecanismo de retomada de referentes por meio de pronomes oblíquos ou advérbios pronominais, respectivamente, nomeamos, em nosso trabalho, PRONOMINALIZAÇÃO e ANÁFORA PRONOMINAL. Percebemos que os pronomes e advérbios pronominais podem assumir as mesmas funções TEXTUAIS e sintáticas, já que a real situação de comunicação nos conduz a usar a língua de forma produtiva, sem ser cerceada pelas amarras dos “macetes” de reconhecimento de funções “OIs” e “ADVs”.

Ao final, notamos o tom de subjetividade presente na expressão “a irregularidade”. Para terminar o seu TEXTO, a autora-leitora condensa a predicação montada no início do primeiro período. Ao mencionar que os funcionários da prefeitura “já estiveram lá”, o advérbio pronominal LÁ, permite voltar à obra “sem licença”, “em área de restrição ambiental”, localizada ao “final da rua Clara Nunes”. A palavra “irregularidade” aponta muito da opinião do Eu comunicante - a síntese da predicação “a obra está sendo tocada sem licença e em área de restrição ambiental” ocorre por meio da substituição de um núcleo verbal por um nome. A nominalização atende, nessa perspectiva, não só aos requisitos de economia que uma “carta do leitor” deve possuir, mas principalmente ao teor de denúncia, de expressão de subjetividade e da conseqüente formação da argumentatividade, pois a motivação dessa nominalização é conceitual e avaliativa. Sendo assim, a nominalização permitiu reduzir ao mesmo termo actantes que anteriormente cumpriam papéis semânticos distintos – um caracterizado como A9 (modo) e outro A6 (lugar). Igualam-se, esses actantes, em função TEXTUAL, porque são elementos de referência, retomados por uma forma remissiva avaliativa, servindo à formação da intencionalidade.

Não há distinções entre objetos e adjuntos quando esses estão inseridos em comunicações-palcos, quando a linguagem serve de cenário a encenação da comunicação. Percebemos uma presença balanceada entre ACTANTES EM SUA FORMA EXPLÍCITA

e as retomadas por PRONOMINALIZAÇÃO, ANÁFORA PRONOMIAL e ANÁFORA NOMINAL 2 (não motivada morfologicamente), o que nos leva à constatação de que o grau de informatividade aqui é menor do que o de um editorial e/ou artigo interpretativo:

PRONOMINALIZAÇÃO, ANÁFORA PRONOMIAL & ANÁFORA NOMINAL 2 = - icônico/ - previsível/ +/- informativo/ + retomada/ - antecipadoras / + presentes em TEXTOS de equilíbrio entre informação velha e informação nova.

São esses recursos coesivos “menos icônicos” por retomarem sintagmas que servem tanto de advérbios quanto de adjuntos e mais informativos, justamente pelo emprego formal se mostrar um tanto “imprevisível”, em relação ao que a tradição gramatical e a gramática de valências nos orienta, acerca da substituição de pronomes oblíquos e advérbios pronominais por complementos e adjuntos do verbo.

Destacamos também a predominância de verbos do mundo comentado e a presença de palavras opinativas, como “afronta”, “fictício”, além da presença de frase negativa, como forma de reprovação à ação que a prefeitura não realizou: paralisar a obra. Todos esses elementos estão “de igual para igual” no TEXTO com o emprego de actantes, constituindo os recursos que estão a serviço do Eu comunicante para que este realize um evento comunicativo de sucesso. Sigamos a análise de mais uma carta de nosso exemplário II.

Carta II:

Luzes da cidade:

Será que até hoje, passados dois meses, nenhum vereador ou o nosso prefeito passaram pela Praça Roberto de Campos, que circunda o metrô do Estácio, para ver a escuridão em que ela mergulhou? Se as lâmpadas e os refletores que iluminavam as quadras de esporte e os acessos estão lá, qual o poder “sobrenatural” que impede que a luz seja restaurada?

Maria Emília Amaral dos Reis Lopes.
(via Globo On-line, 22/06), Rio.

A carta da leitora Maria Emília também manifesta insatisfação por um problema esquecido pelas autoridades competentes: a escuridão na praça Roberto de Campos. O teor de revolta e indignação é marcado pela ênfase nas perguntas retóricas, na inserção de palavras com certo conteúdo irônico, do tipo “efeito sobrenatural”. A presença de palavras

ou expressões que arquitetam as hipóteses também são freqüentes, como o conectivo “Se” e verbos no futuro do presente, provocando dúvida em forma de questionamento “Será que até hoje (...) nenhum vereador ou o nosso prefeito passaram pela praça Roberto de Campos?”. Todos esses elementos gramaticais e discursivos exemplificam bem o trabalho com a argumentatividade e a intencionalidade. Para conferir a progressão TEXTUAL do tema central (falta de luz na Praça Roberto de Campos), o Eu comunicante precisa ampliar o teor de revolta ou acrescentar informações desconhecidas do grande público acerca da própria praça, desprovida de cuidados. Inicialmente, faz-se necessário à evolução do TEXTO expor que a tal praça “circunda ao redor do metrô” para realçar a importância desse local, que, de forma alguma, poderia ficar sem iluminação. Esse realce foi construído por meio de uma oração adjetiva explicativa na qual o pronome relativo “que” possibilita a praça, termo de valor semântico adverbial, passar de [+ locativo] a [+ agente], sendo recuperado pelo relativo, em função TEXTUAL anafórica, e função sintática de sujeito. O mesmo acontece com a forma remissiva “ela” em “para ver a escuridão em que ela mergulhou”, a qual se mostra o agente do verbo “mergulhar”. A praça, assim, atua enquanto um ser animado: mergulha, circunda. Esta necessidade de se dar importância ao local, transformando-o em elemento animado, é acompanhada pela forma, já que a ANÁFORA PRONOMINAL e o pronome “que” entram no TEXTO para permitirem que se cumpra essa intenção.

Lembremos que as ANÁFORAS PRONOMINAIS constituem o que Ingedore nomeia “formas remissivas gramaticais livres”, como pronomes pessoais retos de terceira pessoa, pronomes demonstrativos e advérbios pronominais, sendo todos constituintes nucleares dos sintagmas que integram. Essas formas livres permitem relacionar um grupo nominal antecedente a uma nova predicação seguinte na seqüência TEXTUAL. Dessa forma, os casos de anáfora pronominal formam novas predicções, com novas ações dos elementos que estão referenciados. Na evolução do TEXTO, o destaque já se altera da praça para as lâmpadas que ela contém. A partir daí, são lâmpadas e refletores que iluminam, praticam tal ação e a praça apenas é passiva: “as lâmpadas e os refletores que iluminam a quadra de esportes estão lá”, retomando a condição de [+ locativo]. Houve a intenção de se fazer a praça + animada, reforçar sua importância, para depois expor o quanto ela está abandonada, passiva “esperando” que as lâmpadas a iluminem.

O termo “Lá”, possibilita recuperar o actante em função adverbial, na classificação locativa “Se as lâmpadas e os refletores estão Lá”. Com tanta referência ao locativo, no final do TEXTO, a autora realiza a elipse desse termo ao substituí-lo por zero: “qual o poder sobrenatural que impede que a luz seja restaurada” (lá)? O termo “Praça Roberto de Campos”, portanto, foi recuperado no TEXTO por anáfora pronominal, pronominalização e substituição por zero. A equivalência entre o actante 6 e o 1 (sujeito) atendem à intencionalidade da autora. A substituição por zero confirma o que Ingedore nos ensina a respeito dos mecanismos de coesão TEXTUAL: “não podem existir textos totalmente explícitos; o produtor de um TEXTO precisa proceder ao “balanceamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via inferenciação” (KOCH, 1998: 153). Além disso, reforçamos que, no TEXTO, mediante as condições de progressão de sentidos, não há hierarquias entre sujeito e advérbios, assim como orientam Vilela e Busse (1986), em relação ao comportamento dos actantes também na frase.

Sigamos com observações acerca da próxima carta: uma resposta do assessor do governo “Rosinha---Garotinho” a uma leitora do Jornal *O Globo*.

Carta III

A reportagem “estado vende por 1 R\$ remédios gratuitos” (31/05) induz os leitores a crer em ato de má fé do governo do estado, quando em verdade trata-se de iniciativa de amplo alcance social. A distribuição de medicamentos básicos em postos de saúde é de competência das prefeituras, que o⁵³ fazem por convênio ao Sistema Único de Saúde. Como significativa parcela da população, ainda assim não tem acessos aos medicamentos, o governo do estado os oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00. Não há **nessa iniciativa** nada que não possa ser interpretado – ainda que se veja **a questão** com má vontade e preconceito – como algo pouco ético e de natureza pouco duvidosa. Ao contrário, **a ação do governo do estado é meritória, exemplar**, pois visa a atender de maneira plena aos clientes das farmácias populares, suprimindo assim a deficiência na distribuição feita pelas prefeituras. A propósito, a inclusão dos chamados remédios básicos na rede de farmácias populares deve-se ao singelo fato de que muitos idosos **deles** necessitam, pois não **os** obtêm com regularidade nos postos de saúde. Curioso é o fato de o governo federal proceder de modo idêntico – oferecendo os mesmos medicamentos em sua rede de farmácias – mas não merecer a condenação pública do jornal.

Ricardo Bruno

Secretário de Comunicação Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro (por e-

mail, 31/5), *O Globo*. Rio.

⁵³ O negrito marca os referentes TEXTUAIS.

O TEXTO de Ricardo Bruno constitui uma espécie de carta-resposta à crítica feita ao governo do estado do Rio por uma leitora do Jornal *O Globo*. Seleccionamos a comunicação do secretário, devido à necessidade de retratar a imagem do governo perante a idéia negativa que se formou a respeito da venda de remédios gratuitos, negociados por R\$ 1,00. O autor rebate as críticas da leitora por meio de uma nova crítica ao governo municipal. Para tentar “reverter” a situação, o secretário emprega uma série de construções sintáticas que emitem um julgamento positivo acerca da ação do governo do estado. Os actantes verbais, são muito empregados para constituir predicções que restituem a imagem da ação governamental. Nesse momento, é necessário expô-los EXPLICITAMENTE devido à quantidade de informação que se pretende reconstruir e apresentar como “nova”:

“A reportagem estado vende por 1 R\$ remédios gratuitos” (31/05) induz os leitores a crer em ato de má fé do governo do estado, quando em verdade trata-se de iniciativa de amplo alcance social.”

Observemos como os dois tipos de actantes A4 são empregados: o primeiro, “em ato de má fé do governo do estado”, representa a voz do público leitor; o segundo, “de iniciativa de amplo alcance social” a “verdadeira” conceituação a respeito da venda dos remédios. O último actante constitui a informação desconhecida que substitui a outra, expressa pelo primeiro. No interior do último sintagma preposicionado, encontramos palavras que supervalorizam o ato, como o substantivo “iniciativa”, núcleo, caracterizado por uma enxurrada de adjetivos (amplo, alcance e social). Todo o TEXTO será formado por um movimento de avanços e de retomadas equivalentes, na medida em que, ao apresentar a nova imagem do governo do estado, esta será recuperada para compor críticas à prefeitura. Observemos o próximo período:

“A distribuição de medicamentos básicos em postos de saúde é de competência das prefeituras, que o fazem por convênio ao Sistema Único de Saúde.”

Nesse trecho, progride a idéia da “ampla iniciativa de alcance social” através de uma justificativa dessa qualificação – o secretário deixa claro que o governo apenas procura

ajudar o povo realizando uma atividade que, na verdade, é de obrigação da prefeitura. São necessárias amplas estruturas para tal explicação, já que se procura mostrar, através do sintagma adverbial “em postos de saúde”, que a prefeitura não atende à necessidade de abastecer tais locais pelos medicamentos, tendo o governo estadual de agir em lugar do prefeito. A predominância de adjetivos e palavras modalizadoras como “significativa parcela da população” e “ainda assim” denunciam, por um lado, a insuficiência da ação da prefeitura e, por outro, a exposição do actante “ao preço simbólico de R\$ 1,00”, constituído do adjetivo “simbólico”, reforça a “bondade” do governo. O conjunto “verbo + actante” (oferece + ao preço simbólico de R\$ 1,00) expressa a nova descrição, positiva, acerca das ações de nossa dupla de governadores, possibilitando que essa predicação passe a ser retomada posteriormente, por meio de nominalizações:

“(...) o governo do estado os [os medicamentos] oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00. Não há **nessa iniciativa** nada que não possa ser interpretado – ainda que se veja **a questão com má vontade e preconceito** – como algo pouco ético e de natureza pouco duvidosa. Ao contrário, **a ação do governo do estado é meritória, exemplar**, pois visa a atender de maneira plena aos clientes das farmácias populares, suprimindo assim a deficiência na distribuição feita pelas prefeituras.”

A expressão “nessa iniciativa” é uma nominalização conceitualmente motivada, referente ao enunciado, segundo as determinações de Azeredo (1999), dado que se refere ao conteúdo do trecho exposto anteriormente “oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00”.

Um sintagma, como o destacado acima, receberia, de alguns autores, a denominação de “adjunto adverbial de preço”, nomenclatura que a teoria de valências também conserva, no grupo de “actantes 8”, cujos conteúdos semânticos referem-se a contagens por tempo, preço ou medida. Apesar de examinarmos os sintagmas preposicionados de valor locativo, modal e temporal, “ao preço simbólico de R\$ 1,00” merece nossa atenção por ser caracterizado sintaticamente como equivalente a um actante de conteúdo temporal: ambos, quando se referem à medida ou avaliação, apresentam uma estrutura que pode ser identificada pelo questionamento “Quanto (tempo/ medida/ preço) + A1 + v?”, conforme as orientações da teoria da gramática de valências. Será que um sintagma de valor de preço, geralmente considerado um “termo acessório” ou ADV, também pode ser retomado por elementos gramaticais referentes aos OIs? Esse questionamento nos levou a observar o comportamento TEXTUAL desse termo de “preço”, uma vez esse possui os mesmos traços

sintáticos que os termos temporais, destinados à medida. Teriam também, esses sintagmas os mesmos traços na organização do TEXTO? Para observar melhor “ao preço simbólico de R\$ de 1,00”, tomemos, novamente, a nominalização “essa iniciativa”. Lembremos que a expressão de preço, resgatada pela nominalização “essa iniciativa”, também nos remete ao sintagma “iniciativa de amplo alcance social”, empregado no início do TEXTO, para “batizar” a atitude do governo do estado. De acordo com os ensinamentos de Halliday (1976), sabemos que a organização da mensagem conduz as linguagens a assumirem dadas funções:

Ideacional: ênfase na relação “eu”----mundo

Interpessoal: ênfase na relação “eu”-----tu

Textual: ênfase na relação “eu”----mensagem.

Sabemos, inclusive, segundo a postura adotada neste trabalho, que o simples fato de selecionar uma forma de expor um tema já constitui um trabalho de um Eu para atingir um Tu - todo TEXTO possui um trabalho com a argumentatividade no alcance da intencionalidade. A nominalização intensifica o trabalho de argumentatividade, em que a função interpessoal encontra-se de igual para igual com a função TEXTUAL, devido à expressão de julgamentos e opiniões, para afetarem o interlocutor; além de escolha e encadeamentos de materiais gramaticais, para trabalhar a mensagem. Reparemos que, ao afirmar que “Não há **nessa iniciativa** nada que não possa ser interpretado (...) como algo pouco ético e de natureza pouco duvidosa”, o Eu comunicante emprega uma nominalização avaliativa no interior de uma negação, a respeito da opinião pública, de condenar o governo pela venda de medicamentos gratuitos, desfazendo a igualdade “essa iniciativa = algo pouco ético = [algo] de natureza pouco duvidosa”. Já a nominalização “a questão”, no interior de um aposto, reforça a argumentatividade, pois neutraliza a opinião do escrevente sobre a ação do governo para que este possa empregar um modal “com má vontade e preconceito”, adjetivando negativamente o julgamento do povo. O escrevente usa duas nominalizações em função sintática de sujeito, com função TEXTUAL de retomar os conceitos anteriores além de anularem as equivalências entre o que faz o governo e a opinião reprovadora do público. Quando não é a nominalização um modalizador, são as expressões ou os actantes modais que cumprem esse papel. Sendo assim, os sintagmas são expostos na forma mais extensa para construir informações positivas sobre o governo

estadual e desconstruir a imagem negativa do mesmo. As nominalizações são empregadas para reforçar as caracterizações benéficas às ações de nossos governantes, além de neutralizarem os discursos opostos, mencionados no próprio TEXTO. Para o alcance dessas intenções, “sintagmas adjuntos” acabam desempenhando igual relevância aos “sintagmas complementos”, atuando como preenchedores verbais e recursos de promoção de instauração e manutenção de novos sentidos. Observemos como adjuntos e complementos apresentam os mesmos papéis em relação ao trabalho com a progressão das informações no TEXTO:

1) ACTANTE EXPLÍCITO: PREDICAÇÃO QUE, NO INÍCIO DO TEXTO, CUMPUNHA UM VERBO BIVALENTE⁵⁴ COM ACTANTE A4: “trata-se de uma iniciativa de amplo alcance social”.

2) ACTANTE EXPLÍCITO: PREDICAÇÃO DE VERBO TRIVALENTE COM ACTANTE A8: “[o governo] os [medicamentos] oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00.”

“uma iniciativa de amplo alcance social” = “oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00”.

3) NOMINALIZAÇÕES CONCEITUALMENTE MOTIVADAS, EM FUNÇÃO DE SUJEITO, RETOMAM A PREDICAÇÃO DE VERBO TRIVALENTE COM ACTANTE A8:

[o governo] oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00-----ESSA INICIATIVA/----A QUESTÃO.

A4= predicação de A8 = NOMINALIZAÇÕES EM A1.

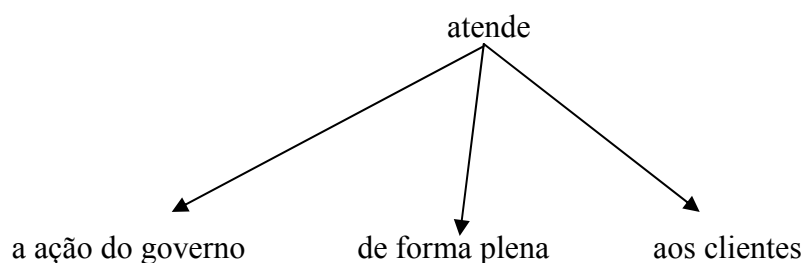
“OI” (complemento relativo, para alguns autores) = “ADV” (PREÇO)

=NOMINALIZAÇÃO (SUJEITO)

⁵⁴ Nos termos da gramática de valências.

As tramas TEXTUAIS, mais uma vez, mostram que o intercâmbio INTENCIONALIDADE-----ACEITABILIDADE exime as distinções entre complementos e adjuntos: ambos, APLC, actantes em posições que podem variar de 3 a 7 e 8, passam a preencher o lugar 1, quando têm seus conteúdos recuperados por nominalizações em função de sujeito.

No próximo período do TEXTO, presenciamos uma linha de defesa direta do secretário contra as pessoas que ainda mantêm um “preconceito” com a ação do governo. No afã de atingir aos leitores, especialmente à leitora a quem responde, o secretário “fere” outro alvo –o governo federal, o qual procede como a governadora, mas não recebe críticas. Essa estratégia, requer mais informações e, novamente, maiores estruturas e maiores números de actantes explícitos, sobretudo os “OIs”, devido ao caráter de “beneficiários” que se pretende atribuir aos clientes idosos que recebem os serviços das farmácias populares. Ainda assim, verificamos a presença do sintagma-sujeito “a ação do governo do estado”, que recupera “essa iniciativa”, “a questão” e “oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00”, representando uma nominalização formadora de novas predicções, em que características positivas serão igualadas diretamente a “ação”, núcleo do sintagma nominalizado, formando a nova, última e incontestável opinião. O actante A1 (nominalização), o verbo (atender), actante A9 (de maneira plena) e A3 (aos clientes das farmácias populares) formam uma nova estrutura em que, explicitamente, a ação do governo é igual ao benefício dos clientes:



A propósito, a inclusão dos chamados remédios básicos na rede de farmácias populares deve-se ao singelo fato de que muitos idosos **deles** necessitam, pois não **os** obtêm com regularidade nos postos de saúde. Curioso é o fato de o governo federal proceder de modo idêntico – oferecendo os mesmos medicamentos em sua rede de farmácias – mas não merecer a condenação pública do jornal.

No último trecho, verificamos sintagmas locativos como “na rede de farmácias populares”, “nos postos de saúde” e “em sua rede de farmácias” em predominância, devido à justificativa da inclusão dos remédios básicos na rede de farmácia, para favorecer aos clientes idosos. Destacamos aqui a presença da predicação “deve-se ao singelo fato” (verbo + actante A4), em que o adjetivo “singelo”, de forma irônica, vem marcar que a governadora apenas satisfaz à necessidade que o governo federal não cumpre: disponibilizar medicamento aos idosos. Curioso é o fato de a palavra “remédios” ser recuperada no fim do TEXTO, sob forma de actante 4 topicalizado (“deles”), devido ao destaque que se deseja oferecer a tal necessidade e, posteriormente, ser retomado pelo oblíquo “o”, em função de objeto direto. Observamos que a neutralização pronominal ocorre também entre recuperadores de complementos diretos e indiretos – “deles”= “o”/ A4 = A2.

Em toda a comunicação, notamos os actantes explícitos se alternando com as formas de coesão anafórica, em sua maioria. A progressão TEXTUAL se faz por meio de extensão de predicação associada à redução de predicação, em que actantes não são elementos que apenas preenchem os léxicos verbais, mas atuam para favorecer o contexto e a progressão de sentidos, assumindo as formas mais adequadas para a argumentatividade. Neste TEXTO, de crítica e de “alfinetadas”, portanto, o número de actantes retomados é equivalente, ou por vezes um pouco inferior aos actantes explícitos. Porém esses não são empregados exclusivamente, como presenciamos no editorial e no artigo interpretativo, comunicações com nível alto de informatividade. Ademais, os elementos anafóricos em maior quantidade são as nominalizações. Aqui o que temos é o seguinte:

NOMINALIZAÇÕES (ANÁFORAS NOMINAIS 2 – CONCEITUALMENTE MOTIVADAS): - icônicas/ -previsíveis/ +/- informativas/ + presentes em TEXTOS que trabalham a informação compartilhada como base de uma nova informação (crítica, denúncia ou queixa).

Sendo assim, esse grupo “exemplário II” é constituído por actantes retomados sob formas anafóricas, sejam elas pronominais ou nominais (nominalizações), correspondendo aos seguintes graus de previsibilidade:

O GRAU MAIS ALTO DE PREVISIBILIDADE DA CONTINUIDADE

a- Elipse: anáfora zero. (grau mais alto de previsibilidade).

b- Pronomes não acentuados ou concordância gramatical.

c- Pronomes independentes e acentuados.

d- Deslocamento para a direita do SN definido.

e- SN definido simples – nominalizações.

f- Deslocamento à esquerda dos sintagmas e dos SNs definido.

g- Topicalização contrastiva.

h- Construções clivadas, com marca de foco (menor grau de previsibilidade).

Com esses resultados, notamos que as anáforas são empregos de actantes na função TEXTUAL de retomadas; no que diz respeito a funções sintáticas, são geralmente núcleos de sujeito ou complementos (no caso de nominalização) ou desempenham propriamente essas funções sintáticas, quando constituem casos de pronominalização. A informatividade de actantes retomados possui um grau mediano em relação aos actantes explícitos, devido à quantidade de conteúdo novo, expresso conjuntamente com o compartilhado. A seguir, disponibilizaremos alguns TEXTOS em que apenas indicaremos os actantes retomados anaforicamente e as respectivas funções sintáticas. Posteriormente, exporemos uma tabela de ocorrência de actantes com as nossas devidas conclusões.

Carta IV:

Encontro suspeito

Onde nós chegamos? Um ministro de Estado – chefe da Polícia Federal, que está investigando o banqueiro Daniel Dantas, outrora tido pelos petistas como um bandido – se **encontrando** às escondidas com o próprio Dantas. Este, segundo a revista “Veja”, fez graves denúncias envolvendo o presidente Lula e assessores. E o presidente (que nunca sabe de nada), em vez de processar Daniel Dantas envia um emissário, na calada da noite, para um encontro com seu denunciante. Qual a motivação do encontro?

Rodrigo Borges de Campos Netto (por e-mail, 24/5). O Globo. Brasília. DF.

- Sintagma: “com o próprio Dantas”: A4
- Forma remissiva: “Este”
- Função TEXTUAL: retomada para a promoção da progressão.
- Função sintática no TEXTO: sujeito.

Carta V:

Movimentos como MST e MLST **se assemelham** aos das organizações paramilitares do regime nazista: hordas de bárbaros a perpetrar toda a série de atentados contra pessoas e o patrimônio público da Alemanha de então. Lá eram a extensão do governo de Hittler para manterem o poder absoluto. E aqui esse desafio à ordem pública vai ser tolerado. Até que desapareça o estado de direito? Urge declarar o MST e o MSLT fora da lei, não basta submeter seus membros a julgamento. Mais eliminar tais instituições.

Zola Pozzobon (por e-mail, 7/6), O Globo. Rio.

- Sintagma: “aos das organizações militares dos regimes nazistas”: A4
- Forma remissiva: anáfora zero (∅ eram)
- Função TEXTUAL: retomada para a promoção da progressão.
- Função sintática no TEXTO: sujeito.

Carta VI:**Indignação com drogas no recreio**

Como morador do Recreio fico indignado em assistir todos os dias a um grupo de surfistas fumando maconha descaradamente a 20 metros de distância do Posto 10 do Salvamar. Eles ficam na areia embaixo das árvores, mas bem perto do calçadão e o cheiro exala forte.

Gonzalez Neves. O Dia, 28 de maio.

- Sintagma: “a um grupo de surfistas”: A4
- Forma remissiva: “Eles”
- Função TEXTUAL: retomada para a promoção da progressão.
- Função sintática no TEXTO: sujeito.

Carta VII

A leniência com que o governo trata as invasões dos sem-terra às propriedades privadas **se reverteu** contra o próprio, como não poderia deixar de ser. Tudo é uma questão de limite. O governo não impõe limite para as invasões; elas vão crescendo até ficar sem controle. O governo não limita a roubalheira; elas vão crescendo até **chegar na sala do presidente**. O governo não limita a bagunça; ela vai crescendo até **chegar na capital paulista**. O governo não impõe seus limites nas relações exteriores; o governo da Bolívia nos impõe uma quebra de contrato. É hora de os eleitores imporem um limite, votando e cobrando dos candidatos.

Antônio Olavo Osborne costa. (por e-mail, 7/6), Rio. O Globo

- Sintagma 1: “contra o próprio”: A4
- Forma remissiva: “O governo”
- Função TEXTUAL: retomada para a promoção da progressão.
- Função sintática no TEXTO: sujeito.
- Sintagma 2: “sem controle” (ficar + sem controle). Verbo + A9
- Forma remissiva: “a roubalheira” (condensador de predicação - nominalização).
- Função TEXTUAL: retomada para a promoção da progressão.
- Função sintática no TEXTO: objeto direto.
- Sintagma 3: “na sala do presidente”: A6
- Forma remissiva: “a bagunça” (condensador de predicação – nominalização)
- Função TEXTUAL: retomada para a promoção da progressão.
- Função sintática no TEXTO: objeto direto.
- Sintagma 4: “na capital paulista”: A6
- Forma remissiva: “seu limite” (condensador de predicação – nominalização)
- Função TEXTUAL: retomada para a promoção da progressão.
- Função sintática no TEXTO: objeto direto.

Seguem adiante as tabelas de análise sintático-TEXTUAL dos actantes observados no artigo interpretativo, no editorial e nas cartas examinadas.

5.5. TABELA I

**ACTANTES EXCLUSIVAMENTE EXPLÍCITOS.
TEXTO: Grito de Carnaval – Martinho da Vila.**

Verbos relacionados	Sintagmas Preposicionados	Interpretação tradicional	Interpretação nesta pesquisa	Retomadas SIM/ NÃO. Grau de previsibilidade.
Desfilava: “(...) desfilava no Engenho de Dentro, na Quarta-feira de cinzas, sob repressão policial”.	a) No Engenho de Dentro. b) Na quarta-feira de cinzas. c) Sob repressão policial.	a) Adjunto adverbial de lugar. b) Adjunto adverbial de tempo. c) Adjunto adverbial de modo.	a) Actante 5. b) Actante 7. c) Actante 9.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Correr: “correr da polícia”.	Da polícia.	Objeto indireto (complemento relativo para alguns autores).	Actante 9	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Saía: “O resultado dos desfiles só saía no sábado seguinte”.	No sábado seguinte	Adjunto adverbial de tempo.	Actante 7.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Acontecia: “mas a festa da vitória só acontecia depois da quaresma, no Sábado de Aleluia”.	No sábado de Aleluia.	Adjunto adverbial de tempo.	Actante 7.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.

Verbos relacionados	Sintagmas Preposicionados	Interpretação tradicional	Interpretação nesta pesquisa	Retomadas SIM/ NÃO. Grau de previsibilidade.
Calavam: “No inverno as baterias se calavam”,	No inverno	Adjunto adverbial de tempo.	Actante 7.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.

Pensar: “(...) e as diretorias se reuniam para pensar no próximo desfile.”	No próximo desfile.	Objeto indireto (complemento relativo para alguns autores).	Actante 4	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Começar: “Na primavera, cada escola dava seu grito de carnaval, ponto de partida para começar os preparativos.”	Na primavera.	Adjunto adverbial de tempo.	Actante 7.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Ensaivavam: “porque as escolas ensaiavam em terrenos de chão batido”	Em terrenos de chão batido.	Adjunto adverbial de lugar.	Actante 5.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Descer: “quando o samba desceu para o asfalto”	Para o asfalto.	Adjunto adverbial de lugar.	Actante 6.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Pensar: “(...) e já se pensa no carnaval seguinte.”	No carnaval seguinte.	Objeto indireto (complemento relativo para alguns autores).	Actante 4	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Estar: Estamos ainda no início de junho	No início de junho.	Adjunto adverbial de tempo.	Actante 7.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
Começar: “(...) e os ensaios começarão com a mostra de samba-enredo.”	Com a mostra de samba-enredo.	Adjunto adverbial de modo.	Actante 9.	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.

Cantar: “cantava meus enredos com a Velha Guarda Musical da Vila Isabel.”	Com a Velha Guarda Musical da Vila Isabel.	Adjunto adverbial de companhia.	Circunstante ⁵⁵	NÃO Previsibilidade baixa/ Grau alto de informatividade.
---	--	---------------------------------	----------------------------	---

5.5.1. TABELA I

ACTANTES EXCLUSIVAMENTE EXPLÍCITOS. TEXTO: Dificil Solução.

Verbos relacionados	Sintagmas preposicionados	Interpretação tradicional	Interpretação da gramática de valências	Retomadas SIM/ NÃO. Grau de previsibilidade.
Pensar: “(...) procuram resolver problemas complexos pensando mais na própria sobrevivência do que nos interesses dos governados”.	a) Na própria sobrevivência. b) Nos interesses dos governados.	Objeto indireto (complemento relativo para alguns autores)	Actante 4	NÃO
Bush tateia ⁵⁶ em busca de terreno comum.	Em busca de terreno comum.	Objeto indireto.	Actante 4 (complemento relativo para alguns autores)	SIM Anáfora nominal 2 seu esforço (condensador da predicação “verbo + actante 4”)
Agradar: “(...) agradecer a todos”	A todos	Objeto indireto.	Actante 3.	NÃO
Desagradar: “(...) está desagradando a	A democratas; a correligionários;	Objeto	Actante 3.	NÃO

⁵⁵ Consideramos o termo “com a Velha Guarda Musical da Vila Isabel” um circunstante, por não ser previsto pelo léxico verbal, nem constituir um sintagma encadeador de continuidade de sentidos no TEXTO; ele apenas circunscreve a semântica da frase a qual integra.

⁵⁶ Concordamos com as considerações de Francisco Fernandes, em seu Dicionário de verbos e regimes: “Tatear – Transitivo: rondar, pesquisar, examinar: “Gomes de Amorim acostumara-se aos costumes das raças, tateara-lhes de perto o selvagerismo (Camilo Aulete)” (FERNANDES, 1942: 581). Por essa razão, consideramos o actante “em busca” como argumento de valência 4.

democratas, a correligionários e ao eleitorado de origem latino-americana”.	ao eleitorado de origem latino-americana.	indireto.		
“(…) de outro, propõe uma lei que ofereça aos estrangeiros em situação ilegal”.	a) aos estrangeiros b) em situação ilegal	a) Objeto indireto b) Adjunto adverbial de modo	a) Actante 3. b) Actante 9.	NÃO
“(…) E reage às críticas”	a) Às críticas.	Objeto indireto (complemento relativo)	Actante 4	NÃO
“(…) de conceder licença de três anos a quem queira ir aos EUA”.	b) A quem. c) Aos EUA.	a) Objeto indireto (complemento relativo) b) Adjunto adverbial de lugar.	a) Actante 4. b) Actante 6.	NÃO

Verbos relacionados	Sintagmas Preposicionados	Interpretação tradicional	Interpretação da gramática de valências	Retomadas SIM/ NÃO. Grau de previsibilidade.
Concordar: “O Senado já concorda com a cerca,”	Com a cerca.	Objeto indireto (complemento relativo)	Actante 4.	NÃO
Dar: “mas insiste em dar a imigrantes a possibilidade de	A imigrantes.	Objeto indireto.	Actante 3.	NÃO

cidadania”				
Fazer: “Não fariam ⁵⁷ falta no Iraque?”.	No Iraque.	Adjunto adverbial de lugar.	Actante 5.	NÃO
Ressentir: “No país inteiro, imigrantes em situação irregular se ressentem das propostas”	a) No país inteiro ⁵⁸ . b) Das propostas.	a) Adjunto adverbial de lugar. b) Objeto indireto (complemento relativo)	a) Actante 5. c) Actante 4	NÃO
Sair: “e milhões já saíram às ruas para protestar”	Às ruas	Adjunto adverbial de lugar.	Actante 6.	NÃO
Recorrer: “E a quem os americanos recorreriam para construir um novo?”.	A quem	Objeto indireto.	Actante 3.	NÃO

5.6.TABELA II – actantes retomados

Cartas dos leitores.

Exemplo	Sintagma:	Função sintática	Forma de retomada	Referente/ função sintática
CARTA I.				
“Há três meses uma obra em área de restrição ambiental em Niterói vem sendo tocada sem licença”.	a) (obra) Em área de restrição ambiental. b) (obra) Sem licença.	a) Adjunto adverbial de lugar/ actante 5. b) Adjunto adverbial de modo/ actante 9	Pronominalização. Anáfora pronominal. a)Anáfora nominal 2. b)Anáfora	Lhe / objeto indireto/ actante 3. Lá/ adjunto adverbial/ actante 5. A irregularidade

⁵⁷ Verbo Intransitivo: “Fazer falta – causar prejuízos, transtornos, desgostos: *Pouca falta vos faz a falta minha* (Camões)”. In: FERNANDES, Francisco (1942). *Dicionário de verbos e regimes*. Rio de Janeiro: Globo.

⁵⁸ Compreendemos que este sintagma não atua como circunstante, mas sim como actante, devido à importância para a construção da mensagem e para a progressão TEXTUAL. Este elemento possui relevância e igualdade aos demais preenchimentos lexicais: “em situação irregular” e “das propostas”.

			nominal 2.	(condensador de predicação, de actante 5 e 9) / sujeito.
CARTA II.				
“Nenhum vereador ou nosso prefeito passaram pela Praça Roberto de Campos”.	Pela Praça Roberto de Campos.	Adjunto adverbial de lugar/ actante 6.	a) Anáfora pronominal 1 b) Anáfora pronominal 2	a) Lá/ adjunto adverbial de lugar, actante 5. b) Ela/ sujeito, actante 1.
“Trata-se de iniciativa de amplo alcance social”.	De iniciativa de amplo alcance social.	Objeto indireto (complemento relativo)/ actante 4	a) Anáfora nominal 2: b) Anáfora nominal 2: c) Anáfora nominal 2:	a) essa iniciativa./ sujeito, actante 1 b) a questão/ sujeito, actante 1. c) a ação do estado/sujeito, actante 1.
“Nenhum vereador ou nosso prefeito passaram pela Praça Roberto de Campos”.	Pela Praça Roberto de Campos.	Adjunto adverbial de lugar/ actante 6.	c) Anáfora pronominal 1 d) Anáfora pronominal 2	a) Lá/ adjunto adverbial de lugar, actante 5. b) Ela/ sujeito, actante 1.
“Trata-se de iniciativa de amplo alcance social”.	De iniciativa de amplo alcance social.	Objeto indireto (complemento relativo)/ actante 4	a) Anáfora nominal 2: b) Anáfora nominal 2: c) Anáfora nominal 2:	a) essa iniciativa./ sujeito, actante 1 b) a questão/ sujeito, actante 1. c) a ação do estado/sujeito, actante 1.
“Deve-se ao singelo fato”.	Ao singelo fato.	Objeto indireto (complemento	Catáfora.	Termo antecipado:

		relativo) Actante 4		oração completiva nominal.
“De que muitos idosos deles necessitam”.	Deles.	Objeto indireto/ actante 3.	pronominalização	Os/ objeto direto.

Cartas de V a VII				
“(…) Se encontrando às escondidas com o próprio Daniel Dantas”.	Com o próprio Daniel Dantas.	Objeto indireto (complemento relativo) / actante 4.	Anáfora pronominal.	Este/ sujeito, actante 1.
“Movimentos como MST e MSLT se associam aos das organizações paramilitares”.	Aos das organizações paramilitares.	Objeto indireto (complemento relativo) / actante 4.	a) substituição por zero. b) anáfora nominal 2.	a) (∅ eram)/ sujeito, actante 1. b) esse desafio à ordem pública./ sujeito, actante 1.
“(…) Assistindo a um grupo de surfistas fumando maconha”.	a um grupo de surfistas.	Objeto indireto (complemento relativo) / actante 4.	Anáfora pronominal.	Eles ficam na areia/ sujeito, actante 1.
a) A leniência (...) se reverteu contra o próprio. b) Elas vão crescendo até ficar sem controle. c) Elas vão crescendo até chegar na sala do presidente. d) Ela vai crescendo até chegar na capital paulista	a) Contra o próprio. b) Sem controle. c) Na sala do presidente. d) Na capital paulista.	a) Objeto indireto (complemento relativo) / actante 4 b) Adjunto adverbial de modo/ actante 9. c) Adjunto adverbial de lugar/ actante 6. d) Adjunto adverbial de lugar/ actante 6.	a) Anáfora nominal ⁵⁹ . b) Anáfora nominal. c) Anáfora nominal. d) Anáfora nominal.	a) O governo/ Sujeito, actante 1. b) A roubalheira./ Sujeito, actante 1. c) A bagunça. d) Seu limite. Sujeito, actante 1.

⁵⁹ Todas elas são condensadoras de predicação, não retomam apenas os sintagmas preposicionados, mas sim o conjunto “predicador + actante”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nunca sei ao certo
se sou um menino de dúvidas
ou um homem de fé.
Certezas o vento leva
só dúvidas continuam de pé.

Paulo Leminsk⁶⁰

Dedicar muitas páginas de uma pesquisa à investigação de complementos e adjuntos do verbo foi uma escolha oriunda das dúvidas e das reflexões nascidas nas salas de aula, em debates fervorosos e estimulantes com alunos e colegas de trabalho. A cada conversa sobre a complementação e adjunção verbal, ficava claro que as certezas eram muito menores do que as dúvidas; que poucos pesquisadores adotariam o tema como objeto de uma dissertação; que a problemática deveria apenas preencher as reflexões das práticas pedagógicas. A convicção de que são, justamente, as dúvidas que constroem os trilhos de novos estudos, motivou-nos a adotar essa questão, além de aceitar o desafio de examiná-la em nível TEXTUAL. Seria realmente provável? Esse questionamento impulsionou outras e tantas dúvidas, as quais acabaram culminando na pergunta-tema deste trabalho (“Para que um sujeito aprende um objeto?”), e essas incertezas nos conduziram à certeza de que, ao menos, a nossa pesquisa poderia ser uma iniciativa de fornecer um olhar diferente acerca dessa temática, incentivando futuros trabalhos que buscassem associar a sintaxe da oração aos fatores TEXTUAIS. No emaranhado de dúvidas e certezas, alcançamos algumas conclusões acerca dessa investigação, tanto no nível do sintagma e da oração, quanto no nível do TEXTO.

A **“viagem” proposta em nosso primeiro capítulo**, a respeito da trajetória histórica do conflito entre complementos e adjuntos dos verbos, em determinadas produções gramaticais do século XIX (segunda metade), do século XX e início do XXI, permitiu-nos

⁶⁰ LEMINSKI, Paulo (1996). *O ex-estranho*: Iluminuras, São Paulo.

constatar que as diferentes influências européias no estudo do português do Brasil (francesas, inglesas e portuguesas) geraram uma miscelânea de nomes para caracterizar as mesmas funções. Cada autor adotava a orientação que lhe convinha.

Os “libertários” que não desprezavam a influência dos mestres lusitanos, adotaram a orientação de que o verbo transitivo possibilita a passagem da voz ativa à passiva e a conseqüente transmutação do objeto em sujeito. Segundo esse ensinamento, o complemento seria apenas o que hoje conhecemos por “objeto direto” e os demais elementos associados ao verbo seriam adjuntos. A noção de “transitividade 1”, vinculada à passagem para a voz passiva, constitui o pilar da orientação seguida pelos portugueses e assumida por alguns autores brasileiros, como Júlio Ribeiro (1881).

Os “libertários” que preferiam os ensinamentos franceses e ingleses, pois pretendiam caracterizar a gramática do português do Brasil, evitando recorrer às orientações de nossos antigos colonizadores, passaram a considerar transitivo o verbo que precisa ter o seu sentido complementado por algum termo. Sendo assim, o complemento não era apenas o termo que se transferia de sujeito a objeto, na passagem de vozes verbais, mas o elemento que tornava pleno o sentido do verbo. A base para o conceito de complemento passou a ser a noção de “transitividade 2”, sendo “transitivo” o verbo de sentido incompleto. Segmentou-se o objeto em direto (sem preposição obrigatória); indireto (com preposição necessária) e circunstancial; já os elementos que ficavam “à margem” da significação verbal, apenas lhes detalhando a semântica lexical, seriam os adjuntos, com circunstâncias “acessórias” à informação oracional. João Ribeiro (1887), por exemplo, declara que alguns complementos podem ser dispensáveis, por isso a relação objetiva está incluída na relação adverbial, já que, em ambas, complementos e adjuntos modificam a semântica do verbo – consideração essa também adotada em Maximino Maciel (1894). A separação de nomes ocorre, mas nomeações distintas ainda compõem o mesmo grupo de funções sintático-semânticas: o das relações adverbiais. Além disso, o que alguns autores consideram complementos, com base na tradição francesa, outros classificam adjuntos, conforme as nomenclaturas de autores ingleses.

Com a inclusão do programa de português para os exames preparatórios e concursos públicos, elaborado por Fausto Barreto em 1887, houve a necessidade de unificação das nomenclaturas. Volta-se às orientações das antigas gramáticas filosóficas, de tradição

clássica; a unificação da nomenclatura se alicerça no conceito de regência verbal, o qual destaca a importância da preposição para identificação de termos. Todos os elementos que modificam ou integram a semântica verbal são denominados complementos; a preposição apenas auxilia no reconhecimento do tipo de complemento. Destaque para as gramáticas de Jerônimo Barbosa (1881) e Eduardo Carlos Pereira (1907), este mais difundido nas ambiências escolares.

Muitos autores, entretanto, reconhecem que há funções distintas no grupo de complementos; Rocha Lima decide separá-los entre “termos integrantes”, e “termos acessórios”. Com o advento da N.G.B, em 1959, as orientações de Lima (1957) constituem a referência para a sistematização oficial dos aspectos da gramática do português do Brasil. Outros autores reconhecem que há ainda funções distintas sob o rótulo de adjunto, surgindo acréscimos ou críticas à nomenclatura oficial, com a inclusão de nomes como “complemento circunstancial”, “complementos relativo”, “complemento predicativo”, por exemplo. O surgimento de nomenclaturas como “termos argumentais” e “termos opcionais”, expressas por Bechara (1999), remete-nos à conclusão de que tanto complemento quanto adjuntos podem atuar como preenchedores ou modificadores, assumindo características semelhantes, por vezes. Com a influência da Linguística estruturalista, estudiosos como Mário Perini (1996) mantêm a distinção entre complementos e adjuntos, por meio de regras estruturais. Assemelha-se o objeto direto ao indireto, por possuírem os mesmos traços formais e semânticos, de preenchedores verbais. O Funcionalismo e, sobretudo, a Linguística do TEXTO, vêm contribuir com a possibilidade de se estudarem as funções sintáticas do enunciado como um produto do contexto discursivo. Nomenclaturas como “coesão”, “topicalização”, “modalização”, por exemplo, surgem associadas aos estudos dos termos da oração, como sujeito, complementos, adjuntos, além de servirem de base também para o exame da sintaxe do período composto. Destaque para José Carlos de Azeredo (1999), o qual inclui as teorias do discurso e do TEXTO para explicar os fenômenos lingüísticos na construção e estruturação de mensagens.

Nosso capítulo inicial nos permite constatar que a distinção de nomenclaturas sempre existiu. O conflito, porém, foi apenas o resultado de uma trajetória histórica da gramática do português para a gramática do português do Brasil. Presenciamos a tentativa de se

unificar tudo para adjunto, depois separar os nomes, depois unificar para complementos. **A única certeza que fica é a de que muitos estudiosos afirmam que tanto complementos quanto os adjuntos podem assumir características iguais**, e que podemos ter funções distintas elencadas nas mesmas nomenclaturas. Diferenças há de nome, mas a essência dessas funções é a mesma.

Em nosso segundo capítulo, ao investigarmos as contribuições da Lingüística, notamos que o Estruturalismo situa complementos e adjuntos como sintagmas nominais preposicionados e adverbiais que atuam junto ao verbo da sentença. A contribuição do Funcionalismo lingüístico é fundamental, na medida que considera a gramática como um produto do discurso e este como a mola propulsora daquela. Gramática e discurso seriam indissociáveis, o que nos levaria a considerar que são fatores discursivos os responsáveis para a seleção de determinados complementos/ adjuntos verbais. Surge a contribuição da gramática de valências, a qual considera a frase como unidade do discurso e o núcleo dela o verbo. A grande contribuição dessa gramática é reconhecer que o sujeito tem igual importância em comparação aos complementos e adjuntos no processo de construir frases – o verbo seleciona elementos para lhe preencherem os lugares vazios. Os preenchedores de lugares são denominado actantes, os quais abarcam as funções tradicionais de sujeito, complementos, adjuntos, predicativos. Não existem mais “termos acessórios” e “integrantes”; verbos transitivos e intransitivos. O número de actantes determina as características sintáticas dos verbos, de forma que estes passam a ser monovalentes, bivalentes, trivalentes, de acordo com a quantidade de preenchedores actanciais. Segundo a gramática de valências, **adjuntos e complementos são idênticos, pois ambos podem determinar a sintaxe verbal**. Além disso, tanto um termo quanto o outro podem “circunscrever” o verbo, atuando como termos modificadores, assumindo a função de circunstantes. Consideramos, a partir daí, em nosso trabalho, dois tipos de actantes - APLC, preenchedores verbais previsíveis pelo léxico e pelo contexto, e os APL, previsíveis somente pelo léxico. Tal segmentação nos leva à percepção de que, alguns termos, freqüentemente considerados circunstantes, em função das intenções discursivas, podem ser preenchedores do verbo, segundo as próprias determinações de um dado contexto.

A valência semântica vem contribuir para o estabelecimento do papel temático que cada actante pode exercer. Mencionamos que, semelhante a essa orientação, são

desenvolvidos trabalhos gerativistas e funcionalistas, a exemplo de Halliday, com os “papéis de participação dos argumentos na transitividade”. Tais papéis de participação mostram-se equivalentes às funções semânticas dos actantes verbais relativos aos “estados de coisas”, expressos pelos verbos, segundo nos informam Busse & Vilela. Sendo assim, complementos e adjuntos podem assumir certos “papéis temáticos”, de participação no processo de restrição de seleção dos verbos, assumindo os papéis de [+ beneficiário]; [+animado]; [+locativo], por exemplo, dependendo do verbo e do contexto.

Os tradicionais complementos e adjuntos do verbo seriam equivalentes, inclusive, semanticamente. O ponto que ainda nos conduziu às investigações futuras, diz respeito a uma dúvida na gramática de valências: esta determina que os actantes são diferenciados, sintaticamente, pelo tipo de preposição e de pronome, em processo de substituição. Será que podemos distinguir actantes por meio desses elementos (preposições e substituições por pronomes)? **A dúvida** nos impulsionou a seguir adiante.

O terceiro capítulo abre um leque de possibilidades em relação à investigação da complementação e adjunção verbal. Percebemos que esses fenômenos estão a serviço da intencionalidade do produtor comunicativo. É a relação entre informação velha e nova que vai regular a maneira como tais termos sintáticos vão atuar em relação ao verbo e possibilitar a continuidade de sentidos no TEXTO. Verificamos que esses termos não passam de simples preenchedores do léxico verbal; mas atuam também na promoção da progressão TEXTUAL, podendo ser usados mais predominantemente explícitos, por retomadas, ou antecipações, dependendo do teor de previsibilidade da informação “nova”. Estabelecemos um conceito de informatividade, segundo as determinações de Costa Val e dos subprincípios de iconicidade de Givón, para prosseguirmos na inspeção dos actantes. Construímos uma tipologia de funcionamento dos actantes “APLC” e percebemos que eles podem ocorrer das seguintes formas, para promover a progressão TEXTUAL:

1) Actantes na forma explícita.

2) Actantes retomados:

a) Por anáfora nominal (nominalização 1 – substantivo deverbal/ nominalização 2 – substantivo não deverbal);

b) Por pronominalização (substituição dos actantes por pronomes oblíquos, retos em função determinante e relativos);

c) Por anáfora pronominal (retomadas por sintagmas de núcleo pronominal reto, demonstrativos e advérbios pronominais).

d) Por anáfora zero.

3) Actantes antecipadores (catafóricos)

A grande conclusão a que chegamos, neste capítulo, diz respeito à associação de cada emprego actancial à construção de informatividade. Percebemos que, quando esses actantes ocorrem em sua forma explícita, o TEXTO possui grande quantidade de forma, de elementos gramaticais. Obtivemos como resultado, inclusive, o fato de que os actantes explícitos podem servir de âncoras para a progressão de sentidos, desempenhando um papel TEXTUAL de antecipadores de informações, ou catáforas. Os ensinamentos de Givón também nos possibilitaram constatar que, quanto mais informativo o TEXTO, quanto mais informação desconhecida trazer; maior quantidade de forma precisará; mais actantes explícitos serão necessários. Sendo assim, quanto mais informações “velhas”, ou compartilhadas as produções TEXTUAIS cultivarem, menos forma terá a produção comunicativa, mais actantes retomados e/ ou antecipados serão empregados. Chegamos a uma conclusão parcial de que o nível de informação desconhecida influencia no tipo e na quantidade de forma. Em produções comunicativas, com maior grau de informatividade e pouca previsibilidade, são empregadas determinadas formas actanciais; em TEXTOS com baixa informatividade e alta previsibilidade, outras estruturas actanciais são privilegiadas. **As formas assumidas em um dado conTEXTO, portanto, espelham os conteúdos que se desejam expor. Por meio da seleção de uma forma actancial e não de outra, a expressão se converte em comunicação;** o individual se externaliza no social, o que estava na esfera do pensamento, toma forma por meio dos recursos que a língua disponibiliza aos falantes; dentre eles os empregos actanciais “APLC”.

No último capítulo, obtivemos algumas surpresas. As produções TEXTUAIS escolhidas para aplicação de nossa tipologia – os editoriais e as cartas dos leitores – trabalharam bem a argumentatividade na construção da informatividade e, cada emprego

sintático, mostrou objetivos comunicativos específicos. Em relação ao emprego de actantes, notamos que:

Os editoriais e os artigos interpretativos são TEXTOS que constroem a voz do jornal, formam opinião. Utilizam-se essas composições de grande teor de argumentatividade, pois constroem a subjetividade, “a cara”, ou a personalidade do jornal. Conseqüentemente, observamos os actantes explícitos, devido a grande quantidade de informação nova que passa a constituir a voz do jornal. Os actantes desempenham a função TEXTUAL de antecipação e contribuem para maior informatividade; desempenham o papel sintático de preenchedores APLC; podem ser igualados semanticamente, dependendo da intencionalidade do produtor. No TEXTO de Martinho da Vila, por exemplo, observamos que os actantes de valor temporal são absolutamente equivalentes aos locativos, já que há uma espécie de preferência por um tipo de samba, realizado especificamente em um determinado lugar (em terreiros de “chão batido”), em uma época específica (época antiga, em que as composições carnavalescas eram mais valorizadas). Os actantes, em editoriais, aparecem predominantemente na forma “1”, a forma actancial explícita.

Notamos, curiosamente, que as cartas dos leitores e as cartas de respostas aos leitores possuem características peculiares, que influenciam no comportamento TEXTUAL dos actantes verbais. Essas comunicações trabalham com dois tipos de informações: a “velha”, ou compartilhada, que é a opinião construída pelo jornal; e a “nova” ou desconhecida, que constitui crítica, queixa ou denúncia do “Eu comunicante”. Como o nível de informação compartilhada é quase equivalente ou pouco inferior ao da informação nova, os actantes são predominantemente empregados por retomadas. Observamos os seguinte resultados:

1) Em cartas dos leitores ou de respostas aos leitores:

INFORMATIVIDADE = informação compartilhada (voz do jornal) + informação nova (crítica, denúncia, queixa). Informação compartilhada = ou pouco inferior à nova.

2) Grande quantidade de actantes sob a forma de retomada. Para garantir a progressão TEXTUAL dessas comunicações, **os elementos actanciais são recuperados por formas remissivas: assumem uma forma menor, em virtude da iconicidade, pois há a quase equivalência entre a informação velha e a nova. Logo: menos informatividade, menos forma.**

3) **Os actantes desempenham a função TEXTUAL de elementos de referência, por serem retomados por determinados elementos gramaticais e ou lexicais**, conferindo uma informatividade mediana à comunicação.

4) **As formas remissivas mais produtivas foram as de ANÁFORA NOMINAL 2, ou nominalização**. Constatamos que, curiosamente, a anáfora nominal 1, não foi encontrada. Esperávamos encontrar casos como os parecidos com o exemplo hipotético “O governo necessitava de subsídios para a ação. Essa necessidade (...)”, em que a nominalização “necessidade”, por exemplo, far-se-ia por uma motivação morfológica, por meio de um substantivo verbal. Ao contrário, encontramos em maior número, dentre os casos de anáfora, a nominalização 2. Percebemos que ela nos oferece uma condensação de toda a predicação (verbo + actante, os quais são recuperados por um elemento nominal). Essa condensação possibilita:

- **A mesma característica entre os actantes, já que tanto os tradicionais complementos indiretos, quanto os adjuntos podem ser condensados juntamente aos seus verbos**, para garantir a continuidade de sentidos:

- **Expressar a subjetividade do emissor**, uma vez que o núcleo nominal que realiza a condensação é de escolha de quem fala/ escreve. Os falantes/ escreventes, mediante uma série de opções lexicais, selecionam aquela que será mais adequada aos seus propósitos comunicativos para condensar a predicação. Como as cartas são comunicações nas quais se percebe um trabalho cuidadoso com a argumentatividade, embora esta seja menor do que o trabalho realizado nos editoriais, a nominalização 2, predomina, em sua forma conceitualmente motivada.

5) Enquanto a nominalização recupera o conjunto “verbo + actante”, a anáfora pronominal e a pronominalização retomam os próprios actantes. Em relação à anáfora pronominal, constatamos que os mesmos elementos gramaticais atuam enquanto forma remissiva: pronomes retos e demonstrativos. Sendo assim, os actantes são referência para as mesmas formas que “carregam” a identidade desses elementos para promover a progressão TEXTUAL. Esses núcleos pronominais, freqüentemente, assumem a função sintática de sujeito ou complemento ao qual estão relacionados, sendo mais comum, inclusive, as formas remissivas dos actantes atuarem enquanto sujeito. **Não há identidade sintática entre formas do TEXTO: um objeto indireto não será retomado apenas como tal -**

poderá ser recuperado como sujeito, complemento ou adjunto. O mesmo ocorre com os adjuntos. E assim ocorrem quando “OIs” e “ADVs” estão sendo as referentes TEXTUAIS para as variadas formas remissivas.

6) No que diz respeito à pronominalização, notamos que não há “uma regra” de identificação entre os oblíquos que, no TEXTO, retomam os tradicionais objetos indiretos e os que recuperam adjuntos. Observamos casos em que o pronome “lhe” substituíra elementos locativos, os quais, logo adiante, na informação TEXTUAL, eram retomados por anáfora pronominal “LÁ”. Da mesma forma, advérbios pronominais retomavam objetos indiretos. Não podemos afirmar, quando se trata da construção da informatividade, quando estão envolvidos elementos discursivos, como intencionalidade, aceitabilidade, argumentatividade, situacionalidade, somente os oblíquos “lhe” ou as formas “a ele/ela” recuperam complementos indiretos e relativos, ao passo que advérbios pronominais resgatam somente adjuntos. **EM nível TEXTUAL verificamos um caso de NEUTRALIZAÇÃO PRONOMINAL:** a divisão que a gramática de valências propõe, no que diz respeito à substituição de pronomes, para identificar os diferentes actantes, não cabe aqui. **As formas remissivas que substituem os actantes podem variar, de acordo com as intenções de quem fala/ escreve.**

7) Constatamos, em carta, apenas um caso de catáfora e de substituição por zero. Podemos justificar essa quase “nula” ocorrência desses casos em virtude do caráter das produções examinadas:

a) O quase equilíbrio entre informação velha e nova, nas cartas, exige a presença de actantes mais como referências para retomadas anafóricas, em virtude da garantia de progressão TEXTUAL nessas comunicações que têm um grau mediano de informatividade. A catáfora exige o processo inverso: com ela são os actantes as formas remissivas e, uma estrutura como essa, exigiria mais forma, mais complexidade de informação, mais informações novas.

b) A presença de informação nova, ainda que não seja predominante nessas cartas, inibe o emprego nulo da retomada actancial, uma vez que temos mais dados postos do que inferíveis pelo contexto – postos porque, de um lado, explicita-se a informação compartilhada, a “voz do jornal” para em seguida combatê-la ou aprová-la; de outro, mostra-se a informação nova, a contribuição propriamente dita do leitor.

8) Quanto às preposições, destacamos a contribuição de alguns autores, como Azeredo que afirmam ser aquelas esvaziadas de sentido introdutórias de complementos e as semanticamente independentes, encabeçadoras de adjuntos. Aproveitamos essa lição para constarmos que os actantes em forma explícita, os “APLC”, têm suas preposições determinadas, sobretudo, pelo núcleo do sintagma actancial, que é selecionado pela semântica verbal e atende, igualmente, à situação discursiva. As preposições, quando introdutoras de sintagmas mediante as condições de produção TEXTUAL, podem iniciar tanto actantes quanto circunstantes (iniciarão actantes quando considerados o léxico e o contexto; iniciarão circunstantes quando considerado apenas o contexto).

7. CONCLUSÃO

Em meio às dúvidas que nos permitiram chegar a essas respostas, temos a certeza de que um movimento inicial foi dado em relação à questão TEXTUAL da complementação e adjunção verbal. Esperamos que as futuras dúvidas, que se formam a partir de então, estimulem novas pesquisas em busca de mais certezas. Acreditamos que “um sujeito aprende um objeto”, suas características sintáticas e prováveis papéis semânticos, para inteirar-se de mais um recurso da língua que pode ser usado em favor da intencionalidade, na regulação da informatividade e na expressão da argumentatividade. Operar com objetos ou operar com adjuntos significa operar com actantes - há uma neutralização da diferença, já que ambos estão sujeitos às mesmas regras de organização no TEXTO. Se usados na forma sintagmática explícita, provocam certos efeitos de informatividade; caso sejam empregados como referências para formas remissivas, conduzem a outro trabalho com a informatividade e com a previsibilidade. Não negamos as contribuições da tradição – acreditamos que ensinar as diferenças entre um objeto e um adjunto do verbo constituiu um momento da orientação gramatical no Brasil, em que havia a necessidade de investigar essas funções em frases independentes, para melhor entender as regras de construção de orações e de funcionamento da língua. Atualmente, porém, devemos nos valer desses ensinamentos para investigarmos essas constatações em nível TEXTUAL, uma vez que a língua é vista como palco para as atuações dos sujeitos discursivos e, o que estes precisam saber, é como usar, da melhor forma, os recursos sintáticos da língua para alcançarem os seus propósitos comunicativos. Um sujeito aprende um objeto, um adjunto, um sujeito ou qualquer outro termo da sintaxe da oração para trabalhar, de forma mais eficiente, a sua produção TEXTUAL, para alcançar, sem dúvidas, mas com toda a certeza, a aceitabilidade de seu interlocutores.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de (1999). “Aspectos semântico-textuais do nome e da nominalização”. In: VALENTE, André Crim (org.). *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. São Paulo, Cultrix.

_____ (2004). *Fundamentos da Gramática do Português*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

_____ (2000). *Iniciação à Sintaxe do Português*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

BALDINI, Bruno (1998). “Crônicas e controvérsias”. In: *Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos* (1998). Campinas, Pontes, nº 1.

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem* (1881). 7ª ed. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa: cursos de 1º e 2º graus* (1976). 2ª Ed. S. Paulo, Ed. Nacional.

_____ (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro, Lucerna.

_____ (2001). “Nomenclatura Gramatical Brasileira: um necessário passo à frente”. In: HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). *Caderno de Língua Portuguesa, Especial 40 anos de nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro, UERJ – Instituto de Letras.

BORBA, Francisco da Silva (1994). *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo, Unesp.

- _____ (1994). *Gramatica de Valências*. São Paulo, Ática
- BUENO, Francisco da Silveira (1963). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa, curso superior* (6ª ed.). São Paulo, Saraiva.
- BUSSE, Winfried & VILELA, Mário (1986). *Gramática de valências. apresentação e esboço de aplicação à língua portuguesa*. Coimbra, Almedina.
- CHARAUDEAU, Patrick (1996). “Para uma nova análise do discurso”. In: CARNEIRO, Augustinho Dias (org.). *O discurso da Mídia*. Rio de Janeiro, Oficina do autor.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (1985). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DUBOIS, Jean *et alli* (1973). *Dicionário de Lingüística*. São Paulo, Cultrix.
- FERNANDES, Francisco (1942). *Dicionário de verbos e regimes*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Globo.
- FILLMORE, Charles J (1997). “Em favor dos casos”. In: LOBATO, Lúcia Maria P. (org.). *A semântica na lingüística moderna. O léxico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- GHIO, Elisa (2005). *Manual de Lingüística Sistêmico Funcional: el enfoque de M.A.K Halliday Y. R. Hasan: aplicaciones a la lengua espanica*. 1ª ed. Santa Fé, Universidade Nacional Del Litoral.
- GIVÓN, T. (1995). *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- GÓIS, Carlos. *Sintaxe de regência* (1938). Rio de Janeiro, Francisco Alves.

GUIMARÃES, Eduardo (1994). “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: a Gramatização Brasileira” In GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni (orgs.). *Língua e Cidadania*. Campinas, Pontes.

_____ (1997). “História da Gramática no Brasil e ensino”. In GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni, *Série Relatos: relatos n°5*. Campinas, UNICAMP.

_____ (2004). *História da Semântica: Sujeito, sentido e Gramática no Brasil*. Campinas, Pontes.

HALLIDAY, M. A. K. “Estrutura e função da linguagem”. In: LYONS, John, (org) (1976). *Novos horizontes em Lingüísticas. (New horizons in Linguistics)*. Trad.: Geraldo Cintra, Carlos Vogt, Edward Lopes, Jesus Antônio Durigan, José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/ Universidade de São Paulo.

HENRIQUES, Claudio Cezar (2001). “Nomenclatura Hoje”. In: Claudio Cezar Henriques (org.), *Caderno de Língua Portuguesa, Especial 40 anos de nomenclatura Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Letras.

KLEIMAN, Ângela B. (2000). *Oficina de leitura: teoria e prática*. 7ªed. Campinas, Pontes.

KOCH, Ingedore & TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2002). *A coerência textual*. São Paulo, Contexto.

_____ (1997). *A coesão textual*. São Paulo, Contexto.

_____ (2002). *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez.

_____ & FÁVERO, Leonor Lopes (2000). *Lingüística Textual: introdução*. 5.ed. São Paulo, Cortez.

LAGE, Nilson (1990). *Linguagem jornalística*. 3ª ed. São Paulo, Cultrix.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957). 2ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguit.

MACAMBIRA, José Rebouças (1987). *A Estrutura Morfo-sintática do Português*. 6ª ed., São Paulo, Pioneira.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descritiva* (1928). Rio de Janeiro, Francisco Alves.

MARTELOTTA, Mário Eduardo Toscano & ÁREAS, Eduardo Kenedy (2003). “A visão funcionalista da linguagem no século XX”. In: *Linguística funcional: teoria e prática*. MARTELOTTA, M.E et alli (orgs.). Rio de Janeiro, DP&A.

_____, VOTRE, Sebastião Josué & CEZÁRIO, Maria Maura (1996). *Gramaticalização no português do Brasil – uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

NASCENTES, Antenor (1939). *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

NEVES, Maria Helena de Moura (2002). *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo, UNESP.

_____ (1997). *Gramática Funcional*. São Paulo, Martins fontes.

OITICICA, José. *Manual de Análise: Léxica e Sintática*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

PÊCHEUX, Michel (1999). “Papel da memória”. In: ACHARD, Pierre (et al). *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, Pontes.

PEREIRA, Soraia Farias Reolon (2001). *A complementação nominal em português: construção sintagmática e expressão textual*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UERJ.

PERINI, Mário (1996). *Gramática Descritiva do Português*. 2ª ed. São Paulo, Ática.

_____ (1989). *Sintaxe portuguesa. Metodologia e funções*. São Paulo, Ática.

RIBEIRO, João (1930). *Grammatica Portugueza*. 21ªed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.

RIBEIRO, Júlio *Grammatica Portugueza* (1881). Jorge Seckler, São Paulo.

SILVA, Gustavo Adolfo Pinheiro da (2001). “História das idéias gramaticais” In: *Caderno Seminal*. V.11. Rio de Janeiro, UERJ.

SILVA, Fátima (2000). “Entre a gramática tradicional e gramática de valências”. In: FONSECA, Irene Fernanda, DUARTE, Isabel Margarida & FIGUEIREDO, Olívia. *A Lingüística na formação do professor de português*. Porto, Centro de Lingüística da Universidade do Porto.

WEEDWOOD, Bárbara. *História Concisa da Lingüística* (2002). (Trad.) Marcos Bagno. São Paulo, Parábola Editorial.

VAL, Maria da Graça Costa (1991). *Redação e textualidade*. São Paulo, Martins Fontes.

VILELA, Mario (1992). *Gramática de Valências: teoria e aplicação*. Coimbra, Almedina.

_____ & BUSSE, Winfried (1986). *Gramática de Valências*. Coimbra, Almedina.

REFERÊNCIAS DE SITES.

LANGER, Jonni (2003). *O mito do dragão na Escandinávia: período Viking*. Disponível em: http://www.brathair.com/Revista/N5/mito_dragao.pdf.

<http://www.globo.com>

<http://www.odia.com.br/jornal>.

9- ANEXOS

ANEXO I: cartas dos leitores.

Jornal *O Globo* – Obras de Garotinho (21/03/2006).

ANEXO II: cartas dos leitores.

Jornal *O Globo* – sem título (23/03/2006).

Obras de Garotinho

Uma das piores situações que acontecem no Rio é a existência política de Garotinho e Rosinha. O caos é geral: segurança, saúde, transportes, estradas, investimentos públicos. A bandalheira corre livre em anúncios de obras e feitos fantasmas ou inacabados e malfeitos, conforme tão bem noticiou O GLOBO. Eu pessoalmente corro risco permanente de vida pela não entrega de medicamentos especiais que são pagos pela federação e deveriam ser distribuídos pelo estado. A verba foi cruelmente desviada para a Farmácia Popular. Não os recebo desde outubro. Sobrevivo por obra divina.

DERMEVAL DE OLIVEIRA, (por e-mail), Rio, 21/03/2006.

- Os governantes precisam tomar consciência de que a única saída para o Brasil é investir maciçamente na educação, levando as crianças para a escola, investindo principalmente no ensino básico e no ensino profissionalizante, no esporte e nas aptidões de cada um. Não adianta Bolsa isso, Bolsa aquilo, que este país não precisa de esmola. A política não deve nem pode ser imediatista, porque a solução leva tempo, muito trabalho e muita vontade.

DENISE CALIXTO MANDARO, (por e-mail), Rio, 23/03/2006.

ANEXO III: artigo interpretativo.

Jornal *O Globo* – O Medo da Vaia (15/03/2006)

Parece que o momento de maior constrangimento vivido pelo general Francisco Albuquerque, o tal que exigiu embarcar com a mulher no avião que já estava na pista se preparando para decolar, foi quando os dois entraram no aparelho e foram recebidos pelos passageiros com uma estrepitosa vaia. O comandante do Exército se irritou, tentou discursar, mas acabou impotente diante de uma arma contra a qual nada podia fazer. Se “todas as vaias são boas, inclusive as más”, como dizia Nelson Rodrigues, imagine as boas. E essa foi excelente, porque cívica.

Talvez o país esteja descobrindo que mesmo aqueles políticos que não temem o ridículo, que não estão nem aí para a má reputação, que não se importam em manchar a biografia, tremem diante da iminência de um apupo. É possível que Severino Cavalcanti tivesse começado a cair quando recebeu aquela monumental vaia no comício de comemoração do Dia do Trabalho do ano passado. Lula evitou comparecer a algumas solenidades com medo de ser vaiado. No último fim de semana, muitos parlamentares embarcaram em Brasília sem o broche de deputado e usando carteira comum de identidade, conforme registrou Jorge Bastos Moreno, que comentou: “Deve ser duro sentir vergonha da própria atividade”.

No seu discurso antes de ser absolvido pelo plenário — depois que o Conselho de Ética da Câmara recomendou sua cassação por ter recebido R\$ 102 mil da Usiminas, não declarados e repassados pela empresa de Marcos Valério — o deputado Roberto Brandt conclamou os companheiros a se rebelarem contra a opinião pública que cobra punições dos acusados. Afirmou que o Congresso não poderia se curvar: “Os parlamentares têm que enfrentar a opinião pública, pois ela não é o povo; é muito menor do que ele”.

Terminou o discurso aplaudido de pé, foi absolvido e saiu para comemorar com parentes e amigos (o professor Luizinho fez o mesmo, mas de maneira mais discreta). A celebração da vitória de Brandt com direito a champanhe e foto foi o seu jeito de “enfrentar a opinião pública”, e afrontá-la. Resta saber como esta responderá. Mais precavido, pois sabe que a reação indignada pode atingir até os inocentes, o presidente da CPI dos Correios, deputado Delcídio Amaral, advertiu seus colegas para o risco de “não poderem mais sair às ruas” em consequência da grande pizzaria em que se transformou o Congresso. Já que não conseguia sensibilizá-los pelo apelo moral, recorreu ao fantasma que ameaça perseguir cada um deles: o perigo de ir a um restaurante, a um cinema, ao estádio de futebol, tomar um avião, circular por um shopping ou uma calçada, levar um filho à escola. O medo da vaia.

Zuenir Ventura. O Globo on-line.

ANEXO IV: cartas dos leitores.

Jornal *O Globo* – Voto às claras (13/03/2006)

ANEXO V: cartas dos leitores

Jornal *O Globo* – sem título (25/04/2006)

ANEXO VI: cartas dos leitores

Jornal *O Dia* – Estrada de Sepetiba em péssimo estado (15/05/2006)

Voto às claras

- O Brasil precisa conhecer quais são os deputados corruptos, prostituídos, desleais, infiéis, hipócritas e de que forma representam os seus eleitores. Ou seja: o voto aberto torna-se necessário e fundamental para que as máscaras dos “bonzinhos” caiam rapidamente. É uma exigência inegociável.

David Neto

(por e-mail, 13/03), São Paulo, Sp

- Leis idiotas servem para não serem respeitadas e essa é mais uma!

Rafael Barbosa Viana (via Globo on line, 25/4), Rio

ESTRADA DE SEPETIBA EM PÉSSIMO ESTADO
ANA CLÁUDIA BRAGA

Quero reclamar das péssimas condições na Estrada de Sepetiba, entre o largo do Aarão e a praça santa Cruz. A secretatia de Habilitação está fazendo obras, mas apenas em parte dela, que está tomada por mato e buracos. Solicitamos providências urgentes!

Por e-mail, 15/05/2006

ANEXO VII: artigo interpretativo.
Jornal *O Dia* – Delação premiada (2/04/2006)

Delação premiada

Originária das Filipinas e recentemente inspirada no modelo do Direito Italiano, que amplamente aplicou nos processos contra o crime organizado, a delação premiada foi introduzida na nossa legislação penal com o advento da Lei 9034/95 (repressão ao crime organizado). Concebida como um instrumento coadjuvante no esforço do Ministério Público para obtenção de provas contra os acusados nos crimes de autoria coletiva, a delação premiada oferece vantagens no processo ao réu, como a sensível redução de sua pena, se ele concorda em colaborar com as autoridades no sentido de revelar fatos que propiciem a elucidação do crime e de sua autoria.

Abstraindo-se o aspecto cultural da desconfiança de nosso povo em relação à figura do delator (afinal de contas, foi um deles que mandou ao cadafalso nosso Tiradentes), esse tipo de colaboração do réu arrependido pode objetivamente trazer benefícios para a administração da justiça criminal. Se o delator, por exemplo, releva a existência e localização de concretos elementos para a produção da prova, como o local do corpo da vítima executada, ou dos documentos que possam incriminar outros envolvidos, pode-se admitir que a delação premiada foi utilizada em favor da sociedade. Mas o uso das informações do acusado colaborador se torna bastante temerário quando se resumem às acusações que ele lança contra seus companheiros de processo, muitas vezes com o exclusivo propósito de fazer média com o órgão do Ministério Público que lhe propôs ou dele aceitou a oferta de delação. Nesses casos, aconselha a prudência que o juiz considere com grande reserva o valor de prova das palavras do delator.

Advogado e professor de Direito Penal e Econômico da FGV

José Carlos Tórtima. *O Dia* on-line.

Anexo VIII: artigo interpretativo.

Jornal O Dia – Cadê o Ali Babá? (2/05/2006)

Cadê o Ali Babá?

O Brasil é campeão mundial em vários setores: na saúde, comparado com países africanos, a malária, a lepra e a dengue nos colocam como líder: na educação, os números são estarrecedores diante da situação educacional do Chile: na economia, o crescimento econômico de 2,3% supera apenas o do Haiti; no mercado de trabalho juvenil, na faixa de 16 a 24 anos, projetam-se 3,5 milhões de desempregados. Mas o troféu que mais deve orgulhar a organização criminosa do PT e o governo Lula é o da quadrilha dos 40 bandidos, que foram denunciados no Relatório do Ministério público pela figura ilustre, simbólica, rigorosa e guardiã da ética do procurador-geral da República. o relatório elenca os crimes cometidos pelos atores criminosos do PT, que vai da lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva ao peculato. Os escândalos petistas colocam o Brasil ante a comunidade internacional como se fosse uma república africana, governada por ditadores facistas e corruptos. O presidente Lula continua imune às acusações que atingiram seus líderes. No campo político, permanece blindado pelo manto social do Bolsa Família, que contempla milhões de miseráveis pelo capital financeiro e pela falta de oposição corajosa no Congresso. As oposições, em um ano de CPI's, perderam o momento certo de solicitar o impeachment do Lula.

Diante de tantos escândalos, um jovem em Porto Alegre é preso em flagrante ao furtar uma galinha e dois ovos, enquanto profissionais do crime, como Marcos Valério e outros, estão livres. O povo espera que o Congresso, a Justiça e as urnas dizimem a quadrilha do PT e encontrem o verdadeiro chefe: o Ali Babá.

Economista e professor.

Wilson Diniz. O Dia on-line.

Anexo IX: editorial.

Jornal *O Dia* – Prejuízo para todos (2/05/2006)

Prejuízo para todos

Prejuízo para todos Hoje os deputados federais têm uma grande oportunidade de demonstrar se realmente representam os interesses da população. Será votada uma medida provisória que, pelas modificações sofridas, inverte o custeio do vale-transporte entre empregadores e empregados. Aprovada a novidade, as empresas passariam a arcar com apenas 6% do valor das passagens, percentual que hoje cabe aos trabalhadores. Uma mudança ilógica.

O vale-transporte foi criado em 1985 para proteger o trabalhador, impedindo que ele precise desfalcar sua sempre escassa remuneração para deslocar-se até o emprego. Nada mais justo, pois é desumano obrigar as pessoas a praticamente pagarem para trabalhar. Aumentar a participação do trabalhador no custeio da passagem, por isso, derrubaria completamente a razão de ser do benefício.

As atenções voltam-se agora para os deputados. Eles devem pensar não só na repercussão de sua decisão entre os eleitores, mas também que até as empresas serão prejudicadas se a mudança for aprovada. Afinal, tal prejuízo refletir-se-ia na disposição para o trabalho e no resultado da produção.

Editorial. O Dia On-line.

Anexo X: artigo interpretativo.

Jornal *O Globo* – FFHH e Lula melhoram o Brasil (26/04/2006)

FFHH e Lula melhoram o Brasil

Um trabalho de três economistas, divulgado pelo Banco Mundial, insiste: o Brasil deixou de disputar com Serra Leoa o título de campeão da desigualdade mundial. Em 2004 foi rebaixado da segunda posição, onde estava em 1989, para a décima. A partir de 1993 a sociedade brasileira tornou-se menos injusta. A população que vive abaixo da linha da pobreza foi reduzida em 25%. Mérito dos oito anos de FFHH, entre outros fatores, graças ao restabelecimento do valor da moeda, e de dois anos de Lula, com a expansão da herança bendita das políticas sociais do tucanato. Quais? O Projeto Alvorada (1994-95), o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação, de 2000, todos convertidos e ampliados, em 2003, no Bolsa Família.

Tomados isoladamente, os programas do New Deal do presidente americano Franklin Roosevelt (1933-1945) deram resultados irregulares. Renda, não redistribuíram. O que deu certo foi o conjunto, pela segurança econômica que ofereceu aos cidadãos. Com FFHH sucedeu o contrário. Os programas deram certo, mas a soberba transmitiu uma insegurança social que o conjunto acabou carimbado como fracasso. Nosso Guia inverteu a conta. Sustenta que os programas dos outros só deram certo depois de sua chegada ao Planalto. Acredita quem quer.

O tucanato sonha com uma campanha eleitoral na qual demonstrará que o governo petista é uma usina de incompetência. Nosso Guia sonha com uma campanha na qual provará que, nove fora a quadrilha-companheira, seu governo fez pelo andar de baixo o que o de cima não conseguiu fazer em 606 anos. (O Brasil tem 506 anos, mas Lula acha que está um século adiante de seu tempo.) Tentando desmerecer o outro, dedicam-se a um canibalismo que rebaixa o debate, avilta os participantes e banaliza a disputa.

Nosso Guia tem razão quando critica o pessimismo compulsivo de seus adversários. Reuenta a queixa de FFHH diante dos "fracassomaníacos".

Pois foi Lula quem disse o seguinte, durante a campanha de 1998: "Como Deus é grande, e ainda não foi privatizado, o desemprego subiu." (Em agosto de 1998 a taxa de desemprego na Grande São Paulo fechou em 18,2%. Em agosto passado a choldra convivia com 16,9%.)

Numa campanha em que os candidatos disputam um campeonato de certezas sopradas pela marquetagem, o trabalho do Banco Mundial é um regalo intelectual. São três os seus autores: Francisco Ferreira (Banco Mundial), Phillippe Leite (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, a EHESS francesa) e Julie Litchfield (Universidade de Sussex). Eles oferecem algumas explicações para o progresso social brasileiro. Uma foi a estabilidade da moeda. A trinca brilha no rigor com que enuncia as dúvidas. Buscaram explicações para a redução da desigualdade em aspectos que raramente entram no debate dos candidatos. Coisas como a diminuição das disparidades regionais e raciais. O que aproximou o Brasil rural do urbano? Foi o agronegócio? A aposentadoria dos lavradores? Eles perguntam também se o aumento real do salário mínimo registrado a partir de 1994 não teria sido um fator relevante, ainda que pouco discutido.

Ferreira, Leite e Litchfield deram uma contribuição para a redução das desigualdades intelectuais nas campanhas presidenciais brasileiras.

Serviço: O trabalho pode ser baixado a partir do sítio do Banco Mundial (www.worldbank.org). Infelizmente, está em inglês. Deve-se buscar o documento WPS3867, intitulado "The rise and fall of Brazilian inequality", 1981-2004 (Ascensão e queda da desigualdade brasileira, 1981-2004).

ANEXO XI: artigo interpretativo.
Jornal *O Globo* – Aproveite Ipanema (26/04/2006)

Zuenir Ventura, Página 7

Aproveite, Ipanema!

Por trazerem boas recordações, os 112 anos que Ipanema completa hoje em meio aos dissabores do presente correm o risco de estimular a tendência de evasão que se observa em tanta gente, até mesmo em jovens. Muitos cariocas estão querendo fugir para fora do lugar e outros para fora do tempo. Uns procuram cidades menos violentas, outros olham para trás como quem vê um paraíso perdido. Para ficar livre de um presente desagradável, refugiam-se numa das melhores saudades que existe, porque a idealizam, a do não vivido.

Razões não faltam. A exemplo do Rio, de que é o símbolo mais conspícuo, o bairro da famosa garota se degradou muito nesses últimos anos, com suas ruas e calçadas cheias de quebra-ossos, com os assaltos e a invasão dos pivetes, e com a proliferação das atividades informais, quando não ilegais. Conheço quem, morando num primeiro andar da Avenida Vieira Souto, cujo metro quadrado é dos mais caros do mundo, quer vender o apartamento porque dele deixou-se de avistar o mar, só as Kombis dos comerciantes da areia estacionadas no canteiro central.

Ainda assim, Ipanema tem um elevado IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Se fosse uma república independente, apareceria no ranking internacional à frente da Noruega e da Suécia. Porém, tal qual a cidade e o estado, o bairro não assegura aos seus moradores do asfalto e muito menos dos morros os mínimos valores republicanos e o direito básico de viver em paz. De que adiantam nossas belezas naturais, se predominam a sujeira, o barulho, a transgressão, a insegurança e a agressividade?

Está se precisando de algo mais radical para abolir a cultura da bandalha, pondo fim aos vícios da desobediência civil e da tolerância máxima com os pequenos delitos. Que se faça a revolução dos bons modos, restaurando a gentileza, a civilidade e a ordem urbana. Que as calçadas voltem a ser o sagrado espaço dos pedestres, sem os automóveis estacionados e sem o atropelo das bicicletas e dos carros de entrega.

Alô, burguesia de Ipanema" (como diz o grito de guerra do bloco Simpatia é Quase Amor). Que a elite dê o exemplo de cidadania e as damas chiques não levem seus cachorros para fazer cocô nas calçadas - quando acontecer, que o produto volte para o lixo embrulhado em plástico. Que os pitboys e os pitbulls deixem de ser uma ameaça. Que não seja mais possível tropeçar em nosso futuro cheirando cola.

Essas conquistas não têm que ser uma busca nostálgica nos tempos de outrora. Os anos dourados, "quando Ipanema era só felicidade", também tinham seus problemas. A distância e a idealização é que não deixam vê-los. Futuro há muitos. Passado a gente inventa. Só o presente é único.

Carpe Diem, Ipanema.

ANEXO XII: cartas dos leitores

Jornal *O Dia* – Sistema caótico (15/ 03/ 2006)

ANEXO XIII: charge

Jornal *O Globo* – E se a gente caísse na real

Sistema Caótico

Minha empregada sofreu uma crise renal. Depois de medicada precisou de tratamento. Aconselhei-a a ir ao Miguel Couto, que informou não ter como atendê-la. (...) foi encaminhada ao Fundão. Acabei levando-a ao meu médico particular. Pobre do nosso povo que não tem ninguém a quem recorrer.

José Câmara, (por e-mail), Rio de Janeiro, Rj, O DIA, 15/03/2006.



E se a gente caísse na real e lançasse o Pedro Simon para presidente?

ANEXO XIV: artigo interpretativo

Jornal *O Dia* – Grito de carnaval (3/06/2006)

GRITO DE CARNAVAL

Houve um tempo em que depois do domingo gordo, não havia carnaval nem micareta. Só o bloco da Chave de Ouro, rebelde, desfilava no Engenho de Dentro, na Quarta-feira de cinzas, dia santo, sob repressão policial. Como era bom correr da polícia!

O resultado dos desfiles só saía no sábado seguinte. As vencedoras festejavam, mas a festa da vitória só acontecia depois da quaresma, no Sábado de Aleluia. Durante a Páscoa, todas as escolas faziam festa, independente da colocação alcançada, pois conseguir desfilarem era considerado um triunfo. No inverno as baterias se calavam, e as diretorias se reuniam para pensar no próximo desfile. Na primavera, cada escola dava seu grito de carnaval, ponto de partida para começar os preparativos. Nos primeiros ensaios, parava-se para ouvir as novas criações dos compositores, o samba de terreiro, assim chamado porque as escolas ensaiavam em terrenos de chão batido. Os sambas que se destacavam eram cantados antes do desfile oficial. Os “de terreiro” passaram a ser identificados como “de quadra”, quando o samba desceu para o asfalto.

Com as mudanças, mal sai o resultado e já se pensa no carnaval seguinte. Estamos ainda no início de junho, e quase todas as escolas já escolheram o tema. Há carnavalescos que já estão trabalhando e os ensaios começarão com a mostra de samba-enredo.

O samba de quadra acabou, que pena! Na segunda-feira já vai ser sorteada a ordem dos desfiles do Grupo Especial, numa grande festa no Canecão. Eu estarei lá, cantando meus enredos com a Velha Guarda Musical da Vila Isabel. Será o grito de carnaval da LIESA.

Martinho da Vila. *O Dia On-line.*

ANEXO XV: editorial

Jornal *O Globo* – Dificil solução (18/05/2006)

Difícil Solução

Não admira que o presidente George W. Bush tenha perdido o rumo na questão da política de imigração. É o que acontece quando governantes procuram resolver problemas complexos pensando mais na própria sobrevivência do que nos interesses dos governados. Diante do Congresso dividido, sob o peso da opinião pública que exige severidade, e acuado por gigantescas manifestações de imigrantes que se sentem ameaçados, Bush tateia em busca de terreno comum. E em seu esforço para agradar a todos está desagradando a democratas, a correligionários e ao eleitorado de origem latino-americana.

De um lado, recomenda mais rigor no policiamento das fronteiras; de outro, propõe uma lei que ofereça aos estrangeiros em situação ilegal — calcula-se que sejam 12 milhões — a possibilidade de cidadania. E reage às críticas afirmando que as duas medidas são complementares e não excludentes: “Os Estados Unidos podem ser ao mesmo tempo uma sociedade sob o império da lei e uma sociedade de braços abertos.”

Outra solução que apresenta é a de conceder licença de três anos a quem queira ir aos EUA fazer o serviço que os americanos rejeitam. Esses trabalhadores temporários ficariam proibidos de requerer cidadania, e obrigados a voltar para seus países.

Projeto já aprovado pela Câmara dos Representantes prevê a construção de uma cerca high-tech na fronteira meridional, e transforma em crime a imigração ilegal. O Senado já concorda com a cerca, mas insiste em dar a imigrantes a possibilidade de cidadania.

Nem mesmo entre os governadores dos estados do Sul há consenso sobre a decisão presidencial de mandar seis mil soldados da Guarda Nacional para reforçar a segurança na fronteira com o México. Não fariam falta no Iraque?

No país inteiro, imigrantes em situação irregular se ressentem das propostas, que consideram preconceituosas, e milhões já saíram às ruas para protestar. Os líderes costumam sintetizar sua argumentação em duas perguntas. Por acaso foram os “ilegais” que jogaram aviões contra o World Trade Center? E a quem os americanos recorreriam para construir um novo?

ANEXO XVI: cartas dos leitores.

Jornal *O Globo* – Indo a obras sem licença (22/05/2006)

ANEXO XVII: cartas dos leitores.

Jornal *O Globo* – Luzes da cidade (22/06/2006)

Indo à obra sem licença

- Há três meses uma obra em área de restrição ambiental, em Niterói, vem sendo tocada sem licença. Fica no final da rua Clara Nunes, em São Francisco, e o executor lhe dá o número fictício de 45. Várias denúncias foram feitas na Ouvidoria e existe processo em andamento na Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, mas mesmo assim, a prefeitura não paralisa a construção. Funcionários da prefeitura já estiveram lá, constataram a irregularidade e a obra continua. É afronta às leis e aos contribuintes.

Sandra Helena Souza Sá, (por e-mail), Niterói, Rj, 22/05/ 2006.

Luzes da cidade:

- Será que até hoje, passados dois meses, nenhum vereador ou o nosso prefeito passaram pela Praça Roberto de Campos, que circunda o metrô do Estácio, para ver a escuridão em que ela mergulhou? Se as lâmpadas e os refletores que iluminavam as quadras de esporte e os acessos estão lá, qual o poder “sobrenatural” que impede que a luz seja restaurada?

Maria Emília Amaral dos Reis Lopes, (por e-mail), Rio,
22/06/2006.

ANEXO XVIII: carta de resposta ao leitor.

Jornal *O Globo* – sem título (31/05/2006)

A reportagem “estado vende por 1 R\$ remédios gratuitos” (31/05) induz os leitores a crer em ato de má fé do governo do estado, quando em verdade trata-se de iniciativa de amplo alcance social. A distribuição de medicamentos básicos em postos de saúde é de competência das prefeituras, que o fazem por convênio ao Sistema Único de Saúde. Como significativa parcela da população, ainda assim não tem acessos aos medicamentos, o governo do estado os oferece ao preço simbólico de R\$ 1,00. Não há nessa iniciativa nada que não possa ser interpretado – ainda que se veja a questão com má vontade e preconceito – como algo pouco ético e de natureza pouco duvidosa. Ao contrário, a ação do governo do estado é meritória, exemplar, pois visa a atender de maneira plena aos clientes das farmácias populares, suprimindo assim a deficiência na distribuição feita pelas prefeituras. A propósito, a inclusão dos chamados remédios básicos na rede de farmácias populares deve-se ao singelo fato de que muitos idosos deles necessitam, pois não os obtêm com regularidade nos postos de saúde. Curioso é o fato de o governo federal proceder de modo idêntico – oferecendo os mesmos medicamentos em sua rede de farmácias – mas não merecer a condenação pública do jornal.

Ricardo Bruno
Secretário de Comunicação Social
do Governo do Estado do Rio de Janeiro
(por e-mail, 31/5), O Globo. Rio

ANEXO XIX: cartas dos leitores

Jornal *O Globo* – Encontro suspeito (24/05/2006)

ANEXO XX: cartas dos leitores

Jornal *O Globo* – sem título (7/06/2006)

Encontro suspeito

Onde nós chegamos? Um ministro de Estado – chefe da Polícia Federal, que está investigando o banqueiro Daniel Dantas, outrora tido pelos petistas como um bandido – se encontrando às escondidas com o próprio Dantas. Este, segundo a revista “Veja”, fez graves denúncias envolvendo o presidente Lula e assessores. E o presidente (que nunca sabe de nada), em vez de processar Daniel Dantas envia um emissário, na calada da noite, para um encontro com seu denunciante. Qual a motivação do encontro?

Rodrigo Borges de Campos Netto (por e-mail, 24/5). *O Globo*. Brasília. DF.

Movimentos como MST e MLST se assemelham aos das organizações paramilitares do regime nazista: hordas de bárbaros a perpetrar toda a série de atentados contra pessoas e o patrimônio público da Alemanha de então. Lá eram a extensão do governo de Hitler para manterem o poder absoluto. E aqui esse desafio à ordem pública vai ser tolerado. Até que desapareça o estado de direito? Urge declarar o MST e o MLST fora da lei, não basta submeter seus membros a julgamento. Mais eliminar tais instituições.

Zola Pozzobon (por e-mail, 7/6), *O Globo*. Rio.

ANEXO XXI: cartas dos leitores.

Jornal O Dia – Indignação com drogas no Recreio (28/05/2006)

ANEXO XXII: cartas dos leitores

Jornal *O Globo* – sem título (7/06/2006)

- **Indignação com drogas no recreio**

Como morador do Recreio fico indignado em assistir todos os dias a um grupo de surfistas fumando maconha descaradamente a 20 metros de distância do Posto 10 do Salvamar. Eles ficam na areia embaixo das árvores, mas bem perto do calçadão e o cheiro exala forte.

Gonzalez Neves. O Dia, 28 de maio.

- A leniência com que o governo trata as invasões dos sem-terra às propriedades privadas se reverteu contra o próprio, como não poderia deixar de ser. Tudo é uma questão de limite. O governo não impõe limite para as invasões; elas vão crescendo até ficar sem controle. O governo não limita a roubalheira; elas vão crescendo até chegar na sala do presidente. O governo não limita a bagunça; ela vai crescendo até chegar na capital paulista. O governo não impõe seus limites nas relações exteriores; o governo da Bolívia nos impõe uma quebra de contrato. É hora de os eleitores imporem um limite, votando e cobrando dos candidatos.

Antônio Olavo Osborne costa. (por e-mail, 7/6), Rio. O Globo